VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES

10, 11 e 12 de Julho de 2024 – SALVADOR/BA

Caderno de Resumos

ORGANIZADORES:

ALINE MACHADO

LUAN MACHADO

CORIOLANO ROCHA JUNIOR

ISBN: 978-65-01-07666-9

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES

10, 11 e 12 de Julho de 2024 – SALVADOR/BA

REALIZAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Internacional Desporto e Lazer em África (7. : 2024 : Salvador, BA)
VII EIDLA [livro eletrônico] : desporto e lazer em África : culturas nacionais e suas representações : caderno de resumos . -- 7. ed. -- Salvador, BA : Ed. dos Autores, 2024.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-07666-9

1. África - Cultura 2. Esportes - Aspectos sociais 3. Lazer 4. Recreação I. Título.

24-214634 CDD-306.4812

Índices para catálogo sistemático:

1. Lazer e cultura : Sociologia 306.4812

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

APRESENTAÇÃO

Após os eventos já realizados no Rio de Janeiro, Lisboa (duas vezes), Maputo e Porto, o **Grupo de Pesquisa CORPO** (Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Bahia) organiza o **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África.**

Associam-se à organização deste evento a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, a Universidade de Cabo Verde, o Laboratório Sport da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense, o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Rede Internacional Desporto e Lazer em África (em organização)

O evento acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador-Bahia-Brasil. O encontro será presencial e *online*.

O objetivo do **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África**é a promoção da troca de experiências, opiniões e reflexões entre investigadores e estudantes interessados nas múltiplas manifestações e implicações das práticas de lazer e desportivas no continente africano. Nesta edição, o tema central será – **Desporto e lazer em África: culturas nacionais e suas representações.**

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRESENTATION

Following the events already held in Rio de Janeiro, Lisbon (twice), Maputo and Porto, the CORPO Research Group (Faculty of Education – Postgraduate Program in Education – Federal University of Bahia) organizes the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa.

The Eduardo Mondlane University of Maputo, the University of Cape Verde, the Sport Laboratory of the Federal University of Rio de Janeiro, the Center for African Studies of the Federal Fluminense University, the History Center of the University of Lisbon, the Center for African Studies at the University of Porto and the International Network for Sports and Leisure in Africa (under organization)

The event will take place on the 10th, 11th and 12th of July 2024, at the Federal University of Bahia, in the city of Salvador-Bahia-Brazil. The meeting will be in person and online.

The objective of the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa is to promote the exchange of experiences, opinions and reflections between researchers and students interested in the multiple manifestations and implications of leisure and sporting practices on the African continent. In this edition, the central theme will be – Sport and leisure in Africa: national cultures and their representations.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRÉSENTATION

Suite aux événements déjà organisés à Rio de Janeiro, Lisbonne (deux fois), Maputo et Porto, le Groupe de recherche CORPO (Faculté d'Éducation – Programme de troisième cycle en éducation – Université fédérale de Bahia) organise la VIIe Rencontre internationale sur le sport et les loisirs en Afrique.

L'Université Eduardo Mondlane de Maputo, l'Université du Cap-Vert, le Laboratoire des Sports de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro, le Centre d'Études Africaines de l'Université Fluminense, le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne, le Centre d'Études Africaines à l'Université de Porto et au Réseau International des Sports et Loisirs en Afrique (en cours d'organisation)

L'événement aura lieu les 10, 11 et 12 juillet 2024, à l'Université Fédérale de Bahia, dans la ville de Salvador-Bahia-Brésil. La réunion se déroulera en personne et en ligne.

L’objectif des VIIes Rencontres Internationales sur le Sport et les Loisirs en Afrique est de favoriser l’échange d’expériences, d’opinions et de réflexions entre chercheurs et étudiants intéressés par les multiples manifestations et implications des pratiques de loisirs et sportives sur le continent africain. Dans cette édition, le thème central sera – Sport et loisirs en Afrique : les cultures nationales et leurs représentations.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

SUMÁRIO

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA. NOTAS DE UMA CAMINHADA……08
Por Augusto Nascimento

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL 103
Emanuel Charles D'Oliveira 103
DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL 104
Victor Andrade de Melo 104
INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA "DESCOLONIZE-CIS" 105
Ineildes Calheiro 105
GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO 107
Gustavo Cerqueira Guimarães 107
O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS 109
Jaftalina César Cuna 109
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO? 111
Manuel Fernando Bila 111
Bonomar Adriano Macuácua 111
CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE" 113
Renata Dariva Costa 113
CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991) 115
Miguel Natchulo Cassinda 115
FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950) 117
Andrea Marzano 117
DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE 119
Lucrécio Máquina 119
Marlino Eugénio Mubai 119
A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA 121
Elcio Loureiro Cornelsen 121
"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010) 123
Andrade Nzagi 123
AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE 124
Pedro Pessula 124
FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA 126
Zaida Samuel Cossa 126
Ana Clemente Chikakuda Cossa 126
CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS 128
Mauro Armando Adelino Manhanguele 128
Marlino Eugénio Mubai 128
LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA 130
Diênifer Monique da Conceição 130
Karoline Hachler Ricardo 130
André Luiz dos Santos Silva 130
Elisandro Schultz Wittizorecki 130
Raquel da Silveira 130

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS 133
Rossana Vincente Ramos 133
Marzo Vargas dos Santos 133
Bruna Tassiane dos Santos Pontes 133
Daiane Grillo Martins 133
Raquel da Silveira 133
A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS 135
Janaína Fontes 135
Rossana Vincente Ramos 135
Marzo Vargas dos Santos 135
Carolina Caneva da Silva 135
Mauro Myskiw 135
Raquel da Silveira 135
PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL 137
Helcio Herbert Moreira da Silva Neto 137
Marco Antônio Roxo da Silva 137
AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990) 139
José Eliomar Filho 139
FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964 141
Daniel Samuel Cossa 141
DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982 142
Maurício Chipatime e Marlino Mubai 142
POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA 143
Matheus Serva Pereira 143

A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE 145

Dulamito Aminagi..... 145

Marlino Mubai..... 145

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA. NOTAS DE UMA CAMINHADA…

Por Augusto Nascimento

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Por ***Augusto Nascimento***

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Ao cabo de aproximadamente uma quinzena de anos, valerá a pena ensaiar um novo balanço da produção de conhecimento sobre o desporto e o lazer em África e, em particular, nos PALOP, levada a cabo por investigadores africanos, brasileiros e portugueses.

Neste texto, baseado em trabalhos destes autores, afora o registo de temas explorados[1], revisitam-se as problemáticas a aprofundar como, por exemplo, a dos caminhos de emancipação e autonomização do desporto e do lazer face à tendencial hegemonia do político[2]. Ensaiar-se-á dar nota das facetas contraditórias dos sentidos políticos embutidos nas práticas desportivas, em particular, na futebolística[3], não para chegar a conclusões, mas para tentar mapear novas possibilidades de pesquisa e reflexão.

Trata-se, pois, de um texto livre, aberto à discussão, tentativamente norteado pelas preocupações acerca quer da importância política e social do desporto e do lazer, quer dos limites cognitivos e político-sociais do conhecimento. Num certo sentido, também se sopesam os atalhos e caminhos pelos quais se tenta escrever a história…

[1] Entre muitas outras questões a desbravar, mencionem-se, por exemplo, a idealização do tempo e a influência do desporto no urbanismo. Esta temática foi objeto de uma explanação de possíveis bases teóricas para a sua investigação por Victor Melo em 2022, no ENHE em Salvador (Melo, 2022).

[2] Porventura, a hegemonia da instância política foi mais notória nas sociedades saídas do colonialismo, nas quais as decisões políticas, com o quê de voluntarismo e de intrusão paternalista nas vidas dos indivíduos, tiveram um maior papel na determinação da existência das várias facetas da vida coletiva e da reprodução social.

[3] Amiúde, falaremos da prática futebolística, cujo efeito de arrastamento social lhe confere maior significado político.

I

ALGUM DO CAMINHO PERCORRIDO…

Uma primeira nota diz respeito ao acúmulo de saber relativamente a uma matéria sobre a qual há anos não se conhecia praticamente nada ou muito pouco, a saber, a prática desportiva nas antigas colónias portuguesas em África, tornadas independentes entre 1973 e 1975.

O relativo atraso do fim do colonialismo português[4], a persistência ou a irrupção de guerras, a aversão dos regimes do "homem novo" ao desperdício do tempo produtivo e, ainda, as visões teleológicas da história militavam contra o estudo da futilidade, ademais pressupostamente tributária da alienação obscurantista e colonial, assunto a que voltaremos. Obviamente, sobravam memórias, mas, na falta de valorização de factos aparentemente banais – pois só as ações dos chefes não o eram –, não tinham sequer por que serem reveladas.

A coleta de dados escorou a hipóteses de interpretação dos percursos nos domínios desportivo, político, cultural, social, económico, umas vezes detetando correlações, outras, dissociações entre as várias esferas da vida coletiva, também por causa da relação das dinâmicas políticas com as condições da prática de desportos nos vários territórios coloniais, entrementes tornados países independentes.

[4] A inferência de que o atraso do colonizador deveria ter causado atraso na disseminação do futebol nas colónias talvez diga mais dos apriorismos das análises do que das características das sociedades e, mais relevante, das dinâmicas de expansão do futebol. Evidentemente, o atraso económico e social implica nas condições em que se pratica o futebol (ver, por exemplo, Nascimento 2013b), mas a sua disseminação pode ter independido de fatores como a riqueza e o suporte político-institucional, o qual, aliás, pode ser sincopado e voluntarista e, por isso, pouco profícuo. Em jeito de especulação, aventurar-nos-íamos a dizer que a especificidade do futebol anula parte do efeito retardador associado ao atraso económico ou, com maior cautela, que a relação direta entre desenvolvimento e riqueza, de um lado, e disseminação do futebol, do outro, não é linear.

Em 2007, Victor Melo apresentou um primeiro projeto para o estudo do desporto em África. O projeto propunha-se indagar o "papel do esporte na construção da identidade nacional e da ideia de nação no Brasil, em Angola e em Cabo Verde".

Em Angola, a identificação nacional observava-se na presença do basquete no quotidiano de Luanda. Tecia-se uma articulação com o contexto internacional, com uma cultura *street*, com o movimento *hip hop* em suas diferentes manifestações (o *b-boy* e o *break*, o *grafite* e a música), artefactos usados para a denúncia, mais ou menos ressentida ou indignada, das injustiças, para a qual se prescindia do discurso político formal que, esvaído de eficácia, já não cativava as pessoas[5]. O basquetebol tornara-se elemento de "uma nova cultura urbana em formação, construída a partir do diálogo do local com o universal". Porventura, dir-se-ia, por força dos títulos de Angola nos campeonatos africanos de basquetebol, novas formas de expressão política tanto podiam ser potenciadas pelas conquistas da nova nação, quanto acabarem submersas pela exaltação generalizada com os feitos desportivos de Angola.

Em Cabo Verde, a temática das vicissitudes da migração de desportistas – alguns dos quais alcançaram lugares cimeiros no desporto internacional – era tratada no cinema, falada e, até, celebrada nas ruas dos povoados. Num certo sentido, o desporto abria-se como mais uma possibilidade de concretização da quase iniciática "aventura" da migração, a que se mostravam (e mostram) propensos muitos cabo-verdianos.

[5] Falidas as ideologias, chegara-se à época de busca e exploração de signos apelativos, com maior potencial de contestação do que os comportamentos dissonantes nos campos desportivos. Todavia, devemo-nos acautelar contra a pronta valorização política da adesão (com o seu quê de espontâneo e de impensada) à criatividade cultural e sopesar os limites dos variados processos de afirmação política, mais ou menos ligados a novas formas de culturas urbanas.

Sobre o Brasil, referia-se a abundante produção sobre "as relações entre esporte e construção da identidade nacional e da ideia de nação"[6]. No bojo dos laços simbólicos "entre o esporte brasileiro e o dos países africanos" estava "a importância atribuída ao futebol na construção cultural e na propagação da imagem do país no exterior". É corriqueira a ideia de que o Brasil foi uma referência para os movimentos nacionalistas: "As letras de um lado e o esporte de outro compunham um quadro de referências de grande utilidade para a configuração de uma identidade já encaminhada para a rutura com os padrões em vigor. Essa projeção seria ainda alimentada pela música"[7]. O tempo mostraria o que não se enfatizara ao tempo das lutas pela independência, a saber, que essa comunhão simbólica era cultivada por elites muito minoritárias das então colónias[8].

Especulando, sopesemos a eventual extensão da comunhão de referentes culturais aos desportivos para efeitos da sua aplicação política: na música poder-se-iam encontrar afinidades, como as da percussão ou dos traços melódicos, mas certamente era difícil carrear para a configuração de uma identidade cultural e política, própria e avessa ao colonialismo, elementos da linguagem universal e tendencialmente homogénea do futebol, mesmo se do singularíssimo futebol

[6] A este propósito, ver, por exemplo, as notas acerca dos laços simbólicos com o Brasil (Rocha, 2013, 234-235). As afinidades podiam ser, sobretudo, extrapoladas, quando não imaginadas, mas não deixavam de ser ponto de apoio para a recusa da dominação colonial e para a afirmação da população negra.

[7] Chaves, 2005.

[8] Acrescente-se a ironia da contradição de o Brasil ser, a um tempo, inspiração do regime colonialista e de quem o contestava, facto indiciador das transformações nos valores políticos e culturais no pós II Guerra.

brasileiro[9]. O que tinha de atrativo o futebol brasileiro? A exuberância técnica ou a epiderme de vários dos seus jogadores?

No terceiro quartel de novecentos, a identificação de elites africanas com o futebol brasileiro teria menos a ver com características culturais subjacentes à forma de jogar ou com identificações raciais do que com o facto de o Brasil ser um vencedor no futebol[10]. Além de o futebol brasileiro ser vitorioso[11], era atrativo por ser outro que não o do colonizador[12]. A possibilidade de identificação com algo para além das fronteiras podia ser importante enquanto desenho das possibilidades de vida sem as peias coloniais.

Mas porque não era o futebol africano o polo de identificação das elites das colónias? Por não ser vencedor, admita-se. Curiosamente, ao tempo, o retrógrado regime colonial português era precoce ao fazer africanos – em especial, Coluna e Eusébio – brilhar no campeonato do mundo de 1966… e não deixava de recolher apoio nas colónias.

[9] Creio ser difícil associar práticas desportivas a idiossincrasias nacionais. Apesar da força simbólica que o futebol brasileiro granjeou durante décadas, será forçado associar uma suposta personalidade brasileira à talentosa espetacularidade do seu futebol durante décadas.

[10] Daí a adoção de nomes brasileiros para batizar agremiações nas colónias não significar necessariamente adoção de propósitos independentistas, conquanto indiciasse a gestação de uma visão do mundo que ignorava o laço colonial. Curiosamente, e em contrapartida, esvanecido o laço colonial, não deixa de ser curioso que a afetividade para com agremiações da antiga metrópole tenha rejuvenescido, se é que alguma vez feneceu…

[11] Este deveria ser o principal móbil da emulação dos nomes dos clubes, do jeito de jogar dos ídolos, como Garrincha (por exemplo, para o caso de Cabo Verde, ver Charles d'Oliveira, 2023), que, obviamente, seria a imitação de um jeito de jogar imaginado a partir de relatos e de notícias invariavelmente redutoras da performance de Garrincha e de outros.

[12] Ainda assim, coexistiriam sentimentos contraditórios, porquanto africanos torciam pelo Benfica e por Portugal. Tais dados obrigam à avaliação do peso político destas dimensões emocionais e afetivas no quotidiano, facto que, após as independências, o monolitismo ideológico, travestido de moral revolucionária, desqualificou ou cerceou fortemente.

Fig. 1. Cartaz com os dizeres “Viva Portugal Viva Salazar / Viva todos os portugueses espalhados pelo mundo / Viva o Benfica”. Coleção particular. Anos 60.

Para complexificar a questão, não seria pequeno o apego aos clubes da metrópole colonial[13], onde jogavam africanos. Será o caso de voltarmos às teorizações e interpretações sobre trajetórias e vidas em razão da desportivização das sociedades.

Segundo Victor Melo escreveu no projeto de 2007, a prática desportiva cunhava uma forma de vida: o mercado ao redor do campo não só fazia uso de

[13] Uma africana, cuja vida foi intensa e duramente pautada pelas andanças da luta anticolonial, mantém uma fervorosa paixão pelo seu Benfica. Até hoje, à mesa, em convívios familiares, não dispensa o acompanhamento dos jogos do clube, cf. *testemunho pessoal, A Nascimento*.

Mesmo outrora, na hora dos desafios futebolísticos, por vezes subalternizavam-se os ressentimentos contra o colonialismo.

imagens para vender mercadorias, como também ajudava a construir e a reforçar sentidos e significados sociais, indicando maneiras de se portar e estimulando a aquisição de hábitos, costumes, atitudes e comportamentos, que, ao arrepio dos ditames paternalistas dos políticos, se não estruturaram vidas, ao menos perduraram para além de factos inquestionavelmente marcantes como as independências. Assim sendo, sem embargo da valia da independência, as incidências da vida banal – por exemplo, do futebol na antiga metrópole – não suscitarão conversas de rua?

Ainda sem sopesar as relações com o político, cumpre enfatizar a adesão generalizada, mormente, as emoções geradas pelos despiques desportivos, razões pela quais o desporto prevaleceu sobre outros desempenhos lúdicos e culturais. A este respeito, os políticos – incluindo os que elegiam e reservavam para si mesmos as emoções advindas do exercício de poder – estavam iludidos acerca da valia do seu pensamento político enquanto enquadramento de imaginadas identidades e, consequentemente, de supostos valores para os seus concidadãos.

Para o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, anunciado para dezembro de 2008, em Braga, foi enviada a proposta de grupo de trabalho que aludia ao lazer, sem deixar de reconhecer a centralidade do futebol: "O esporte, o lazer e a diversão nos países de língua portuguesa"[14]. Escreveu-se: "Mesmo que já não seja mais propriamente uma novidade, podemos afirmar que não são muito os pesquisadores ligados às Ciências Sociais que se dedicam a discutir a importância do esporte, dos momentos de lazer e das práticas de diversão na história e no cotidiano dos Países de Língua Portuguesa, ainda que tais temas estejam entre os mais importantes em diversos contextos históricos,

[14] A proposta foi subscrita por Victor Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento.

tendo suas configurações articuladas com as dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas das nações. Destacamos o fato de que tais práticas fazem parte do patrimônio cultural de um povo, plenamente articuladas com uma cultura específica e sendo importantes ferramentas na construção de identidades: de classe, de gênero, de etnia, ligadas a construção da ideia de nação. Em nossos países, essa importância parece acentuada pela grande presença do futebol em nossa formação cultural."[15]

Ainda sem uma clara assunção da vertente do lazer, os Encontros Internacionais sobre Desporto em África começaram em 2010 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao tempo sobretudo focados no desporto e, mais particularmente, da sua história no continente africano.

Em 2010, apresentaram-se os primeiros estudos parcelares alusivos a vários países, antes colónias portuguesas. A primeira publicação coletiva[16] continha textos de Richard Giulianotti e Bea Vidacs, com visões panorâmicas sobre o desporto em África e recomendações teórico-metodológicas para uma melhor compreensão do desporto no continente. Além de estudos sobre o desporto em vários países, apresentaram-se estudos sobre a problemática do racismo no desporto na América Latina e sobre uma disputada herança pressupostamente africana, a da capoeira, no Brasil.

Um novo projeto iniciou-se em 2011, "O sport que virou esporte, o sport que virou desporto: as experiências (d)esportivas em países lusófonos" e, em junho de 2012, realizou-se novo evento, a II Conferência Internacional sobre o Desporto em África, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

[15] Hoje, relativizar-se-ão estas asserções, com que, em todo o caso, se abriu um caminho.

[16] Melo, Bittencourt e Nascimento (orgs.), 2010.

Num novo livro coletivo, de 2013, anunciava-se a intenção de ampliar o horizonte: a "temática do esporte e do lazer sugeriu e sugere novos voos e olhares, novas correlações e novos desafios". Procurou-se explicitar a vocação para a diversidade que o objeto demandava. A aproximação entre o desporto e o lazer confirmava e reforçava tal objetivo[17]. Além de uma síntese acerca da desportivização no dito império português, em muito pautada por dinâmicas sociais que iam para além das intenções ralas e inconsequentes do poder colonial, assinalem-se textos sobre modos de vida urbanos, em Luanda e Lourenço Marques.

Aos do Rio de Janeiro e de Lisboa, sucederam-se congressos, de novo em Lisboa, em 2014, de volta ao Rio em 2016, um em Maputo em 2018 e, ainda, o do Porto em 2022. Arrostando com diferentes circunstâncias – desde as das evoluções políticas às da pandemia –, estes encontros adquiriram vários formatos, na procura do alargamento do seu carácter internacional. Um dos seus eixos foi o do diálogo entre estudiosos de diversas origens e formações acerca das práticas desportivas em África.

Por via da colaboração no estudo do desporto em África, erigiram-se projetos e, afora livros de autor – de Victor Melo, sobre Cabo Verde[18] e Guiné[19], de Nuno Domingos, sobre Moçambique[20], e sobre São Tomé e Príncipe[21] –

[17] Nascimento, Bittencourt, Domingos e Melo, 2013.

[18] Melo, 2011.

Entrementes, Emanuel Charles d'Oliveira fez a sua tese de doutoramento sobre a institucionalização do futebol na Praia, capital da colónia de Cabo Verde, Charles d'Oliveira 2023.

[19] Melo, 2020.

[20] Domingos, 2012. Sobre os territórios coloniais ver Domingos, 2011.

[21] Nascimento 2013.

publicaram-se também números especiais de revistas científicas, mormente nos *Cadernos de Estudos Africanos*, *Análise Social* e *Africana Studia*, afora um número de *The International Journal of the History of Sport*[22].

Um balanço foi esboçado por Andrea Marzano e A. Nascimento em 2013[23]. Ao tempo, avançou-se a ideia de que o relativo alheamento do estudo das temáticas desportivas se devera ao facto de estas temáticas não serem consideradas cruciais para o desenvolvimento de África, encarado de uma perspetiva economicista. No tocante às ex-colónias portuguesas, não só estas ideias tinham prevalecido por via do ideário de coloração marxista-leninista, como laborava a presunção de que todos os problemas seriam resolvidos pela abordagem ideológica partilhada pelos chefes dos movimentos de libertação chegados ao poder. Com o suporte da aparente congruência da narrativa marxista sobre o inexorável devir da história, o foco das propostas de vida incidia nas medidas económicas e, mais particularmente, no trabalho produtivo, que deveria concitar uma entrega própria de uma devoção terrena a bem do dito "povo", na realidade, dos chefes.

Com data de 2013, publicou-se nos *Cadernos de Estudos Africanos* o dossiê "Em torno das Práticas Desportivas em África", editado por Nuno Domingos e A. Nascimento. Para além da valia do estudo do desporto para mais preclaro entendimento das múltiplas situações da história colonial, lembrava-se que o "enfoque no desporto permite também aceder às vivências de grupos sociais menos estudados, acerca dos quais há menos fontes e informação disponível." No

[22] Football and Colonialism in São Tomé: The International Journal of the History of Sport: Vol 35, No 4 (tandfonline.com), acesso: 9 de outubro de 2023.

[23] Marzano e Nascimento, 2013.

caminho das investigações estava a "pluralidade de significados culturais, sociais, económicos e políticos associados às práticas desportivas em África"[24].

Em 2017, na *Análise Social*, foi publicado um dossiê "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas", editado por Paulo Jorge Fernandes, que historiava os avanços entrementes conseguidos numa área que, até pouco anos antes, não merecera atenção[25].

Em 2018, realizou-se em Maputo, a 8 e 9 de novembro de 2018, o V Encontro Internacional Desporto e Lazer em África, sob o lema "Vivências coloniais e dinâmicas nacionais", organizado pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, com a colaboração da Escola Superior de Ciências do Desporto, da Universidade Eduardo Mondlane. Nesse evento de Maputo, vincou-se o alargamento do objeto ao lazer, passo para novos enfoques sobre culturas populares e urbanas e, noutro plano, para o alargamento do diálogo entre elementos do grupo e outros interessados – incluindo atores com percurso desportivo e com papel na definição das políticas para o desporto no Moçambique independente[26] – sobre os significados políticos, e não só, de atividades culturais e de lazer em África. Na sequência deste evento em Maputo, o lazer e as culturas populares urbanas, por um lado, e o desporto, por outro, vieram a merecer dois números especiais da *Africana Studia*, o nº34, dedicado às culturas populares e urbanas em África[27], e o nº36, dedicado ao desporto e poder em África[28].

[24] Domingos e Nascimento 2013, 12.

[25] Fernandes, 2017.

[26] Joel Libombo, político, e Altenor Pereira, atleta e dirigente desportivo, forma entrevistados pelo jornalista João de Sousa para a *Africana Studia* nº36, 2021, 146-162.

[27] Nascimento e Rocha, 2020.

[28] Nascimento e Rocha, 2021.

Por fim, realizou-se, em 2022, o VI Encontro Internacional na Universidade do Porto, que contou com mais investigadores de países africanos.

Entrementes, procuramos a densificação dos laços de colaboração em torno do estudo destas temáticas, tendo proposto a criação da *Rede Internacional Desporto e Lazer em África*, cujo sítio se encontra em construção, https://ridla.hypotheses.org/.

ALGUNS RESULTADOS DE MÚLTIPLAS INVESTIGAÇÕES

Um primeiro resultado da aposta na investigação sobre o desporto em África, sobretudo, nas antigas colónias portuguesas, foi o acréscimo de conhecimento sobre as múltiplas facetas de uma atividade que se desenvolveu apesar dos óbices do colonialismo[29]. Retomando uma expressão de há anos, ainda há muito campo para desbravar, mas importará dizer que também já se percorreu algum caminho.

Sem possibilidade de ser exaustivo, relembre-se aqui alguns dados ilustrativos do conhecimento entrementes adquirido da história do desporto nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Sobre Cabo Verde, temos os estudos sobre o golfe como marca identitária da ilha de São Vicente, feitos por Victor Melo[30], a que se juntou o estudo do

[29] Não se desprezará a dificuldade política e económica de criar e manter clubes em contextos coloniais, em grande medida pela inércia da aversão do regime colonial à diversificação da vida coletiva e social. Porém, não só se encontram escolhos e dificuldades comparáveis noutras sociedades – tanto na antiga metrópole colonial, como, por exemplo, no Brasil, que se tornaria uma potência futebolística – como eles não foram menores em vários países independentes.

[30] À margem de perspetivas estéreis pela imputação de uma diferença irredutível onde ela não tem de existir, a perspetiva de Melo acerca de Cabo Verde, mormente, de São Vicente, parece-me ajustada e preclara: não se trata de recriar, trata-se – por força da relação que se tem com o

futebol na ilha de Santiago por Charles d'Oliveira. Este estudo versa sobre a institucionalização do futebol, para o que o autor carreou elementos de cariz etnográfico, memorialista e documental. E a institucionalização do futebol logrou-se a partir de uma miríade de atos e vontades de protagonistas, que nem sempre antecipavam os seus resultados. Na ilha de Santiago, ainda antes da sua oficialização, a par do Vitória, o popular Travadores dinamizou a vida desportiva da cidade da Praia. Inicialmente, devido à origem humilde dos seus jogadores, foi olhado como uma equipa do povo, em contraste com o elitismo dos vitorianos. Os jogadores eram maioritariamente pescadores da Achada de Santo António, outrora um modesto bairro apartado da cidade[31]. Cumpre notar, e esta é outra especificidade do futebol, que as clivagens sociais inscritas nos percursos e nos patrimónios materiais e simbólicos dos clubes não são absolutamente determinantes da mutante aceitação social dos clubes.

No tempo colonial, podia ter-se como único fito lutar-se pelo futebol. De alguma forma, a institucionalização do futebol na Praia deveu-se ao empenho de indivíduos que tinham na prática do futebol o reconhecimento público na pequena cidade. Num contexto histórico constrangedor, esforçaram-se por importar modernidades relevantes para o quotidiano local[32]. E, perguntemo-nos, a

mundo devido ao contacto com os navios ou por porosidade cultural fomentada pela literacia – de jogar, de mostrar competência para fazer o que se faz noutras partes de mundo. E assim se joga uma cartada na afirmação da civilização dos da terra, que se equiparam aos colonizadores (a este propósito, ver Melo, 2010). Neste caso, estaríamos perante um particularismo decantado num tirocínio histórico, arvorado na ilha e pelos da ilha, fundava-se numa prática desportiva.

[31] Charles d'Oliveira, 2023.

[32] Charles d'Oliveira, 2023.

institucionalização do futebol por força da movimentação na base da sociedade não seria uma fresta aberta pela livre iniciativa num contexto ditatorial?

Em São Tomé e Príncipe, até pela conveniência de dar nota de progresso, governadores coloniais tiveram opções divergentes do ascetismo do regime salazarista. Nos anos 30, o governador Vaz Monteiro decapitou o associativismo político ilhéu, mas apostou na promoção do futebol, tendo induzido a institucionalização dos clubes. A aposta no desporto integrava-se no desígnio da observância da ordem política e da compartimentação social típicas de uma sociedade colonial gizada de acordo com os paradigmas racistas dos anos 30. Por força dos constrangimentos sociais – nomeadamente, a rarefação da população citadina e a hegemonia das plantações –, daí não proveio uma prática regular do futebol. Mas existiam clubes desportivos.

Fig. 2. Campeonato corporativo, equipa de S. Tomé e Príncipe. Coleção particular. Anos 60/70.

Após os trágicos eventos de fevereiro de 1953, em maio de 1954, do programa da visita do presidente Craveiro Lopes – intenção de esquecer os agravos derivados da perseguição aos ilhéus movida pelo ex-governador Gorgulho – constou uma festa desportiva no estádio Sarmento Rodrigues[33], denominação que indiciava o quão rala era a disseminação da prática desportiva federada[34].

O futebol tornou-se regular no ocaso do colonialismo. No âmbito das políticas de promoção da mão-de-obra e de amenização das condições de trabalho veio a ser promovido um campeonato corporativo.

As festas desportivas vieram até ao pós-independência. A celebração tenderia a apagar as crescentes contingências e percalços da atividade desportiva regular. Por entre sucessivas dificuldades, o recurso a eventos desportivos comemorativos indicia quer a debilidade do campo desportivo após a independência, quer a aposta governamental na propaganda e no manejo dos laços sociais atidos às práticas desportivas e à respetiva fruição pelos cidadãos.

No tocante à Guiné-Bissau, Victor Melo procurou indagar os sentidos atribuídos à prática desportiva entre 1949 e 1961. Com base na imprensa local, atentou “nas representações moldadas a partir de interpretações evocadas pela administração governamental”. Nesse território, onde, também por força da tardia ocupação colonial, as ações para a criação do desporto tardaram, sobretudo se

[33] *Boletim Geral do Ultramar* nº347, maio de 1954, p.10. Terá sido neste festival desportivo que Quintero Aguiar, elemento do funcionalismo local, que mais tarde almejaria a independência, participou como instrutor das classes de ginástica e como árbitro, ou fiscal de linha, tendo festejado um golo do Sporting, clube da sua afeição.

[34] Diferentemente da prática popular nas ruas e nos mais diversos lugares, que sobrevive até hoje; a este respeito, ver Nascimento 2013b.

comparadas com as das demais colónias[35], "as visões da época sobre a contextualização do fenómeno desportivo (…) seriam largamente tributárias da adoção do luso-tropicalismo enquanto discurso legitimador da manutenção dos vínculos coloniais"[36]. Concomitantemente à disseminação do jargão luso-tropicalista[37] – que, adiantemo-lo, não convencia ninguém que devesse ou importasse convencer –, alguns governantes tomaram-no como apoio da sua política. Foi o caso do governador Sarmento Rodrigues, personagem alinhada com desideratos políticos inferidos das ideias luso-tropicalistas. As condições económicas da Guiné não permitiam a autossuficiência dos clubes por falta de um mercado do entretenimento. Logo, sem sustentação, o incremento do desporto implicava uma relação a um tempo clientelar e paternalista com o Estado colonial.

Fosse como fosse, o desporto cabia numa política colonial tendencialmente menos agressiva e belicosa. Na Guiné, guiada por tais princípios ou cautelas, em meados de novecentos a administração portuguesa fez-se acompanhar de um desenho urbanístico, onde avulta a centralidade do complexo desportivo. Tal tornou Bissau uma cidade algo diversa do que teria resultado de rascunho das décadas precedentes, quando o veio autoritário do colonialismo invocava o

[35] Melo 2020, 32.

[36] Victor Melo recenseado em Fernandes, 2017.

[37] Alvo de inúmeras críticas, o luso-tropicalismo pode ser considerado uma quase teoria. Mas renomadas teorias – por exemplo, a dos modos de produção, criada para conformar a evolução histórica à narrativa ideológica – revelaram-se tão falhas de adesão à realidade quanto o luso-tropicalismo. À época, o luso-tropicalismo parece ter tocado, sobretudo, alguns governantes portugueses. Mais recentemente, concita a crítica de muitos estudiosos, que se sentem impelidos à denúncia do que terá constituído uma explicação avessa à realidade.

higienismo para justificar a demolição de habitações de africanos do centro das cidades[38].

Ao tempo, o peso crescente do futebol não fez esquecer as lutas tradicionais, elevadas a modalidade simbólica da província, de acordo com a ideia de respeito pelas peculiaridades locais. Numa inversão do que pautara o colonialismo na Guiné até meados de novecentos, o desenvolvimento do desporto também se deveu à ação da Mocidade Portuguesa e ao alargamento do ensino. A diversificação da oferta de lazer nos anos 60 seria coarta pela insurgência militar independentista, que cercearia seriamente o domínio colonialista do território[39].

A propósito das situações coloniais, Marcelo Bittencourt ponderou que "para uma visão mais detalhada e realista dos laços sociais em contextos de dominação e, na circunstância, nas antigas colônias portuguesas, o estudo sobre o esporte pode contribuir para o questionamento da oposição binária entre colonizadores e colonizados, tão em voga na análise da situação colonial"[40]. Tal aplica ao período do colonialismo moderno em Angola, grosso modo coincidente com a difusão dos desportos modernos.

Recuando no tempo, Andrea Marzano estudou as primeiras associações, as formas de sociabilidade aí cultivadas, as festas de rua e as clivagens implicitamente expressas nessas ocasiões desde finais de oitocentos a meados do

[38] Cumpre dizer que a expulsão dos subalternos de espaços nobres das cidades não se cingiu às cidades coloniais, sendo uma tendência urbanística ocorrida em cidades europeias.

Uma representação cartográfica dos espaços que serviram (e servem) de recintos desportivos poderia ser sugestiva, até para avaliação de dimensões históricas e das atuais dinâmicas sociais em Bissau.

[39] Melo, 2020.

[40] Bittencourt, 2010, 129-130.

século XX, quando a conjuntura política internacional se alterou e o paradigma colonialista perdeu validade.

Em conformidade com a renovação historiográfica de há décadas, a autora supera um esquema analítico ligado à (justa) crítica do colonialismo, mas forçosamente limitado porque tendencialmente maniqueísta. Atente-se na Luanda colonial, onde, segundo ela, "as práticas esportivas evidenciavam conflitos entre colonos e nativos, mas também preconceitos e divisões entre estes últimos. O Atlético tendia a agregar as famílias angolenses melhor situadas social e economicamente, enquanto o Operário Football Club era marcado pela presença de africanos dos estratos sociais menos favorecidos."[41] Andrea Marzano não só salientou as diferenças entre colonos e colonizados, como realçou as diferenças entre estes.

Na contramão de uma história baseada na noção instrumentalizável de "povo", para épocas posteriores Marcelo Bittencourt enfatizou o também difícil quotidiano daqueles que lutavam dentro dos marcos da legalidade, angolanos e não só[42], mormente nos centros urbanos, onde se permitia a ação do associativismo e, em particular, do desportivo.

Da valorização da política, mormente da insurgência em armas, decorreu a desvalorização dos demais tipos de afirmação anticolonial ou de reivindicação (não raro, difícil) da cidadania em contexto colonial. Quem reivindicava por meios legais não deixava de ser e de se sentir angolano. Acrescentaria, com os mesmos sentimentos e direitos dos que enveredaram pela luta armada. Note-se, não só os

[41] Marzano, 2010, 71-99.

[42] As dificuldades eram uma constante. Pense-se, por exemplo, no empenho de Sebastião Coelho na promoção da música e da cultura angolanas durante o regime colonial, vindo a deixar Angola após a independência, eventualmente por não ter vislumbrado espaço para a música angolana ou para si. Sobre Sebastião Coelho, ver Valdigem e Santos, 2020, 151-169.

exemplos se podiam multiplicar nas várias situações coloniais, como as clivagens de então persistiram depois da independência, quando já não operava a pressão do poder colonial.

Como seus antepassados, incumbindo-se da representação dos angolanos, os dirigentes esportivos dos anos 1950 reivindicavam, recorrendo ao discurso colonial que, ao tempo, postulava a inexistência de discriminação racial nas colónias. A partir da ideia de que os naturais de Angola eram portugueses, pugnava-se pela igualdade de direitos. A feição ditatorial e a consequente ausência de espaços formais de ação política, como os partidos, contribuiu para que os clubes esportivos se tornassem locais de discussão política, embora não forçosamente anticolonial[43].

Num texto considerado tributário da aproximação à história cultural, sobre as vivências quotidianas em Luanda no ocaso do colonialismo, Bittencourt mostrou como os mais pobres interpretavam o fenómeno desportivo, dedicando-se à prática do futebol, que ganhou uma popularidade superlativa em articulação com os meios corporativos da cidade"[44]. Ao tempo, expandia-se o mercado capitalista, através da promoção do desporto nos musseques conjugado com a do consumo de bebidas, mormente da falada cerveja Cuca[45].

[43] Ver síntese em Marzano e Nascimento 2013.

Em todo o caso, contra o voluntarismo político que escora certas narrativas históricas, será prudente admitir que a maioria das conversas no balneário ou num recinto de baile não versassem sobre política.

[44] Fernandes, 2017.

[45] Afora o alargamento do mercado em Angola, a *Cuca* procurou outros mercados. Pelo menos, por uma vez, efetuou uma operação de *marketing* em Cabo Verde. Abílio Macedo, comerciante, também presidente do Boavista e representante da *Cuca*, lançou a cerveja no campo da Várzea. Dois grupos, em coro e à vez cantavam "oh nho Abílio, oh Macedo" e "*Cuca*, *Cuca*, *Cuca*". Corria o jogo entre o Boavista e a Académica de Mindelo (Charles d'Oliveira, 2023).

Atentar no processo de desportivização permite vislumbrar além dos espaços institucionalizados de atuação política e acrescentar perspetivas à da ênfase na luta armados. Esta abordagem tem renovado as narrativas da história da Angola contemporânea e não só.

Apesar do foco futebol dos subúrbios da então Lourenço Marques, capital da colónia de Moçambique, a versatilidade teórica e metodológica e o novo olhar sobre aquele futebol fazem do texto de Nuno Domingos uma obra seminal, pela qual, independentemente de eventuais divergências, forçosamente se tem de passar.

O "estudo da evolução das práticas e consumos desportivos em Moçambique procurou recuperar uma história perdida do desporto africano". À margem do desporto dos europeus, "práticas de lazer e de performances físicas" revelavam "o modo como, dentro das contingências dos processos históricos" os dominados "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência". Em todo o caso, podendo estarem invisivelmente presentes alternativas políticas, não é evidente que a esse lazer e nas performances físicas se associasse uma consciência política estrita, mormente a nacionalista…

Foi "no final da década de 1950 que o estado colonial, face à evolução da situação internacional, decidiu que o desporto devia também ser um exemplo da "excecionalidade portuguesa", o que foi levando ao termo da discriminação[46]. Durante anos, o acesso ao futebol do colono estivera vedado a jogadores indígenas e, até, aos ditos assimilados. Se alguns destes conseguiram ingressar no futebol federado, tal "facto não se deveu a um abrandamento do racismo colonial, mas ao modo como o próprio jogo instituiu uma lógica minimamente

[46] Domingos, 2010, 211-242.

meritocrática que conduziu a que os clubes não fossem insensíveis a alguns talentos suburbanos"[47].

Num certo sentido, não se poderá falar de uma lógica minimamente meritocrática sem aludir à colisão com o racismo. Era mínima, certo, por respeitar a um domínio marginal da vida social, mas tornar-se-ia rapidamente um critério decisivo para os clubes. E, num contexto internacional crescentemente anticolonial, a desportivização, antes sem importância, passara a tê-la. É nesse sentido que aponta Domingos ao aludir ao idioma de que se entreteciam as relações sociais. Perguntemo-nos, em que medida ao falarem de futebol, colonos e colonizados não tinham de, ao menos implicitamente e independentemente do que lhes fosse dado pensar ou sentir, sopesar a sua condição?[48]

Afinal, como aponta Domingos, a hegemonia da antiga narrativa metropolitana, "consagrada diariamente nos *stocks* de conhecimento e nos repertórios da interação dos moçambicanos, não cessou com o fim do domínio português em Moçambique". Arriscaria dizer, seria aliás estranho que tivesse cessado. A ser o caso, seria provavelmente mais um efeito das injunções do poder[49], apostado em remodelar a natureza humana, do que das inclinações afetivas das pessoas.

Fosse como fosse, após a independência, em 1975, os clubes da "baixa" foram nacionalizados. O regime independentista, politicamente voluntarista e

[47] Domingos, 2010.

[48] Por um lado, a impossibilidade da ponderação da condição do outro, colonizado ou colonizador, ficou explicada na obra de Memmi (1977). Por outro, talvez estejamos a abrir a porta a questões infindas e a investigações inexequíveis... Provavelmente. Mas fica a nota acerca da imensa variedade de situações dos indivíduos, colonos e colonizados.

[49] Afinal, lembre-se a deferência dos políticos de Moçambique para com Eusébio.

ideologicamente monolítico, obrigou à alteração dos nomes dos clubes que remetiam para a mundividência portuguesa. Não obstante, adianta Domingos, os moçambicanos continuaram a mostrar-se interessados em reproduzir, nas suas práticas quotidianas, a antiga narrativa metropolitana[50]. Mais do que a nostalgia colonial, a manutenção deste interesse refletia o papel do futebol no processo de estruturação urbana de Lourenço Marques e o modo como a história, além de viver nos objetos e nas instituições, também se reproduz nos corpos e nos hábitos.

Este desfecho, produto da história de uma situação colonial específica, enfatiza a autonomia relativa do processo de desportivização", acrescentaria, relativamente ao processo político, o que era intolerável para o voluntarismo tendencialmente ditatorial e intrusivo dos dirigentes independentistas. De volta a Nuno Domingos, em Lourenço Marques, o desporto transformou-se num elemento crucial de uma cultura de lazer urbana, tanto no respeitante à promovida em grande medida pelo associativismo, perante a debilidade da ação do estado colonial, como também no tocante à sua feição de espetáculo para um público crescente. "Espaço de oportunidades, de expressão consciente ou inconsciente de lutas, as práticas e os consumos desportivos desempenharam, de modo particular, um papel importante nas lutas e tensões decorrentes de um sistema de dominação brutalmente iníquo."[51]

[50] Em jeito de especulação, talvez se devesse considerar uma mutação da "antiga narrativa metropolitana" para uma narrativa sobre a antiga metrópole, incluindo o seu futebol. Sem mudança do objeto, mudava-se o foco, a autoria, em suma, as condições de enunciação da narrativa e, nalguma medida, o seu cariz.

[51] Domingos, 2010.

Caberia perguntar se o mesmo não se aplicará aos jogos tradicionais, que compunham o quotidiano sob o regime de partido único da FRELIMO[52]? Talvez perante situações opressivas, a decisão automática e inconsciente da maioria seja a de as ignorar, focando-se em práticas que, ao menos temporariamente, parecem arredar a opressão.

Num tempo de indeterminação do devir social, anote-se, pois, a relativa certeza no tocante ao peso do desporto na mudança das sociedades. Podemos ter por certo que o desporto, fruto de uma revolução socioeconómica, se constituiu como um indutor de mudança social e cultural. Nessa medida, desafia à superação de análises reducionistas condicionadas pelo maniqueísmo e pelo voluntarismo, mormente, o das enunciações de políticos líderes de processos de emancipação[53]. A determinação precisa dos moldes e o impacto das mudanças sociais turbinadas pelo desporto (na maioria dos casos, pelo futebol) constitui um desafio…

Os avanços nas investigações, aqui esboçados, suscitam uma miríade de questões, de que salientaremos três, a expor adiante – ao invés da cronologia, isto é, caminhando da atualidade para um passado menos próximo – as práticas desportivas e as identidades, as políticas de "democratização" do desporto no pós-independências e, por último, as tentativas mobilização e instrumentalização do desporto para fins políticos.

[52] Baquete, 2020, 33-47.

[53] Vale a pena notar que, em Moçambique, à margem da clivagem colonial, entre os subalternos estavam os imigrantes chineses na Beira, cujas notórias performances económicas, associativas e desportivas abriam fissuras num anquilosado discurso colonial, cf. Medeiros, 2013, 43-81.

Abordarei, de forma sumária, as questões do racismo e a da (arrogada) especificidade cultural (amiúde, associada à nacionalidade) das práticas desportistas.

Ensaiarei, com vários exemplos, dar nota de reticências a prédicas normativas que manietem a liberdade analítica a benefício de convicções e de credos. Com isto, espero valorizar as possibilidades de majoração analítica do percurso (incerto) das sociedades com recurso à história do desporto e do corpo, em última instância, o ponto de aplicação de normativos de dominação, que não exclusivamente colonialistas[54].

II

A HISTÓRIA DO DESPORTO: UMA CHAVE INTERPRETATIVA

Em razão das abordagens arroladas, talvez mereça anotação a hipótese do valor heurístico da história do desporto para a compreensão das mutantes sociedades africanas.

Passada a exaltação com as independências, o interesse pelo desporto parece mais atuante na mudança, até em sociedades que, há anos, se diriam imunes a quaisquer mutações[55]. Falamos do interesse pelo desporto enquanto objeto de estudo, mas falamos igualmente do desporto que mobiliza, quando não arregimenta, corpos e mentes.

[54] Nesta reflexão, onde amiúde o futebol se sobrepõe ao desporto, obviamente influi o hábito de olhar para o arquipélago equatorial, que concitou o meu trabalho de investigação durante décadas.

[55] Cite-se, por exemplo, a recente criação do futebol feminino na Arábia Saudita.

Figs. 3 e 4. Estádio de Cana Cana, fachada exterior e relvado. Fotografias de Augusto Nascimento. 2010.

Se perguntarmos a jovens a razão do uso rotineiro do tempo a jogar futebol, todas as tardes, num campo improvisado numa antiga roça, provavelmente estranharão a pergunta. Tal estranheza será um aviso ao voluntarismo de quem pretende que o futebol e outros desportos estão forçosamente investidos de um sentido político, cultural ou outro…

Se o sentido da prática desportiva não estiver para lá do alcance da consciência dos praticantes, então os laços de comunhão de interesses para o propósito de jogar futebol poderão não têm de ter outro sentido que não o do aproveitamento de cada momento trivial da vida, que corre como sempre. Ainda assim, os laços sociais forjados em torno do futebol – nos terreiros das roças, dando uma nova finalidade aos terreiros onde já não se trabalha – não poderão ser mais duradouros do que os intentos políticos? A adesão ao desporto poderá ser transitória. Mas não o foi igualmente a teleológica ideologia que pautou a configuração das arquiteturas políticas do pós-independência? A prática desportiva não se sobrepõe às atividades escolares, religiosas, políticas?

Se a teleologia não resistiu, subsiste a ideia da correlação do desenvolvimento social e da desportivização das sociedades. Para uma visão da história, que poderia conhecer acidentes e acasos, mas não fugiria indefinidamente às suas leis, o dogma da correlação entre o desenvolvimento da sociedade e o do campo desportivo era indisputável. Se o desenvolvimento da sociedade era tolhido pela política colonial, o desporto certamente se ressentia, mesmo quando se afirmava como fermento de mudança. Não é evidente que assim sucedesse, mas era assim imaginado e, na verdade, confirmado nalguns casos. Nunca se declarou perentoriamente, mas subentendia-se como uma possível meta de investigação a articulação entre a evolução das sociedades africanas e o papel do desporto nessas sociedades em acelerada transformação …

Com prudência, sinalizaríamos, entre outras hipóteses, a de que os desportos, não sendo um decisivo fator de mudança, constituem parte dela e a de que a sua difusão sinaliza ou antecipa mutações sociais. Certamente importará equacionar as possibilidades de transformação existentes nas sociedades, em que direção, com que amplitude e, nessa medida, avaliar o lugar do desporto na

transformação das sociedades coloniais[56]. Em última instância, quando o poder transformador do desporto não foi relevante para as sociedades, tê-lo-á sido para indivíduos[57].

Essa indução do desporto à metamorfose das sociedades pesou nas decisões políticas? É difícil sustentar tal hipótese, mas é possível falar dos sentidos políticos da prática desportiva, mesmo quando esses sentidos não são aparentes ou quando os praticantes ignoram a política.

Relacionada com a das mutações sociais sugeridas pelo desporto, avulta outra dinâmica, a saber, a dos múltiplos sentidos políticos das práticas desportivas, assaz variáveis em razão das circunstâncias políticas.

A prática desportiva não se reduz à condição de veículo de intentos de transformação social ou de mudança política, mas, em certas circunstâncias, porque popularizada, a prática desportiva pode contribuir para as mudanças políticas que, todavia – di-lo-ia –, bastas vezes foram num sentido diverso do imaginado pelos atores.

PRÁTICAS DESPORTIVAS E RASTOS DE IDENTIDADES

[56] Abre-se, a propósito, um campo de interrogações não negligenciáveis para a delineação das investigações: as sociedades colonizadas deverão ser compreendidas como africanas, mais do que como colonizadas? Após as independências – supostamente eliminada a variável do colonialismo –, quando se almejava a homogeneidade e o universal, as sociedades não terão permanecido segmentadas, entre a permeabilidade às linguagens universais e a porosidade a valores locais? Tal matizou a influência e o enraizamento das práticas desportivas modernas?

[57] Vidacs, 2010, 33-69.

Fica indiciado que, parecendo, e sendo, marginal, o interesse científico pela história do desporto para o entendimento das sociedades hodiernas é relevante. Nalguma medida também o é para a relativização da abordagem identitária. Sem embargo respaldo que esta tem em ideários intelectuais e políticos, a abordagem identitária nem sempre sensibiliza o grosso das pessoas, a quem os lemas identitários dizem pouco. Já as inclinações afetivas no desporto – mormente, as clubísticas – parecem dizer algo, facto que importa contextualizar e explicar.

Ainda na esteira do debate da racialização de aptidões, na era colonial afloraram palpites sobre vocações e aptidões nacionais, raciais e outras para certos desportos. Sob a tutela colonial, prescreveram-se (inutilmente) desportos para a população colona e, menos frequentemente, para a colonizada. Afora a vã certeza dos enunciados no tempo colonial (curiosamente, replicada depois das independências), os discursos acerca de vocações nacionais, raciais e análogas tende(ra)m a ser datados, isto é, a serem celeremente ultrapassados pela realidade. Mais do que associadas a proclamadas idiossincrasias, independentemente de decantadas nos novos países, as singularidades dos percursos desportivos (e de lazer) brotaram das contingências e das veredas históricas das diferentes situações coloniais.

Como se disse, na era colonial assistiu-se à indicação paternalista dos desportos a merecerem preferência. Alvitrava-se a ideia de que os portugueses deveriam preferir, por exemplo, a vela, com o que fariam jus aos feitos dos antepassados[58]. Em inícios de novecentos, os clubes devotados aos desportos

[58] A vela chegou a ser considerada um desporto distinto (Domingos, 2013, 95), mas não terá concitado grande adesão, porventura por lhe faltar uma nota de paixão e de espetacularidade e, nessa medida, de popularidade.

Para outros desportos, faltavam as condições materiais. Era o caso do ténis. Governadores coloniais fizeram-se fotografar nos seus *courts*, com suas raquetes, em ocasiões de convívio. Tal permite supor que o desporto era mais ocasional de que regularmente praticado. Com as

aquáticos tinham sido um fator de distinção social[59], vincada sobre a clivagem racial. A vela só se expandiria no final do colonialismo por indução das autoridades – e, também, da Mocidade Portuguesa –, que, ao tempo, se tentavam a ganhar o coração dos colonizados. Porém, por um lado, esses desportos não recolhiam os favores das populações e, por outro, mentores do incremento do desporto não reconheciam nas artes do mar exibidas pelos indígenas em almadias ou canoas a premissa de um competente desempenho nos desportos aquáticos. Logo, malgrado a prática de vela em urbes litorâneas das colónias, as alusões à vela redundavam em idealismos destinados a serem ignorados.

Se tais indicações colonialistas eram vãs, não se aplicaria o mesmo a recomendações sobre desportos ditos africanos, cuja prática alguns queriam disseminar para suposto reforço da identidade africana? Ora, a exemplo do sucedido no tempo colonial, também por se avaliar a pertinência dos alvitres pela posição de quem os enunciava, tais alvitres não singraram.

Afinal, a seguir às independências, era menos louvada a identidade africana, como era rala a atração por desportos africanos – salvo onde nunca se tinha deixado de se os praticar – e duvidosa, ou menos apelativa, a ideia da uma identidade africana transmitida por (pressupostos) desportos africanos, que perdiam em atração para os desportos modernos. Por fim, era (e é) difícil firmar a autenticidade africana de certos desportos ou práticas de lazer[60]. Cumpre notar

fotografias, tratava-se de fomentar a ideia de distinção social através da exibição de apetrechos de um desporto que poucos praticariam.

[59] Para o caso do Brasil, ver Filho, 2024, 48-49.

[60] A filogénese de referentes culturais – que os desportos também são – é assaz complicada. Por exemplo, sobre os inextrincáveis fios das reivindicações de autenticidades da capoeira no Brasil, ver Fonseca, 2013.

que, amiúde, se é mais pronto a afirmar a africanidade do que a prová-la. Em todo o caso, subsiste o apego a desportos ou práticas de lazer ditas africanas ou com raízes em África.

A partir da relação dos corpos com uma bola, ou com algum objeto arredondado, alguns autores creditam universalidade às práticas desportivas. Em conformidade, tanto se dirá que o futebol é um desporto moderno e bretão, como se asseverará, e com acerto, que há muito o deixou de ser. A ser assim, importará ainda maior rigor na delineação da filogénese das práticas desportivas tidas por africanas e, evidentemente, dos respetivos significados políticos e sociais.

Podemos ter por garantia da autêntica africanidade do jogo do pau o facto de esse jogo ter sido praticado por Mandela[61]? Ora, a despeito de se poder falar de uma arte com várias nuances, disseminada em variadíssimos contextos rurais, o jogo do pau existiu no Portugal rural, chegando aos clubes de Lisboa no século XIX. Por exemplo, estava incluído na educação física ministrada numa escola lisboeta, que, nos inícios de novecentos, recebia educandos das colónias[62]. Ora, após a independência de São Tomé e Príncipe, a tentativa voluntarista de

---

Apesar da decantada ideia de se tratar de uma prática brasileira, não espanta que a aposta política, por regra deficitária nos domínios culturais, se desdobre em intenções a respeito da capoeira, que depois não se concretizam.

[61] "Aprendi a luta do pau – um conhecimento essencial para um rapaz rural africano – e tornei-me perito nas suas várias técnicas: aparar golpes, simular o ataque numa direção e dirigi-lo para outra, libertar-me de um adversário com um trabalho de pés rápido" *in* Mandela, 1994, 20.

Quem duvidará? Mas será essencial para outros rapazes noutros contextos?

[62] A Escola Académica, na baixa lisboeta, foi pioneira na prática obrigatória da educação física que incluía esgrima, jogo do pau, ginástica sueca, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

recuperar o jogo do cacete – dito um jogo africano – não passou de um artigo de jornal[63].

A filogénese dos referentes culturais, suposto veículo da identidade, decerto importa. Mas não interessará mais o enraizamento e o empenho das pessoas nas práticas desportivas em cada momento, tanto na situação colonial quanto no pós-independência? Para a adesão das pessoas conta a especificidade africana do futebol ou, ao invés, pesa a universalidade da lógica do futebol que o torna tão facilmente jogável?

Chegamos a uma problemática (a validar ou a relativizar): a ser exequível, como identificar e destrinçar a especificidade do desporto e, concretamente, do futebol africano?[64] Tal pergunta pressupõe que a especificidade exista, o que, cumpre notar, é duvidoso. Noutros termos, dificilmente se poderá falar de desporto africano, salvo se para designar desporto praticado em contextos africanos, para o que seria provavelmente mais apropriado falar de práticas desportivas em África[65].

Evidentemente, no plano histórico, pode relembrar-se a menção de Domingos a "um mundo de práticas de lazer e de performances físicas que, desenvolvidas para lá do desporto organizado pelos europeus", qual indício do "mundo dos dominados" e do modo como, por entre as adversidades e

[63] Consulte-se o artigo em que se falava do desporto como um direito do povo, como um facto precursor da democratização da sociedade, tese ilustrada com uma imagem do jogo do cacete, cf. *Revolução* nº31, 18 de fevereiro de 1977, pp.10 e 12.

[64] Não será difícil convir que a caracterização do desporto africano é de concretização mais difícil de que as artes performativas ou plásticas, tipificáveis, como todas as expressões, pelas trocas e influências, discerníveis por meio de uma laboriosa análise intertextual.

[65] O mesmo se poderá dizer do futebol europeu, designação que se referirá ao futebol na Europa, o que hoje não equivale a futebol jogado por europeus brancos. Há décadas seria diferente, mas hoje muito dificilmente se reconhecerá um jeito brasileiro de jogar futebol. Ou um jeito inglês.

contingências da história, os africanos "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência"[66].

Todavia, tudo leva a crer que tais performances, como muitas outras práticas quotidianas, tendem a ser abandonadas pelos próprios[67], o que suscita problemas relativos quer às categorizações, quer aos fundamentos explicativos – relativos à atribuição de sentidos, por exemplo – das narrativas sobre a história do desporto.

A aptidão física de africanos é notória para certas provas, por exemplo, corridas de fundo. Ora, não deixa de ser curioso que essa distinção seja prontamente reconhecida pelo senso comum, ao passo que, em tempos idos, políticos africanos enjeitassem reconhecer as especificidades orgânicas e as consequentes aptidões específicas para certos desempenhos desportivos[68], como que cedendo ao medo de ponderar as consequências das especificidades dos indivíduos ou grupos no seio da universalidade da condição humana, por tal desestruturar as suas certezas ideológicas e, quiçá, as ambições políticas.

Nos alvores das independências, a recusa de especificidades particulares abria caminho à imposição da identidade nacional[69]. Foi a imposição do vínculo

[66] Domingos 2010, 211-242.

[67] Por vezes, a sua evocação folclórica pelas atuais autoridades assemelha-se aos discursos dos dirigentes colonialistas sobre a cultura dos colonizados. Outro abastardamento do discurso sobre os artefactos culturais advém do abuso da palavra "tradição", cujo significado vai sendo cada vez mais o de algo com origem num passado mais ou menos longínquo, de que o arauto está (e, comummente, pretende estar) afastado, ao mesmo tempo que, com aparente autoridade, ratifica o rótulo da "tradição".

[68] Ver o testemunho de Hugo Azancot de Menezes, cf. Menezes, 2017, 219-220.

[69] É sabido, rejeitava-se o tribalismo em nome da arrogada superioridade política e ética do Estado e da nação, que se impôs aos concidadãos, porquanto as identidades nacionais não eram imediatas nem suscitavam identificação às pessoas.

nacional que o tornou banal a ponto de gerar identificação e polarizar afeições, mormente no campo desportivo. Perguntar-se-á, as pessoas não se moveriam pela sua identidade, pelas suas afinidades? Decerto que o fizeram, tanto a jogar futebol, quanto na tessitura de laços de proximidade ou no encaminhamento das vidas. Mas o que parece banal e corriqueiro não deixou de começar por ser um mote imposto de cima, que pareceu dizer mais aos estudiosos do que inicialmente dizia aos indivíduos tornados cidadãos dos novos Estados.

Seja como for, se falamos de identidades construídas ou alicerçadas no futebol (ou no desporto), teremos de ponderar a respetiva pluralidade: a identidade do meio onde os clubes nasceram, a resultante das afinidades de bairro, de empresa e todas as outras, discerníveis num dado tempo e num dado espaço, conquanto não perenes nem necessariamente relevantes para além das competições desportivas ou de um dado momento da vida das pessoas ou de um grupo.

No limite, por se confundir com a lealdade ao chefe, a identidade nacional podia parecer beliscada pelas afeições desportivas. Por isso, com base no ideário político, os ideólogos podiam decretar a vacuidade social, quando não o carácter alienante, da identificação futebolística. Porém, não podiam negar o quão decisiva nos despiques desportivos era a afinidade dos jogadores de uma equipa. Que isso não importava ao devir do mundo, era basicamente correto, mas tal não eliminava a importância da paixão pelo futebol para quem o praticava ou para quem a ele assistia. Foi assim durante o colonialismo, continuou assim no pós-independência.

O carácter multifacetado do desporto tornava-o portador de múltiplos significados. De uma outra perspetiva complementar, a adesão ao desporto podia diluir as clivagens políticas. Mesmo em contextos fechados, como o do colonialismo ditatorial português, à medida que se expandia, vincando a tendência

para a homogeneização dos comportamentos nos jogos, o futebol perdia a possibilidade de vincar identidades potencialmente excludentes, como a expressa na locução *então vais jogar com os chacais?* O alargamento da prática desportiva e a espetacularização da competição tendeu a apagar diferenças de (eventual) significado político na forma de jogar, assim como a especificidade da relação da prática desportiva com afinidades pregressas e de sítios particulares.

A tentadora migração para *os chacais* – isto é, dos ditos indígenas para o lado politicamente contrário, mas dominante, do futebol dos colonos, onde assentam as convenções para a normalização da prática desportiva – diminuiu a potencialidade de o desporto ser fonte de afirmação de uma irredutível diferença relativamente aos colonos.

Não que assim não tenha sido idealizada. Na ressaca do pensamento racista e eugenista dos primórdios de novecentos, vários intelectuais tentaram elencar as qualidades da (sua) raça. Por exemplo, Karel Pott, atleta e praticante de boxe, uma figura de proa dos moçambicanos, com presença na imprensa, via "no desporto um fator de cultura e civilização dos povos, que, quando cultivado com energia e regras próprias, podia levar os negros a alcançar os seus desígnios"[70].

E não se diria o desporto não era um ato de cultura, como alguns próceres da emancipação política dos africanos também disseram da insurgência? Em todo o caso, desmentindo estas crenças com que os líderes negros se animavam na luta contra o crescendo do racismo nos primeiros decénios de novecentos[71], o

[70] Rocha, 2013, 233.

[71] Esta abordagem perdurou décadas e, de algum modo, não será difícil a identificação com os "nossos", os da mesma cor ou os da partilha do sofrimento por causa da globalização.

desporto, como a emancipação política, obedeceriam, não tanto a especificidades irredutíveis, quanto a movimentos de cariz universal.

Perfilharíamos a ideia de que as práticas desportivas não podem ser indiscriminadamente associadas a lemas identitários, cujos conteúdos não brotam senão da subjetividade e dos interesses políticos, não raro, circunstanciais. Tal não invalida que tais lemas façam o seu caminho, motivando à adesão do que parece ganhar materialidade indiscutível.

Os Jogos Africanos de 2011 em Moçambique terão resultado do voluntarismo e do poder do presidente Guebuza. Não houve demanda social ou adesão notória, porquanto muitos moçambicanos nem sequer sabiam de tais jogos. Estes tiveram uma génese puramente política, sendo tudo gerido pelo presidente. Apesar das palavras de governantes que classificaram os Jogos Africanos em Moçambique como "um momento ímpar para a expressão da nossa moçambicanidade"[72], dificilmente se poderá estabelecer qualquer relação entre os Jogos (de que, por algum tempo terá ficado uma memória, hoje já esbatida) e facetas culturais da imaginada moçambicanidade. Em todo o caso, devido aos Jogos, prevaleceu uma trégua na comunicação social, como se o seu discurso e o discurso das ruas aceitassem veicular a imagem de um Moçambique unido e de todos[73].

Retornando ao pensamento sobre a afirmação do negro por via das suas qualidades, diga-se que José Craveirinha, também atleta, asseverava que "o desporto era a forma de o negro se conseguir afirmar num mundo que era dominado pelo branco". Assim o desporto se tornava um espaço de resistência e de desafio ao colonizador, cf. Rocha 2013, 233.

[72] Cit. in Bussotti 2013, 249-250.

[73] Bussotti, 2013, 251.

Ainda na senda da problematização das relações entre desporto e identidade, atentemos na consideração de que a afirmação da cabo-verdianidade passa pela adesão, criativa no tocante à forja de condições para a prática de desportos oriundos de outros ecossistemas, de desportos originalmente bretões ou desportos legados pelos ingleses.

Porém, e afora a diferença de tradições culturais entre os de São Vicente e os de Santiago, por exemplo, como sustentar a ideia da cabo-verdianidade perante a constatação da preferência pelos jogos de Portugal ao invés dos do país[74]? Ou como falar de cabo-verdianidade a partir da singularidade do críquete e do golfe em São Vicente, quando em meios rurais, como a Assomada, se observam diferenças relativamente às práticas de lazer na capital[75] e, por maioria de razão, para o cosmopolitismo do Mindelo?

Adiante, ponderaremos o curso e o enraizamento do discurso neonacionalista prevalecente em África, de algum modo, fonte de alienação sob a forma de orgulho nacional, dos deserdados no pós-independência.

[74] Para ilustrar situações contraditórias, em que podemos falar de sentimentos de identificação nacional e de alienação, perguntemo-nos: como falar da predileção – segundo alguns, alienada – da maioria dos cabo-verdianos – entre os quais é notório o apego à sua terra – pelos clubes da antiga metrópole em detrimento dos das ilhas (Borges, 2010)? Considerar-se-á que tal advém do histórico das vidas e das afeições e, bem assim, da projeção dada pela televisão, que potencializa os clubes europeus em termos inacessíveis aos clubes cabo-verdianos? A ser assim, há que reconhecer que as teorizações acerca de alienação são relativizáveis ou valem muito pouco. Eventualmente muito para quem as enuncia e, nesse lance, aparenta ou reivindica uma fidelidade aos referentes locais que, todavia, não escrutina.

Certos processos, como o da mercantilização do futebol – traduzido na inserção desigual dos vários futebóis no mercado capitalista global – e a facilidade da difusão das imagens da competição à escala mundial diminuem o interesse pelo futebol local. Mas tal não se observa em múltiplas dimensões da vida? Com a música, por exemplo?

[75] Borges 2013.

Para tomar um caso de relativa porosidade social das formas culturais – pressupostamente, esteios de especificidades nacionais – também os nativistas, os claridosos e os da consciencialização negra em Cabo Verde fizeram leituras políticas voluntaristas dos seus referentes culturais. Ora, também os referentes culturais – cuja ligação com as molduras políticas, apesar de reiteradamente reivindicada, nunca veio a ser competentemente explanada – servem de pouco para fundamentar identidades políticas. Outras formas de expressão, de vínculo cultural mais específico – por exemplo, a literatura –, poderão indicar mais acerca da cabo-verdianidade e do papel desta (presumida) argamassa, por vezes, musicada, no quotidiano das pessoas. Porém, concitarão o interesse e a adesão que os feitos desportivos, mesmo curtos, alcançam?

A "DEMOCRATIZAÇÃO" DO DESPORTO

Por força do arrastamento ideológico, em nome do que se aludia aos "verdadeiros interesses do povo", os intelectuais orgânicos das causas políticas – que podiam (aparentar) desdenhar a paixão pelo futebol – acabaram a replicar sentenças contra os sentimentos e os desejos do comum das pessoas. Adicionalmente, a ditar-lhes como deveriam experienciar ou viver o futebol ou outros desportos.

A seguir às independências, não existia o que não se subsumisse à identidade nacional, derivada da imperiosa construção da nação, a ser pautada pela homogeneidade social e pela consecução do progresso, que emprestava sentido a todas as facetas da vida, incluindo a prática do desporto.

Com as independências, parecia ocorrer um momento de rutura. Contudo, talvez se tenha tomado por rutura ou novidade o que era, sobretudo, uma mudança de léxico e, dissimuladamente, uma tentativa de impor uma mudança de azimute nas afeições dos cidadãos.

Na era colonial, nem sempre pautada pelo imobilismo, ocorreu a constituição, faseada e, de alguma forma, tateante, das instituições desportivas, do "campo desportivo", conformemente às mutantes condições de acesso à prática dos vários desportos. Correlativamente, as hierarquias desportivas, consubstanciadas nas instituições, "existiam em função das pertenças de classe, de gênero, nacional e étnica". Ao pautar mudanças nos modos de vida urbanos, o desporto serviu processos de distinção social[76], sendo indício de mudanças políticas e sociais[77]. Não se dirá que o desporto anunciou mudanças políticas – nomeadamente, o fim mais ou menos próximo do colonialismo –, mas afirmar-se-á que amiúde mostrou os limites e o contrassenso das categorizações raciais em que se baseava o colonialismo. Num certo sentido, e no que ao desporto dizia respeito, a superação desses limites era a da supressão das barreiras raciais. No ocaso do colonialismo, concomitantemente à súbita descoberta da necessidade de

[76] Domingos 2013, 84-85.

[77] Podemos falar de políticas desportivas do colonialismo que influenciaram a criação de um campo desportivo nas colónias (Domingos, 2013, 86) ou teremos de considerar que as políticas desportivas, sendo influenciadas pela desportivização do mundo, validam, mais do que induzem, a constituição das práticas e do ambiente desportivo em cada colónia?

Ainda assim, as políticas desportivas – denotadas pelas leis, ideias, programas e ações das instituições –denunciam como o desporto "traduzia" o "projeto colonial" (Domingos, 2013, 87). Arriscaria dizer que, afora a desarticulação e a errância, as "políticas" deveriam traduzir intenções colonialistas, que começavam imediatamente a ser solapadas pelo papel dissolvente do desporto na modelação das sociedades.

valorização da mão-de-obra-africana[78], caminhou-se no sentido do alargamento da prática desportiva.

Seria exagerado falar de um esboço de democratização no campo desportivo? Ainda que não por uma súbita bondade intrínseca do colonialismo, as iniciativas de indivíduos ou de grupos na criação de clubes e de campeonatos, assim como as eleições de dirigentes dos clubes constituíram passos no sentido da democratização, correlata do assentamento das práticas desportivas nas sociedades coloniais, incluindo as submetidas a um regime ditatorial como o português. Seria excessivo dizer que, sob o colonialismo, ainda que não por causa do colonialismo[79], a democratização do desporto se anunciava imparável?

Multifacetada, a democratização do desporto devia significar não só que o desporto era de todos, mas também que a vitória podia ser de qualquer um, o que, de início fora inconcebível para os colonos[80], por vezes até renitentes a aceitar as leis do jogo. Note-se, os equívocos prosseguiram decerto após as independências. Em São Tomé e Príncipe, um pescador angolar[81] podia ganhar

[78] Diga-se, a necessidade de promoção da mão-de-obra africana era aventada havia décadas. Porém, esbarrava nas inércias de um colonialismo ditatorial atido à preservação da exploração extrema dos corpos de trabalho africanos a benefício de um grupo restrito de privilegiados. A insurgência armada mostrou à saciedade a necessidade de mudanças contra os dogmas dos decénios precedentes. O colonialismo ditatorial português foi lesto a adaptar-se.

[79] Por causa das próprias características do futebol, que não só permitem aprender algo sem dependência de quem tem carreira, saber e experiência, mas também por a prática do futebol advir de uma capacidade ou de uma habilidade que não tem como ser ensinada, há algo de irredutível no futebol, que o torna universal e, por força da diversidade de empenhos, espaço de trocas (potencialmente) igualitárias e avessas às hierarquias estranhas ao futebol.

[80] Como no Brasil fora difícil imaginar que a vitória pudesse ser arrecadada por equipas com negros ou subalternos, que não podiam pensar e jogar como os futuros doutores do Fluminense, cf Filho, 2004.

[81] Em termos muito simplistas, a pequena comunidade angolar foi marginalizada durante séculos em São Tomé, inclusive pelos demais ilhéus, seus conterrâneos.

aos clubes da capital? Não foi só pela prevalência de preconceitos, que não eram um exclusivo dos colonos, que, após a independência, a democratização do desporto seria sustida.

O palavreado ideológico imperante nos Estados recém-independentes acerca da democratização do desporto induziu ideias erróneas, a de que no período colonial não existira sequer um arremedo de democratização do desporto e, por conseguinte, a de que a democratização se iniciou com as independências[82]. Ora, pesem embora os discursos sobre a homogeneidade de condição dos indivíduos, nos novos Estados redesenharam-se as assimetrias e as restrições de autonomia do associativismo desportivo, que, no seu ocaso, o regime colonial começara a outorgar.

Após as independências, os dirigentes falavam em massificar o desporto – critério por que queriam aferida a respetiva democratização – e julgavam promover o "futebol popular" por lhe outorgarem um nome. Ao mesmo tempo, os dirigentes tinham os seus momentos e locais privados de desporto, note-se, contaminados por laços de dependência pessoal, porquanto pertencer ao círculo do chefe, até nos momentos de lazer, faria parte dos mecanismos de promoção e de competição no seio da fração dirigente.

Após as independências, a palavra democratização surgiu como autorreferenciada pela circunstância de, no rescaldo de uma transformação política aparentemente radical, com ela se propor uma meta contrária à injusta assimetria social do colonialismo insanável. Qualquer passo empreendido após a independência aparentava laborar no sentido da democratização, atestada, por exemplo, por classes de ginástica ou de desporto. Poderia a participação de

[82] Tratava-se de um raciocínio formal, logicamente irrebatível, cujo alcance era o de tornar o lema da democratização autorreferenciado e insuscetível de qualquer comparação ou escrutínio.

pessoas nesses desempenhos gímnicos ser considerada um indício de democratização? Em princípio, ninguém se atreveria a contestar, sequer a duvidar. Mas seria por acaso que ninguém atentou ou fez notar a similitude das classes de ginástica[83], de ordem unida, com a ordem unida levada a cabo no pretérito sistema colonial[84].

[83] Após as independências, entendia-se por massificação do desporto uma sucessão de eventos, em muitos dos quais se enxertava a política sob a forma de participação num ritual de apoio aos dirigentes.

Em junho de 1979, no dia 1, uma classe de ginástica exibiu-se em frente ao Palácio do Povo, residência do Presidente. Segundo o jornal, desta forma, as crianças manifestaram apoio à "nossa Revolução e ao nosso Líder máximo" (cf. *Revolução*, nº51, 15 de junho de 1979, p.4). Note-se, os transeuntes nem sequer podiam pisar os passeios adjacentes ao dito Palácio do Povo.

Noutra notícia sobre uma exibição de ginástica, destacava-se a eficácia e o elevado sentido de coletivismo, apanágio do primeiro mundo gímnico. A cerimónia, a que assistira o presidente Pinto da Costa, fora o início de uma realidade desejada e a construir. Uma das ginastas apelou à participação da juventude santomense, "o futuro da nação", assim como aos pais e às estruturas responsáveis para apoiarem iniciativas do género. A exibição terminara com uma saudação à bandeira (*Revolução* nº73, 29 de julho de 1980, p.7), diga-se, ao chefe, dito o líder máximo.

Segundo as palavras sobre o primeiro festival gímnico na ilha do Príncipe, ficara "demonstrado o vigoroso desenvolvimento da ginástica e a sua aceitação na nossa jovem República e pode dizer-se que esta exibição abriu um novo capítulo no campo de amizade que une todo o nosso povo" (cf. *Revolução* nº75, 8 de setembro de 1980, p.5). Como sob a ditadura colonial, a ginástica parecia muito conforme ao espírito do regime, a que não era indiferente o aparente sucesso no adestramento dos corpos e das mentes.

[84] O horror à paixão e o apego à ginástica constituíram um traço comum de propostas ditatoriais. Em 1932, a exclusão do desporto, proposta pelo ministro de Instrução Pública, Cordeiro Ramos, assentava na ideia de que o desporto, em particularmente o britânico, provocava "a decadência dos povos". Segundo ele, a Educação Física devia basear-se na "boa prática da ginástica educativa" e, com reservas, nalguns jogos. Para o ministro, os desportos estavam "fora do génio do povo português". Logo, também por serem a "antítese de toda a educação", os jogos desportivos deveriam ser proibidos "consequente e formalmente" nos estabelecimentos de ensino liceal, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

Para tomar outro exemplo, certamente rodeado de outras expetativas e emoções, poderiam as corridas de mulheres, manifestamente sem hábitos de corrida, ser sinónimo de democratização do desporto?

Fig. 5. Mulheres a correr. Fotografia de Fernando Gaspar. Anos 70/80.

Como é que, apesar do pretenso contraste com as práticas coloniais, a palavra democratização[85] não adquiria outro sentido que não fosse o da participação em atos coletivos? A democratização acabou negada por guiões veladamente corporativos e estatizantes que tanto guiavam as demonstrações gímnicas quanto as manifestações políticas?

Independentemente de discursos bem-intencionados, o desporto – como as manifestações artísticas e literárias, para já não falar de rituais políticos que envolviam as massas – devia cumprir fins de suporte ao "povo", que mais não eram do que formas de apoio ao chefe, dito líder.

[85] Ainda que não fosse dito, quereria democratização significar a ausência de vedetismo ou de destaques individuais? Note-se, o único destaque individual incentivado era o do dito líder.

Neste contexto político, além de massificação, a democratização passou a significar uma dada orientação política para o futebol "popular". Decerto, os políticos sentiam alguma incomodidade com os imprevistos na prática futebolística. Por isso, tentavam regulá-la, ao mesmo tempo que falavam de democratização e de um "futebol popular", cujo sentido, não dito, mas imediatamente intuído, era o da ausência de ídolos. Uma das facetas da igualdade no futebol "popular" era a da contenção da adesão a eventuais ídolos. A diferenciação de um jogador e a admiração que ele concitasse não deveriam extravasar o domínio desportivo. Em suma, o apego ao futebol devia cingir-se ao estritamente necessário, avaliado, evidentemente, do ponto de vista dos dirigentes[86]. Estes aproveitavam o desporto para a sua projeção. Curiosamente, o pontapé inicial do campeonato de futebol popular dado por Carlos Graça, ministro em São Tomé e Príncipe, replicava rituais e gestos da era colonial.

Na perspetiva dos dirigentes independentistas, pelo comum da gente perpassava a luta entre a racionalidade – entendida como a resultante do expurgo das paixões estéreis – e a paixão destemperada, tributária da alienação e do obscurantismo colonial. Uma ilusão dos dirigentes terá sido a de que seriam acompanhados pelo grosso das pessoas no expurgo das motivações alegadamente alienadas, por exemplo, nos desafios de futebol ou na assistência a tais jogos. Por conseguinte, nas práticas desportivas deveria avultar a conduta cívica consentânea com a nova e transcendente finalidade política das vidas, a

[86] Evidentemente, não existia, por ser impossível, a definição do que era o devido apego ao futebol. Aduza-se, a indefinição do que era, ou não, permitido fazer compunha os mecanismos de inoculação do medo, avivado pelas mudanças de critério ao longo do tempo e pela mutável casuística de cominações e condenações.

saber, a modelação do homem novo[87], uma nova índole que se deveria revelar suficientemente gratificante.

Os políticos desejavam a homogeneização do futebol para prevenir os efeitos indesejados, entre eles, o eventual desvelar de uma natureza humana inconformada com ditames ideológicos. Não receavam pelo seu poder, receavam, sim, que o futebol fosse ocasião para ações destemperadas, sinal de inconformismo ou de que o seu poder não se desdobrava na adesão dos governados. Afinal, assim suceder no tempo colonial, quando o desporto fora para alguns nacionalistas o veículo que os levaria para a luta[88].

Como explicar que, apesar de não relacionado com problemas sociais e económicos, o futebol acabasse por ser causa, pretexto que fosse, de diatribes e de conflitos entre subalternos – e, mais, subalternos recém-emancipados – que, no plano ideológico, se diria serem impossíveis?[89]

Ao falarem de democratização – a palavra apropriada seria estatização – do desporto, de "futebol popular", os dirigentes dos novos Estados pretendiam o reconhecimento de que deles emanavam o juízo e a decisão sobre todas as dimensões da vida. Era impossível prevenir os desvarios no futebol, mas procurava-se torná-lo "popular", isto, é despi-lo de emoções geradas pela alienação. O dito "futebol popular" – de que se tentava extirpar parte da fruição, sublinhando-lhe o fim formativo do corpo e das mentes – era uma tentativa de conformar uma das poucas amenidades que restavam nas condições de vida

[87] Basicamente, um corpo de trabalho, um objetivo perseguido desde o tempo colonial através de diferentes meios – da religião ao desporto – e continuado após as independencies.

[88] Entre vários exemplos, cite-se o caso de Bobo Keita, cf. "Kôte", 2020 e Melo, 2020, 109.

[89] Tal situação de crescendo de indisciplina e de violência perdurou anos após a independência, cf. Nascimento, 2021.

tornadas ásperas pela extrema escassez de bens essenciais[90]. Ainda assim, não se prescindia da intenção de controlar a intensidade emocional associada ao futebol, que não deveria suscitar mais emoção do que outras modalidades desportivas.

À medida que o futebol se tornava importante, deixando de ser apenas um jogo para divertimento nas ruas, os comportamentos de jogadores e público aumentavam em distúrbios, como se cada jogo compusesse um confronto, em que, além de talentosos e eficazes, os jogadores tinham de ser guerreiros. Os adeptos também iam para os jogos como para pequenas batalhas onde não faltavam expedientes – entre eles, intimidação e agressões aos adversários – para tentar ganhar[91].

Apesar de ideologicamente inconcebível, tal era possível na sociedade pós-independência. Os comportamentos de indisciplina eram ofensas às autoridades eventualmente presentes no estádio. Em abstrato, era inimaginável jogadores ou dirigentes afrontarem as autoridades[92]. Mas, mesmo sem intenção de afrontar, cresceram o desrespeito e a indiferença.

[90] Na era colonial, nos bailes, os favores das moças poderiam ir para os jogadores de quem se falava. E o código de traje e de conduta do Sporting tornava-o um clube considerado, não por albergar (inconfessados) nacionalistas, quanto por reunir os jovens das famílias distintas das ilhas. Ademais, em jeito de reparação pelos trágicos eventos de 1953, o clube foi apadrinhado pelas autoridades coloniais.

[91] Nos primórdios do futebol, no Brasil, era frequente os adeptos deliberadamente interferirem nos jogos para ganhar pela ostensiva ameaça de violência sobre os adversários. Tal valia para os jogos entre clubes, mas igualmente entre seleções, ver Filho, 2004, *passim*.

[92] Como terá sucedido num desafio entre as seleções de Rio e de São Paulo, em que a ordem do presidente Washington Luís foi desrespeitada, mais ainda por se lhe assinalar que não mandava no campo, onde um jogador, mestiço, era mais importante do que um governante, cf. Filho, 2004, 158-160.

Com a configuração de um "futebol popular", os dirigentes também pareciam querer aplanar os vícios ou as desigualdades de competição decorrentes da aposta de indivíduos abastados, que, podendo aliciar ou contratar jogadores[93], introduziam a desigualdade na competição desportiva. Ora, mesmo eliminando as influências de patrocinadores, da carolice[94] – que nas condições económicas supervenientes às independências só podiam ser paupérrimas, ainda que bem-intencionadas –, não se erradicavam as desigualdades, desde logo pelo apoio de empresas estatais às equipas, por vezes, na esteira do já sucedido no colonialismo. A ideia de igualdade era quimérica, desde logo por inaplicável à competição desportiva, mas também por ignorar a heterogeneidade do tecido social. Alguma homogeneização pareceria resultar das políticas de nacionalização económica e do subsequente empobrecimento. Mas, mesmo num cenário de crescente pobreza, como o verificado, por exemplo, em São Tomé e Príncipe, não se eliminavam as diferenças advindas da maior base de recrutamento de atletas em zonas urbanas em desfavor das localidades mais pequenas espalhadas pelos territórios.

[93] A atender à história do futebol, certamente o termo "contrato" abarca as mais diversificadas relações dos jogadores com os dirigentes. Isto é válido para o Brasil, para Portugal, para as colónias…

[94] Apesar do empobrecimento do arquipélago no pós-independência, foram aparecendo "carolas" que apoiavam os jogadores. Não se tratava de ricaços, mas de indivíduos que forneciam géneros para um reforço alimentar, caso de uma sopa para os jogadores. Em tempo de escassez de bens básicos, tal não era de somenos.

Mais notória foi a aquisição de novos equipamentos, lustrosos, que levantaram dúvidas por não serem da cor estipulada pelo hábito ou pelas normas estatutárias do clube (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). A polémica pode não ter passado de dichotes sem consequência. Todavia, terá traduzido o desconforto face à inédita importação de um mero equipamento, sem o anúncio da intenção ou a inquirição prévia acerca dessa possibilidade. A democratização introduzia rigidez hierárquica e conferia vantagem a quem podia decidir até o trivial.

A democratização do desporto poderia traduzir-se num ambiente propício à livre iniciativa de indivíduos congregados por seus interesses e afinidades. Porém, a coberto do ideário revolucionário, o futebol popular, um sucedâneo do desporto corporativo, assentava na promoção das equipas das instituições estatais ou paraestatais, como se a ligação corporativa conferisse sentido à prática desportiva, não mais uma prática fútil ou meramente aditiva. A dita democratização atava os percursos dos jogadores às instituições – mormente, militares e policiais – que, alegadamente, mereciam a dedicação e a entrega dos indivíduos.

Significativamente, os governantes não queriam perder nem no futebol. As equipas dos Estados de orientação socialista, emergentes nas ex-colónias portuguesas, sobretudo, as equipes de militares, entronizadas herdeiras das (presumidamente) gloriosas tradições militares dos movimentos de libertação, não deviam perder na competição física e desportiva com equipas da sociedade. As forças armadas podiam recrutar indivíduos para serem seus jogadores[95]. Em países em guerra, tal era um ganho para os jogadores, que, assim, poderiam escapavam à guerra e à morte. Noutros casos, pesem embora as benesses, tratava-se de uma sujeição[96].

A arrogada democratização equivaleu a uma tentativa de controlo da atividade, da qual se queria apartada a influência de interesses particulares[97], do

[95] Por exemplo, Pessula e Manjate, 2021, 109-122.

[96] Esta desigualdade só era disfarçada pela circunstância de o desporto, mormente o futebol, se ter tornado corporativo. Algumas empresas suportaram clubes, cujas equipas de futebol tinham incomparavelmente mais meios do que as dos clubes que tinham sobrevivido à independência e que, como as pessoas, se defrontavam com escassez e ruturas de bens, desarticulação de serviços e desorganização das instituições.

[97] Assim se tolhia a livre iniciativa aos cidadãos no domínio desportivo.

mercado e do dinheiro – não existia mercado de futebolistas, aqui e além, implícita e vagamente associado ao tráfico de pessoas[98] – que, alegadamente, usuravam vidas de jogadores em prol de interesses monetários e em seu prejuízo. Congruentemente com a visão paternalista da sociedade tutelada, tratava-se de um raciocínio plausível que, todavia, desconsiderava o que seriam os interesses dos jogadores.

A palavra democratizar foi usada como sinónimo de atividade controlada pelo Estado, a exemplo do sucedido em instituições e em empresas, o que, não raro, redundou em ineficácia e em desigualdades que contrariavam a democratização, cujo esteio deveria ser a da igualdade no campo de jogo. Ora, esta igualdade inexistia em resultado de patrocínios empresariais de monta, públicos ou privados[99].

Ao falar de democratização, os dirigentes independentistas apostavam nos dividendos de uma relação clientelar e paternalista, similar à que os governos coloniais tinham entretecido com os clubes, em particular nas colónias[100], onde não existia mercado para sustentar, nem sequer parcialmente, as atividades desportivas.

De alguma forma, a democratização passava pela incumbência estatal de compra de bolas, chuteiras e equipamentos e posterior distribuição de forma equitativa. Porém, só ignorando os efeitos corrosivos de uma realidade pautada

[98] À medida que os regimes socialistas implantados nas antigas colónias perdiam élan por força, por exemplo, das provações e dificuldades económicas, que punham em causa o socialismo, insinuavam-se atos típicos de um mercado de força de trabalho futebolística: salários ou gratificações, transferências…

[99] Por exemplo, Rocha, 2013, 224.

[100] Por exemplo, na Guiné, cf. Melo, 2020, 52-53.

pela escassez é que se se imagina que um bem precioso, como uma mera bola, não se tornava objeto de uma troca pessoal desigual…

Afinal, às pessoas não interessava a democratização do futebol, interessava-lhes mais o futebol com o seu estendal de memórias, vivências e, sobretudo, vitórias. Por isso, a sobrevivência de alguns clubes deveu-se à pertinácia de alguns sócios[101]. Porém, nem todos os clubes tiveram tal sorte por força de vários constrangimentos[102], dos quais as provações económicas e a difícil angariação da subsistência diária não seriam de somenos[103].

Com ingenuidade (ou calada duplicidade), propalou-se a crença num desporto de massas, em que todos seriam iguais. Em todo o caso, esta visão pressupunha que da mole de praticantes deveriam mais ou menos espontaneamente sobressair talentos capazes de ombrear com os melhores desempenhos de fora da terra.

---

[101] Em Moçambique, alguns clubes ainda sobreviveram, mas o mesmo não aconteceu a associações de outros fins, finadas a pretexto de cavarem divisões étnicas ou de serem elitistas, e a jornais com tradições na contestação ao colonialismo, cf. Rocha, 2013, 216-217.

[102] No caso de São Tomé e Príncipe, espanta o quase desaparecimento do Sporting, o clube a espaços dito um esteio do nacionalismo. O seu quase desaparecimento pode ser interpretado como uma vontade inconfessada de que desaparecesse e com ele a prova de ser um cadinho do nacionalismo? Ou o seu eclipse se deve ao reconhecimento inconfessado de que aí se reunira a "pequena burguesia" local que, à boca pequena, enjeitava o projeto marxista-leninista dos MLSTP? Ou, ainda, por ter sido local de passagem dos jovens da Cívica que o MLSTP proscrevera ainda antes da independência? Numa brevíssima conversa, um antigo dirigente do Sporting qualificou como desagregadora e destrutiva do clube a ação dos governantes independentistas, *cf. testemunho pessoal, A. Nascimento.*

[103] A extrema dificuldade económica militava contra o associativismo, prejudicando gravemente a prática desportiva regular. Como imaginar a prática desportiva numa situação de fome e de privação? Noutros países, as carências não provinham apenas da guerra. Provinham também, quando não sobretudo, da desarticulação económica. Em Angola e Moçambique acresciam os danos das guerras civis. Acerca da obtenção de géneros como a questão premente no dia-a-dia em Moçambique, ver Rocha, 2013, 219.

No desporto, como nos demais domínios da vida coletiva, qualquer palavra dos dirigentes independentistas era, além de mais sapiente, impositiva. O conhecimento ou a familiaridade de técnicos com o futebol só podia servir para reconhecer a omnisciência de qualquer dirigente.

O saber desportivo não era considerado um saber especializado. Em rigor, relativamente quer à interação social, quer à prática desportiva, a ideologia hegemónica desqualificava saberes especializados, tendencialmente tidos por menos relevantes do que o denodo e o esforço dos desportistas, modelo a seguir pelos corpos de trabalho[104]. A desvalorização de um saber especializado era ainda mais pronta quando o objeto era o futebol[105]. De conhecimento diferenciado, de um saber indisputável só se podia arrogar quem, sendo dirigente e tendo tido uma experiência regular de prática desportiva ou de educação física, se presumia capaz de opinar acerca de táticas de jogos de futebol, mesmo se com isso desqualificava pessoas investidas como treinadores[106].

O voluntarismo dos governantes talhava verdades baseadas em inferências indevidas a partir de experiências pessoais. Louvava-se o exercício desportivo, a

[104] Importa notar a diferença de sentimento resultante a injunção política da dedicação ao trabalho sob o regime de partido único, que não podia produzir senão um entusiasmo passageiro, da recente comunhão resultante da vontade de jogadoras de uma equipa de andebol do interior de Santiago. Sem apoios, antes com dificuldades, elas reconhecem as vantagens da prática desportiva para aquisição de um "espírito de entrega" necessário para o desempenho a contento nas tarefas cotidianas, sem o qual a prática desportiva não lhes seria possível (Borges, 2013, 284-285). Noutros termos, as capacidades adquiridas pela prática da educação física ou do desporto – incluindo a disposição para o trabalho – serão encaradas de forma muito distinta, consoante se trata de uma injunção política ou de uma congregação de vontades.

[105] Conquanto também resultasse do atraso herdado do colonialismo, a ideia de ciências do desporto era estranha. Prevalecia a aversão ao conhecimento científico, desde logo pelo inconfessado incómodo com o facto de nem tudo ser redutível à ideologia.

[106] Ver Graça, 2011, 110.

implementar, desde logo por enfatizar o progresso, a novidade, cimentar a ideia de esforço coletivo – os corpos deviam praticar educação física para serem corpos de trabalho –, como se desejava que ocorresse nas relações laborais. Porém, a ideia de garantir um acesso universal à prática desportiva assentava em equívocos, por exemplo, o de que tal acesso era um desejo de todos, quando, para muitos, após um fogacho de entusiasmo, o desporto se tornaria uma maçada e uma canseira[107]. Em todo o caso, o voluntarismo dos governantes rechaçava a hipótese de a universalização do desporto ser irrealizável. Tal como não existiam escolhos insuperáveis para a condução do país?

Poderia a massificação ou a democratização da prática desportiva ou, no fim de contas, a bondade dos propósitos governativos ser propalada e confirmada por imagens de populares a correr sem equipamento convencional? A vontade revolucionária não superaria todos os obstáculos?

Enredados na sua fé e no voluntarismo, os dirigentes não anteciparam o progressivo desfasamento entre eles e os seus concidadãos, a quem se interditava a expressão da dissidência ou do mero desalento.

Os dirigentes também não previram que a racionalidade soçobrasse perante a paixão exacerbada, geradora de desacatos, ainda que por motivo que não mereceriam a pena, como era o futebol. A despeito da barragem ideológica, pela qual se instava ao empenho cívico e revolucionário, as violências pareciam resultar de uma irrazoável ou impensada paixão pelo futebol, injustificável quando o país estava a braços com a magna tarefa do desenvolvimento, que demandava

[107] Nem todos tinham a possibilidade de ter como fruição o exercício do desporto, uma hipótese para de pessoas com alguma diferenciação social, para quem os jogos eram ocasião de convívio e de tessitura de cumplicidades à reprodução da sua condição social.

a transfiguração no “homem novo”. As paixões descabidas pareciam levar a melhor sobre a definição pelos governantes dos verdadeiros interesses do “povo”.

Os sentimentos vazados nos recintos desportivos não eram apenas os dos jogadores e do público. O futebol serviu para indiciar o sentimento de desconfiança dos dirigentes relativamente ao povo. Com recurso à especulação, vale a pena atentar na evolução da arquitetura do estádio 12 de Julho[108].

Anos após a independência, encheu-se a grelha que encimava a parede, relativamente baixa, da tribuna. O gradeamento foi substituído por uma parede compacta, logo, mais protetora dos altos dignitários do novel estado independente. Inevitavelmente, é mister perguntar se os governantes independentistas não teriam mais medo de atentados do que os governadores coloniais? Pelos discursos, não se aventaria tal hipótese. Porém, cumpre colocar as palavras em contexto, também pautado pelos atos.

[108] Hoje, já se vai esvanecendo a memória da antiga arquitetura do estádio. Se no tempo colonial se privilegiava a circulação de ar, após a independência por injunção de receios ou de um despropositado espírito securitário, privilegiou-se a proteção dos dirigentes. Não se poderá asseverar se tal medida se deveu ao medo, se à importância que a si mesmo concediam. Note-se, não havia razão para ter medo e a importância era, de facto, circunstancial, embora os dirigentes e governados certamente a pensassem como perene e (quase) eterna.

Figs. 6 e 7. Interior do Estádio 12 de Julho e fachada exterior. Fotografias de Fernando Gaspar e Augusto Nascimento, respetivamente. Anos 70/80.

SENTIDOS POLÍTICOS INSCRITOS NAS PRÁTICAS DESPORTIVAS

Atenhamo-nos, agora, à leitura dos sentidos políticos (alegadamente) inscritos nas práticas desportivas desde o tempo colonial. A talhe de foice, pergunte-se, em que medida o voluntarismo dirigista enfunou as narrativas sobre o desporto como ocasião e lugar de luta anticolonial?

Ao sopesarmos a basta produção sobre protagonismos nos processos de emancipação política, parte deles com passagens pelo desporto, ocorrerá perguntar: não haverá atos desportivos politicamente inócuos ou gratuitos? Ao arrepio de eventuais intentos de aproveitamento político, não poderia a própria lógica da competição desportiva ser um escolho à sua usura pela política? Numa certa perspetiva, a política nem sempre está presente nos atos desportivos, menos ainda preside a eles. Em sentido contrário, pergunte-se, qual o contributo do desporto para o fim do colonialismo?

No tocante às mudanças políticas, concomitantes da desportivização das sociedades, para um largo escopo temporal, podemos aceitar uma história popular do futebol[109], uma visão da história potencialmente redutora ou elaborada de uma perspetiva unívoca. Em muita da litigância associada ao desporto e ao lazer será difícil encontrar sempre uma inequívoca aversão às opressões ou intenções políticas anticoloniais (hoje idealizadas porque prezadas e desejadas).

[109] Correia, 2020.

Avente-se, os momentos de confronto político, de ativismo, podem ser exaltantes, mas a evolução e mutação dos crenças, paradigmas e práticas não se devem apenas a confrontações.

Retrocedendo no tempo, atente-se no conflito entre as maltas[110] ou relembre-se as rivalidades nos vários festejos em Luanda[111] para dar nota da multiplicidade de intenções e de atitudes.

Contra o voluntarismo nos estudos no respeitante à imputação de intenções anticoloniais, terá de se ponderar que, na maioria dos casos, essas intenções inexistiram ou, quando muito, foram evidentes para poucos. Amiúde, os estudiosos podem estar a incorrer num erro, simétrico ao da desconfiança das governações ditatoriais, relativamente a iniciativas de subalternos como estando potencialmente imbuídas de calados intuitos políticos. Estarão os estudiosos a colorir o que possivelmente não tinha cor?

Como narrou Aristides Pereira, em meados do século XX, na ressaca das fomes, em Cabo Verde, o responsável da polícia achou que um torneio de futebol organizado pelos clubes constituía uma homenagem pública, veladamente política, a um administrador desalinhado com o regime. Esta imputação de intenções ditou a proibição do torneio. Para Aristides Pereira não existia intenção política[112]. Admitamos que, se existisse, era muito diluída ou apenas perpassava na mente de alguns.

Eventuais propósitos políticos, nomeadamente os propagandeados, devem ser analisados e problematizados. Admitamos que a presença de jogadores africanos nas equipas da metrópole e na seleção nacional portuguesa visava

[110] Grupos de capoeira que acabaram a funcionar como tropas de choque em confrontos eleitorais (Fonseca, 2010), não sendo difícil estabelecer paralelismo com a predisposição das claques dos clubes cariocas para as confrontações, cf. Filho, 2004.

[111] Marzano, 2013.

[112] Pereira, 2003, 359-360.

branquear a segregação racial nas colónias[113]. O argumento é plausível, podendo traduzir intenções da ditadura colonialista. Mas não só tal sucedeu quando a segregação racial parecia ceder, como a prestação desses jogadores na metrópole aduzia argumentos para nas colónias se deixar de se vedar a prática desportiva aos "indígenas" e aos africanos[114]. Ou seja, a prestação de africanos na metrópole questionava os axiomas racistas, tal outra interpretação plausível...

Evidentemente, tal também vingou porque também o "poder colonial procurava beneficiar de um processo de consolidação de uma cultura popular urbana, fortemente mediatizada, de que sempre desconfiara"[115]. Avesso a multidões nas ruas e apegado ao ascetismo de costumes, o regime salazarista não foi um entusiasta da propaganda política através do desporto. Até aos anos 50, o regime não se promoveu através do desporto, preferindo o suporte da Igreja. Nos anos 60, a eficácia da propaganda colonialista – a relativa ao desporto foi pobre, quando comparada com a de outros regimes e Estados[116] – dependeu, não apenas do alargamento da prática desportiva, mas, sobretudo, da transformação da prática desportiva em espetáculo público[117] e da sua promoção como objeto

[113] Domingos, 2013, 92.

[114] Num certo sentido, tal é similar ao processo, bem mais complexo e matizado, da ascensão do negro no futebol brasileiro, de que inicialmente foi apartado por força de preconceitos que não tinham outro fundamento que não o viés racista dos que deles comungavam, cf. Filho, 2004.

[115] Domingos, 2013, 92.

[116] Para o caso do Brasil e da Argentina, ver Drumond, 2008; acerca da propaganda referida ao desporto aquando dos cento e cinquenta anos da independência do Brasil, ver Rei 2020.

[117] Como assinalou Domingos (2013, 93) que, contudo, se refere ao crescimento do campo desportivo à margem da ação estatal.

Pense-se, por exemplo, nos Jogos Desportivos do Mundo Português, cuja organização se anunciou em 1961, cf. Melo, 2013, 135.

visual de circulação universal[118], a qual transmitia um ideal de realização humana patrocinado pelo Estado que, na década de 60, já não se queria colonial, antes se pretendia multirracial[119].

Referidas ao desporto, estas mensagens tinham um conteúdo político, induziam um sentido interpretativo das medidas relativas ao desporto. Num certo sentido, são simétricas de veladas interpretações anticolonialistas sobre a prática desportiva. Com particular relevância para a escrita da história e a produção de saber, estamos à volta da questão de partida, a saber, não há práticas desportivas isentas de intencionalidade política?

Em tese, as práticas desportivas são, ou podem ser, atos gratuitos – meramente desportivos – que não carecem de um sentido transcendente ou sequer de outro propósito, que não seja o de participar ou de, desejavelmente, vencer uma competição. E este propósito pode ser relevante, por exemplo, para pessoas a quem as vitórias ou a fruição de um dado momento importem mais do que qualquer outro objetivo, incluindo, objetivos políticos, por muitos considerados inatingíveis. Aliás, a predisposição corriqueira de alheamento da política pode ser a mais remuneradora, politicamente falando, para os mandantes[120].

[118] Ao tempo, os selos eram um poderoso meio de divulgação de imagens. Pouco após o início da confrontação armada, o regime divulgava imagens dos desportos supostamente praticados nas colónias; a este respeito, ver Melo, 2013.

[119] Não por acaso, também se produziram séries de selo postais com igrejas das colónias, indício da importância que tais ideários – o religioso e, depois, o idioma social sobre o desporto e, concretamente, sobre o futebol – tinham na configuração das vidas quando desocupadas da canga do trabalho.

[120] Aliás, as vitórias desportivas podem ser politicamente importantes independentemente da governação. Veja-se o caso da seleção da Guiné Equatorial que passou a recrutar jogadores estrangeiros, que mais do que identificar-se com a pátria ou nação, devem (tanto quanto possível) ganhar. Não se trata de cimentar a nação, trata-se de cimentar o poder através de vitórias no campo de jogo. Não é invulgar encontrar nas manifestações desportivas o equivalente emocional

Por força do veio voluntarista na análise histórica e da tentadora homenagem ao sofrimento pregresso e às diferenças identitárias, pode distorcer-se a análise, imaginando-se diferenças irredutíveis e atribuindo intenções políticas e outras à prática desportiva de subalternos em contextos coloniais, quando, provavelmente, as pessoas praticavam futebol pelo futebol, isto é, por fruição, por adição, para ocupar o tempo, sem ninguém se interrogar – tão pouco se incomodar! – com a origem ou as consequências de uma prática, que, a seu jeito e sem surpresa, considerarão intemporal.

Retrocedendo, nos antípodas das lucubrações voluntaristas, qual dos jovens que diariamente se entrega ao futebol nos terreiros das arruinadas roças se incomodará com a ideia de que esses terreiros – por regra, retângulos de terreno aplanado e, por isso, apropriado para o futebol – eram outrora lugares solenes e de trabalho? De outra perspetiva, qual deles, por causa da metamorfose do cenário em que jogam futebol, pensará no passado dos progenitores ou no seu futuro para além da prática diária do futebol, também rotineira por não haver o que fazer?

Em todo o caso, em contextos de subalternidade, a história do futebol pode ter sentido político, por nos falar da história de indivíduos pressupostamente insurgentes. Ainda assim, relativize-se a ideia da propensão da maioria dos subalternos para lutar – a maioria não nutre intuitos insurgentes –, resultado de equivocadas inferências de lutas simbólicas e da presunção de que o vexame e a opressão geram necessariamente a revolta. Tal asserção deriva da interpretação

---

da réplica alienada pelos deserdados do discurso neonacionalista sobre o bem-comum – como sendo o da nação, mormente da nação recém-independente –, identificando-se os deserdados com um poder que se exerce em seu desfavor, mas que eles tomam como deles, porque o grupo dominante tem o talento de adular e exaltar o ego nacional (Mabeko-Tali, 2018, 58-59). Assoma a questão: apesar das presumidas bondade e inteligência políticas de Mandela, estaríamos perante uma situação equivalente aquando da vitória da África do Sul no mundial de râguebi?

da história de acordo com uma visão idealista do que essa história deveria ser, ou ter sido, uma concretização da justiça e da igualdade.

O propósito de usar o desporto como instrumento de ação política anticolonial nem sempre esteve presente[121], tal como nem todo o patrocínio colonial da prática desportiva podia sequer ambicionar lograr a acomodação dos colonizados.

Aliás, não se ignorará que na atividade desportiva ou de lazer, tanto quanto grandiosos ideais emancipatórios se inscrevem micro amiúde dominações e dependências, conducentes à seletividade na memória, à parcialidade no juízo e à amputação da explicação histórica, que, não o esqueçamos, nunca reproduzirá a vida…

Note-se, os eventuais sentidos políticos subjacentes ao recurso ao desporto dependem das especificidades dos processos históricos. Também por isso, tão inútil é a linguagem ideologicamente sobranceira e etnocêntrica, oriunda do magma cultural racista ou colonialista, como o é a cunhagem de um propósito político ou, noutros casos, de um sentido transcendente a todos os atos desportivos dos atores subalternos.

Cumpre escrutinar os sentidos políticos e outros das práticas futebolísticas e de outros desportos[122]. Cumpre equacionar a possibilidade de, numa dada situação histórica, o sentido político (um entre outros eventualmente antagónicos)

[121] Arriscaria até a dizer que, compreensivelmente, está mais presente nos registos memorialistas do que provavelmente esteve nas práticas desportivas de há décadas.

[122] Não desprezaria os múltiplos significados de cada gesto, mesmo quando implícitos. Em todo o caso, o voluntarismo pode forçar a encontrar intenções e significados para opções que podem brotar mais do pragmatismo do que de significados políticos. Por exemplo, as escolhas dos estádios de futebol – em Luanda, em Maputo, na Praia – para a proclamação da independência teriam significado político?

do desporto ser distinto da ideologia dominante. Ou algo de semelhante suceder com decisões de governantes que, no seu apoio ao desporto, destoavam, mesmo se marginalmente, da visão dominante acerca da sujeição dos africanos, o que, para estes, podia não ser de somenos.

Os clubes foram nascendo e a adesão ao desporto foi crescendo. Vincou-se a tendência para a perda de posição das ecléticas associações culturais e recreativas a benefício do predomínio dos clubes desportivos que concitavam paixão e favoreciam a acomodação.

Já no cair do pano do colonialismo, um agente da PIDE em São Tomé e Príncipe tipificava o futebol como um dos mecanismos de acomodação dos ilhéus[123], porquanto, juntamente com as danças e a ausência de pressão social no sentido do empenho produtivo, o futebol parecia constituir uma espécie de horizonte de realização dos ilhéus. Embora se calasse o facto, certamente se anteveria gérmenes de politização anticolonial, que convinha colmatar com a deriva para o futebol.

Tal podia não ser difícil. Perguntemo-nos: que interessa(va) mais ao comum das pessoas, a política ou o desporto? Ora, na contramão do (teorizado) peso relativo dessas esferas da vida, teríamos de ficar surpreendidos com a resposta… Mesmo se nos referirmos ao tempo colonial, não nos deve surpreender o facto de o futebol e outros domínios banais da vida prenderem mais a atenção do que a independência, que a muitos – a muitos mais do que o que os estudiosos gostam de imaginar – parecia inatingível.

[123] Segundo Felisbino Gomes escrevia no dia seguinte ao do aniversário da tragédia de 1953, nada alterara a tranquilidade na província, alheada de assuntos políticos. Os ilhéus, entusiasmados com o futebol local e as danças nos chamados fundões, esqueciam tudo, até o próprio trabalho a que eram alérgicos por hereditariedade, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT nº8970, fl.24, relatório nº2/974, 4 de fevereiro de 1974, do chefe de brigada Felisbino Marques Gomes.

Alguns passaram pelo desporto a caminho da luta contra o colonialismo. Podemos olhar os clubes de futebol como lugares de potencial consciencialização e de ação politizada[124], até por força da mera partilha de emoções em contextos políticos pautados por rígidas restrições e interdições. Todavia, sem embargo de o ter sido para alguns indivíduos, a ideia de que o desporto foi uma via para a consciencialização política pode derivar de um adorno da pretérita prática do desporto. Embora fosse o fito de políticos que apostavam no desporto, afinal, será difícil (ou configurará um voluntarismo retórico) asseverar que o desporto, por si só, gerava solidariedade duradoura entre os subalternos que o praticavam…

É certo que se podia lesionar um adversário branco[125], mas poderemos imaginar que tal se faria isso quando o colono ou o branco em causa não pudesse jogar na própria equipa ou se não se pudesse jogar na (putativamente vencedora) equipa do branco. E, em todo o caso, lesionar um adversário não era necessariamente empenho numa causa política, ainda que nada impeça que assim possa ser retratado.

Alguns líderes políticos aludiriam à congregação de esforços contra o colonialismo, ilustrando o seu pensamento com a analogia do coletivo empenhado

[124] Em Angola, a partir de 1961, os clubes passaram a ser olhados com mais preocupação pela PIDE (Bittencourt, 2013, 171). Em meados da década de 1960, a PIDE relaxou a peneira e deixou de se opor às atividades associativas de elementos desafetos, desde que não militantemente avessos ao laço colonial (Bittencourt, 2013, 175-176). A vigilância da PIDE e o carácter repressivo do regime talvez tenham hiperbolizado a efervescência política nos clubes, servindo de fundamento a subsequentes narrativas de atos nacionalistas nos campos de futebol. Seria prudente considerar que os clubes se ativeram sobretudo à prática desportiva, que não podia deixar de ser considerada uma reivindicação de cidadania e, nessa medida, uma fissura na construção colonial. Após a "proclamação da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, o MPLA instaurou um socialismo vigilante, crescentemente interventor na vida associativa e privada. Novos olhos e ouvidos passaram a acompanhar clubes e esportistas" (Bittencourt, 2013, 177). Como qualificar esta ação, não de vigilância, mas de intrusão…?

[125] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

num despique desportivo. Na verdade, a metáfora da equipa podia ser útil para ilustrar a via para alcançar um objetivo político. Porém, para a governação social no pós-independência teria sido pensar na governação de um clube, em que interagiam pessoas de diferentes condições origens, condição e perfis, para além da interação numa sociedade independente poder ser ilustrada pela multiforme e mutante relação de vários clubes representativos de diferentes interesses e objetivos almejados por grupos e pessoas e idiossincrasias diferenciadas.

Quando se fala de instrumentalização política do desporto pelos poderes colonial[126] e independentista[127] ou, em alternativa, para lograr objetivos políticos emancipatórios, nem sempre se avalia o quão irrealizados, inconsequentes ou, simplesmente, impensados foram tais intentos políticos[128], por vezes, descobertos, quando não inventados, *a posteriori*, a fim de se imputar (ou reivindicar) retroativamente uma intenção e um sentido político de que, afinal, o desporto teria de estar forçosamente imbuído. Ora, tal está longe de ser verdade.

Em momentos dados, os sentidos políticos do desporto podem ser menos orientados pelos poderes ou pelos que aspiram a instrumentalizá-lo, podem ser mais difusos, e, ainda nessa circunstância, revelarem-se um fator de mudanças, sem preclara consciencialização da sua importância política e social.

[126] No caso português, "escasseava um pensamento sobre a função colonizadora do desporto" (Domingos, 2013, 93), mas tal não impedia, antes pelo contrário, vários intentos de atores que se descobriam propensos para a atuação no domínio do desporto, independentemente de sopesarem o que tal teria de benéfico para a situação colonial, que poderia até não lhes merecer afeição.

[127] Para o caso da Guiné, ver Melo, 2020, 99 e ss.

[128] A propósito de Angola colonial, veja-se a equação da relação entre poder colonial e associações desportivas tecida por Bittencourt, 2010. Já em Cabo Verde, inicialmente os portugueses não tiveram claramente delineado o "intuito de usar a prática esportiva como instrumento de controle, de dominação, de disciplinarização", cf. Melo, 2010.

Independentemente de convicções políticas que procuravam suportes instrumentais para o proselitismo, o desporto, mormente, o futebol, continha um elemento desafiador das crenças racistas e, também, colonialistas. Seja como for, apesar da (imputada) alienação subjacente ao desporto (e, admitamo-lo, da religião[129]) enquanto práticas conformadoras dos quotidianos, importará também reconhecer o potencial corrosivo do desporto para a ordem colonial[130], desde logo por o desporto se ter tornado um corriqueiro ordenador da vida, a ponto de, a exemplo do sucedido com a consciência religiosa, ter sido também considerado um veículo de alienação.

Cabe, ainda, lembrar que eventuais significados associados ao futebol podem surpreender por não corresponderem aos costumeiros intuitos de instrumentalização política da prática futebolística no sentido da acomodação ao *status quo* ou, ao invés, do proselitismo para a insurgência anticolonial.

Já depois do início dos levantamentos contra o colonialismo em Angola, em 1963, tropas portuguesas e congolesas confraternizavam em jogos de futebol, não raro seguidos de "comidas e bebidas"[131]. Convívios desta natureza não eram constantes, mas, convir-se-á, um único já surpreende. Terão ocorrido alguns. Em

[129] "A religião contribuiu para a consolidação do conceito nacional através de um núcleo de valores que, por serem tradicionais, densos e hostis à colonização, foram canalizados para a causa da independência." (AAVV, 2005, 217). No domínio da especulação, arriscaríamos dizer que subsiste algum paralelismo entre os idiomas da religião e o do desporto, porquanto ambos tanto sustentaram a obediência e a acomodação ao colonialismo, quanto, embora menos frequentemente, suportaram o desafio à dominação.

[130] Vidacs, 2010, 32. A dado passo, as autoridades também pensavam assim. E, obviamente, nas sociedades colonizadas colavam-se vários significados eram colados ao desporto. Daí que os colonos testassem a reverência dos colonizados, enquanto estes forjavam práticas avessas ao racismo e, quando possível, à dominação.

[131] Por exemplo, ver ANTT, PIDE/DGS, Del. A, P. Inf. 11.32.H, NT 1864, fls.203-205, relatório semanal nº12/63-S. R., Nóqui e Posto da PIDE, 25 de março de 1963.

tempo de guerra, enquanto portugueses, desertores do exército colonial por serem anticolonialistas, eram maltratados[132], autoridades e tropas congolesas e portuguesas confraternizariam com base no consumo de cerveja.

Em rigor, tais convívios não eram inexplicáveis. Mas ainda hoje surpreenderão abordagens maniqueístas, predispostas a hipervalorizar antagonismos políticos, que, nas suas vidas, os sujeitos, os grupos e as dinâmicas sociais amiúde desmentiam. Um caso impressionante terá sido o do desertor português, cabo Pinto, que se radicou em Léopoldville, para cujo sucesso terá contribuído a sua habilidade para o futebol[133].

Ainda que com menos relevância, cite-se o caso de recurso à afeição desportiva para prova de sentimentos políticos. Como é que um dissidente, quando não um militante anticolonial, podia demonstrar arrependimento e procurar provar fidelidade à nação? A 9 de novembro de 1970, num ofício secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor-geral de Segurança – o mesmo é dizer, à PIDE – dava-se a conhecer uma carta de um ilhéu a Salazar, na qual manifestava o desejo de se reconciliar com Portugal, para isso cessando as atividades no CLSTP. Concluído o curso liceal, abandonara o país em 1958, estivera um ano em França e estabelecera-se na Suécia até 1968, ano em que concluíra o doutoramento, depois de uma licenciatura em economia política. Aí escrevera artigos em jornais suecos a “favor dos movimentos terroristas anti-portugueses”. Após estadas em África, concluíra

[132] Ver a impressionante descrição da violência feita por Pádua, 2011.

[133] Companheiro de deserção do oficial médico Pádua, o cabo Pinto começou a jogar futebol num campo da prisão no Congo, concitando a admiração geral (Pádua, 2011, 54). Por conta das habilidades futebolísticas, o cabo Pinto integrar-se-ia na vida local, treinando uma equipa, deslocando-se na cidade com as suas duas namoradas, conforme relato do angolano Manuel Videira, 2021, 128.

que "sob muitos aspetos a colonização portuguesa ofereceu aos africanos bastante mais do que qualquer outra". Afirmava ter simpatia pelo povo português e o desejo de não "perder o contacto com a Pátria' levara-o a ser correspondente do jornal *A Bola* em Estocolmo, apesar da sua 'situação delicada' política. Esclarecia que elementos do CLSTP desconheciam a carta que escrevera. Despachou-se no sentido de obter um histórico dos antecedentes e de minutar uma proposta de decisão[134]. No tocante à resolução do ilhéu, podemos imaginar que pesariam o cansaço e a perceção de um caminho sem fim à vista. Não deixa de ser interessante que o crédito de portuguesismo fosse a correspondência com o mais popular periódico desportivo português. Não interessaria para o caso, mas o dito ilhéu apareceu após o 25 de Abril como militante de topo de MLSTP, falando como alguém já na calha para a assunção de responsabilidades políticas. Entretanto, com a independência, desapareceria da política são-tomense. Ainda mais voláteis do que o apego ao desporto pareceram ser os sentimentos políticos.

Porventura, seria acurado falar do desporto como fonte de um idioma social, do qual se retiram inconscientemente ponderações para a vida, processo, aliás, evidente nos pleitos desportivos em contextos coloniais. Com efeito, até numa sociedade colonial, a visão das relações sociais podia ter de pagar tributo à perceção de senso comum – a da igualdade de condições no campo desportivo, a que muitos colonos não se queriam sujeitar e que outros validavam quando participavam nos jogos com africanos nas suas equipas ou nas equipas adversárias –, visão tão mais verdadeira e impositiva quanto decorrente da presença assídua do desporto no quotidiano.

[134] ANTT, PIDE/DGS, SC SR Nº2388/56 NT 2781, fls.8-10, Lisboa, 9 de novembro de 1970, of. secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do MNE ao diretor-geral de Segurança.

Dado o imparável curso do futebol no giro do mundo, o seu sentido político lato, embora não expressamente codificado, antes difuso, podia tornar-se relativamente operante. Afinal, se havia um significado no avanço da desportivização das sociedades coloniais, era o de uma uniformização dos comportamentos em campo. Tal também colidiria com as especificidades emancipatórias da prática do futebol, por exemplo, nos subúrbios das cidades coloniais. Ou cumprirá ponderar que o desvio à norma padrão do futebol, por indução das condições e dos propósitos com que se pratica futebol em cada sítio, será porventura mais adaptativo às circunstâncias do que propriamente ressentido e/ou emancipador.

Por outras palavras, a apropriação e a adaptação do futebol, em razão da matriz identitária ou da pulsão para o desagravo ou a contestação, poderia resistir à pressão uniformizadora da linguagem universal do futebol? Ou à possibilidade que se abria de ascensão dos clubes do futebol popular (paulatinamente, porventura menos ressentido e revoltado) dos subúrbios para os clubes da cidade[135] e, até, para os da metrópole?

Em certas conjunturas ou situações, o futebol podia permanecer malandro, mas não é evidente que essa faceta fosse a mais perseverantemente procurada pelos africanos, mesmo que jogassem amiúde contra equipas de brancos ou de colonos. Dir-se-ia que a "reclamada" apropriação[136], e consequente adaptação,

[135] Nos anos 60, a realização de um campeonato popular em Bissau empolgou o público da capital, levou à "contratação" de jogadores para o campeonato federado, aonde chegou um clube saído do campeonato popular, o Ajuda Sport (Melo, 2020, 95). É de supor que aspirações semelhantes perpassassem por pessoas e clubes noutros subúrbios, mitigando o ressentimento associado à perceção da discriminação, também matizada no ocaso do colonialismo.

[136] A adesão ao futebol e aos desportos modernos passava pela consciencialização dos africanos? Ao invés dos termos em que hoje a espaços se a equaciona, não suscitaria o futebol uma adesão tão pronta quanto nós podemos imaginar à luz da nossa experiência? Sabe-se que nem sempre foi

resultava mais da apartação a que os africanos, ou "indígenas", eram sujeitos, os quais, se vencida a barreira racial, deixariam a malandrice. Mais do que de uma cultura matricial de vocação anticolonialista ínsita nos colonizados, o futebol malandro derivaria das circunstâncias de sujeição dos jogadores e das condições em que o futebol era jogado.

É assaz difícil a assertividade a respeito de práticas tão polissémicas. Por exemplo, não se deixe de reconhecer uma noção de futebol própria de cada tempo[137] e de hábitos locais, onde a violência está presente (as mais das vezes, alheia a qualquer forma de resistência). Em São Tomé, a noção de virilidade masculina obriga à sua afirmação, ao desempenho futebolístico assente na compleição física e na afirmação de força superior à do adversário[138]. O futebol de recreação permaneceu malandro em São Tomé e Príncipe durante décadas após a independência. Até há anos prevalecia uma cultura de despique físico enxertada na prática de futebol fora dos despiques regulados. Arriscaria dizer que assim deve continuar…

Se lêssemos os conflitos nos campos de futebol em São Tomé nos anos 70 – que, sem dúvida, tinham ínsita uma perceção do antagonismo racial – como

assim, mas tê-lo-á sido em muitos casos, sem outras motivações que não a da fruição da prática desportiva.

[137] Compare-se a malandrice dos subúrbios das cidades coloniais com a evolução da violência ao redor e nos campos nos primórdios do futebol no Brasil (Filho, 2004). Mesmo advertido para a fantasia de algumas das narrações constantes do livro, se porventura algumas das descrições dos eventos em que as claques se portaram como gangues fossem verdadeiras, então talvez se devesse concluir que a malandrice politicamente orientada das táticas dos colonizados africanos deverá ter sido muito contida. Tal é congruente com a assimetria da sociedade colonial.

[138] Numa conversa informal, um treinador do Sporting de São Tomé do tempo colonial qualificou um seu pupilo como medroso (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Parecia que não se disputava um desafio de futebol sem disposição para a luta física.

inequívoca contestação ao colonialismo[139], como deveríamos ler a incidência da violência após a independência, quando supostamente inexistiam razões para tal violência?

Ainda que seja difícil detalhar a mediação que leva da falência das instituições à violência nos campos de futebol, porventura será mais profícuo interpretar os episódios de violência nos campos como indício da descrença nas instituições e sintoma de desorganização social[140].

Ao aludirmos à desportivização das sociedades[141], estamos a falar de uma progressão desigual, mas imparável, de uma cultura desportiva, fundadora de um espaço de práticas universais e de uma dinâmica tendencialmente homogeneizadora de circunstâncias heterogéneas, como as das cidades por oposição às dos povoados rurais, ou as dos centros do capitalismo em contraste com as das semiperiferias, as das metrópoles colonizadoras distintas das de sociedades coloniais.

Com a crescente desportivização das sociedades, que se impôs pelo apelo ao sensorial e pela imagem, inferem-se (indevidamente que seja, pouco importa) significados julgados úteis para a regulação das relações sociais, os quais, aliás, tendem a sobrepor-se ao das ideologias e aos das religiões. O desporto como que

[139] Curiosamente, um dos ilhéus citado como envolvido nos confrontos viveu toda a vida em Portugal. Tal não elimina a possibilidade de contestação ao colonialismo, mas também não deixa de a caracterizar.

[140] Nascimento, 2021.

[141] Para o avanço da desportivização global das sociedades, não se concluirá por um mérito intrínseco do desporto, porquanto cumpre sopesar o poderoso contributo dos meios tecnológicos de transmissão de imagem, do triunfo da publicidade e da criação de necessidades económicas, induzidas pelas dinâmicas da acumulação, que modelam as aspirações do comum dos mortais, fatores que se sobrepõem aos fatores políticos.

fornece ideias ordenadoras da vida, das possibilidades e das necessidades, sendo portador de uma moral banal, mas útil, para regulação social[142].

Se assim pudéssemos falar, o resultado político, *lato sensu*, do desporto – fosse pela polarização dos sentimentos numa prática sem aparente potencial político (tal como sucedera com a religião), fosse pelo consequente empenho nessa prática sem sentido[143] – seria o de confirmar a sociedade. Nesse sentido, tanto laboraria contra a mudança política e social desejada por revolucionários e independentistas, como indiciaria a falência da negação da igualdade entre as pessoas sustentada por poderes coloniais.

III

O DESPORTO E O GIRO DO MUNDO

DESPORTO *VERSUS* RACISMO

Dado o foco nas sociedades africanas (ou dos seus legados noutras sociedades), uma questão instigante é a da relação do racismo com o desporto. A evolução de ambos está indissociavelmente interligada.

[142] Não terá sido por acaso que o desporto foi adotado para proselitismo religioso. No Brasil, o padre Manuel Gonzalez orgulhava-se da introdução do futebol no Brasil, praticado em colégios para jovens de famílias endinheiradas (cf. Filho, 2004, 52-53). Nas missões, os jogos seriam ocasião para se verem missionários sem batina.

[143] Opinião de Alda do Espírito Santo ou, há décadas, de muitos outros, que achavam que a "bola" distraía os jovens de aprendizagens escolares necessárias à vida.

O estudo do desporto – linguagem tendencialmente universal[144], mesmo se de enraizamento social inicialmente marginal – constitui-se como um meio privilegiado para examinar as sociedades coloniais[145], mormente, as relações entre colonizadores e colonizados, as formas de poder, a evolução de grupos sociais, os processos de exclusão e incorporação social, com implicações no acesso ou na interdição ao lazer.

Vale a pena registar que, para aferir da valia do desporto enquanto fator de mudança, mormente no domínio das relações raciais, será relevante, de uma perspetiva comparativa, avaliar estes itens noutras sociedades, que não as colonizadas, caso, por exemplo, do Brasil, onde, nem nos campos de futebol, a igualdade foi sempre uma realidade. Nos primeiros anos do futebol no Brasil, o jogador negro não podia dar pancada sem se tornar vítima de uma possível agressão do público, propenso a saltar da bancada de bengala em punho[146]. Como se referiu, de início, nos campeonatos cariocas, ninguém pensava no ingresso de jogadores negros para fazer uma equipa ganhar… e, ao tempo, não se falaria de racismo nos termos em que posteriormente foi equacionado.

---

[144] O carácter tendencialmente universal do desporto advém do facto de ser uma linguagem reconhecida por todos, quanto por concitar a aspiração e o apego de (quase) todos. Acresce que a propensão e a capacidade dos corpos não podem ser preditas nem decretadas, da mesma forma que o apego ao desporto conduz ao forçoso reconhecimento do interesse e do apego dos outros, mesmo se colonizados e subalternizados. Estas circunstâncias pesavam nas relações no terreno, como que negando os sustentáculos racistas do colonialismo, facto mais notado sobretudo quando as circunstâncias políticas se lhe tornaram adversas.

[145] Domingos, 2010.

[146] Filho, 2004, 109.

Relembre-se, quão diferente seria o ambiente, mesmo em contexto colonial, quando um ilhéu lesionou um branco por ele considerava um adversário temível, cf. *testemunho pessoal, A. Nascimento*.

Se hoje parece evidente que num sistema colonial não se podia ignorar o racismo, a verdade é que, sobretudo no colonialismo português, o expediente de autoridades os colonos foi justamente o de ignorar a prevalência do racismo, sobretudo quando este se tornou motivo de opróbrio. Porventura, também por isso se desvalorizou ou se ignorou o facto de o desporto, que trazia no bojo um fermento de mudanças sociais, ser corrosivo para o racismo.

No tempo colonial, o futebol era afirmou-se como um espaço de igualdade e de liberdade regulada, onde, segundo as regras, se podia ser melhor do que o adversário, mesmo em posições abissalmente assimétricas, o que, enquanto o futebol não singrou, pouco ou nada importou ao sistema colonial. Ainda assim, foi no futebol que se forçaram as barreiras raciais[147], foi nesse domínio que se veio a apostar para vazão das tensões e desvio da consciência da política.

Noutros contextos coloniais – incluindo os ambientes elitistas, como os das corridas hípicas no Sudoeste Alemão[148] –, o desporto foi forçando o rompimento de barreiras raciais. “Afinal, do ponto de vista da porosidade e da indução de mudanças sociais, esta manifestação da modernidade tinha potencial equivalente, quando não maior, ao da imprensa e do associativismo – que também vivia do desporto, amplificando a sua importância social e política – e ao do associativismo político.”[149]

Como se provou por várias vezes, o desporto tinha potencial para desautorizar as ideias racistas sobre a inferioridade dos negros, mesmo se, em abstrato, não questionava os lemas da superioridade europeia ou de colonos. Na

[147] A superação das barreiras raciais acabou por ser maior no desporto do que no conjunto da interação social, cf. Gonçalves, 2010.

[148] Correa, 2013.

[149] Marzano e Nascimento, 2013.

prática, evidenciava-se a vantagem de, num campo restrito e, não raro, a benefício imediato do colonizador, se reconhecer o talento e a força insuperáveis de atletas e jogadores africanos.

Mutantes no tempo, as relações entre o desporto e o racismo assumiram (e assumem) expressões diferenciadas, entre elas, a prevalência da raça, ou da cor da epiderme, apesar de ela não ser nomeada[150], e a da convicção, por vezes desmentida, de que o desempenho no campo corresponderia à assimetria na sociedade. Ora, no campo de futebol, os colonos podiam perder.

Os colonos poderiam sempre depreciar o desempenho futebolístico dos indígenas ou colonizados a partir de uma noção subjetiva de que uns pontapés na bola não seriam exatamente um jogo de futebol bem jogado. Todavia, tratar-se-ia de uma asserção subjetiva e indemonstrável, que se escorava na convicção da superioridade inquestionável das suas ideias relativamente ao mero desígnio de ganhar jogos de futebol, o que, no entendimento dos colonos, seria o intento dos indígenas dados à prática do futebol sem ponderarem o lugar ou propósito do futebol para a vida… Por quanto tempo se poderia, por conta do racismo, alimentar o preconceito de que os indígenas não tinham capacidade civilizacional para a execução de um bom jogo de futebol quando eles podiam ganhar e… ganhavam? E de que lhes faltavam capacidades para fazerem um bom juízo do que deveriam ser as suas vidas e o caminho das sociedades?[151]

[150] Bittencourt, 2010.

[151] Cabe uma nota lateral sobre surpreendentes homologias em processos políticos pressupostamente antagónicos: por muito estranho que se afigure, ao arrepio da aparente diferença de propósitos, uma justificação do poder dos mandantes no pós-independência assentava na sua ciência do que seriam os verdadeiros interesses dos seus concidadãos, ex-colonizados.

Como ficou dito, a partir dos anos 50, em Angola e em Moçambique, a assunção do mérito futebolístico e do interesse na valia desportiva para levar os clubes aos triunfos levou ao surgimento de equipas com brancos, negros e mestiços. Como sucedia no Brasil, comprovava-se à saciedade o valor dos negros[152]. E, a partir do momento em que nas sociedades coloniais se abria espaço para o desporto e, em especial, para o futebol, como é que, sem interdição em letra de forma de equipas mistas, se travaria a pulsão para a integração de negros ou "indígenas" nas equipas federadas locais e da metrópole?

Com a mudança da conjuntura internacional após a II Guerra, a partir de atos solitários[153] iniciou-se o caminho para o desanuviamento político que, tendo expressão no desporto, se poderia replicar na sociedade. Aventa-se o desaparecimento de um "racismo omnipresente, no desporto nos derradeiros anos do colonialismo, tanto entre os praticantes como entre o público, mormente quando composto de estratos médios da sociedade[154]. Certamente podemos falar de racismo omnipresente, que, como tal, foi varrido da testada do regime e, por reflexo, do comum dos discursos sobre a valia desportiva dos africanos[155], que se afirmou pujante no Benfica dos anos 60 e na seleção portuguesa de 1966. Como se explicaria a loucura em torno de Coluna e Eusébio num país referido pelo

[152] Este caminho foi feito nas colónias portuguesas, tal como fora feito no Brasil, cf. Filho, 2004.

[153] A acrescer à prática desportiva força da alçada da administração estatal e ao descompasso entre a legislação colonial e a concretização dos propósitos mais particulares de muitos dos atores no terreno, a "informalidade da prática terá gerado situações de troca desportiva, que ora vincavam e reforçavam a discriminação, como podiam desafiá-la." (Domingos, 2013, 90). Tendencialmente, reforçaram-na de início – o que não impediu a afirmação de Demóstenes de Almeida, em Angola, ou de Guilherme Espírito Santo, em Lisboa –, esbateram-na cada vez mais depois.

[154] Por exemplo, para o caso de Angola, relembre-se Gonçalves, 2010.

[155] O reconhecimento da valia desportiva dos corpos negros não era indiciado pelo investimento de tempo e de meios na promoção de *boxeurs* negros na Beira, uma cidade marcada pelo ideário racista?

colonialismo e pelo racismo? Em jeito de especulação, e por muito que incomode uma certa visão normativa do saber, talvez cumprisse duvidar mais da crença do comum das pessoas no colonialismo e no racismo – factos dados para o comum dos portugueses sem outro instrumento de leitura do mundo além do ideário salazarista – do que do apego dos benfiquistas e dos portugueses a estes dois ídolos da bola…

Certamente, houve conflitos em jogos e jogos em que se expressaram rivalidades raciais, mas não apenas essas. Podemos contrapor eventuais sentimentos de desforra dos agravos, presentes na prática de futebol popular nos subúrbios de Lourenço Marques[156], à adesão popular ao campeonato de futebol da missão de São Benedito da Manga, onde jogavam equipas de "indígenas" que, de alguma forma, se agrupavam por afinidades de origem e de ordem sociocultural.

Como é que num caso teríamos a expressão de uma rivalidade racial e social e, noutro, se observava a adesão, mesmo se passiva, ao futebol popular, jogado por "indígenas" sob o patrocínio da Igreja na Missão de S. Benedito na Manga, subúrbio da colonialíssima cidade da Beira?[157] Os brancos que assistiriam estes jogos não estavam a valorizar a prestação desportiva, independentemente de esta ser protagonizada por negros, durante décadas rebaixados como "indígenas"?

A questão do atrito do desporto com as restrições do racismo pode ser repensada e equacionada de outra perspetiva… a da perenidade do apego ao

[156] Se fosse necessário para vencer e se lhes fosse possível, não seriam os jogadores dos subúrbios de Lourenço Marques igualmente malandros se tivessem de defrontar outros de outras paragens, que não necessariamente brancos?

[157] Nascimento, 2024.

desporto *versus* a falência de ideologias, o que se aplica quer à ideologia colonial, quer à revolucionária, pautada pela dimensão voluntarista e intrusiva da vida das pessoas.

Cumpre dizer que o processo de rompimento de barreiras raciais pareceu imparável. Todavia, ao invés dessa suposição de há décadas, não o é. Prezam-se os melhores nas "nossas" equipas, mas voltou a usar-se o jargão racista… contido não pelo politicamente correto, pela criminalização do racismo ou pela educação, mas, antes, pelo poderio da instituição FIFA – uma estrutura associativa supranacional assente no lucro, pressupostamente em valores básicos e, acima de tudo, no tendencialmente universal desejo de vencer –, a qual ensaia conter as manifestações racistas e impor o respeito[158] que é devido a todos.

Em todo o caso, multiforme e impercetivelmente arraigado, o racismo reveste-se de milhentas roupagens. Na cidade da Assomada, no interior de Cabo Verde, apesar de ditos e comentários acerca de um campo edificado pela câmara e usado pelos imigrantes, estes têm possibilidade de dispor de um local e de um tempo para a prática do desporto, algo impossível na capital, Praia, onde o escalonamento dos espaços lhes veda o uso de equipamentos[159]. A ser assim, dever-se-ia falar de racismo dos cabo-verdianos? Ou, afinal, do afloramento do racismo e de outras formas de dominação sempre que, independentemente da risibilidade dos pretextos, se proporcionar o ensejo e a ocasião?

O FUTEBOL E A PERTENÇA AO MUNDO *VERSUS* A IDEOLOGIA E A "LUTA"

[158] De certo modo, a ação tutelar da FIFA parece mais presente e atuante do que a dos Estados relativamente, por exemplo, a atos racistas ou à igualdade de género. Atende-se mais à FIFA por causa do dinheiro? Por uma justiça mais expedita do que a dos Estados?

[159] Borges 2013, 287.

Menos problemática do que a do racismo é a questão da dimensão política da identificação afetiva no domínio clubístico. A questão não vale senão como indício de como as sociedades e, não raro, os seus dirigentes se ocupam de questões irrelevantes para o devir histórico, que não – ajuizarão eles! – para a consolidação do seu poder. Ou não terá sucedido que a "luta" inventada e continuada após a independência – e, também por isso, conducente a fracassos económicos – precisava de gerar normas de conduta que eram menos importantes pela sua substância do que pela instilação da obediência ao chefe?

Um erro dos dirigentes foi o de acharem que os concidadãos, por os terem apoiado no seu engajamento militante para pôr fim ao colonialismo, os seguiriam incondicionalmente e *ad aeternum* no mando, retirando disso e da nova condição de cidadãos a gratificação emocional que antes retiravam, por exemplo, de inscreverem nas suas vidas a discussão, fútil que fosse, das incidências desportivas e das paixões clubísticas…

A seguir às independências, o futebol foi subalternizado, expurgado da suposta alienação, a benefício dos rituais da política. Ora, exceto na mente dos dirigentes independentistas, quando não apenas nas palavras, inexistia uma competição direta entre política e futebol. Aos dedicados ao "campo" do futebol importava pouco ou nada a ideologia, mas aos arautos da ideologia de vocação autoritária não podia deixar de importar o futebol, porquanto a afetividade só devia dirigir-se ao líder. Não podia haver heróis desportivos que lhes disputassem a afeição das pessoas banais…

Após a independência, as pessoas deviam alijar a alienação do desporto[160]. A propósito da alienação e do obscurantismo colonial, vale a pena registar que, a 10 de abril de 1950, assistindo a um jogo de futebol entre Portugal e Espanha, Amílcar Cabral escreveu que nunca se supusera tão português, mesmo se por esse tempo já tinha uma visão crítica da política colonial enformada por sentimentos anunciadores da sua predisposição independentista[161].

Concluir-se-ia, então, que se nem Cabral escapara à alienação ou à irracionalidade, era mesmo imperioso implementar uma política, pressupostamente desportiva, devotada à erradicação de manifestações alienadas e irracionais, avessas ao "homem novo"? Ao invés de terem concluído pela necessidade de expurgar as paixões alienadas nos seus concidadãos, talvez os dirigentes pudessem ter pensado na valia da realização multidimensional de cada indivíduo. Contudo, as imposições do credo ideológico excluíram tal discernimento. Ao invés, a univocidade de pensamento e de sentimentos era útil para a montagem de uma arquitetura política onde a palavra igualdade coexistia com a sua negação. A igualdade existia consumava-se na impotência perante a autoridade, caracterizada, durante anos, por uma rigidez hierárquica durante anos inquestionável.

[160] Citemos o caso da poetisa Alda do Espírito Santo, que depreciava toda a afetividade derivada da mundanidade, por ela considerada fútil. Por maioria de razão, desqualificou a afeição clubística, uma posição politicamente significativa porquanto fora a esse afeto alienado que a elite islenha se rendera no tempo colonial. Em consonância com a voragem ideológica do pós-independência, para ela, não havia lugar para desejos ou paixões banais. Porém, Alda não podia ignorar a existência do Sporting, posteriormente prezado como cadinho de nacionalistas, mas não por ela nem pelos demais dirigentes nos primeiros anos de independência. A aversão de Alda à afeição clubística derivava do interesse na consciencialização política e, mais relevante, na submissão de interesses particulares à devoção ao "seu" partido, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, o que passava pela supressão de solidariedades horizontais (Nascimento 2015). Num certo sentido, o partido era tão "seu" quanto o eram os clubes para os seus conterrâneos.

[161] Melo, 2020, 105.

Já se aludiu, o equívoco dos governantes era o de achar que a gratificação emocional de os seguir no seu desempenho voluntarista sobrepujava aquela que as pessoas retirariam dos despiques desportivos e das paixões clubistas. Terá sucedido assim, mas por pouco tempo. Ao invés das predições acerca da perenidade das vidas e do girar do mundo pautado pelas ideologias, passados anos, o esvaziamento da ideologia trouxe os dirigentes desportivos para o campo do desporto, tentando obter por essa sua conversão ao desporto a simpatia das "massas".

Nestas circunstâncias, as poucas e indiretas palavras sobre o apego aos gostos e, por conseguinte, aos clubes portugueses estavam destinadas à irrelevância. Ignoradas, tais palavras indiciavam o voluntarismo dos mandantes e o respetivo reverso, a saber, a inconsistência disfarçada pelos dogmas da ideologia, pelos quais os chefes se independentistas se queriam obedecidos. À margem deste facto, a simpatia para com clubes portugueses[162] era tão inamovível quanto era politicamente irrelevante. Foi a obsessão totalitária de quem queria inquestionada a sua autoridade que conferiu à afeição clubística, não o cunho político da alienação – que, a existir, também não se apagaria por força das ladainhas ideológicas –, mas a conotação de rejeição das políticas do pós-independência. Essa rejeição cresceria, não por causa da alienação colonialista,

[162] Em Cabo Verde, a Associação Académica da Praia foi o derradeiro clube a oficializar-se na era colonial. A sua história é a da Académica ou Micá de Cá (Casa) Néné, uma equipa de amigos que existiu na década de 1950. Foi na casa do barbeiro Laurindo (Néné) Hopffer Barreto (1915-1973), em Ponta Belém, um ponto de interação social onde passavam boa parte do dia a cavaquear, que a história da Académica da capital começou. A barbearia de Nené atraía por causa do pequeno negócio de cigarro e ponche de mel e de um aparelho rádio, aparentemente, o único, pelo qual a pequena comunidade seguia o campeonato de Portugal.

Acrescente-se, por causa da projeção do futebol, aí surgiu a ideia de organização de uma equipa, a Académica, a qual participava assiduamente nos jogos e torneios ocasionais nos campos dos arredores da Praia. Gabriel Mariano terá sido presidente da Académica, tendo escrito artigos sobre a organização do futebol no arquipélago nos anos 60, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

mas pelos ditames ditatoriais e pelas crescentes assimetrias a que se prometera pôr termo.

Em nome do “homem novo”, ao demandar-se o corte com a afeição clubística, demandava-se às pessoas que se desapegassem da sua vida e das respetivas memórias, a trocar por um futuro que, de início tangível, rapidamente se resumiria à demanda de trabalho e mais trabalho. Não raro, cultivada em circunstâncias árduas, aquela afeição remetia para ligações ao mundo certamente prezadas pelas pessoas.

Também por isso se continuaram a ouvir relatos de futebol dos jogos da antiga metrópole. Sem jornais, sem televisão, antigos colonos e novos cidadãos viam-se, de novo, na circunstância de ter de imaginar a destreza, a habilidade, a entrega e a superação dos seus ídolos, a quem não terão visto jogar, tal como ocorrera nas décadas anteriores.

Se no tempo colonial, nem todos as ações configuravam atos de resistência anticolonial, também depois da independência escutar um relato de um Benfica-Sporting não era resistência aos ditames dos mandantes. Nas cidades como no mato, tratava-se, apenas, de escutar relatos de jogos de futebol. Mais do que de resistência, aliás, inútil contra os sortilégios da história, tratava-se de segmentar a vida, com o que as pessoas se concediam alguns momentos de trégua da “luta” e de descanso das canseiras da estrénua luta pela sobrevivência.

Rebaixado pela ideologia e tido por inútil para a condução das sociedades, o magma cultural relativo ao desporto revelou-se mais importante para as pessoas do que vagos e imprestáveis propósitos ideológicos e políticos. Esse magma cultural era útil para a ocupação do tempo, para a tessitura de laços de sociabilidades, algo para que as ideologias eram rematadamente inúteis, até porque a sua verdade, de vocação hegemónica, mas de base parcial, não

derivava senão da respetiva imposição pelo medo. Além de intuída como falsas, ao comum das pessoas as verdades ideológicas só episodicamente garantiram retribuição emocional equivalente à proporcionada pelos despiques desportivos.

Não sabemos até que ponto os dirigentes independentistas, sem o confessar, não sentiriam incomodados com o facto de o apego às incidências do futebol nas metrópoles coloniais, ou às vicissitudes desportivas dos seus clubes de afeição, poder ser mais mobilizador do que o seu palavreado ideológico. Independentemente de a episódica exaltação com as independências parecer insuperável, em contraponto ao monolitismo ideológico as narrativas do giro do mundo futebolístico pareciam mais duradouramente apelativas.

Fig. 8. Imagem com o emblema do Benfica, Roça Vista Alegre. Fotografia de Augusto Nascimento. 2008.

Se após as independências, o desporto foi subalternizado, porque inútil para a imperiosa tarefa de superação do subdesenvolvimento – pelo que não restava na esfera pública espaço para factos marginais ou minudências intelectuais negligenciáveis –, após o falhanço dos regimes de orientação socialista, o desporto voltou a ter um lugar, concitando de novo a paixão, para que deixaram de existir peias ou baias[163].

Figs. 9, 10 e 11. Sede do Sporting do Príncipe, autocarro do Futebol Clube do Porto e automóvel com o emblema do Sport Lisboa e Benfica. Fotografias de Augusto Nascimento. Século XXI.

[163] Em termos meramente especulativos, relembremos paralelismos entre o futebol e a religião, outro foco da polarização afetiva, que, após o falhanço dos projetos políticos voluntaristas, mormente socialistas, ressurgiu e motivou a transferência da afetividade do chefe e da ideologia para os factos corriqueiros da vida dos africanos. Falamos da religião banal, tal qual é entendida e vivida por populares, que dela, como do futebol, retiram orientações para os desejos e as necessidades do seu quotidiano.

O desporto, inútil para resolver problemas económicos, passou a servir para a distensão social (conferindo um propósito ou, que fosse, previsibilidade às rotinas dos indivíduos) e para a projeção das nações[164].

Figs. 12 e 13. Imagens da comemoração da vitória sobre o Lesoto. Fotografias de Augusto Nascimento. 2012.

E poderá continuar a ter este duplo papel? Poderia pensar-se que sim, até pelo consenso das pertenças que aparentemente emergem na ocasião dos despiques desportivos (além da identificação nacional, também se imagina a de natureza racial ou continental). Porém, cumpre não hiperbolizar o desporto, que poderá pouco, por exemplo, face à violência que ameaça desestruturar Estados e sociedades.

[164] Glosando Mabeko-Tali (2018) e a sua noção de neonacionalismo, a projeção das nações tende a conformar os subalternos com os mandantes. A comunhão com os "nossos" tende a bastar enquanto narrativa para a competição no mundo, de que a disputa desportiva é uma dimensão.

De um certo ponto de vista, comprovou-se que o desporto não tinha alma – menos ainda, uma alma colonialista –, não obstante assim o terem cogitado dirigentes independentistas, que, por exemplo, em Moçambique, obrigaram à mudança de emblema dos clubes para apagar alusões a imaginadas filiações coloniais[165]. Durante anos, também ignoraram o hóquei em patins, quiçá por ter sido o desporto em que colonizador se sagrara campeão do mundo com praticantes oriundos da antiga Lourenço Marques. Afinal, assim o criam também os negros sul-africanos do râguebi jogado pelos brancos do Springboks, pelo menos até à conquista do campeonato mundial em 1995.

Para além da vacuidade destas "verdades", estava em causa a pertença das almas, ou da afeição, politicamente disputada por poderes. Hoje, a identificação afetiva de cariz clubístico não obedece a ditames políticos, antes à mera identificação clubística que, sem mais consequências, segue a história das pessoas, os seus sentimentos e, de alguma forma, uma noção de pertença ao mundo. Tanto se festejam as vitórias dos clubes portugueses, de que se é adepto, como se ostenta a camisola do Real Madrid ou do Barcelona.

Em meados dos anos 80, em São Tomé avassalado pela penúria, concomitantemente ao desanuviamento da pressão política sobre os desejos dos indivíduos, quando começou a chegar *A Bola* ao Centro Cultural Português, a sala por regra vazia, passou a estar apinhada de leitores do jornal[166], facto

[165] A ser exequível seria interessante colocar em perspetiva o peso do desporto e da ação política. Não deixa de ser curioso o caso da Guiné-Bissau – onde se anunciou inequívoca a vitória militar do PAIGC e onde a proclamação unilateral da independência precedeu em meses o 25 de Abril –, onde os clubes, Sporting e Benfica, que ocupavam o centro da urbe desenhada no tempo colonial, aparentemente mantiveram as sedes e os nomes.

[166] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

comprovativo da vanidade do intento de "libertar" as pessoas de paixões futebolísticas, que não interessavam menos, antes pelo contrário, aos jovens do que aos mais velhos. E, esconsa, a desigualdade persistia, porquanto alguns exemplares de *A Bola* iam diretos para as mãos de dirigentes, que tinham passado anos a pregar o catecismo político contra a alienação.

Noutros termos, nas ex-colónias portuguesas, mesmo se calcada pelos ditames dos mandantes, a paixão pelo desporto superou o voluntarismo ideológico dos regimes. Após a falência das ideologias, os dirigentes redescobriram-se adeptos dos emblemas que, a dado passo, tinham renegado[167]. Desde há anos, aos líderes convém fazerem de homens comuns, exibindo o seu interesse pelo objeto de devoção e paixão popular.

A ser assim, manter-se-á a ideia de o campo desportivo ser cenário de afirmação identitária? Diria que a primacial intenção é a da fruição. O que as pessoas procuram na prática do futebol ou na assistência a um jogo será, não tanto a promoção de uma identidade – noção que, por vezes, se afigura mais objeto de culto dos estudiosos do que fito do comum dos jogadores ou adeptos –, ainda que frequentemente a fruição derive da identificação com um emblema, um lugar, um tipo de vida.

Jogando ou apoiando, as pessoas almejarão à participação, mediada que seja pela adesão afetiva a um emblema, pelo acompanhamento do espetáculo e,

---

Em Cabo Verde, no tempo colonial, e independentemente do espaço para o desporto na imprensa do arquipélago, o jornal mais lido era *A Bola* que circularia de mão em mão na Praia desde os anos cinquenta, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

[167] E qual indício de uma possibilidade de comparação entre os idiomas culturais relativos ao desporto e à religião, enquanto ordenadores do quotidiano das pessoas, os mesmos dirigentes que tinham trocado a religião pela ideologia, abandonaram-na assim que puderam e voltaram a marcar presença em atos religiosos.

se possível, pelo triunfo numa prática tornada universal, dando assim nota, se não da afirmação plena da sua condição humana, da valia da realização momentânea de um desiderato pessoal e grupal. Tal pode ser o propósito de pessoas e grupos sem ter de ser conscientemente enunciado.

Retrocedendo no tempo, é certo que uma vitória desportiva – dos colonizados sobre colonos – poderia ser tão mais gratificante quanto o ambiente político e social estivesse marcado pela assimetria inultrapassável noutros domínios da vida. Certamente nos depararemos com revoltas embutidas nos jogos de futebol e nas reações populares, mas teremos mais casos em que, independentemente de conflitos em que as sociedades estavam imersas, os jogadores e adeptos apenas queriam ganhar e lograr a desejada retribuição emocional. Não menos valiosa, porque nem sempre se alcançam vitórias.

NOTAS FINAIS

No tocante às colónias portuguesas, não se imaginaria um processo de desportivização sem a adesão voluntária de africanos, pelo fascínio, ao desporto português. Porém, a "ligação do movimento desportivo local aos clubes metropolitanos instituiu-se como um dos elementos fundamentais da expansão (…) [da] 'narrativa desportiva metropolitana', instrumento de relação social, por via de interações diversas, acumulado nos stocks de conhecimento de um número progressivamente maior de indivíduos". Tal narrativa atida, no essencial, às vitórias dos clubes da metrópole – que integravam moçambicanos –, conquistou "com a ajuda indispensável dos meios de comunicação social, um peso crucial na

cultura popular urbana em Moçambique, não se confinando (…) ao mundo do colono."[168]

Entrementes, e sem pedir anuência ao colono, a adesão do colonizado ao desporto corria por diversos caminhos e diferentes motivações, distintas das imaginadas por estudiosos que querem que a adesão ao desporto tenha sido ou seja forçosamente mais do que isso. No caso dos processos de emancipação em África, deveria redundar na adesão aos seus líderes.

Vejamos, constituindo-se como uma gramática de interação social, trazendo no bojo compensações emocionais, o desporto parece tornar-se indispensável a todas as sociedades. O desporto não é decisivo para o devir histórico e social, mas influencia-o, amiúde de forma inesperada. O desporto não transforma o mundo, mas ajuda à mudança das relações sociais, indiciando a sua eventual transformação, por forçar brechas em sistemas opressivos baseados em categorizações políticas e jurídicas (pretensamente) estanques.

No tempo colonial, no qual assomavam aspirações de emancipação, mesmo se inconscientemente, o comum das pessoas podia retirar do desporto a perceção de que não existia uma intrínseca superioridade racial ou tão somente se congratular com o sonho de justiça entrementes concretizada nalgumas vitórias conseguidas a partir regras iguais para todos.

Da perspetiva de líderes e dirigentes, o desporto tinha uma dimensão pedagógica no tocante às relações entre os indivíduos, designadamente aqueles que, por força da consciencialização, seriam capazes de chegar ao juízo de que as vitórias desportivas eram meramente circunstanciais e que não diziam nada acerca de superioridades e hierarquias impostas pelo colonialismo iníquo. Aliás,

[168] Domingos, 2010.

uma vez lograda a desalienação, os despiques desportivos não corroeriam as relações fraternais entre os homens. Assim o provavam, por exemplo, os Jogos Olímpicos[169].

Esta era uma visão idílica, do tempo em que ainda nem sequer se passara à ação política. Justamente, para certos dirigentes, a ideia de igualdade inferida da prática desportiva não era transitiva para todas as relações sociais e, em especial, para as relações políticas. Por vezes, depois de chegados ao poder, a desigualdade, embora sem motivo aparente – que, não sendo de ordem física, se deveria ao carisma ou a uma inalcançável diferença política, intelectual –, não só era ostensiva, como demandava às pessoas nas sucessivas provas de acatamento e de fidelidade nos rituais políticos.

Num contexto colonial e de afirmação da emancipação contra a subalternidade imposta pelo colonialismo, todas as manifestações conducentes à a rejeição dessa subalternidade pareceram tributárias de uma suposta irmandade daqueles que lutavam contra a dominação colonial… E, adiantar-se-á, para alguns, esse passado de luta bastava como cimento político-social de sociedades saídas de profundas convulsões. Porém, nem sempre foi assim e não se apontará ao desporto um indubitável papel de cimento social.

Independentemente das bandeiras içadas aquando das vitórias ou lugares honrosos nas competições desportivas internacionais, cumprirá duvidar de que as manifestações e os êxitos desportivos ajudem a firmar uma qualquer identidade nacional. Podem ser um cimento de coesão social, momentânea que seja (conforme a narrativa do filme *Invictus*), mormente em países dilacerados e carecidos de referências positivas. Por causa da visibilidade que conferem, megaeventos ou êxitos desportivos de nomeada certamente prestigiarão o estado,

[169] Tal a súmula do pensamento de Cabral, cf. Melo, 2020, 104.

o país ou a nação, o seu chefe, mas não brotam de uma identidade cultural, nem a firmam.

Hoje, até por força da padronização do futebol para efeito de o tornar um espetáculo televisivo, será mais difícil colar uma inequívoca conotação política à prática do futebol. O investimento político na prática desportiva, mormente, um desafio ao poder, pode emergir, mas tenderá a ser marginal ou passageiro. Será mais provável o aproveitamento do futebol pelos políticos no poder.

As relações do futebol e do desporto com a política não deixaram de existir, antes pelo contrário, ter-se-ão acentuado, mas parecem mais abrangentes e difusas – ligadas à rejeição do racismo e da desigualdade de género – e menos dirigidas a causas localmente referidas. No tocante às relações entre desporto e política, parece mais profícuo o caminho de investigação da causalidade recíproca entre implementação e incremento do futebol, ou do desporto, por um lado, e a relativa entropia política e (des)organização social, por outro.

Obviamente, o futebol não explicará o mundo, mas talvez elucide acerca dos limites das nossas convicções acerca do que devendo ser justo, não tem aplicação, ou do que podendo ser lógico, não se mostra verdadeiro. Na prática, não estaremos condenados, queiramos ou não, à desigualdade, umas vezes mitigada, outras vezes surpreendente, entre as pessoas? Como a todos é dado constatar, não estará a diferença indelevelmente inscrita na prática desportiva?

BIBLIOGRAFIA

AAVV, 2005, *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 2005, Praia, Fundação Amílcar Cabral

Baquete, Calisto, 2020, "'Jogos, lazer e repúdio': conexões e identidades em Moçambique (1960-1984)" *in Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.33-47

Bittencourt, Marcelo, 2010, "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.129-130

Borges, Fernando, 2010, "Pontapé inicial: um estudo de caso do futebol no Cabo Verde moderno" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.185-219

Borges, Fernando, 2013, "Olhar para dentro: o desporto e o lazer no interior da ilha de Santiago" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.267-291

Bussotti, Luca, 2013, "Os X jogos africanos de Maputo: o desporto como veículo da promoção da imagem nacional dum país na imprensa local" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.241-266

Charles d'Oliveira, Emanuel, 2023, *O futebol na cidade da Praia na época colonial: percurso de institucionalização*, dissertação de doutoramento, Praia, UNICV

Chaves, Rita, 2005, "O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa" in Chaves, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*, São Paulo, Ateliê Editorial, O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa (aladaainternacional.com), acesso: 17 de junho de 2024

Correa, Silvio, 2013, "As corridas de cavalos na colônia alemã do sudoeste africano (1884-1914)" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.127-152

Correia, Mickaël, 2020, *Uma história popular do futebol*, Lisboa, Orfeu Negro

Domingos, Nuno, 2010, "Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.211-242

Domingos, Nuno, 2011, "O desporto e o Império Português" in Neves, José e Domingos, Nuno, *Uma história do desporto em Portugal*, Matosinhos, Quidnovi, II vol., 51-107

Domingos, Nuno, 2012, *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*, Lisboa, ICS

Domingos, Nuno e Nascimento, Augusto, 2013, "Em torno das práticas desportivas em África" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.7-12, http://cea.iscte.pt/2013/noticias/revista-cadernos-de-estudos-africanos-no26-em-torno-das-praticas-desportivas-em-africa/ DOI: 10.4000/cea.1105, acesso: 6 de Julho de 2013

Drumond, Maurício, 2008, *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Péron*, Rio de Janeiro, Apicuri

Fernandes, Paulo Jorge, 2017, "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas" *in Análise Social*, *52*(225), 828–829, https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017225.05, acesso: 12 de junho de 2024.

Filho, Mário, 2004, O negro no futebol brasileiro, Rio de Janeiro, MAUAD Editora

Fonseca, Vivian, 2010, "Os usos políticos de uma 'África mítica': o caso da capoeira" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.305-330

Fonseca, Vivian, 2013, "Brasil, Angola e Moçambique – diplomacia cultural através do esporte: a capoeira em debate" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.293-310

Gonçalves, José, 2010, "Esporte em Angola: do ultracolonialismo à independência" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.133-158

Graça, Carlos, 2011, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa, UNEAS

"Kôte", Norberto Tavares de Carvalho, 2020, *De campo em campo. Conversas com o Comandante do PAIGC Bobo Keita*, Porto

Mabeko-Tali, Jean-Michel, 2018, *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio (1960-1977). Ensaio de história política*, Lisboa, Mercado de Letras Editores

Mandela, Nelson, 1994, *Longo caminho para a liberdade*, Porto, Campo das Letras

Marzano, Andrea, 2010, "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, p.71-99

Marzano, Andrea, 2013, "Nem todas as batalhas eram de flores: cotidiano, lazer e conflitos sociais em Luanda" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.13-36

Marzano, Andrea e Nascimento, Augusto, 2013, "O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar" *in Tempo*, vol.17, nº34, 53-68, http://dx.doi.org/10.5533/tem-1980-542x-2013173406 (acesso: 12 de junho de 2024)

Medeiros, Eduardo, 2013, "Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos 'sino-moçambicanos'" *in Cadernos de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.43-81

Melo, Victor Andrade de, 2011, *Jogos de identidade. O esporte em Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Apicuri

Melo, Victor Andrade de, 2013, "Pequenas-grandes representações do império português: a série postal 'modalidades desportivas' (1962)" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.129-154

Melo, Victor Andrade de, 2020, *Jogos de contrastes. O esporte na Guiné portuguesa*, Rio de Janeiro, 7Letras

Melo, Victor Andrade de, 2022, "Os clubes e a produção do espaço: por uma geografia histórica do esporte", comunicação apresentada no ENHE, Salvador

Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), 2010, *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri

Memmi, Albert, 1977, *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra

Menezes, Hugo Azancot de, 2017, *Percursos da luta de libertação nacional. Viagem ao interior do MPLA. Memórias pessoais,* Lisboa, Nova Vega

Nascimento, Augusto, 2013a, *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto, 2013b, "Das bancas de matraquilhos ao *campo dos caranguejos*, dos estádios aos terreiros: campos de jogos num espaço microinsular do tempo colonial ao pós-independência" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.177-222, http://cea.revues.org/1166, DOI : 10.4000/cea.1166 ; acesso: 6 de Julho de 2014

Nascimento, Augusto, 2015, "Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza" *in Africana Studia* nº24, Porto, CEAUP, pp.177-202

Nascimento, Augusto, 2021, "A (des)organização social e a indisciplina no futebol do São Tomé e Príncipe independente" *in Africana Studia* nº36, Porto, CEAUP, pp.73-91

Nascimento, Augusto, 2024, "O campeonato de futebol de S. Benedito", comunicação ao IV ENHE, Rio de Janeiro, 3-5 de julho de 2024

Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2020, "Editorial" *in Africana Studia* nº34, Porto, *Culturas populares e urbanas em África*, CEAUP, pp.5-9

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2021, "Editorial" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.5-8

Oliveira, João Nobre de, 1998, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau

Pádua, Mário Moutinho de, 2011, *No percurso de guerras coloniais 1961-1969*, Lisboa, Editorial Avante

Pereira, Aristides, 2003, *O meu testemunho. Uma luta, um partido, dois países*, Lisboa, Editorial Notícias

Pessula, Pedro e Manjate, Bernardo, 2021, "Percurso de vida dos ex-jogadores do Clube Desportivo Matchedje de Maputo" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.109-122

Rei, Bruno Duarte, 2020, *Celebrando a pátria amada. Esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, Rio de Janeiro, 7Letras

Rocha, Aurélio, 2013, "Desporto, sociedade e construções identitárias em Moçambique: uma abordagem prospetiva" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.213-240

Valdigem, Catarina e Santos, Rogério, 2020, "Sebastião Coelho e a construção sonora da angolanidade" in *Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.151-169

Vidacs, Bea, 2010, "O esporte e os estudos africanos" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.33-69

Videira, Manuel, 2021, *Angola. Um intelectual na rebelião,* Lisboa, Guerra e Paz

RESUMOS

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL

Emanuel Charles D'Oliveira
Universidade de Cabo Verde (UNICV – FCSHA)
ecoliveiracv@yahoo.com

A organização e a prática do futebol na cidade da Praia, nas décadas de 1930 a 1950, serviram de veículo de promoção cultural e difusão de modernidades. Além da função desportiva, os clubes dessa modalidade impulsionaram iniciativas socioculturais que marcaram profundamente a população. Romperam com o exclusivismo das coletividades culturais e recreativas elitistas precedentes (do século XIX), tendo as agremiações de futebol assumido a função de principais promotores da cultura e da aproximação entre os diferentes estratos sociais.

Na nossa perspetiva dois clubes desportivos se destacaram enquanto agentes culturais: Vitória Futebol Club, oficializado em 1931 e o Club Desportivo Travadores, em 1939. Ambos liderados por membros da sociedade que, sensíveis à cultura e à modernização da cidade, disseminaram práticas desportivas promovendo, concomitantemente, atividades culturais que proporcionaram à comunidade capitalina o acesso ao teatro, cinema, récitas, música, dança apesar da conjuntura de extrema precariedade.

Palavras chave: futebol; cultura; clubes.

DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL

Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
victor.a.melo@uol.com.br

Amílcar Cabral foi um dos principais personagens das lutas pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, bem como um dos mais destacados intelectuais africanos do pós-Segunda Grande Guerra. Esta comunicação tem por objetivo discutir a presença do esporte em sua vida e obra. Argumenta-se que sua percepção de que a prática poderia ser utilizada como estratégia de mobilização derivou-se de três ocorrências: a) sua experiência pessoal de praticante e público de modalidades diversas, notadamente do futebol; b) sua capacidade de olhar com acuidade para um determinado quadro contextual; c) sua leitura específica do marxismo, a compreensão da necessidade de articular teoria e prática em projetos consequentes que tivessem em conta a peculiaridade do continente africano, a articulação entre a “arma da teoria” e “a prática revolucionária”.Concluímos que Amílcar Cabral mobilizou o esporte no âmbito de um projeto que forjava uma visão de nacionalismo que tinha por base a ideia de africanidade e reivindicava a independência irrestrita. A sua concepção da prática estava plenamente articulada com seu pensamento e visão estratégica: o intelectual a serviço do povo deve aproveitar as possíveis empatias para implementar o processo de tomada de consciência. Além disso, outros motivos o induziam ao uso estratégico da prática esportiva: a visibilidade que concedia aos praticantes, seu potencial para a preparação física, a compreensão de que se tratava de um direito.

Palavras chave: História do Esporte; História da África; Amílcar Cabral.

INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA ”DESCOLONIZE-CIS”

Ineildes Calheiro

UNILAB/Funcap/Cnpq
idafrica@yahoo.com.br

O presente texto objetiva discutir a respeito da pesquisa “DESCOLONIZE-CIS” (contextualizações e resultados), concernente a corpos, corporalidades, gênero, raça, sexualidades e esportes nos PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, realizada (em desenvolvimento) no Ceará/UNILAB, de caráter pós-doutoral, tendo como população as estudantes de origem africana da UNILAB. Teoricamente fundamenta-se nos estudos de gênero, queer e epistemologias alternativas (africanas, latino-americanas e feminismos) e buscou-se conhecer a respeito de gênero, raça, sexualidades/ LGBTQIAP+ e esportes em países do recorte metodológico: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé, buscando saber como se constitui e se experiência gênero no esporte nestes territórios, tendo em questão a força do combate interno à categoria queer/LGBT na maioria dos países do continente, considerando os debates de tradição versus o de contemporaneidade neste contexto. Financiada pela FUNCAP – Fundação Cearence de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Edital de caráter de interiorização, frisando-se que foi necessário o deslocamento da pesquisadora para território africano (internacional) a fim de dar conta da pesquisa, e para melhor compreensão dos resultados, uma vez que, racismo e

queer/LGBTQIAP+ fez parte do estudo, sendo temáticas que apresentou-se com complexidade e estranhamento pela grande maioria da população da pesquisa - mulheres heterossexuais e cisgênero. Com exceções a duas interlocutoras: uma lésbica e um homem-trans, tais categorias foram conhecidas e/ou vivenciadas no Brasil. Dentre os resultados, foi publicado um livro (e-book) de caráter introdutório a estas questões no continente global, focando estudos anteriores da pesquisadora proponente e enfatizando o referencial encontrado, realizado análises de estudos e narrativas; em seguida, foi produzido um filme/documentário (longa) discutindo as temáticas problematizadas, através de narrativas da própria população da pesquisa, que tem o lugar de fala.

Palavras chave: Interseccionalidade; África-PALOP; Gênero/esporte.

GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO

Gustavo Cerqueira Guimarães
Doutor em Estudos Literários, UFMG
Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes da UFMG

Desde quando o intrigante posto de guarda-redes surgiu na Inglaterra em 1871, há cerca de 150 anos, o *goalkeeper* no futebol vem povoando o imaginário dos amantes do jogo ao redor do mundo. Ocupando lugar de destaque nas partidas, o goleiro encarna a antítese do gol. Essa singular personagem é realçada por jogar solitária e usar uniforme distinto dos outros integrantes do espetáculo, seja no Maracanã ou nos campinhos de bairros (Paulo Guilherme, 2006). Este relato de experiência pretende expor parte do processo e os resultados do projeto de pesquisa "Futebol e memória: guarda-redes do Brasil e de Moçambique", apresentado pelo Leitorado Guimarães Rosa/Universidade Eduardo Mondlane ao setor cultural da embaixada do Brasil, em Maputo, Moçambique, com o objetivo de realizar a exposição temporária ao longo da Copa de 2022, no IGR-Maputo. O projeto contou com dois pesquisadores/discentes da Faculdade de Letras/UEM e com a parceria do Museu do Futebol/São Paulo, que disponibilizou parte do rico acervo do goleiro Moacyr Barbosa (1921-2001) – "Tempo de reação: 100 anos do goleiro Barbosa", 2021. No entanto, nesta exposição, a memória de Barbosa ganha outra dimensão ao relacionar com biografias e feitos de outros/as guarda-redes do Brasil – Alisson, Andréia, Bárbara, Dida, Gilmar, Leão, Manga, Meg, Taffarel e Victor – e de Moçambique – Carlos Brüheim, Costa Pereira, Elsa Mavile,

Esmeralda, Kampango, Napoleão, Nuro Americano, Octávio de Sá, Rui Évora e Victor Magaia. Dentre outras atividades desenvolvidas, destacam-se: as entrevistas realizadas com o apoio do Museu do Futebol/SP (2021), originando o videodocumentário “Um goleiro, uma garantia” (2022); o “II Seminário sobre Futebol, Linguagem e Artes”, que recebeu importantes investigadores e agentes do futebol moçambicano para refletirem sobre a memória do futebol; e as pesquisas bibliográfica (livro, artigo, crônica e verbetes biográficos) e iconográfica (fotografia, charge e vídeo). Por fim, destacam-se as visitas técnicas em acervos físicos e digitais nos museus do Benfica e do Sporting, em Lisboa, Portugal.

Palavras chave: Memória Cultural; Literatura, outras artes e mídias; Futebol e linguagem; Goleiros do Brasil; Goleiros de Moçambique.

O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS

Jaftalina César Cuna

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No hodierno, o desporto de alto rendimento se afigura cada vez mais como uma ferramenta que contribui significativamente para quebrar as barreiras socias, raciais e económicas. No presente trabalho nos debruçamos sobre as propostas de desenvolvimento humano a partir do desporto de acordo com o paradigma do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O debate sobre os benefícios desta área centra-se, regra geral, em abordagens macroeconómicas, isto é, não tomam o individuo como centro de análise portanto, não colocam o homem no centro do desenvolvimento.

Partindo de uma análise histórica e com base numa abordagem qualitativa (pesquisa bibliográfica e entrevista-semiestruturadas) complementada numa abordagem quantitativa (análise do agregado familiar, dos dados financeiros, entre outros), e, aliando-se à análise interpretativa dos dados obtidos foi possível constatar que os benefícios do desporto no âmbito do desenvolvimento humano ainda não são encarados de uma forma muito objectiva e com a devida relevância em Moçambique facto que limita o progresso desta área do conhecimento em prejuízo do seu grande potencial enquanto uma ferramenta que entendemos como sendo pertinente para o desenvolvimento humano, pelo que, urge a necessidade

de uma maior aposta na estruturação do desporto nacional para que o mesmo sirva melhor a este desiderato.

Palavras chave: Desporto, Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO?

Manuel Fernando Bila

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No presente estudo pretende-se reflectir sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique a partir de uma perspectiva histórica e epistemológica visando particularmente identificar o espólio teórico existente sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique, analisar a evolução histórica dos pressupostos técnico-científicos existentes sobre esta temática e a sua correlação com a realidade/especificidade moçambicana, e, de forma mais geral contribuir para o debate epistemológico relativamente a esta matéria. Para tal, adoptou-se uma abordagem qualitativa assente na análise bibliográfica e documental, aliada a entrevista semi-estruturada.

Do mesmo foi possível constatar que as políticas públicas desportivas devem ser desenvolvidas em função das potencialidades do desporto ser capaz de gerar o interesse prestígio político de tal forma que estes se possam redundar em ganhos de vária ordem (sociais, económicos ou mesmo políticos) para o "governo do dia", pois, caso contrário, o desporto nacional permanecerá por muito mais tempo ao nível do "estado de coisas", tornando-se mais complexo que o mesmo migre para um problema político. Deste modo, entendemos que inicialmente o desporto

necessite integrar-se com outras áreas científicas e sócio-económicas que sejam consideradas prioritárias, e, paulatinamente vá auferindo a sua "autonomia".

Portanto, para que o desporto migre de um "estado de coisas" e se torne efectivamente um problema político devem-se desenvolver estudos de âmbito epistemológico visando a sua transformação numa nova demanda com a devida relevância social de tal forma que se transforme num novo actor político, e, se faça valer das suas mais díspares potencialidades para a promoção do desenvolvimento humano.

Por fim, entendemos que deve-se abandonar o actual/aparente modelo incrementalista (postura/abordagem empírica) na solução dos problemas existentes e adoptar o modelo racional-compreensivo, este que nos pode fornecer soluções estruturantes sobre os desafios do nosso quotidiano, assentando-os numa base epistemológica e assim produzir-se modelos de pensamento que atendam à especificidade do país.

Palavras chave: Desporto, Políticas Públicas, Epistemologia.

CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE"

Renata Dariva Costa

Doutoranda PPGH-UFSC
renatadariva@yahoo.com.br

O título dessa apresentação é uma inspiração direta a obra de José Mena Abrantes *Cinema Angolano. Um passado a merecer melhor presente* publicado pela Cinemateca Nacional de Angola, em Luanda em 1986. O objetivo da comunicação é trazer alguns dos elementos desenvolvidos na pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina, que aborda questões vinculadas as cinematografias angolanas e as redes de intelectuais entre 1968 à 1992. O país antes da sua independência já possuía obras fílmicas clandestinas vinculadas a questões anticoloniais realizadas por Sarah Maldoror. Após 1975, ano da independência angolana são criadas estruturas estatais como o Laboratório Nacional de Cinema e o Instituto Angolano de Cinema, que se consolida em 1977. Durante o período, a entrada de diversos cineastas e intelectuais de países como Brasil, Cuba, Portugal, entre outros fizeram parte destes aparelhos e que nos auxiliam na análise de elementos vinculados num plano de fundo da Guerra Fria e de outras concepções sobre o fazer fílmico em Angola, como o cinema direto, urgente, terceiro cinema, além dos impasses por um cinema etnográfico na disputa entre os conceitos de Jean Rouch e Ousmane Sembène a partir das obras de Ruy Duarte de Carvalho. Além disso, a comunicação pretende abordar algumas questões vinculadas a questão da banda sonora presente em alguns

filmes angolanos selecionados para a pesquisa e debater políticas sobre a questão do audiovisual em Angola.

Palavras chave: Angola; Cinema; Transnacionalismo.

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991)

Miguel Natchulo Cassinda

Escola Camilo Castelo Branco, Luanda
cassindamiguel@gmail.com

Ao implementar a sua política desportiva em Angola, a massificação – "um desporto para todos" – o MPLA definiu três áreas principais de actuação: o Desporto Militar, o Desporto Escolar e o Desporto no Trabalho. Dentro do projecto de construção do "novo desporto" – "sem alienação" –, a alta competição mereceu atenção especial por causa da imagem de Angola nas competições internacionais. Sendo a principal fonte de recursos para a sobrevivência de uma parte considerável da população, as empresas e unidades militares tiveram um papel fundamental no projecto de "desprofissionalização" do desporto. Logo, ao afiliar os clubes às empresas, dando aos seus atletas o estatuto de trabalhador desportista, estavam, teoricamente, a combater o desporto profissional. Assim, o propósito deste estudo será analisar a estratégia política do Desporto no Trabalho e as dificuldades da sua materialização. A partir da exploração da imprensa e da legislação da época, foi possível perceber que questões relacionadas aos recursos financeiros dos clubes e dos atletas, a má-gestão, a alocação das verbas do Estado de forma equitativa aos clubes, tal como hoje, são assuntos que já preenchiam as pautas das discussões desportivas. Contudo, a tentativa de eliminar o "desporto de elite" por via da associação dos clubes às empresas não passou de um projecto que, na prática, pouco fugia do desporto profissional dos

países capitalistas. Prova disso é que os atletas de alta competição passaram a ter regalias que os diferenciavam dos outros e os clubes que pertenciam às instituições mais poderosas conseguiam os melhores atletas e, consequentemente, os melhores resultados. Foram os casos do 1º de Agosto (clube central das Forças Armadas Angolanas) e o Atlético Petróleos de Luanda (clube da SONANGOL – empresa petrolífera estatal angolana).

Palavras chave**:** Massificação; Trabalhador; Profissionalização.

FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950)

Andrea Marzano
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
marzano.andrea@gmail.com

Apesar da desigualdade e dos conflitos impostos pela situação colonial, festejos mobilizavam amplos segmentos da população luandense. Alguns eram organizados por autoridades governamentais, outros pela Igreja, mas todos envolviam a mobilização relativamente autônoma de parcelas da população, não só de colonizadores como de colonizados.

Do ponto de vista das autoridades, os festejos tendiam a ser interpretados como oportunidades de demonstração e fortalecimento dos laços entre a colônia e a metrópole. Entretanto, as festas podiam assumir múltiplos significados para os seus participantes, divididos em qualificações raciais, condições sociais, categorias jurídicas e pertencimentos culturais.

O objetivo da comunicação será analisar, a partir das páginas da imprensa local, festejos populares de Luanda e arredores entre finais do século XIX e meados do século XX. Como exemplo de festa cívica será abordada a da Restauração, que comemorava, no dia 15 de agosto, a retomada do domínio português, após a vitória sobre os holandeses (1648). Os festejos da Restauração tomavam as ruas com música de fanfarra, bandeiras, balões venezianos, fogueiras, fogos de artifício e salvas de morteiros, podendo haver, também, oferta de banquetes para os pobres. Residências eram iluminadas e enfeitadas, realizando-se cortejos de autoridades e exibições de música e dança de sociedades recreativas, formadas por naturais da colônia. Pretende-se analisar como diferentes estratos da

população africana participavam da festa da Restauração, sem que essa participação representasse, necessariamente, a sua cooptação para o empreendimento colonial.

Dentre os festejos religiosos, serão abordados os realizados no dia 8 de dezembro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, no santuário da Muxima. Embora ocorressem fora do perímetro urbano, os festejos da Muxima atraíam muitos fiéis, que para lá se deslocavam para confraternizar, manifestar sua fé, fazer promessas e donativos. Pretende-se analisar como diferentes segmentos dos naturais da colônia participavam da festa, expressando formas próprias de apropriação do cristianismo e da devoção mariana.

Por fim, será abordado o carnaval. Pelo menos desde meados do século XIX, existiam, em Luanda, divertimentos carnavalescos para todos os gostos e segmentos sociais, desde os desfiles de danças que mobilizavam as populações dos bairros mais pobres, denominados musseques, até elegantes bailes, corsos e batalhas de flores, apresentados como símbolos da civilização e da modernidade. A análise dos festejos carnavalescos incidirá, especialmente, sobre os desfiles das agremiações dos musseques, que expressavam suas visões de mundo, formas de ocupação do espaço, estratégias de diálogo com autoridades e apropriações de elementos da cultura europeia.

Palavras-chave: Festas; Angola; Colonialismo.

DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE

Lucrécio Máquina

Marlino Eugénio Mubai
UEM-Faculdade de Letras e Ciências Sociais
lucreciomaquina@gmail.com
marlino.mubai@uem.mz

A colonização portuguesa em Moçambique, se manifestou em várias formas, incluindo o desporto e lazer. Foi através da colonização portuguesa que foram introduzidas modalidades desportivas e lúdicas de origem ocidental como o futebol, atletismo, box, natação, remo e golf. Estas modalidades ganharam uma popularidade acentuada na sociedade de tal maneira que, até aos dias actuais, quando se pensa em desporto e lazer em Moçambique e África se idealiza o futebol e outras modalidades desportivas trazidas pela colonização. Entretanto, África, por sua vez, possui suas modalidades desportivas, entre elas, o Ntxuva, que combina o lazer e cognição. Este artigo analisa os esforços do governo de Moçambique no resgate do N'txuva, como uma modalidade tipicamente africana. O artigo argumenta que a promoção do N'txuva como desporto lúdico e cognitivo, por parte do governo, tem como objectivo valorizar e preservar os valores culturais desportivos moçambicanos e ou africanos. Através de acções concretas, o governo procura descolonizar o desporto e acentuar a unidade nacional por meio da identidade cultural moçambicana. Com recurso à revisão de literatura, trabalho de arquivo e entrevistas, o

trabalho observa que as acções do governo se definem em dois moldes, a implementação da modalidade N'txuva no festival Nacional dos Jogos Tradicionais e a instalação de tabuleiros do N'txuva em centros de aglomeração de pessoas como mercados, paragens de transportes e escolas.

Palavras chave: Descolonizar; Desporto; N'txuva.

A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA

Elcio Loureiro Cornelsen
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: emcor@uol.com.br

Na 6ª edição do Encontro Internacional Desporto e Lazer em África (EIDLA), realizada em 22 e 23 de junho de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tivemos a oportunidade de apresentar a comunicação intitulada “Hinos de clubes de futebol de Angola e a construção identitária na relação entre desporto e lazer”, que trazia resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde 2020. Tratou-se da análise de hinos e cânticos de dois clubes de futebol de Angola em seu discurso epidítico de caráter laudatório: o Atlético Petróleos de Luanda, fundado em 1980 e originário do Sport Luanda e Benfica, e, respectivamente, o Clube Desportivo 1º de Agosto, também de Luanda, fundado em 1977 por iniciativa do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM). Na edição atual do EIDLA, pretendemos apresentar novos resultados de pesquisa. Para isso, elegemos hinos dos seguintes clubes de futebol que disputam o Girabola na atual temporada: o Clube Recreativo Desportivo do Libolo, fundado em 1942, da cidade de Libolo, localizada na província de Cuanza Sul; o Grupo Desportivo Interclube, de Luanda, fundado em 1976; o Grupo Desportivo Sagrada Esperança, de Dundo, capital da Lunda Norte, fundado em 1976; o Kabuscorp Sport Club do Palanca, de Luanda, fundado em 1994; o Clube Desportivo da Huíla, de Lubango, capital da Huíla, fundado em 1998. A partir da análise comparativa dos hinos desses cinco clubes, constatamos uma diversidade musical

que revela uma riqueza de ritmos, melodias e letras, em parte, inspirados pela música popular urbana e, em parte, pelo canto falado da África Ocidental. Enquanto a música popular urbana, de maneira geral, é suscetível a "efeitos da globalização",[170] como afirma Francisco Carlos Guerra de Mendonça Junior, o tradicional canto falado da África Ocidental, de acordo com a pesquisadora Viviane Melo de Mendonça Magro, é tido, por exemplo, como um dos elementos musicais presentes na linguagem artística do RAP (*Rhythm and Poetry*) como inspiração para sua composição.[171] Por fim, devemos refletir sobre a diversidade do discurso lítero-musical e seus desdobramentos para a construção da identidade clubística e do torcer.

Palavras chave: Hinos de Clubes de Futebol; Angola; diversidade musical.

[170] MENDONÇA JUNIOR, Francisco Carlos Guerra. A música como forma de resistência em Angola: Da música anticolonial ao rap de intervenção. *África*, São Paulo, n. 42, p. 39-60, 2021, aqui p. 49. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/193956/179273 . Acesso em: 02 fev. 2024.

[171] MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o 'Hip Hop'. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.22, n. 57, p. 63-75, ago. 2002, aqui p. 71. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZkVqvrHCqkbKKRTBfmTTYPc/?lang=pt . Acesso em: 02 fev. 2024.

"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010)

Andrade Nzagi
Associação Núcleo Amigos da História (ANAH) / Escola ADPP - Cazenga
E-mail: andradenzagi60@gmail.com

O presente artigo tem como objectivo analisar a onda de patriotismo e sentimento de unidade nacional que se verificou na sociedade angolana, em função da qualificação da selecção angolana de futebol à Copa do Mundo de 2006, e a boa performance da mesma selecção no CAN de 2008. "*O Mundial é uma conquista da paz*", esta frase é um dos títulos dos vários artigos publicados pelo *Jornal de Angola* neste período, que tinham como finalidade a exaltação dos feitos da selecção de futebol. Num contexto em que o país encontrava-se a poucos anos de paz, era necessário que se promovesse o sentimento patriótico e de unidade nacional, é neste sentido que, para além das actividades políticas, surge o futebol como representante de patriotismo durante o intervalo de tempo que vai de 2005 a 2010. Então, é nossa intenção tratar sobre a representação do patriotismo e unidade nacional em Angola neste período, mas olhando para o papel desempenhado pelo Futebol. A análise crítica das fontes, levou-nos a concluir que os bons resultados alcançados pela selecção angolana de futebol neste período, gerou um sentimento de patriotismo no seio dos angolanos que se interessavam pelo desporto nacional.

Palavras chave: Futebol; Patriotismo; Angola.

AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Pedro Pessula
Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Educação Física e Desporto
pessula.fefd@gmail.com

Partimos do pressuposto de que como as repartições desiguais de papéis associadas aos rapazes e às raparigas na família moçambicana são reproduzidas ou mitigadas nas práticas desportivas de lazer. Como refere Castiano (2008), nas zonas rurais os rapazes ainda cedo são educados a ter destreza e força para poder trepar árvores para tirar frutas, poder resistir à dor; por isso, devem ser bravos e fortes. Cedo são lhes exigidos habilidades, não só cognitivas, mas também de domínio corporal, como construir uma casa, cuidar de um rebanho, correr para transmitir notícias a famílias longínquas, saber nadar, pescar e caçar. Enquanto as raparigas devem aprender a conhecer o seu corpo, a saber aguentar com prazer a dor da gravidez, a não serem preguiçosas porque devem trazer água, acordar muito cedo para varrer o quintal, cuidar dos irmãos mais novos, conter-se dos excessos que a vida dispõe. Neste sentido, procuramos caracterizar os papéis sociais que os/as alunos/as desempenham no espaço familiar (em casa) e descrever as concepções de género no desporto escolar. Para concretizar a investigação, foi utilizada uma metodologia mista e comparativa, cujo método de recolha de dados se baseou na entrevista semi-estruturada aplicado a 46 alunos/as, sendo 24 rapazes e 22 raparigas. Os sujeitos foram escolhidos de forma aleatória e possuem idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos. O local de estudo foi nos distritos de Boane e Matutuine nas escolas primárias

completas de Nsime, 16 de junho Boane, Chinonnaquila, Boane Sede e Mailane, localizadas na província de Maputo a sul de Moçambique. Os nossos resultados revelaram que há repartição desigual das tarefas entre os rapazes e as raparigas no espaço familiar, pois as raparigas executam mais as actividades realizadas pelas mães, tias e irmãs enquanto os rapazes executam as actividades realizadas pelos seus pais, irmãos e tios. As práticas desportivas estão assentes na divisão sexual e reproduz o modelo tradicional vigente na família. As raparigas jogam com e contra as raparigas e os rapazes jogam com e contra os rapazes, isto porque pensam que os rapazes e as raparigas por serem biologicamente diferentes têm desempenho diferente e não podem competir em pé de igualdade.

Palavraschave: Lazer; Género; Papéis Sociais.

FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA

Zaida Samuel Cossa
zaidasamuelcossa@gmail.com

Ana Clemente Chikakuda Cossa
anachikakuda@gmail.com

Ao longo da história de Moçambique, o futebol tem desempenhado um papel crucial na identidade cultural do país. No entanto, tradicionalmente, a participação das mulheres nesse cenário tem sido limitada devido a normas de género arraigadas. Este estudo objectiva examinar o impacto das mulheres moçambicanas na promoção da igualdade de género através do futebol, bem como sua contribuição para a preservação da identidade cultural do país. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com mulheres envolvidas na prática e promoção do futebol em Moçambique, além da análise de fontes históricas e documentos oficiais relacionados ao desenvolvimento do futebol no país. Empregou-se abordagem qualitativa para capturar as experiências e perspectivas das mulheres nesse contexto. No geral, argumentamos que as mulheres moçambicanas têm desempenhado um papel crucial na preservação da identidade cultural através do futebol, ao mesmo tempo em que desafiam as desigualdades de género historicamente arraigadas. Suas contribuições têm remodelado as práticas desportivas tradicionais e promovido a inclusão e o empoderamento das mulheres na sociedade moçambicana. Os resultados deste estudo evidenciam o impacto positivo das mulheres na promoção da igualdade de género por meio do futebol, além de destacar sua influência na preservação da identidade cultural moçambicana.

Palavras chave**:** Futebol; igualdade de género; identidade cultural.

CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS

Mauro Armando Adelino Manhanguele
Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory
manhanguelemauro@gmail.com

Marlino Eugénio Mubai
Universidade Eduardo Mondlane
marlinomubai@gmail.com

O futebol tem raízes profundas na história de Moçambique, emergindo como a modalidade mais aclamada, que transcende a esfera desportiva para influenciar a sociedade, política e economia. Desde o período da cidade colonial de Lourenço Marques, agora Maputo, as Associações de Futebol marcaram sua presença, dominando as competições futebolísticas tanto no período colonial quanto no pós-colonial. Contudo, um fenômeno intrigante tem se manifestado nas últimas décadas: a escassez de espectadores e a crescente apatia em relação ao Campeonato Nacional de Futebol em Moçambique, especialmente em Maputo. Este artigo, através do método histórico, explora as razões por trás desse declínio de interesse pelos jogos do Campeonato Nacional de Futebol. O mesmo parte da assumpção de que esta realidade resulta de vários factores, destacando-se a pouca qualidade de muitas partidas, o desafio da globalização que coloca o campeonato moçambicano em competição direta com as principais ligas do mundo, a difícil situação econômica que afecta parte significativa da sociedade e a ascensão de uma nova geração alheia aos clubes nacionais. O artigo conclui que diante deste panorama, torna-se imperativo uma transformação profunda que promova não apenas a qualidade desportiva, mas também busque estratégias

inovadoras para reacender o entusiasmo do público. Sublinha que Moçambique precisa repensar e reinventar o papel do campeonato nacional futebol, adaptando-se aos desafios contemporâneos e reconquistando seu lugar de destaque na cultura desportiva e social do país.

Palavras-chave: Moçambique; Futebol; Adeptos.

LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA

Diênifer Monique da Conceição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
djeny.monique@hotmail.com

Karoline Hachler Ricardo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
karolinehachler@gmail.com

André Luiz dos Santos Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
andrels@ufrgs.br

Elisandro Schultz Wittizorecki
Universidade Federal do Rio Grande Sul
elisandro.wittizorecki@ufrgs.br

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
raqufrgs@gmail.com

Este ensaio teórico pretende debater o lazer como construção identitária, apresentando o Kemetic Yoga como possibilidade. Compreendemos que o lazer não está inerte nas movimentações constantes da realidade. O racismo e outras opressões estão intrínsecos em suas dimensões, manifestações e usos. Assim, “pensar o lazer implica em pensar sua origem, suas relações e de que forma é dimensionado nas sociedades” (Barbosa; Silva, 2011, p. 2). Embora diferentes perspectivas concorram no debate, é notável a hegemonia de processos

conservadores nas formas de pensar e agir o lazer, aproximando-o das ideias de trabalho, mercado, e indústria cultural (Stigger; Myskiw, 2015). Destacamos nosso posicionamento político na contramão de uma postura etnocêntrica, e buscamos, a partir de realidades outras, espremer um conceito dicotômico do lazer, que invisibiliza outras pluralidades com valores, modos de pensar e agir (r)existindo aos mecanismos sociais excludentes. Ao conhecermos o Kemetic Yoga aproximamo-nos de uma manifestação cultural carregada de afrocentricidade (Asante, 2014). Ao reivindicar as origens africanas do yoga, o kemeticismo distingue-se explicitamente do yoga mais popular, comercializado e dominado pelos brancos, criando um espaço de cura e espiritualidade negra (Siddiqui, 2021). O Kemetic Yoga apresenta um avanço no cuidado em saúde da população negra, pois é uma yoga de base africana pensada para estes corpos (Stephany, 2022). Fernandes (2019), professora de Kemetic Yoga, compreende que essa prática faz um resgate social e um trabalho de saúde coletiva nas periferias, pretendendo a ressignificação deste espaço elitizado que o Yoga tem se apresentado. A professora “suleia” as suas aulas através da questão: “como o corpo pode gerar significado social, e como podemos sentir cada violência cotidiana e ainda assim mover além da dor?” (Fernandes, 2019). Nesse movimento, notamos o Kemtic Yoga como um momento de lazer, mas a partir de outros pressupostos. Gomes e Elizalde (2012) compreendem que temos tantas fruições de lazer quanto pessoas no mundo, pois esta fruição é parte da dimensão subjetiva do ser humano, acenando-o como uma via de construção identitária e de redimensionamento das relações. Trata de outra possibilidade de captar o lazer dentre as diversas matrizes de subjetividades, para além das teorias que focam o tempo, o espaço e a obrigação como categorias de análise. Diferente disso, o Kemetic Yoga como lazer, nos parece ser um referencial simbólico que “são formados e formadores dos sujeitos” (Pacheco; Stigger, 2016, p. 135). O Kemetic Yoga, portanto, atravessa o lazer e transcende para a (re)significação e construção identitária.

Palavras chave: Kemetic Yoga; Lazer; Construção Identitária.

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Bruna Tassiane dos Santos Pontes

Daiane Grillo Martins

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rovincente@gmail.com

O tema desta pesquisa consiste na interseccionalidade de mulheres negras na prática do tênis, enquanto lazer em Porto Alegre. O interesse por esse tema surge quando a primeira autora deste estudo, uma mulher negra, iniciou a dar aulas de tênis, ainda acadêmica de Educação Física na UFRGS, em um clube esportivo recreativo e se viu transitando dentro de locais onde não havia negros e negras. E nesta trajetória, se interessou em compreender o lazer e também as possibilidades, perspectivas, relações vivenciadas por mulheres negras. Em 2019, em um estudo da ITF, o *Global Tennis Report* 2019, demonstrou que no Brasil há 2,2 milhões de praticantes, dos 3.873 tenistas profissionais, 1.525 são mulheres, marcadores sociais como classe, raça e sexualidade, entre outros, são invisíveis neste estudo. Partindo do pressuposto que a maioria de tenistas são homens, brancos, nesta investigação, procuramos compreender como as mulheres negras vivenciam a prática de tênis, enquanto lazer. Quando os marcadores de opressão

se sobrepõem às mulheres as coloca mais expostas a situações de vulnerabilização. Neste estudo, utilizaremos a ferramenta analítica da interseccionalidade, utilizadas pelas feministas negras, que dão visibilidades a diversas violações sofridas pelas mulheres negras. Desta forma, o objetivo deste estudo é compreender de que maneira os marcadores sociais compõem o lazer vivenciado por mulheres negras em um clube de Porto Alegre/RS. A presente pesquisa adota como caminho metodológico a etnografia. As informações estão sendo construídas através da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entendemos a importância deste estudo sobre lazer para o campo acadêmico, por colocar uma lupa em direção a interseccionalidades das mulheres para pensar as questões socioculturais que constituem esse tempo espaço da vida.Podendo ainda, contribuir para a qualificação e ampliação dos espaços/equipamentos de lazer para participação efetiva de mulheres negras. Por fim, salientamos a carência de pesquisas sobre esta temática produzidas especificamente por pesquisadoras negras. Como considerações iniciais destacamos que são poucas mulheres negras praticando tênis, enquanto lazer. Observamos que com a introdução de um aplicativo para marcação de jogos e quadras no clube possibilitou uma participação mais efetiva e qualificada das mulheres nos jogos de tênis, havendo mais integração entre elas nas quadras. Também é possível perceber que as discussões de recorte racial são, muitas vezes, preteridas, privilegiando as pautas que contemplam somente as mulheres brancas.

Palavras chaves: Mulheres negras; Interseccionalidade; Tênis.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS

Janaína Fontes

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Carolina Caneva da Silva

Mauro Myskiw

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
janafontes@yahoo.com.br

O acolhimento institucional é uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicada de forma excepcional e provisória para crianças e adolescentes que tiveram direitos violados, negligenciados e vínculos familiares fragilizados. A instituição que promove este acolhimento em âmbito Estadual no Rio Grande do Sul é a Fundação de Proteção Especial (FPE).

Conforme Eurico (2020) a pobreza geracional, causada pelo racismo, impacta com prejuízos para crianças e adolescentes, que dependem da proteção dos adultos para se desenvolverem de forma saudável, repercutindo na dificuldade de garantias de direitos fundamentais como educação, lazer, esporte e cultura nas famílias negras. Segundo o Relatório Anual do NMAP/FPE, em 2023 a população atendida era majoritariamente negra, totalizando 58% das crianças e adolescentes. Quando analisamos essa informação com base na população identificada no RS como de 79% branca, observamos que o acolhimento

institucional continua a cumprir a função histórica de proteger a sociedade das crianças e adolescentes “indesejáveis”, ou seja, há uma inversão da noção de proteção, que corresponde a uma prática higienista e de confinamento das infâncias negras. O objetivo desse estudo é ‘seguir’ o lazer de crianças em acolhimento institucional, tendo como metodologia a etnografia e referencial teórico a teoria do ator-rede de Bruno Latour (2012). Nessa imersão em campo as questões étnico-raciais emergiram na esfera do lazer quando as meninas foram assistir ao filme “A Pequena Sereia (2023)”, cuja protagonista Ariel é negra. Logo nas primeiras aparições da personagem as crianças referiram “Ela é diferente!” “Não tem cabelo laranja!” “Ela se parece com a gente!” “É preta como a gente!” “Tem o cabelo igual ao nosso!” Essas falas acompanharam as meninas durante o filme e depois no retorno para o abrigo residencial em que relataram para as agentes educadoras o que assistiram no cinema. Analisando a repercussão nas mídias sociais sobre protagonismo de Halle Bailey, atriz negra no *live action* da Disney, percebemos que mesmo sendo uma personagem não-humana, sofreu ataques racistas. Entretanto, a representatividade no filme significou para as meninas em acolhimento institucional um reconhecimento de seus corpos expresso nas telas, o que nos permite inferir que personagens clássicas são importantes para a construção de novas operações críticas para as meninas negras, em geral pouco representadas nos filmes infantis. Nesta direção os espaços de lazer tornam-se potentes, estabelecendo-se como ‘momentos de crise’ (Boltanski, 2016), a partir da representatividade negra atualizando a luta antirracista.

Palavras chave: Acolhimento Institucional; Representatividade; Lazer.

PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL

Helcio Herbert Moreira da Silva Neto

Marco Antônio Roxo da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)
helcio.neto00@gmail.com
mroxo@iduff.br

As elaborações de Gilberto Freyre sobre o futebol são paradigmáticas para os estudos a respeito da relação da identidade nacional com a modalidade. A maioria desses trabalhos, contudo, parte do artigo “Foot-ball Mulato”, para estabelecer associações entre a perspectiva do autor acerca do esporte e o conjunto de seu pensamento. O texto, publicado na imprensa durante a Copa do Mundo de 1938, é curto e conecta o estilo de jogo brasileiro com o processo de formação nacional, inclusive com as heranças africanas. Com o objetivo de aprofundar os debates deste ponto, o propósito do presente trabalho é examinar as imagens África em *Casa-Grande & Senzala*, reconhecido como um dos mais paradigmáticos livros do pensamento social brasileiro, sob a ótica das pesquisas acerca dos esportes. O ponto central para a compreensão desses atravessamentos é a homologia entre ancestralidade, corpo e estilo de jogo.

Deriva precisamente deste entroncamento a proeminência da herança africana na tarefa de explicar as singularidades brasileiras na prática do futebol. Embora a modalidade esportiva não esteja no centro da obra, são oferecidos indícios da visão freyriana durante a argumentação a respeito do processo da formação do

país. A iniciativa se insere em um conjunto de esforços para compreender as imbricações entre conceituações sobre a brasilidade, que partem de círculos intelectuais e universitários, e o universo futebolístico no interior da cultura popular. O aumento do alcance dos veículos de comunicação ao longo do século XX proporcionou a circulação desses conceitos e tornou necessário um olhar mais cuidadoso para os circuitos que se formaram com a emergência, principalmente, da radiodifusão.

A proximidade de Freyre com executivos de comunicação de seu tempo é outro fator que estimula essa investigação, uma vez que aponta para a direção de uma influência das concepções sobre o que foi veiculado no rádio e, posteriormente, na televisão. O futebol pátrio se consolidou como um elemento que compõe o imaginário do que o que é ser brasileiro – muito em virtude dos resultados alcançados justamente nos Mundiais, principais competições entre seleções. Encarar o contato de Freyre com a modalidade é fundamental por conta da amplitude que o esporte assumiu. A forma como o autor enxergava a África igualmente pode ter consequências para a cobertura esportiva. Deriva disso também a urgência de reavaliar esse olhar no horizonte interdisciplinar da História, da Comunicação e da Educação Física.

Palavras chave: África; Casa-Grande & Senzala; Futebol.

AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990)

José Eliomar Filho

Mestrando em História (UFBA)
jeliomarfilho@yahoo.com.br

A Revista *Placar*, principal e mais longeva magazine sobre futebol da história da imprensa brasileira foi fundada meses antes da Copa do Mundo de 1970, com o intuito de captar em vendas a efervescência que o torneio de futebol gerava na população brasileira, resultado do bicampeonato mundial e da presença do Rei Pelé no escrete que jogaria no meio do ano em gramados mexicanos. Com isso, a *Placar* realizou uma cobertura jornalística de destaque *in loco*, retratada em reportagens, entrevistas, fotografia, opiniões de analistas. Porém, essa qualidade comprovada ficou restrita às principais seleções, no caso, as sul-americanas e europeias. Os selecionados de outros continentes como o africano (retornando ao torneio com o Marrocos, após um hiato de 26 anos desde o debute egípcio na primeira Copa em solo italiano) foram relegados a último plano na cobertura da revista sendo visto como ingênuos, amadores e sem nível técnico para participar do evento. Essa forma de ver o futebol africano pela *Placar* se repetiu quatro anos depois na Alemanha Ocidental com a participação da seleção do Zaire, havendo uma mudança na percepção em 1978, repetida em 1982, ao posicionar as seleções da África na prateleira dos azarões com alguma chance de surpreender, confirmada com o primeiro triunfo africano em Copas (no Mundial da Argentina) e com resultados inesperados contra fortes seleções (no Mundial da Espanha). Nas últimas duas Copas do Mundo analisadas, 1986 e 1990, a Revista passou a

destacar a melhora das seleções africanas enfatizando principalmente o fato dos jogadores africanos atuarem por clubes europeus e tendo potencial de realizar uma boa competição, como se confirmou no segundo mundial na Itália com a belíssima campanha da seleção camaronesa, reconhecida pela própria revista o seu bom futebol na Copa sendo chancelada como “Camarões à brasileira”. A intenção do trabalho é analisar cronologicamente como o principal veículo de comunicação sobre futebol do país estabeleceu sua forma de percepção sobre a África a partir das suas seleções em Copa do Mundo e como retratou para o seu público-leitor. A percepção eurocêntrica se demonstra pelas escalas de visão sobre o futebol praticado pelos africanos que inicialmente eram inexperientes e mesmo quando analisam um processo evolutivo, estava diretamente atrelado ao contato e aprendizado junto aos europeus.

Palavras chave: Copa do Mundo – Seleções Africanas.

FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964

Daniel Samuel Cossa

Assistente de Pesquisa na UEM e Docente na ESJ
danielsamuelcossa.dc@gmail.com

A prática de futebol no espaço colonial português no período de 1908 a 1964, foi catalisadora da integração social e migração de talentos para Portugal. Este artigo explora a evolução do futebol como agente de transformação social, destacando a união cultural e comunitária que ele promoveu em Moçambique. O artigo também examina o impacto da migração de jogadores moçambicanos para Portugal a nível do espaço colonial Português e global. Através de uma abordagem histórica e sociocultural, o estudo recorre às fontes documentais e análise bibliográfica para apreender as dinâmicas sociais e desportivas do período em análise. Os resultados obtidos revelam que o futebol desempenhou um papel significativo na promoção da interacção entre diferentes comunidades, contribuindo para a formação de identidades colectivas e para a disseminação de valores compartilhados num espaço multirracial marcado por interesses políticos diversos.

Palavras-chave: Futebol; colonialismo; integração.

DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982

Maurício Chipatime e Marlino Mubai

Após a independência de Moçambique em 1975, Samora Moisés Machel desempenhou um papel fundamental na promoção dos jogos escolares como parte de sua visão mais ampla de desenvolvimento e unidade nacional. Reconhecendo o potencial do desporto para promover a coesão e identidade nacional, Machel viu nos jogos escolares um instrumento para unir diversas comunidades e grupos étnicos do país sob uma identidade nacional compartilhada. Os jogos escolares eram vistos não apenas como competições, mas como espaços de convivência e intercâmbio cultural entre estudantes de diferentes regiões e origens. Machel entendia que os jogos escolares não apenas promoviam a saúde física, mas também fortaleciam os laços de solidariedade e cooperação entre os jovens moçambicanos. Através de revisão de literatura e pesquisa documental, esta pesquisa analisa o contributo das edições dos jogos escolares realizados nos anos de 1978, 1980 e 1982 na estratégia de promoção da unidade nacional por parte de Samora Machel. O artigo conclui que os jogos escolares foram usados para combater o tribalismo no contexto da construção duma nova sociedade por meio da juventude sob a bandeira do homem novo.

Palavraschave**:** Desporto; Juventude; Identidade.

POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA

Matheus Serva Pereira
ICS-ULisboa
matheusservapereira@gmail.com

As experiências de sujeitos sociais que não necessariamente pegaram em armas ou se envolveram nas causas nacionalistas-independentistas não constituem, necessariamente, objeto privilegiado de investigação na historiografia que se dedicou aos últimos anos do colonialismo português em Moçambique e no período recém-independente. No entanto, durante as ações da luta armada e os vários congressos realizados, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) debateu o que era - e o que deveria ser - a cultura moçambicana, justamente perpetuada por "pessoas comuns". Os embates sobre esta definição passaram por um exercício duplo de se olhar para o passado e projetar um futuro. Buscava-se uma autenticidade a partir da identificação do que teria permanecido preservado da influência do colonialismo e do capitalismo. Ao mesmo tempo, perguntava-se como a cultura que viria a ser nacional deveria ser desenvolvida, estimulada, valorizada. Neste embate, que permeou o período do colonialismo-tardio (1945-1974) e avançou ao longo do Tempo Samora (1975-1986), artistas Fany Mpfumo, cantor e compositor do que era chamado na época como "música ligeira" ou "música moderna", e que só foi ganhar o nome de marrabenta anos mais tarde, tiveram de manejar suas criatividades e sustento financeiro com os projetos políticos vigentes no país. A partir de uma análise da trajetória artística de Fany

Mpfumo, eleito o “Rei da Rádio” em Moçambique, na década de 1960, e, atualmente, considerado um dos mais importantes músicos da história do país, a presente comunicação pretende promover algumas reflexões sobre a complexidade dos embates existentes ao redor da construção de uma “cultura moçambicana” em uma nova escala de análise.

Palavras chave: Moçambique; Cultura Nacional; Música.

A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE

Dulamito Aminagi

Marlino Mubai
mitodula@yahoo.com.br
marlinomubai@gmail.com

Os desportos de lazer, ancorados em escolhas que os adolescentes fazem, dentro de um universo limitado de brincadeiras geracionais de outra índole, constituem expressões de determinados estilos de vida, manifestados de forma arbitrária, pelos jovens e adolescentes. Entretanto, o seu encaminhamento, em torneios infanto-juvenís e outros, tem caído em desuso. Com efeito, os desportos de rua não tem sido explorados, continuamente, para se apreender *significados indutores* para o panorama da formação desportiva no país. Partindo da revisão de literatura, trabalho de arquivo e de entrevistassemi-estruturadas, a diferentes personalidades desportivas moçambicanas, este artigo procura compreender a relação entre os desportos de lazer de rua e o panorama da formação desportiva em Moçambique. O artigo presta atenção especial ao papel desempenhado pelos torneios infanto-juvenís no processo de lapidação do talento desportivo no país. O artigo conclui que apesar dos torneios infanto-juvenís terem contribuído, significativamente para o fortalecimento dos clubes assim como das diversas selecções desportivas nacionais, contribuindo desta forma no processo de construção da nação moçambicana, a partir da década 90, estes torneios começaram a ser negligenciados, levando a algum marasmo no desenvolvimento do desporto nacional.

Palavras chave: Moçambique; Lazer; talentos desportivos.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

APRESENTAÇÃO

Após os eventos já realizados no Rio de Janeiro, Lisboa (duas vezes), Maputo e Porto, o **Grupo de Pesquisa CORPO** (Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Bahia) organiza o **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África.**

Associam-se à organização deste evento a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, a Universidade de Cabo Verde, o Laboratório Sport da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense, o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Rede Internacional Desporto e Lazer em África (em organização)

O evento acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador-Bahia-Brasil. O encontro será presencial e *online*.

O objetivo do **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África**é a promoção da troca de experiências, opiniões e reflexões entre investigadores e estudantes interessados nas múltiplas manifestações e implicações das práticas de lazer e desportivas no continente africano. Nesta edição, o tema central será – **Desporto e lazer em África: culturas nacionais e suas representações.**

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRESENTATION

Following the events already held in Rio de Janeiro, Lisbon (twice), Maputo and Porto, the CORPO Research Group (Faculty of Education – Postgraduate Program in Education – Federal University of Bahia) organizes the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa.

The Eduardo Mondlane University of Maputo, the University of Cape Verde, the Sport Laboratory of the Federal University of Rio de Janeiro, the Center for African Studies of the Federal Fluminense University, the History Center of the University of Lisbon, the Center for African Studies at the University of Porto and the International Network for Sports and Leisure in Africa (under organization)

The event will take place on the 10th, 11th and 12th of July 2024, at the Federal University of Bahia, in the city of Salvador-Bahia-Brazil. The meeting will be in person and online.

The objective of the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa is to promote the exchange of experiences, opinions and reflections between researchers and students interested in the multiple manifestations and implications of leisure and sporting practices on the African continent. In this edition, the central theme will be – Sport and leisure in Africa: national cultures and their representations.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRÉSENTATION

Suite aux événements déjà organisés à Rio de Janeiro, Lisbonne (deux fois), Maputo et Porto, le Groupe de recherche CORPO (Faculté d'Éducation – Programme de troisième cycle en éducation – Université fédérale de Bahia) organise la VIIe Rencontre internationale sur le sport et les loisirs en Afrique.

L'Université Eduardo Mondlane de Maputo, l'Université du Cap-Vert, le Laboratoire des Sports de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro, le Centre d'Études Africaines de l'Université Fluminense, le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne, le Centre d'Études Africaines à l'Université de Porto et au Réseau International des Sports et Loisirs en Afrique (en cours d'organisation)

L'événement aura lieu les 10, 11 et 12 juillet 2024, à l'Université Fédérale de Bahia, dans la ville de Salvador-Bahia-Brésil. La réunion se déroulera en personne et en ligne.

L’objectif des VIIes Rencontres Internationales sur le Sport et les Loisirs en Afrique est de favoriser l’échange d’expériences, d’opinions et de réflexions entre chercheurs et étudiants intéressés par les multiples manifestations et implications des pratiques de loisirs et sportives sur le continent africain. Dans cette édition, le thème central sera – Sport et loisirs en Afrique : les cultures nationales et leurs représentations.

SUMÁRIO

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL 103

Emanuel Charles D'Oliveira 103

DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL 104

Victor Andrade de Melo 104

INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA "DESCOLONIZE-CIS" 105

Ineildes Calheiro 105

GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO 107

Gustavo Cerqueira Guimarães 107

O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS 109

Jaftalina César Cuna 109

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO? 111

Manuel Fernando Bila 111

Bonomar Adriano Macuácua 111

CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE" 113

Renata Dariva Costa 113

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991) 115

Miguel Natchulo Cassinda 115

FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950) 117

Andrea Marzano 117

DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE 119

Lucrécio Máquina 119

Marlino Eugénio Mubai 119

A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA 121

Elcio Loureiro Cornelsen 121

"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010) 123

Andrade Nzagi 123

AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE 124

Pedro Pessula 124

FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA 126

Zaida Samuel Cossa 126

Ana Clemente Chikakuda Cossa 126

CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS 128

Mauro Armando Adelino Manhanguele 128

Marlino Eugénio Mubai 128

LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA 130

Diênifer Monique da Conceição 130

Karoline Hachler Ricardo 130

André Luiz dos Santos Silva 130

Elisandro Schultz Wittizorecki 130

Raquel da Silveira 130

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS 133

Rossana Vincente Ramos 133

Marzo Vargas dos Santos 133
Bruna Tassiane dos Santos Pontes..... 133
Daiane Grillo Martins 133
Raquel da Silveira..... 133
A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS..... 135
Janaína Fontes..... 135
Rossana Vincente Ramos 135
Marzo Vargas dos Santos 135
Carolina Caneva da Silva 135
Mauro Myskiw..... 135
Raquel da Silveira..... 135
PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL..... 137
Helcio Herbert Moreira da Silva Neto..... 137
Marco Antônio Roxo da Silva..... 137
AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990)..... 139
José Eliomar Filho 139
FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964..... 141
Daniel Samuel Cossa 141
DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982..... 142
Maurício Chipatime e Marlino Mubai..... 142
POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA..... 143
Matheus Serva Pereira 143
A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE 145
Dulamito Aminagi..... 145

Marlino Mubai 145

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA. NOTAS DE UMA CAMINHADA…

Por ***Augusto Nascimento***

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Por ***Augusto Nascimento***

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Ao cabo de aproximadamente uma quinzena de anos, valerá a pena ensaiar um novo balanço da produção de conhecimento sobre o desporto e o lazer em África e, em particular, nos PALOP, levada a cabo por investigadores africanos, brasileiros e portugueses.

Neste texto, baseado em trabalhos destes autores, afora o registo de temas explorados[1], revisitam-se as problemáticas a aprofundar como, por exemplo, a dos caminhos de emancipação e autonomização do desporto e do lazer face à tendencial hegemonia do político[2]. Ensaiar-se-á dar nota das facetas contraditórias dos sentidos políticos embutidos nas práticas desportivas, em particular, na futebolística[3], não para chegar a conclusões, mas para tentar mapear novas possibilidades de pesquisa e reflexão.

Trata-se, pois, de um texto livre, aberto à discussão, tentativamente norteado pelas preocupações acerca quer da importância política e social do desporto e do lazer, quer dos limites cognitivos e político-sociais do conhecimento. Num certo sentido, também se sopesam os atalhos e caminhos pelos quais se tenta escrever a história…

[1] Entre muitas outras questões a desbravar, mencionem-se, por exemplo, a idealização do tempo e a influência do desporto no urbanismo. Esta temática foi objeto de uma explanação de possíveis bases teóricas para a sua investigação por Victor Melo em 2022, no ENHE em Salvador (Melo, 2022).

[2] Porventura, a hegemonia da instância política foi mais notória nas sociedades saídas do colonialismo, nas quais as decisões políticas, com o quê de voluntarismo e de intrusão paternalista nas vidas dos indivíduos, tiveram um maior papel na determinação da existência das várias facetas da vida coletiva e da reprodução social.

[3] Amiúde, falaremos da prática futebolística, cujo efeito de arrastamento social lhe confere maior significado político.

I

ALGUM DO CAMINHO PERCORRIDO…

Uma primeira nota diz respeito ao acúmulo de saber relativamente a uma matéria sobre a qual há anos não se conhecia praticamente nada ou muito pouco, a saber, a prática desportiva nas antigas colónias portuguesas em África, tornadas independentes entre 1973 e 1975.

O relativo atraso do fim do colonialismo português[4], a persistência ou a irrupção de guerras, a aversão dos regimes do "homem novo" ao desperdício do tempo produtivo e, ainda, as visões teleológicas da história militavam contra o estudo da futilidade, ademais pressupostamente tributária da alienação obscurantista e colonial, assunto a que voltaremos. Obviamente, sobravam memórias, mas, na falta de valorização de factos aparentemente banais – pois só as ações dos chefes não o eram –, não tinham sequer por que serem reveladas.

A coleta de dados escorou a hipóteses de interpretação dos percursos nos domínios desportivo, político, cultural, social, económico, umas vezes detetando correlações, outras, dissociações entre as várias esferas da vida coletiva, também por causa da relação das dinâmicas políticas com as condições da prática de desportos nos vários territórios coloniais, entrementes tornados países independentes.

[4] A inferência de que o atraso do colonizador deveria ter causado atraso na disseminação do futebol nas colónias talvez diga mais dos apriorismos das análises do que das características das sociedades e, mais relevante, das dinâmicas de expansão do futebol. Evidentemente, o atraso económico e social implica nas condições em que se pratica o futebol (ver, por exemplo, Nascimento 2013b), mas a sua disseminação pode ter independido de fatores como a riqueza e o suporte político-institucional, o qual, aliás, pode ser sincopado e voluntarista e, por isso, pouco profícuo. Em jeito de especulação, aventurar-nos-íamos a dizer que a especificidade do futebol anula parte do efeito retardador associado ao atraso económico ou, com maior cautela, que a relação direta entre desenvolvimento e riqueza, de um lado, e disseminação do futebol, do outro, não é linear.

Em 2007, Victor Melo apresentou um primeiro projeto para o estudo do desporto em África. O projeto propunha-se indagar o "papel do esporte na construção da identidade nacional e da ideia de nação no Brasil, em Angola e em Cabo Verde".

Em Angola, a identificação nacional observava-se na presença do basquete no quotidiano de Luanda. Tecia-se uma articulação com o contexto internacional, com uma cultura *street*, com o movimento *hip hop* em suas diferentes manifestações (o *b-boy* e o *break*, o *grafite* e a música), artefactos usados para a denúncia, mais ou menos ressentida ou indignada, das injustiças, para a qual se prescindia do discurso político formal que, esvaído de eficácia, já não cativava as pessoas[5]. O basquetebol tornara-se elemento de "uma nova cultura urbana em formação, construída a partir do diálogo do local com o universal". Porventura, dir-se-ia, por força dos títulos de Angola nos campeonatos africanos de basquetebol, novas formas de expressão política tanto podiam ser potenciadas pelas conquistas da nova nação, quanto acabarem submersas pela exaltação generalizada com os feitos desportivos de Angola.

Em Cabo Verde, a temática das vicissitudes da migração de desportistas – alguns dos quais alcançaram lugares cimeiros no desporto internacional – era tratada no cinema, falada e, até, celebrada nas ruas dos povoados. Num certo sentido, o desporto abria-se como mais uma possibilidade de concretização da quase iniciática "aventura" da migração, a que se mostravam (e mostram) propensos muitos cabo-verdianos.

[5] Falidas as ideologias, chegara-se à época de busca e exploração de signos apelativos, com maior potencial de contestação do que os comportamentos dissonantes nos campos desportivos. Todavia, devemo-nos acautelar contra a pronta valorização política da adesão (com o seu quê de espontâneo e de impensada) à criatividade cultural e sopesar os limites dos variados processos de afirmação política, mais ou menos ligados a novas formas de culturas urbanas.

Sobre o Brasil, referia-se a abundante produção sobre "as relações entre esporte e construção da identidade nacional e da ideia de nação"[6]. No bojo dos laços simbólicos "entre o esporte brasileiro e o dos países africanos" estava "a importância atribuída ao futebol na construção cultural e na propagação da imagem do país no exterior". É corriqueira a ideia de que o Brasil foi uma referência para os movimentos nacionalistas: "As letras de um lado e o esporte de outro compunham um quadro de referências de grande utilidade para a configuração de uma identidade já encaminhada para a rutura com os padrões em vigor. Essa projeção seria ainda alimentada pela música"[7]. O tempo mostraria o que não se enfatizara ao tempo das lutas pela independência, a saber, que essa comunhão simbólica era cultivada por elites muito minoritárias das então colónias[8].

Especulando, sopesemos a eventual extensão da comunhão de referentes culturais aos desportivos para efeitos da sua aplicação política: na música poder-se-iam encontrar afinidades, como as da percussão ou dos traços melódicos, mas certamente era difícil carrear para a configuração de uma identidade cultural e política, própria e avessa ao colonialismo, elementos da linguagem universal e tendencialmente homogénea do futebol, mesmo se do singularíssimo futebol

[6] A este propósito, ver, por exemplo, as notas acerca dos laços simbólicos com o Brasil (Rocha, 2013, 234-235). As afinidades podiam ser, sobretudo, extrapoladas, quando não imaginadas, mas não deixavam de ser ponto de apoio para a recusa da dominação colonial e para a afirmação da população negra.

[7] Chaves, 2005.

[8] Acrescente-se a ironia da contradição de o Brasil ser, a um tempo, inspiração do regime colonialista e de quem o contestava, facto indiciador das transformações nos valores políticos e culturais no pós II Guerra.

brasileiro[9]. O que tinha de atrativo o futebol brasileiro? A exuberância técnica ou a epiderme de vários dos seus jogadores?

No terceiro quartel de novecentos, a identificação de elites africanas com o futebol brasileiro teria menos a ver com características culturais subjacentes à forma de jogar ou com identificações raciais do que com o facto de o Brasil ser um vencedor no futebol[10]. Além de o futebol brasileiro ser vitorioso[11], era atrativo por ser outro que não o do colonizador[12]. A possibilidade de identificação com algo para além das fronteiras podia ser importante enquanto desenho das possibilidades de vida sem as peias coloniais.

Mas porque não era o futebol africano o polo de identificação das elites das colónias? Por não ser vencedor, admita-se. Curiosamente, ao tempo, o retrógrado regime colonial português era precoce ao fazer africanos – em especial, Coluna e Eusébio – brilhar no campeonato do mundo de 1966… e não deixava de recolher apoio nas colónias.

[9] Creio ser difícil associar práticas desportivas a idiossincrasias nacionais. Apesar da força simbólica que o futebol brasileiro granjeou durante décadas, será forçado associar uma suposta personalidade brasileira à talentosa espetacularidade do seu futebol durante décadas.

[10] Daí a adoção de nomes brasileiros para batizar agremiações nas colónias não significar necessariamente adoção de propósitos independentistas, conquanto indiciasse a gestação de uma visão do mundo que ignorava o laço colonial. Curiosamente, e em contrapartida, esvanecido o laço colonial, não deixa de ser curioso que a afetividade para com agremiações da antiga metrópole tenha rejuvenescido, se é que alguma vez feneceu…

[11] Este deveria ser o principal móbil da emulação dos nomes dos clubes, do jeito de jogar dos ídolos, como Garrincha (por exemplo, para o caso de Cabo Verde, ver Charles d'Oliveira, 2023), que, obviamente, seria a imitação de um jeito de jogar imaginado a partir de relatos e de notícias invariavelmente redutoras da performance de Garrincha e de outros.

[12] Ainda assim, coexistiriam sentimentos contraditórios, porquanto africanos torciam pelo Benfica e por Portugal. Tais dados obrigam à avaliação do peso político destas dimensões emocionais e afetivas no quotidiano, facto que, após as independências, o monolitismo ideológico, travestido de moral revolucionária, desqualificou ou cerceou fortemente.

Fig. 1. Cartaz com os dizeres “Viva Portugal Viva Salazar / Viva todos os portugueses espalhados pelo mundo / Viva o Benfica”. Coleção particular. Anos 60.

Para complexificar a questão, não seria pequeno o apego aos clubes da metrópole colonial[13], onde jogavam africanos. Será o caso de voltarmos às teorizações e interpretações sobre trajetórias e vidas em razão da desportivização das sociedades.

Segundo Victor Melo escreveu no projeto de 2007, a prática desportiva cunhava uma forma de vida: o mercado ao redor do campo não só fazia uso de

[13] Uma africana, cuja vida foi intensa e duramente pautada pelas andanças da luta anticolonial, mantém uma fervorosa paixão pelo seu Benfica. Até hoje, à mesa, em convívios familiares, não dispensa o acompanhamento dos jogos do clube, cf. *testemunho pessoal, A Nascimento*.

Mesmo outrora, na hora dos desafios futebolísticos, por vezes subalternizavam-se os ressentimentos contra o colonialismo.

imagens para vender mercadorias, como também ajudava a construir e a reforçar sentidos e significados sociais, indicando maneiras de se portar e estimulando a aquisição de hábitos, costumes, atitudes e comportamentos, que, ao arrepio dos ditames paternalistas dos políticos, se não estruturaram vidas, ao menos perduraram para além de factos inquestionavelmente marcantes como as independências. Assim sendo, sem embargo da valia da independência, as incidências da vida banal – por exemplo, do futebol na antiga metrópole – não suscitarão conversas de rua?

Ainda sem sopesar as relações com o político, cumpre enfatizar a adesão generalizada, mormente, as emoções geradas pelos despiques desportivos, razões pela quais o desporto prevaleceu sobre outros desempenhos lúdicos e culturais. A este respeito, os políticos – incluindo os que elegiam e reservavam para si mesmos as emoções advindas do exercício de poder – estavam iludidos acerca da valia do seu pensamento político enquanto enquadramento de imaginadas identidades e, consequentemente, de supostos valores para os seus concidadãos.

Para o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, anunciado para dezembro de 2008, em Braga, foi enviada a proposta de grupo de trabalho que aludia ao lazer, sem deixar de reconhecer a centralidade do futebol: "O esporte, o lazer e a diversão nos países de língua portuguesa"[14]. Escreveu-se: "Mesmo que já não seja mais propriamente uma novidade, podemos afirmar que não são muito os pesquisadores ligados às Ciências Sociais que se dedicam a discutir a importância do esporte, dos momentos de lazer e das práticas de diversão na história e no cotidiano dos Países de Língua Portuguesa, ainda que tais temas estejam entre os mais importantes em diversos contextos históricos,

[14] A proposta foi subscrita por Victor Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento.

tendo suas configurações articuladas com as dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas das nações. Destacamos o fato de que tais práticas fazem parte do patrimônio cultural de um povo, plenamente articuladas com uma cultura específica e sendo importantes ferramentas na construção de identidades: de classe, de gênero, de etnia, ligadas a construção da ideia de nação. Em nossos países, essa importância parece acentuada pela grande presença do futebol em nossa formação cultural."[15]

Ainda sem uma clara assunção da vertente do lazer, os Encontros Internacionais sobre Desporto em África começaram em 2010 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao tempo sobretudo focados no desporto e, mais particularmente, da sua história no continente africano.

Em 2010, apresentaram-se os primeiros estudos parcelares alusivos a vários países, antes colónias portuguesas. A primeira publicação coletiva[16] continha textos de Richard Giulianotti e Bea Vidacs, com visões panorâmicas sobre o desporto em África e recomendações teórico-metodológicas para uma melhor compreensão do desporto no continente. Além de estudos sobre o desporto em vários países, apresentaram-se estudos sobre a problemática do racismo no desporto na América Latina e sobre uma disputada herança pressupostamente africana, a da capoeira, no Brasil.

Um novo projeto iniciou-se em 2011, "O sport que virou esporte, o sport que virou desporto: as experiências (d)esportivas em países lusófonos" e, em junho de 2012, realizou-se novo evento, a II Conferência Internacional sobre o Desporto em África, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

[15] Hoje, relativizar-se-ão estas asserções, com que, em todo o caso, se abriu um caminho.

[16] Melo, Bittencourt e Nascimento (orgs.), 2010.

Num novo livro coletivo, de 2013, anunciava-se a intenção de ampliar o horizonte: a "temática do esporte e do lazer sugeriu e sugere novos voos e olhares, novas correlações e novos desafios". Procurou-se explicitar a vocação para a diversidade que o objeto demandava. A aproximação entre o desporto e o lazer confirmava e reforçava tal objetivo[17]. Além de uma síntese acerca da desportivização no dito império português, em muito pautada por dinâmicas sociais que iam para além das intenções ralas e inconsequentes do poder colonial, assinalem-se textos sobre modos de vida urbanos, em Luanda e Lourenço Marques.

Aos do Rio de Janeiro e de Lisboa, sucederam-se congressos, de novo em Lisboa, em 2014, de volta ao Rio em 2016, um em Maputo em 2018 e, ainda, o do Porto em 2022. Arrostando com diferentes circunstâncias – desde as das evoluções políticas às da pandemia –, estes encontros adquiriram vários formatos, na procura do alargamento do seu carácter internacional. Um dos seus eixos foi o do diálogo entre estudiosos de diversas origens e formações acerca das práticas desportivas em África.

Por via da colaboração no estudo do desporto em África, erigiram-se projetos e, afora livros de autor – de Victor Melo, sobre Cabo Verde[18] e Guiné[19], de Nuno Domingos, sobre Moçambique[20], e sobre São Tomé e Príncipe[21] –

[17] Nascimento, Bittencourt, Domingos e Melo, 2013.

[18] Melo, 2011.

Entrementes, Emanuel Charles d'Oliveira fez a sua tese de doutoramento sobre a institucionalização do futebol na Praia, capital da colónia de Cabo Verde, Charles d'Oliveira 2023.

[19] Melo, 2020.

[20] Domingos, 2012. Sobre os territórios coloniais ver Domingos, 2011.

[21] Nascimento 2013.

publicaram-se também números especiais de revistas científicas, mormente nos *Cadernos de Estudos Africanos*, *Análise Social* e *Africana Studia*, afora um número de *The International Journal of the History of Sport*[22].

Um balanço foi esboçado por Andrea Marzano e A. Nascimento em 2013[23]. Ao tempo, avançou-se a ideia de que o relativo alheamento do estudo das temáticas desportivas se devera ao facto de estas temáticas não serem consideradas cruciais para o desenvolvimento de África, encarado de uma perspetiva economicista. No tocante às ex-colónias portuguesas, não só estas ideias tinham prevalecido por via do ideário de coloração marxista-leninista, como laborava a presunção de que todos os problemas seriam resolvidos pela abordagem ideológica partilhada pelos chefes dos movimentos de libertação chegados ao poder. Com o suporte da aparente congruência da narrativa marxista sobre o inexorável devir da história, o foco das propostas de vida incidia nas medidas económicas e, mais particularmente, no trabalho produtivo, que deveria concitar uma entrega própria de uma devoção terrena a bem do dito "povo", na realidade, dos chefes.

Com data de 2013, publicou-se nos *Cadernos de Estudos Africanos* o dossiê "Em torno das Práticas Desportivas em África", editado por Nuno Domingos e A. Nascimento. Para além da valia do estudo do desporto para mais preclaro entendimento das múltiplas situações da história colonial, lembrava-se que o "enfoque no desporto permite também aceder às vivências de grupos sociais menos estudados, acerca dos quais há menos fontes e informação disponível." No

[22] Football and Colonialism in São Tomé: The International Journal of the History of Sport: Vol 35, No 4 (tandfonline.com), acesso: 9 de outubro de 2023.

[23] Marzano e Nascimento, 2013.

caminho das investigações estava a "pluralidade de significados culturais, sociais, económicos e políticos associados às práticas desportivas em África"[24].

Em 2017, na *Análise Social*, foi publicado um dossiê "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas", editado por Paulo Jorge Fernandes, que historiava os avanços entrementes conseguidos numa área que, até pouco anos antes, não merecera atenção[25].

Em 2018, realizou-se em Maputo, a 8 e 9 de novembro de 2018, o V Encontro Internacional Desporto e Lazer em África, sob o lema "Vivências coloniais e dinâmicas nacionais", organizado pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, com a colaboração da Escola Superior de Ciências do Desporto, da Universidade Eduardo Mondlane. Nesse evento de Maputo, vincou-se o alargamento do objeto ao lazer, passo para novos enfoques sobre culturas populares e urbanas e, noutro plano, para o alargamento do diálogo entre elementos do grupo e outros interessados – incluindo atores com percurso desportivo e com papel na definição das políticas para o desporto no Moçambique independente[26] – sobre os significados políticos, e não só, de atividades culturais e de lazer em África. Na sequência deste evento em Maputo, o lazer e as culturas populares urbanas, por um lado, e o desporto, por outro, vieram a merecer dois números especiais da *Africana Studia*, o nº34, dedicado às culturas populares e urbanas em África[27], e o nº36, dedicado ao desporto e poder em África[28].

[24] Domingos e Nascimento 2013, 12.

[25] Fernandes, 2017.

[26] Joel Libombo, político, e Altenor Pereira, atleta e dirigente desportivo, forma entrevistados pelo jornalista João de Sousa para a *Africana Studia* nº36, 2021, 146-162.

[27] Nascimento e Rocha, 2020.

[28] Nascimento e Rocha, 2021.

Por fim, realizou-se, em 2022, o VI Encontro Internacional na Universidade do Porto, que contou com mais investigadores de países africanos.

Entrementes, procuramos a densificação dos laços de colaboração em torno do estudo destas temáticas, tendo proposto a criação da *Rede Internacional Desporto e Lazer em África*, cujo sítio se encontra em construção, https://ridla.hypotheses.org/.

ALGUNS RESULTADOS DE MÚLTIPLAS INVESTIGAÇÕES

Um primeiro resultado da aposta na investigação sobre o desporto em África, sobretudo, nas antigas colónias portuguesas, foi o acréscimo de conhecimento sobre as múltiplas facetas de uma atividade que se desenvolveu apesar dos óbices do colonialismo[29]. Retomando uma expressão de há anos, ainda há muito campo para desbravar, mas importará dizer que também já se percorreu algum caminho.

Sem possibilidade de ser exaustivo, relembre-se aqui alguns dados ilustrativos do conhecimento entrementes adquirido da história do desporto nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Sobre Cabo Verde, temos os estudos sobre o golfe como marca identitária da ilha de São Vicente, feitos por Victor Melo[30], a que se juntou o estudo do

[29] Não se desprezará a dificuldade política e económica de criar e manter clubes em contextos coloniais, em grande medida pela inércia da aversão do regime colonial à diversificação da vida coletiva e social. Porém, não só se encontram escolhos e dificuldades comparáveis noutras sociedades – tanto na antiga metrópole colonial, como, por exemplo, no Brasil, que se tornaria uma potência futebolística – como eles não foram menores em vários países independentes.

[30] À margem de perspetivas estéreis pela imputação de uma diferença irredutível onde ela não tem de existir, a perspetiva de Melo acerca de Cabo Verde, mormente, de São Vicente, parece-me ajustada e preclara: não se trata de recriar, trata-se – por força da relação que se tem com o

futebol na ilha de Santiago por Charles d'Oliveira. Este estudo versa sobre a institucionalização do futebol, para o que o autor carreou elementos de cariz etnográfico, memorialista e documental. E a institucionalização do futebol logrou-se a partir de uma miríade de atos e vontades de protagonistas, que nem sempre antecipavam os seus resultados. Na ilha de Santiago, ainda antes da sua oficialização, a par do Vitória, o popular Travadores dinamizou a vida desportiva da cidade da Praia. Inicialmente, devido à origem humilde dos seus jogadores, foi olhado como uma equipa do povo, em contraste com o elitismo dos vitorianos. Os jogadores eram maioritariamente pescadores da Achada de Santo António, outrora um modesto bairro apartado da cidade[31]. Cumpre notar, e esta é outra especificidade do futebol, que as clivagens sociais inscritas nos percursos e nos patrimónios materiais e simbólicos dos clubes não são absolutamente determinantes da mutante aceitação social dos clubes.

No tempo colonial, podia ter-se como único fito lutar-se pelo futebol. De alguma forma, a institucionalização do futebol na Praia deveu-se ao empenho de indivíduos que tinham na prática do futebol o reconhecimento público na pequena cidade. Num contexto histórico constrangedor, esforçaram-se por importar modernidades relevantes para o quotidiano local[32]. E, perguntemo-nos, a

mundo devido ao contacto com os navios ou por porosidade cultural fomentada pela literacia – de jogar, de mostrar competência para fazer o que se faz noutras partes de mundo. E assim se joga uma cartada na afirmação da civilização dos da terra, que se equiparam aos colonizadores (a este propósito, ver Melo, 2010). Neste caso, estaríamos perante um particularismo decantado num tirocínio histórico, arvorado na ilha e pelos da ilha, fundava-se numa prática desportiva.

[31] Charles d'Oliveira, 2023.

[32] Charles d'Oliveira, 2023.

institucionalização do futebol por força da movimentação na base da sociedade não seria uma fresta aberta pela livre iniciativa num contexto ditatorial?

Em São Tomé e Príncipe, até pela conveniência de dar nota de progresso, governadores coloniais tiveram opções divergentes do ascetismo do regime salazarista. Nos anos 30, o governador Vaz Monteiro decapitou o associativismo político ilhéu, mas apostou na promoção do futebol, tendo induzido a institucionalização dos clubes. A aposta no desporto integrava-se no desígnio da observância da ordem política e da compartimentação social típicas de uma sociedade colonial gizada de acordo com os paradigmas racistas dos anos 30. Por força dos constrangimentos sociais – nomeadamente, a rarefação da população citadina e a hegemonia das plantações –, daí não proveio uma prática regular do futebol. Mas existiam clubes desportivos.

Fig. 2. Campeonato corporativo, equipa de S. Tomé e Príncipe. Coleção particular. Anos 60/70.

Após os trágicos eventos de fevereiro de 1953, em maio de 1954, do programa da visita do presidente Craveiro Lopes – intenção de esquecer os agravos derivados da perseguição aos ilhéus movida pelo ex-governador Gorgulho – constou uma festa desportiva no estádio Sarmento Rodrigues[33], denominação que indiciava o quão rala era a disseminação da prática desportiva federada[34].

O futebol tornou-se regular no ocaso do colonialismo. No âmbito das políticas de promoção da mão-de-obra e de amenização das condições de trabalho veio a ser promovido um campeonato corporativo.

As festas desportivas vieram até ao pós-independência. A celebração tenderia a apagar as crescentes contingências e percalços da atividade desportiva regular. Por entre sucessivas dificuldades, o recurso a eventos desportivos comemorativos indicia quer a debilidade do campo desportivo após a independência, quer a aposta governamental na propaganda e no manejo dos laços sociais atidos às práticas desportivas e à respetiva fruição pelos cidadãos.

No tocante à Guiné-Bissau, Victor Melo procurou indagar os sentidos atribuídos à prática desportiva entre 1949 e 1961. Com base na imprensa local, atentou “nas representações moldadas a partir de interpretações evocadas pela administração governamental”. Nesse território, onde, também por força da tardia ocupação colonial, as ações para a criação do desporto tardaram, sobretudo se

[33] *Boletim Geral do Ultramar* nº347, maio de 1954, p.10. Terá sido neste festival desportivo que Quintero Aguiar, elemento do funcionalismo local, que mais tarde almejaria a independência, participou como instrutor das classes de ginástica e como árbitro, ou fiscal de linha, tendo festejado um golo do Sporting, clube da sua afeição.

[34] Diferentemente da prática popular nas ruas e nos mais diversos lugares, que sobrevive até hoje; a este respeito, ver Nascimento 2013b.

comparadas com as das demais colónias[35], "as visões da época sobre a contextualização do fenómeno desportivo (…) seriam largamente tributárias da adoção do luso-tropicalismo enquanto discurso legitimador da manutenção dos vínculos coloniais"[36]. Concomitantemente à disseminação do jargão luso-tropicalista[37] – que, adiantemo-lo, não convencia ninguém que devesse ou importasse convencer –, alguns governantes tomaram-no como apoio da sua política. Foi o caso do governador Sarmento Rodrigues, personagem alinhada com desideratos políticos inferidos das ideias luso-tropicalistas. As condições económicas da Guiné não permitiam a autossuficiência dos clubes por falta de um mercado do entretenimento. Logo, sem sustentação, o incremento do desporto implicava uma relação a um tempo clientelar e paternalista com o Estado colonial.

Fosse como fosse, o desporto cabia numa política colonial tendencialmente menos agressiva e belicosa. Na Guiné, guiada por tais princípios ou cautelas, em meados de novecentos a administração portuguesa fez-se acompanhar de um desenho urbanístico, onde avulta a centralidade do complexo desportivo. Tal tornou Bissau uma cidade algo diversa do que teria resultado de rascunho das décadas precedentes, quando o veio autoritário do colonialismo invocava o

[35] Melo 2020, 32.

[36] Victor Melo recenseado em Fernandes, 2017.

[37] Alvo de inúmeras críticas, o luso-tropicalismo pode ser considerado uma quase teoria. Mas renomadas teorias – por exemplo, a dos modos de produção, criada para conformar a evolução histórica à narrativa ideológica – revelaram-se tão falhas de adesão à realidade quanto o luso-tropicalismo. À época, o luso-tropicalismo parece ter tocado, sobretudo, alguns governantes portugueses. Mais recentemente, concita a crítica de muitos estudiosos, que se sentem impelidos à denúncia do que terá constituído uma explicação avessa à realidade.

higienismo para justificar a demolição de habitações de africanos do centro das cidades[38].

Ao tempo, o peso crescente do futebol não fez esquecer as lutas tradicionais, elevadas a modalidade simbólica da província, de acordo com a ideia de respeito pelas peculiaridades locais. Numa inversão do que pautara o colonialismo na Guiné até meados de novecentos, o desenvolvimento do desporto também se deveu à ação da Mocidade Portuguesa e ao alargamento do ensino. A diversificação da oferta de lazer nos anos 60 seria coarta pela insurgência militar independentista, que cercearia seriamente o domínio colonialista do território[39].

A propósito das situações coloniais, Marcelo Bittencourt ponderou que "para uma visão mais detalhada e realista dos laços sociais em contextos de dominação e, na circunstância, nas antigas colônias portuguesas, o estudo sobre o esporte pode contribuir para o questionamento da oposição binária entre colonizadores e colonizados, tão em voga na análise da situação colonial"[40]. Tal aplica ao período do colonialismo moderno em Angola, grosso modo coincidente com a difusão dos desportos modernos.

Recuando no tempo, Andrea Marzano estudou as primeiras associações, as formas de sociabilidade aí cultivadas, as festas de rua e as clivagens implicitamente expressas nessas ocasiões desde finais de oitocentos a meados do

[38] Cumpre dizer que a expulsão dos subalternos de espaços nobres das cidades não se cingiu às cidades coloniais, sendo uma tendência urbanística ocorrida em cidades europeias.

Uma representação cartográfica dos espaços que serviram (e servem) de recintos desportivos poderia ser sugestiva, até para avaliação de dimensões históricas e das atuais dinâmicas sociais em Bissau.

[39] Melo, 2020.

[40] Bittencourt, 2010, 129-130.

século XX, quando a conjuntura política internacional se alterou e o paradigma colonialista perdeu validade.

Em conformidade com a renovação historiográfica de há décadas, a autora supera um esquema analítico ligado à (justa) crítica do colonialismo, mas forçosamente limitado porque tendencialmente maniqueísta. Atente-se na Luanda colonial, onde, segundo ela, "as práticas esportivas evidenciavam conflitos entre colonos e nativos, mas também preconceitos e divisões entre estes últimos. O Atlético tendia a agregar as famílias angolenses melhor situadas social e economicamente, enquanto o Operário Football Club era marcado pela presença de africanos dos estratos sociais menos favorecidos."[41] Andrea Marzano não só salientou as diferenças entre colonos e colonizados, como realçou as diferenças entre estes.

Na contramão de uma história baseada na noção instrumentalizável de "povo", para épocas posteriores Marcelo Bittencourt enfatizou o também difícil quotidiano daqueles que lutavam dentro dos marcos da legalidade, angolanos e não só[42], mormente nos centros urbanos, onde se permitia a ação do associativismo e, em particular, do desportivo.

Da valorização da política, mormente da insurgência em armas, decorreu a desvalorização dos demais tipos de afirmação anticolonial ou de reivindicação (não raro, difícil) da cidadania em contexto colonial. Quem reivindicava por meios legais não deixava de ser e de se sentir angolano. Acrescentaria, com os mesmos sentimentos e direitos dos que enveredaram pela luta armada. Note-se, não só os

[41] Marzano, 2010, 71-99.

[42] As dificuldades eram uma constante. Pense-se, por exemplo, no empenho de Sebastião Coelho na promoção da música e da cultura angolanas durante o regime colonial, vindo a deixar Angola após a independência, eventualmente por não ter vislumbrado espaço para a música angolana ou para si. Sobre Sebastião Coelho, ver Valdigem e Santos, 2020, 151-169.

exemplos se podiam multiplicar nas várias situações coloniais, como as clivagens de então persistiram depois da independência, quando já não operava a pressão do poder colonial.

Como seus antepassados, incumbindo-se da representação dos angolanos, os dirigentes esportivos dos anos 1950 reivindicavam, recorrendo ao discurso colonial que, ao tempo, postulava a inexistência de discriminação racial nas colónias. A partir da ideia de que os naturais de Angola eram portugueses, pugnava-se pela igualdade de direitos. A feição ditatorial e a consequente ausência de espaços formais de ação política, como os partidos, contribuiu para que os clubes esportivos se tornassem locais de discussão política, embora não forçosamente anticolonial[43].

Num texto considerado tributário da aproximação à história cultural, sobre as vivências quotidianas em Luanda no ocaso do colonialismo, Bittencourt mostrou como os mais pobres interpretavam o fenómeno desportivo, dedicando-se à prática do futebol, que ganhou uma popularidade superlativa em articulação com os meios corporativos da cidade"[44]. Ao tempo, expandia-se o mercado capitalista, através da promoção do desporto nos musseques conjugado com a do consumo de bebidas, mormente da falada cerveja Cuca[45].

[43] Ver síntese em Marzano e Nascimento 2013.

Em todo o caso, contra o voluntarismo político que escora certas narrativas históricas, será prudente admitir que a maioria das conversas no balneário ou num recinto de baile não versassem sobre política.

[44] Fernandes, 2017.

[45] Afora o alargamento do mercado em Angola, a *Cuca* procurou outros mercados. Pelo menos, por uma vez, efetuou uma operação de *marketing* em Cabo Verde. Abílio Macedo, comerciante, também presidente do Boavista e representante da *Cuca*, lançou a cerveja no campo da Várzea. Dois grupos, em coro e à vez cantavam "oh nho Abílio, oh Macedo" e "*Cuca*, *Cuca*, *Cuca*". Corria o jogo entre o Boavista e a Académica de Mindelo (Charles d'Oliveira, 2023).

Atentar no processo de desportivização permite vislumbrar além dos espaços institucionalizados de atuação política e acrescentar perspetivas à da ênfase na luta armados. Esta abordagem tem renovado as narrativas da história da Angola contemporânea e não só.

Apesar do foco futebol dos subúrbios da então Lourenço Marques, capital da colónia de Moçambique, a versatilidade teórica e metodológica e o novo olhar sobre aquele futebol fazem do texto de Nuno Domingos uma obra seminal, pela qual, independentemente de eventuais divergências, forçosamente se tem de passar.

O "estudo da evolução das práticas e consumos desportivos em Moçambique procurou recuperar uma história perdida do desporto africano". À margem do desporto dos europeus, "práticas de lazer e de performances físicas" revelavam "o modo como, dentro das contingências dos processos históricos" os dominados "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência". Em todo o caso, podendo estarem invisivelmente presentes alternativas políticas, não é evidente que a esse lazer e nas performances físicas se associasse uma consciência política estrita, mormente a nacionalista…

Foi "no final da década de 1950 que o estado colonial, face à evolução da situação internacional, decidiu que o desporto devia também ser um exemplo da "excecionalidade portuguesa", o que foi levando ao termo da discriminação[46]. Durante anos, o acesso ao futebol do colono estivera vedado a jogadores indígenas e, até, aos ditos assimilados. Se alguns destes conseguiram ingressar no futebol federado, tal "facto não se deveu a um abrandamento do racismo colonial, mas ao modo como o próprio jogo instituiu uma lógica minimamente

[46] Domingos, 2010, 211-242.

meritocrática que conduziu a que os clubes não fossem insensíveis a alguns talentos suburbanos"[47].

Num certo sentido, não se poderá falar de uma lógica minimamente meritocrática sem aludir à colisão com o racismo. Era mínima, certo, por respeitar a um domínio marginal da vida social, mas tornar-se-ia rapidamente um critério decisivo para os clubes. E, num contexto internacional crescentemente anticolonial, a desportivização, antes sem importância, passara a tê-la. É nesse sentido que aponta Domingos ao aludir ao idioma de que se entreteciam as relações sociais. Perguntemo-nos, em que medida ao falarem de futebol, colonos e colonizados não tinham de, ao menos implicitamente e independentemente do que lhes fosse dado pensar ou sentir, sopesar a sua condição?[48]

Afinal, como aponta Domingos, a hegemonia da antiga narrativa metropolitana, "consagrada diariamente nos *stocks* de conhecimento e nos repertórios da interação dos moçambicanos, não cessou com o fim do domínio português em Moçambique". Arriscaria dizer, seria aliás estranho que tivesse cessado. A ser o caso, seria provavelmente mais um efeito das injunções do poder[49], apostado em remodelar a natureza humana, do que das inclinações afetivas das pessoas.

Fosse como fosse, após a independência, em 1975, os clubes da "baixa" foram nacionalizados. O regime independentista, politicamente voluntarista e

[47] Domingos, 2010.

[48] Por um lado, a impossibilidade da ponderação da condição do outro, colonizado ou colonizador, ficou explicada na obra de Memmi (1977). Por outro, talvez estejamos a abrir a porta a questões infindas e a investigações inexequíveis... Provavelmente. Mas fica a nota acerca da imensa variedade de situações dos indivíduos, colonos e colonizados.

[49] Afinal, lembre-se a deferência dos políticos de Moçambique para com Eusébio.

ideologicamente monolítico, obrigou à alteração dos nomes dos clubes que remetiam para a mundividência portuguesa. Não obstante, adianta Domingos, os moçambicanos continuaram a mostrar-se interessados em reproduzir, nas suas práticas quotidianas, a antiga narrativa metropolitana[50]. Mais do que a nostalgia colonial, a manutenção deste interesse refletia o papel do futebol no processo de estruturação urbana de Lourenço Marques e o modo como a história, além de viver nos objetos e nas instituições, também se reproduz nos corpos e nos hábitos.

Este desfecho, produto da história de uma situação colonial específica, enfatiza a autonomia relativa do processo de desportivização", acrescentaria, relativamente ao processo político, o que era intolerável para o voluntarismo tendencialmente ditatorial e intrusivo dos dirigentes independentistas. De volta a Nuno Domingos, em Lourenço Marques, o desporto transformou-se num elemento crucial de uma cultura de lazer urbana, tanto no respeitante à promovida em grande medida pelo associativismo, perante a debilidade da ação do estado colonial, como também no tocante à sua feição de espetáculo para um público crescente. "Espaço de oportunidades, de expressão consciente ou inconsciente de lutas, as práticas e os consumos desportivos desempenharam, de modo particular, um papel importante nas lutas e tensões decorrentes de um sistema de dominação brutalmente iníquo."[51]

[50] Em jeito de especulação, talvez se devesse considerar uma mutação da "antiga narrativa metropolitana" para uma narrativa sobre a antiga metrópole, incluindo o seu futebol. Sem mudança do objeto, mudava-se o foco, a autoria, em suma, as condições de enunciação da narrativa e, nalguma medida, o seu cariz.

[51] Domingos, 2010.

Caberia perguntar se o mesmo não se aplicará aos jogos tradicionais, que compunham o quotidiano sob o regime de partido único da FRELIMO[52]? Talvez perante situações opressivas, a decisão automática e inconsciente da maioria seja a de as ignorar, focando-se em práticas que, ao menos temporariamente, parecem arredar a opressão.

Num tempo de indeterminação do devir social, anote-se, pois, a relativa certeza no tocante ao peso do desporto na mudança das sociedades. Podemos ter por certo que o desporto, fruto de uma revolução socioeconómica, se constituiu como um indutor de mudança social e cultural. Nessa medida, desafia à superação de análises reducionistas condicionadas pelo maniqueísmo e pelo voluntarismo, mormente, o das enunciações de políticos líderes de processos de emancipação[53]. A determinação precisa dos moldes e o impacto das mudanças sociais turbinadas pelo desporto (na maioria dos casos, pelo futebol) constitui um desafio…

Os avanços nas investigações, aqui esboçados, suscitam uma miríade de questões, de que salientaremos três, a expor adiante – ao invés da cronologia, isto é, caminhando da atualidade para um passado menos próximo – as práticas desportivas e as identidades, as políticas de "democratização" do desporto no pós-independências e, por último, as tentativas mobilização e instrumentalização do desporto para fins políticos.

[52] Baquete, 2020, 33-47.

[53] Vale a pena notar que, em Moçambique, à margem da clivagem colonial, entre os subalternos estavam os imigrantes chineses na Beira, cujas notórias performances económicas, associativas e desportivas abriam fissuras num anquilosado discurso colonial, cf. Medeiros, 2013, 43-81.

Abordarei, de forma sumária, as questões do racismo e a da (arrogada) especificidade cultural (amiúde, associada à nacionalidade) das práticas desportistas.

Ensaiarei, com vários exemplos, dar nota de reticências a prédicas normativas que manietem a liberdade analítica a benefício de convicções e de credos. Com isto, espero valorizar as possibilidades de majoração analítica do percurso (incerto) das sociedades com recurso à história do desporto e do corpo, em última instância, o ponto de aplicação de normativos de dominação, que não exclusivamente colonialistas[54].

II

A HISTÓRIA DO DESPORTO: UMA CHAVE INTERPRETATIVA

Em razão das abordagens arroladas, talvez mereça anotação a hipótese do valor heurístico da história do desporto para a compreensão das mutantes sociedades africanas.

Passada a exaltação com as independências, o interesse pelo desporto parece mais atuante na mudança, até em sociedades que, há anos, se diriam imunes a quaisquer mutações[55]. Falamos do interesse pelo desporto enquanto objeto de estudo, mas falamos igualmente do desporto que mobiliza, quando não arregimenta, corpos e mentes.

[54] Nesta reflexão, onde amiúde o futebol se sobrepõe ao desporto, obviamente influi o hábito de olhar para o arquipélago equatorial, que concitou o meu trabalho de investigação durante décadas.

[55] Cite-se, por exemplo, a recente criação do futebol feminino na Arábia Saudita.

Figs. 3 e 4. Estádio de Cana Cana, fachada exterior e relvado. Fotografias de Augusto Nascimento. 2010.

Se perguntarmos a jovens a razão do uso rotineiro do tempo a jogar futebol, todas as tardes, num campo improvisado numa antiga roça, provavelmente estranharão a pergunta. Tal estranheza será um aviso ao voluntarismo de quem pretende que o futebol e outros desportos estão forçosamente investidos de um sentido político, cultural ou outro…

Se o sentido da prática desportiva não estiver para lá do alcance da consciência dos praticantes, então os laços de comunhão de interesses para o propósito de jogar futebol poderão não têm de ter outro sentido que não o do aproveitamento de cada momento trivial da vida, que corre como sempre. Ainda assim, os laços sociais forjados em torno do futebol – nos terreiros das roças, dando uma nova finalidade aos terreiros onde já não se trabalha – não poderão ser mais duradouros do que os intentos políticos? A adesão ao desporto poderá ser transitória. Mas não o foi igualmente a teleológica ideologia que pautou a configuração das arquiteturas políticas do pós-independência? A prática desportiva não se sobrepõe às atividades escolares, religiosas, políticas?

Se a teleologia não resistiu, subsiste a ideia da correlação do desenvolvimento social e da desportivização das sociedades. Para uma visão da história, que poderia conhecer acidentes e acasos, mas não fugiria indefinidamente às suas leis, o dogma da correlação entre o desenvolvimento da sociedade e o do campo desportivo era indisputável. Se o desenvolvimento da sociedade era tolhido pela política colonial, o desporto certamente se ressentia, mesmo quando se afirmava como fermento de mudança. Não é evidente que assim sucedesse, mas era assim imaginado e, na verdade, confirmado nalguns casos. Nunca se declarou perentoriamente, mas subentendia-se como uma possível meta de investigação a articulação entre a evolução das sociedades africanas e o papel do desporto nessas sociedades em acelerada transformação …

Com prudência, sinalizaríamos, entre outras hipóteses, a de que os desportos, não sendo um decisivo fator de mudança, constituem parte dela e a de que a sua difusão sinaliza ou antecipa mutações sociais. Certamente importará equacionar as possibilidades de transformação existentes nas sociedades, em que direção, com que amplitude e, nessa medida, avaliar o lugar do desporto na

transformação das sociedades coloniais[56]. Em última instância, quando o poder transformador do desporto não foi relevante para as sociedades, tê-lo-á sido para indivíduos[57].

Essa indução do desporto à metamorfose das sociedades pesou nas decisões políticas? É difícil sustentar tal hipótese, mas é possível falar dos sentidos políticos da prática desportiva, mesmo quando esses sentidos não são aparentes ou quando os praticantes ignoram a política.

Relacionada com a das mutações sociais sugeridas pelo desporto, avulta outra dinâmica, a saber, a dos múltiplos sentidos políticos das práticas desportivas, assaz variáveis em razão das circunstâncias políticas.

A prática desportiva não se reduz à condição de veículo de intentos de transformação social ou de mudança política, mas, em certas circunstâncias, porque popularizada, a prática desportiva pode contribuir para as mudanças políticas que, todavia – di-lo-ia –, bastas vezes foram num sentido diverso do imaginado pelos atores.

PRÁTICAS DESPORTIVAS E RASTOS DE IDENTIDADES

[56] Abre-se, a propósito, um campo de interrogações não negligenciáveis para a delineação das investigações: as sociedades colonizadas deverão ser compreendidas como africanas, mais do que como colonizadas? Após as independências – supostamente eliminada a variável do colonialismo –, quando se almejava a homogeneidade e o universal, as sociedades não terão permanecido segmentadas, entre a permeabilidade às linguagens universais e a porosidade a valores locais? Tal matizou a influência e o enraizamento das práticas desportivas modernas?

[57] Vidacs, 2010, 33-69.

Fica indiciado que, parecendo, e sendo, marginal, o interesse científico pela história do desporto para o entendimento das sociedades hodiernas é relevante. Nalguma medida também o é para a relativização da abordagem identitária. Sem embargo respaldo que esta tem em ideários intelectuais e políticos, a abordagem identitária nem sempre sensibiliza o grosso das pessoas, a quem os lemas identitários dizem pouco. Já as inclinações afetivas no desporto – mormente, as clubísticas – parecem dizer algo, facto que importa contextualizar e explicar.

Ainda na esteira do debate da racialização de aptidões, na era colonial afloraram palpites sobre vocações e aptidões nacionais, raciais e outras para certos desportos. Sob a tutela colonial, prescreveram-se (inutilmente) desportos para a população colona e, menos frequentemente, para a colonizada. Afora a vã certeza dos enunciados no tempo colonial (curiosamente, replicada depois das independências), os discursos acerca de vocações nacionais, raciais e análogas tende(ra)m a ser datados, isto é, a serem celeremente ultrapassados pela realidade. Mais do que associadas a proclamadas idiossincrasias, independentemente de decantadas nos novos países, as singularidades dos percursos desportivos (e de lazer) brotaram das contingências e das veredas históricas das diferentes situações coloniais.

Como se disse, na era colonial assistiu-se à indicação paternalista dos desportos a merecerem preferência. Alvitrava-se a ideia de que os portugueses deveriam preferir, por exemplo, a vela, com o que fariam jus aos feitos dos antepassados[58]. Em inícios de novecentos, os clubes devotados aos desportos

[58] A vela chegou a ser considerada um desporto distinto (Domingos, 2013, 95), mas não terá concitado grande adesão, porventura por lhe faltar uma nota de paixão e de espetacularidade e, nessa medida, de popularidade.

Para outros desportos, faltavam as condições materiais. Era o caso do ténis. Governadores coloniais fizeram-se fotografar nos seus *courts*, com suas raquetes, em ocasiões de convívio. Tal permite supor que o desporto era mais ocasional de que regularmente praticado. Com as

aquáticos tinham sido um fator de distinção social[59], vincada sobre a clivagem racial. A vela só se expandiria no final do colonialismo por indução das autoridades – e, também, da Mocidade Portuguesa –, que, ao tempo, se tentavam a ganhar o coração dos colonizados. Porém, por um lado, esses desportos não recolhiam os favores das populações e, por outro, mentores do incremento do desporto não reconheciam nas artes do mar exibidas pelos indígenas em almadias ou canoas a premissa de um competente desempenho nos desportos aquáticos. Logo, malgrado a prática de vela em urbes litorâneas das colónias, as alusões à vela redundavam em idealismos destinados a serem ignorados.

Se tais indicações colonialistas eram vãs, não se aplicaria o mesmo a recomendações sobre desportos ditos africanos, cuja prática alguns queriam disseminar para suposto reforço da identidade africana? Ora, a exemplo do sucedido no tempo colonial, também por se avaliar a pertinência dos alvitres pela posição de quem os enunciava, tais alvitres não singraram.

Afinal, a seguir às independências, era menos louvada a identidade africana, como era rala a atração por desportos africanos – salvo onde nunca se tinha deixado de se os praticar – e duvidosa, ou menos apelativa, a ideia da uma identidade africana transmitida por (pressupostos) desportos africanos, que perdiam em atração para os desportos modernos. Por fim, era (e é) difícil firmar a autenticidade africana de certos desportos ou práticas de lazer[60]. Cumpre notar

fotografias, tratava-se de fomentar a ideia de distinção social através da exibição de apetrechos de um desporto que poucos praticariam.

[59] Para o caso do Brasil, ver Filho, 2024, 48-49.

[60] A filogénese de referentes culturais – que os desportos também são – é assaz complicada. Por exemplo, sobre os inextrincáveis fios das reivindicações de autenticidades da capoeira no Brasil, ver Fonseca, 2013.

que, amiúde, se é mais pronto a afirmar a africanidade do que a prová-la. Em todo o caso, subsiste o apego a desportos ou práticas de lazer ditas africanas ou com raízes em África.

A partir da relação dos corpos com uma bola, ou com algum objeto arredondado, alguns autores creditam universalidade às práticas desportivas. Em conformidade, tanto se dirá que o futebol é um desporto moderno e bretão, como se asseverará, e com acerto, que há muito o deixou de ser. A ser assim, importará ainda maior rigor na delineação da filogénese das práticas desportivas tidas por africanas e, evidentemente, dos respetivos significados políticos e sociais.

Podemos ter por garantia da autêntica africanidade do jogo do pau o facto de esse jogo ter sido praticado por Mandela[61]? Ora, a despeito de se poder falar de uma arte com várias nuances, disseminada em variadíssimos contextos rurais, o jogo do pau existiu no Portugal rural, chegando aos clubes de Lisboa no século XIX. Por exemplo, estava incluído na educação física ministrada numa escola lisboeta, que, nos inícios de novecentos, recebia educandos das colónias[62]. Ora, após a independência de São Tomé e Príncipe, a tentativa voluntarista de

---

Apesar da decantada ideia de se tratar de uma prática brasileira, não espanta que a aposta política, por regra deficitária nos domínios culturais, se desdobre em intenções a respeito da capoeira, que depois não se concretizam.

[61] "Aprendi a luta do pau – um conhecimento essencial para um rapaz rural africano – e tornei-me perito nas suas várias técnicas: aparar golpes, simular o ataque numa direção e dirigi-lo para outra, libertar-me de um adversário com um trabalho de pés rápido" *in* Mandela, 1994, 20.

Quem duvidará? Mas será essencial para outros rapazes noutros contextos?

[62] A Escola Académica, na baixa lisboeta, foi pioneira na prática obrigatória da educação física que incluía esgrima, jogo do pau, ginástica sueca, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

recuperar o jogo do cacete – dito um jogo africano – não passou de um artigo de jornal[63].

A filogénese dos referentes culturais, suposto veículo da identidade, decerto importa. Mas não interessará mais o enraizamento e o empenho das pessoas nas práticas desportivas em cada momento, tanto na situação colonial quanto no pós-independência? Para a adesão das pessoas conta a especificidade africana do futebol ou, ao invés, pesa a universalidade da lógica do futebol que o torna tão facilmente jogável?

Chegamos a uma problemática (a validar ou a relativizar): a ser exequível, como identificar e destrinçar a especificidade do desporto e, concretamente, do futebol africano?[64] Tal pergunta pressupõe que a especificidade exista, o que, cumpre notar, é duvidoso. Noutros termos, dificilmente se poderá falar de desporto africano, salvo se para designar desporto praticado em contextos africanos, para o que seria provavelmente mais apropriado falar de práticas desportivas em África[65].

Evidentemente, no plano histórico, pode relembrar-se a menção de Domingos a "um mundo de práticas de lazer e de performances físicas que, desenvolvidas para lá do desporto organizado pelos europeus", qual indício do "mundo dos dominados" e do modo como, por entre as adversidades e

[63] Consulte-se o artigo em que se falava do desporto como um direito do povo, como um facto precursor da democratização da sociedade, tese ilustrada com uma imagem do jogo do cacete, cf. *Revolução* nº31, 18 de fevereiro de 1977, pp.10 e 12.

[64] Não será difícil convir que a caracterização do desporto africano é de concretização mais difícil de que as artes performativas ou plásticas, tipificáveis, como todas as expressões, pelas trocas e influências, discerníveis por meio de uma laboriosa análise intertextual.

[65] O mesmo se poderá dizer do futebol europeu, designação que se referirá ao futebol na Europa, o que hoje não equivale a futebol jogado por europeus brancos. Há décadas seria diferente, mas hoje muito dificilmente se reconhecerá um jeito brasileiro de jogar futebol. Ou um jeito inglês.

contingências da história, os africanos "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência"[66].

Todavia, tudo leva a crer que tais performances, como muitas outras práticas quotidianas, tendem a ser abandonadas pelos próprios[67], o que suscita problemas relativos quer às categorizações, quer aos fundamentos explicativos – relativos à atribuição de sentidos, por exemplo – das narrativas sobre a história do desporto.

A aptidão física de africanos é notória para certas provas, por exemplo, corridas de fundo. Ora, não deixa de ser curioso que essa distinção seja prontamente reconhecida pelo senso comum, ao passo que, em tempos idos, políticos africanos enjeitassem reconhecer as especificidades orgânicas e as consequentes aptidões específicas para certos desempenhos desportivos[68], como que cedendo ao medo de ponderar as consequências das especificidades dos indivíduos ou grupos no seio da universalidade da condição humana, por tal desestruturar as suas certezas ideológicas e, quiçá, as ambições políticas.

Nos alvores das independências, a recusa de especificidades particulares abria caminho à imposição da identidade nacional[69]. Foi a imposição do vínculo

[66] Domingos 2010, 211-242.

[67] Por vezes, a sua evocação folclórica pelas atuais autoridades assemelha-se aos discursos dos dirigentes colonialistas sobre a cultura dos colonizados. Outro abastardamento do discurso sobre os artefactos culturais advém do abuso da palavra "tradição", cujo significado vai sendo cada vez mais o de algo com origem num passado mais ou menos longínquo, de que o arauto está (e, comummente, pretende estar) afastado, ao mesmo tempo que, com aparente autoridade, ratifica o rótulo da "tradição".

[68] Ver o testemunho de Hugo Azancot de Menezes, cf. Menezes, 2017, 219-220.

[69] É sabido, rejeitava-se o tribalismo em nome da arrogada superioridade política e ética do Estado e da nação, que se impôs aos concidadãos, porquanto as identidades nacionais não eram imediatas nem suscitavam identificação às pessoas.

nacional que o tornou banal a ponto de gerar identificação e polarizar afeições, mormente no campo desportivo. Perguntar-se-á, as pessoas não se moveriam pela sua identidade, pelas suas afinidades? Decerto que o fizeram, tanto a jogar futebol, quanto na tessitura de laços de proximidade ou no encaminhamento das vidas. Mas o que parece banal e corriqueiro não deixou de começar por ser um mote imposto de cima, que pareceu dizer mais aos estudiosos do que inicialmente dizia aos indivíduos tornados cidadãos dos novos Estados.

Seja como for, se falamos de identidades construídas ou alicerçadas no futebol (ou no desporto), teremos de ponderar a respetiva pluralidade: a identidade do meio onde os clubes nasceram, a resultante das afinidades de bairro, de empresa e todas as outras, discerníveis num dado tempo e num dado espaço, conquanto não perenes nem necessariamente relevantes para além das competições desportivas ou de um dado momento da vida das pessoas ou de um grupo.

No limite, por se confundir com a lealdade ao chefe, a identidade nacional podia parecer beliscada pelas afeições desportivas. Por isso, com base no ideário político, os ideólogos podiam decretar a vacuidade social, quando não o carácter alienante, da identificação futebolística. Porém, não podiam negar o quão decisiva nos despiques desportivos era a afinidade dos jogadores de uma equipa. Que isso não importava ao devir do mundo, era basicamente correto, mas tal não eliminava a importância da paixão pelo futebol para quem o praticava ou para quem a ele assistia. Foi assim durante o colonialismo, continuou assim no pós-independência.

O carácter multifacetado do desporto tornava-o portador de múltiplos significados. De uma outra perspetiva complementar, a adesão ao desporto podia diluir as clivagens políticas. Mesmo em contextos fechados, como o do colonialismo ditatorial português, à medida que se expandia, vincando a tendência

para a homogeneização dos comportamentos nos jogos, o futebol perdia a possibilidade de vincar identidades potencialmente excludentes, como a expressa na locução *então vais jogar com os chacais?* O alargamento da prática desportiva e a espetacularização da competição tendeu a apagar diferenças de (eventual) significado político na forma de jogar, assim como a especificidade da relação da prática desportiva com afinidades pregressas e de sítios particulares.

A tentadora migração para *os chacais* – isto é, dos ditos indígenas para o lado politicamente contrário, mas dominante, do futebol dos colonos, onde assentam as convenções para a normalização da prática desportiva – diminuiu a potencialidade de o desporto ser fonte de afirmação de uma irredutível diferença relativamente aos colonos.

Não que assim não tenha sido idealizada. Na ressaca do pensamento racista e eugenista dos primórdios de novecentos, vários intelectuais tentaram elencar as qualidades da (sua) raça. Por exemplo, Karel Pott, atleta e praticante de boxe, uma figura de proa dos moçambicanos, com presença na imprensa, via "no desporto um fator de cultura e civilização dos povos, que, quando cultivado com energia e regras próprias, podia levar os negros a alcançar os seus desígnios"[70].

E não se diria o desporto não era um ato de cultura, como alguns próceres da emancipação política dos africanos também disseram da insurgência? Em todo o caso, desmentindo estas crenças com que os líderes negros se animavam na luta contra o crescendo do racismo nos primeiros decénios de novecentos[71], o

[70] Rocha, 2013, 233.

[71] Esta abordagem perdurou décadas e, de algum modo, não será difícil a identificação com os "nossos", os da mesma cor ou os da partilha do sofrimento por causa da globalização.

desporto, como a emancipação política, obedeceriam, não tanto a especificidades irredutíveis, quanto a movimentos de cariz universal.

Perfilharíamos a ideia de que as práticas desportivas não podem ser indiscriminadamente associadas a lemas identitários, cujos conteúdos não brotam senão da subjetividade e dos interesses políticos, não raro, circunstanciais. Tal não invalida que tais lemas façam o seu caminho, motivando à adesão do que parece ganhar materialidade indiscutível.

Os Jogos Africanos de 2011 em Moçambique terão resultado do voluntarismo e do poder do presidente Guebuza. Não houve demanda social ou adesão notória, porquanto muitos moçambicanos nem sequer sabiam de tais jogos. Estes tiveram uma génese puramente política, sendo tudo gerido pelo presidente. Apesar das palavras de governantes que classificaram os Jogos Africanos em Moçambique como "um momento ímpar para a expressão da nossa moçambicanidade"[72], dificilmente se poderá estabelecer qualquer relação entre os Jogos (de que, por algum tempo terá ficado uma memória, hoje já esbatida) e facetas culturais da imaginada moçambicanidade. Em todo o caso, devido aos Jogos, prevaleceu uma trégua na comunicação social, como se o seu discurso e o discurso das ruas aceitassem veicular a imagem de um Moçambique unido e de todos[73].

Retornando ao pensamento sobre a afirmação do negro por via das suas qualidades, diga-se que José Craveirinha, também atleta, asseverava que "o desporto era a forma de o negro se conseguir afirmar num mundo que era dominado pelo branco". Assim o desporto se tornava um espaço de resistência e de desafio ao colonizador, cf. Rocha 2013, 233.

[72] Cit. in Bussotti 2013, 249-250.

[73] Bussotti, 2013, 251.

Ainda na senda da problematização das relações entre desporto e identidade, atentemos na consideração de que a afirmação da cabo-verdianidade passa pela adesão, criativa no tocante à forja de condições para a prática de desportos oriundos de outros ecossistemas, de desportos originalmente bretões ou desportos legados pelos ingleses.

Porém, e afora a diferença de tradições culturais entre os de São Vicente e os de Santiago, por exemplo, como sustentar a ideia da cabo-verdianidade perante a constatação da preferência pelos jogos de Portugal ao invés dos do país[74]? Ou como falar de cabo-verdianidade a partir da singularidade do críquete e do golfe em São Vicente, quando em meios rurais, como a Assomada, se observam diferenças relativamente às práticas de lazer na capital[75] e, por maioria de razão, para o cosmopolitismo do Mindelo?

Adiante, ponderaremos o curso e o enraizamento do discurso neonacionalista prevalecente em África, de algum modo, fonte de alienação sob a forma de orgulho nacional, dos deserdados no pós-independência.

[74] Para ilustrar situações contraditórias, em que podemos falar de sentimentos de identificação nacional e de alienação, perguntemo-nos: como falar da predileção – segundo alguns, alienada – da maioria dos cabo-verdianos – entre os quais é notório o apego à sua terra – pelos clubes da antiga metrópole em detrimento dos das ilhas (Borges, 2010)? Considerar-se-á que tal advém do histórico das vidas e das afeições e, bem assim, da projeção dada pela televisão, que potencializa os clubes europeus em termos inacessíveis aos clubes cabo-verdianos? A ser assim, há que reconhecer que as teorizações acerca de alienação são relativizáveis ou valem muito pouco. Eventualmente muito para quem as enuncia e, nesse lance, aparenta ou reivindica uma fidelidade aos referentes locais que, todavia, não escrutina.

Certos processos, como o da mercantilização do futebol – traduzido na inserção desigual dos vários futebóis no mercado capitalista global – e a facilidade da difusão das imagens da competição à escala mundial diminuem o interesse pelo futebol local. Mas tal não se observa em múltiplas dimensões da vida? Com a música, por exemplo?

[75] Borges 2013.

Para tomar um caso de relativa porosidade social das formas culturais – pressupostamente, esteios de especificidades nacionais – também os nativistas, os claridosos e os da consciencialização negra em Cabo Verde fizeram leituras políticas voluntaristas dos seus referentes culturais. Ora, também os referentes culturais – cuja ligação com as molduras políticas, apesar de reiteradamente reivindicada, nunca veio a ser competentemente explanada – servem de pouco para fundamentar identidades políticas. Outras formas de expressão, de vínculo cultural mais específico – por exemplo, a literatura –, poderão indicar mais acerca da cabo-verdianidade e do papel desta (presumida) argamassa, por vezes, musicada, no quotidiano das pessoas. Porém, concitarão o interesse e a adesão que os feitos desportivos, mesmo curtos, alcançam?

A "DEMOCRATIZAÇÃO" DO DESPORTO

Por força do arrastamento ideológico, em nome do que se aludia aos "verdadeiros interesses do povo", os intelectuais orgânicos das causas políticas – que podiam (aparentar) desdenhar a paixão pelo futebol – acabaram a replicar sentenças contra os sentimentos e os desejos do comum das pessoas. Adicionalmente, a ditar-lhes como deveriam experienciar ou viver o futebol ou outros desportos.

A seguir às independências, não existia o que não se subsumisse à identidade nacional, derivada da imperiosa construção da nação, a ser pautada pela homogeneidade social e pela consecução do progresso, que emprestava sentido a todas as facetas da vida, incluindo a prática do desporto.

Com as independências, parecia ocorrer um momento de rutura. Contudo, talvez se tenha tomado por rutura ou novidade o que era, sobretudo, uma mudança de léxico e, dissimuladamente, uma tentativa de impor uma mudança de azimute nas afeições dos cidadãos.

Na era colonial, nem sempre pautada pelo imobilismo, ocorreu a constituição, faseada e, de alguma forma, tateante, das instituições desportivas, do "campo desportivo", conformemente às mutantes condições de acesso à prática dos vários desportos. Correlativamente, as hierarquias desportivas, consubstanciadas nas instituições, "existiam em função das pertenças de classe, de gênero, nacional e étnica". Ao pautar mudanças nos modos de vida urbanos, o desporto serviu processos de distinção social[76], sendo indício de mudanças políticas e sociais[77]. Não se dirá que o desporto anunciou mudanças políticas – nomeadamente, o fim mais ou menos próximo do colonialismo –, mas afirmar-se-á que amiúde mostrou os limites e o contrassenso das categorizações raciais em que se baseava o colonialismo. Num certo sentido, e no que ao desporto dizia respeito, a superação desses limites era a da supressão das barreiras raciais. No ocaso do colonialismo, concomitantemente à súbita descoberta da necessidade de

[76] Domingos 2013, 84-85.

[77] Podemos falar de políticas desportivas do colonialismo que influenciaram a criação de um campo desportivo nas colónias (Domingos, 2013, 86) ou teremos de considerar que as políticas desportivas, sendo influenciadas pela desportivização do mundo, validam, mais do que induzem, a constituição das práticas e do ambiente desportivo em cada colónia?

Ainda assim, as políticas desportivas – denotadas pelas leis, ideias, programas e ações das instituições –denunciam como o desporto "traduzia" o "projeto colonial" (Domingos, 2013, 87). Arriscaria dizer que, afora a desarticulação e a errância, as "políticas" deveriam traduzir intenções colonialistas, que começavam imediatamente a ser solapadas pelo papel dissolvente do desporto na modelação das sociedades.

valorização da mão-de-obra-africana[78], caminhou-se no sentido do alargamento da prática desportiva.

Seria exagerado falar de um esboço de democratização no campo desportivo? Ainda que não por uma súbita bondade intrínseca do colonialismo, as iniciativas de indivíduos ou de grupos na criação de clubes e de campeonatos, assim como as eleições de dirigentes dos clubes constituíram passos no sentido da democratização, correlata do assentamento das práticas desportivas nas sociedades coloniais, incluindo as submetidas a um regime ditatorial como o português. Seria excessivo dizer que, sob o colonialismo, ainda que não por causa do colonialismo[79], a democratização do desporto se anunciava imparável?

Multifacetada, a democratização do desporto devia significar não só que o desporto era de todos, mas também que a vitória podia ser de qualquer um, o que, de início fora inconcebível para os colonos[80], por vezes até renitentes a aceitar as leis do jogo. Note-se, os equívocos prosseguiram decerto após as independências. Em São Tomé e Príncipe, um pescador angolar[81] podia ganhar

[78] Diga-se, a necessidade de promoção da mão-de-obra africana era aventada havia décadas. Porém, esbarrava nas inércias de um colonialismo ditatorial atido à preservação da exploração extrema dos corpos de trabalho africanos a benefício de um grupo restrito de privilegiados. A insurgência armada mostrou à saciedade a necessidade de mudanças contra os dogmas dos decénios precedentes. O colonialismo ditatorial português foi lesto a adaptar-se.

[79] Por causa das próprias características do futebol, que não só permitem aprender algo sem dependência de quem tem carreira, saber e experiência, mas também por a prática do futebol advir de uma capacidade ou de uma habilidade que não tem como ser ensinada, há algo de irredutível no futebol, que o torna universal e, por força da diversidade de empenhos, espaço de trocas (potencialmente) igualitárias e avessas às hierarquias estranhas ao futebol.

[80] Como no Brasil fora difícil imaginar que a vitória pudesse ser arrecadada por equipas com negros ou subalternos, que não podiam pensar e jogar como os futuros doutores do Fluminense, cf Filho, 2004.

[81] Em termos muito simplistas, a pequena comunidade angolar foi marginalizada durante séculos em São Tomé, inclusive pelos demais ilhéus, seus conterrâneos.

aos clubes da capital? Não foi só pela prevalência de preconceitos, que não eram um exclusivo dos colonos, que, após a independência, a democratização do desporto seria sustida.

O palavreado ideológico imperante nos Estados recém-independentes acerca da democratização do desporto induziu ideias erróneas, a de que no período colonial não existira sequer um arremedo de democratização do desporto e, por conseguinte, a de que a democratização se iniciou com as independências[82]. Ora, pesem embora os discursos sobre a homogeneidade de condição dos indivíduos, nos novos Estados redesenharam-se as assimetrias e as restrições de autonomia do associativismo desportivo, que, no seu ocaso, o regime colonial começara a outorgar.

Após as independências, os dirigentes falavam em massificar o desporto – critério por que queriam aferida a respetiva democratização – e julgavam promover o "futebol popular" por lhe outorgarem um nome. Ao mesmo tempo, os dirigentes tinham os seus momentos e locais privados de desporto, note-se, contaminados por laços de dependência pessoal, porquanto pertencer ao círculo do chefe, até nos momentos de lazer, faria parte dos mecanismos de promoção e de competição no seio da fração dirigente.

Após as independências, a palavra democratização surgiu como autorreferenciada pela circunstância de, no rescaldo de uma transformação política aparentemente radical, com ela se propor uma meta contrária à injusta assimetria social do colonialismo insanável. Qualquer passo empreendido após a independência aparentava laborar no sentido da democratização, atestada, por exemplo, por classes de ginástica ou de desporto. Poderia a participação de

[82] Tratava-se de um raciocínio formal, logicamente irrebatível, cujo alcance era o de tornar o lema da democratização autorreferenciado e insuscetível de qualquer comparação ou escrutínio.

pessoas nesses desempenhos gímnicos ser considerada um indício de democratização? Em princípio, ninguém se atreveria a contestar, sequer a duvidar. Mas seria por acaso que ninguém atentou ou fez notar a similitude das classes de ginástica[83], de ordem unida, com a ordem unida levada a cabo no pretérito sistema colonial[84].

[83] Após as independências, entendia-se por massificação do desporto uma sucessão de eventos, em muitos dos quais se enxertava a política sob a forma de participação num ritual de apoio aos dirigentes.

Em junho de 1979, no dia 1, uma classe de ginástica exibiu-se em frente ao Palácio do Povo, residência do Presidente. Segundo o jornal, desta forma, as crianças manifestaram apoio à "nossa Revolução e ao nosso Líder máximo" (cf. *Revolução*, nº51, 15 de junho de 1979, p.4). Note-se, os transeuntes nem sequer podiam pisar os passeios adjacentes ao dito Palácio do Povo.

Noutra notícia sobre uma exibição de ginástica, destacava-se a eficácia e o elevado sentido de coletivismo, apanágio do primeiro mundo gímnico. A cerimónia, a que assistira o presidente Pinto da Costa, fora o início de uma realidade desejada e a construir. Uma das ginastas apelou à participação da juventude santomense, "o futuro da nação", assim como aos pais e às estruturas responsáveis para apoiarem iniciativas do género. A exibição terminara com uma saudação à bandeira (*Revolução* nº73, 29 de julho de 1980, p.7), diga-se, ao chefe, dito o líder máximo.

Segundo as palavras sobre o primeiro festival gímnico na ilha do Príncipe, ficara "demonstrado o vigoroso desenvolvimento da ginástica e a sua aceitação na nossa jovem República e pode dizer-se que esta exibição abriu um novo capítulo no campo de amizade que une todo o nosso povo" (cf. *Revolução* nº75, 8 de setembro de 1980, p.5). Como sob a ditadura colonial, a ginástica parecia muito conforme ao espírito do regime, a que não era indiferente o aparente sucesso no adestramento dos corpos e das mentes.

[84] O horror à paixão e o apego à ginástica constituíram um traço comum de propostas ditatoriais. Em 1932, a exclusão do desporto, proposta pelo ministro de Instrução Pública, Cordeiro Ramos, assentava na ideia de que o desporto, em particularmente o britânico, provocava "a decadência dos povos". Segundo ele, a Educação Física devia basear-se na "boa prática da ginástica educativa" e, com reservas, nalguns jogos. Para o ministro, os desportos estavam "fora do génio do povo português". Logo, também por serem a "antítese de toda a educação", os jogos desportivos deveriam ser proibidos "consequente e formalmente" nos estabelecimentos de ensino liceal, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

Para tomar outro exemplo, certamente rodeado de outras expetativas e emoções, poderiam as corridas de mulheres, manifestamente sem hábitos de corrida, ser sinónimo de democratização do desporto?

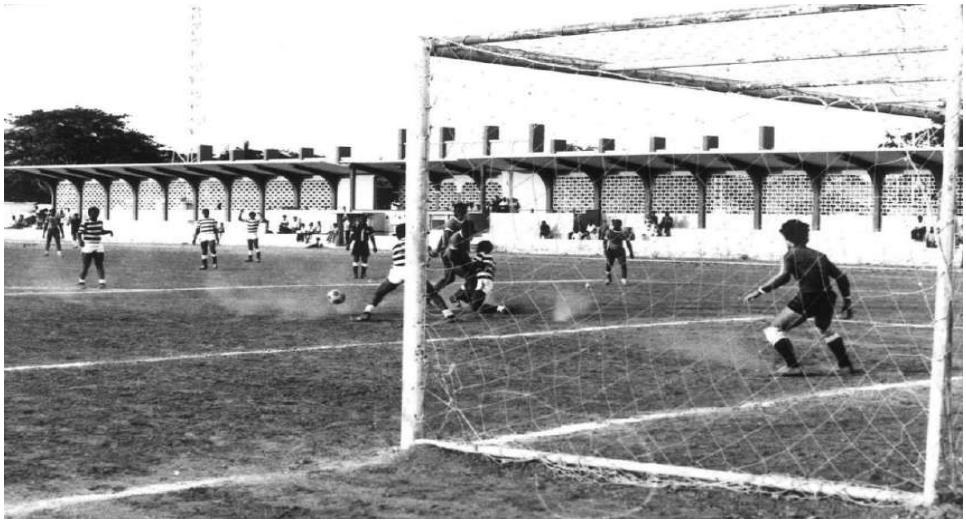

Fig. 5. Mulheres a correr. Fotografia de Fernando Gaspar. Anos 70/80.

Como é que, apesar do pretenso contraste com as práticas coloniais, a palavra democratização[85] não adquiria outro sentido que não fosse o da participação em atos coletivos? A democratização acabou negada por guiões veladamente corporativos e estatizantes que tanto guiavam as demonstrações gímnicas quanto as manifestações políticas?

Independentemente de discursos bem-intencionados, o desporto – como as manifestações artísticas e literárias, para já não falar de rituais políticos que envolviam as massas – devia cumprir fins de suporte ao "povo", que mais não eram do que formas de apoio ao chefe, dito líder.

[85] Ainda que não fosse dito, quereria democratização significar a ausência de vedetismo ou de destaques individuais? Note-se, o único destaque individual incentivado era o do dito líder.

Neste contexto político, além de massificação, a democratização passou a significar uma dada orientação política para o futebol "popular". Decerto, os políticos sentiam alguma incomodidade com os imprevistos na prática futebolística. Por isso, tentavam regulá-la, ao mesmo tempo que falavam de democratização e de um "futebol popular", cujo sentido, não dito, mas imediatamente intuído, era o da ausência de ídolos. Uma das facetas da igualdade no futebol "popular" era a da contenção da adesão a eventuais ídolos. A diferenciação de um jogador e a admiração que ele concitasse não deveriam extravasar o domínio desportivo. Em suma, o apego ao futebol devia cingir-se ao estritamente necessário, avaliado, evidentemente, do ponto de vista dos dirigentes[86]. Estes aproveitavam o desporto para a sua projeção. Curiosamente, o pontapé inicial do campeonato de futebol popular dado por Carlos Graça, ministro em São Tomé e Príncipe, replicava rituais e gestos da era colonial.

Na perspetiva dos dirigentes independentistas, pelo comum da gente perpassava a luta entre a racionalidade – entendida como a resultante do expurgo das paixões estéreis – e a paixão destemperada, tributária da alienação e do obscurantismo colonial. Uma ilusão dos dirigentes terá sido a de que seriam acompanhados pelo grosso das pessoas no expurgo das motivações alegadamente alienadas, por exemplo, nos desafios de futebol ou na assistência a tais jogos. Por conseguinte, nas práticas desportivas deveria avultar a conduta cívica consentânea com a nova e transcendente finalidade política das vidas, a

[86] Evidentemente, não existia, por ser impossível, a definição do que era o devido apego ao futebol. Aduza-se, a indefinição do que era, ou não, permitido fazer compunha os mecanismos de inoculação do medo, avivado pelas mudanças de critério ao longo do tempo e pela mutável casuística de cominações e condenações.

saber, a modelação do homem novo[87], uma nova índole que se deveria revelar suficientemente gratificante.

Os políticos desejavam a homogeneização do futebol para prevenir os efeitos indesejados, entre eles, o eventual desvelar de uma natureza humana inconformada com ditames ideológicos. Não receavam pelo seu poder, receavam, sim, que o futebol fosse ocasião para ações destemperadas, sinal de inconformismo ou de que o seu poder não se desdobrava na adesão dos governados. Afinal, assim suceder no tempo colonial, quando o desporto fora para alguns nacionalistas o veículo que os levaria para a luta[88].

Como explicar que, apesar de não relacionado com problemas sociais e económicos, o futebol acabasse por ser causa, pretexto que fosse, de diatribes e de conflitos entre subalternos – e, mais, subalternos recém-emancipados – que, no plano ideológico, se diria serem impossíveis?[89]

Ao falarem de democratização – a palavra apropriada seria estatização – do desporto, de "futebol popular", os dirigentes dos novos Estados pretendiam o reconhecimento de que deles emanavam o juízo e a decisão sobre todas as dimensões da vida. Era impossível prevenir os desvarios no futebol, mas procurava-se torná-lo "popular", isto, é despi-lo de emoções geradas pela alienação. O dito "futebol popular" – de que se tentava extirpar parte da fruição, sublinhando-lhe o fim formativo do corpo e das mentes – era uma tentativa de conformar uma das poucas amenidades que restavam nas condições de vida

[87] Basicamente, um corpo de trabalho, um objetivo perseguido desde o tempo colonial através de diferentes meios – da religião ao desporto – e continuado após as independencies.

[88] Entre vários exemplos, cite-se o caso de Bobo Keita, cf. "Kôte", 2020 e Melo, 2020, 109.

[89] Tal situação de crescendo de indisciplina e de violência perdurou anos após a independência, cf. Nascimento, 2021.

tornadas ásperas pela extrema escassez de bens essenciais[90]. Ainda assim, não se prescindia da intenção de controlar a intensidade emocional associada ao futebol, que não deveria suscitar mais emoção do que outras modalidades desportivas.

À medida que o futebol se tornava importante, deixando de ser apenas um jogo para divertimento nas ruas, os comportamentos de jogadores e público aumentavam em distúrbios, como se cada jogo compusesse um confronto, em que, além de talentosos e eficazes, os jogadores tinham de ser guerreiros. Os adeptos também iam para os jogos como para pequenas batalhas onde não faltavam expedientes – entre eles, intimidação e agressões aos adversários – para tentar ganhar[91].

Apesar de ideologicamente inconcebível, tal era possível na sociedade pós-independência. Os comportamentos de indisciplina eram ofensas às autoridades eventualmente presentes no estádio. Em abstrato, era inimaginável jogadores ou dirigentes afrontarem as autoridades[92]. Mas, mesmo sem intenção de afrontar, cresceram o desrespeito e a indiferença.

[90] Na era colonial, nos bailes, os favores das moças poderiam ir para os jogadores de quem se falava. E o código de traje e de conduta do Sporting tornava-o um clube considerado, não por albergar (inconfessados) nacionalistas, quanto por reunir os jovens das famílias distintas das ilhas. Ademais, em jeito de reparação pelos trágicos eventos de 1953, o clube foi apadrinhado pelas autoridades coloniais.

[91] Nos primórdios do futebol, no Brasil, era frequente os adeptos deliberadamente interferirem nos jogos para ganhar pela ostensiva ameaça de violência sobre os adversários. Tal valia para os jogos entre clubes, mas igualmente entre seleções, ver Filho, 2004, *passim*.

[92] Como terá sucedido num desafio entre as seleções de Rio e de São Paulo, em que a ordem do presidente Washington Luís foi desrespeitada, mais ainda por se lhe assinalar que não mandava no campo, onde um jogador, mestiço, era mais importante do que um governante, cf. Filho, 2004, 158-160.

Com a configuração de um "futebol popular", os dirigentes também pareciam querer aplanar os vícios ou as desigualdades de competição decorrentes da aposta de indivíduos abastados, que, podendo aliciar ou contratar jogadores[93], introduziam a desigualdade na competição desportiva. Ora, mesmo eliminando as influências de patrocinadores, da carolice[94] – que nas condições económicas supervenientes às independências só podiam ser paupérrimas, ainda que bem-intencionadas –, não se erradicavam as desigualdades, desde logo pelo apoio de empresas estatais às equipas, por vezes, na esteira do já sucedido no colonialismo. A ideia de igualdade era quimérica, desde logo por inaplicável à competição desportiva, mas também por ignorar a heterogeneidade do tecido social. Alguma homogeneização pareceria resultar das políticas de nacionalização económica e do subsequente empobrecimento. Mas, mesmo num cenário de crescente pobreza, como o verificado, por exemplo, em São Tomé e Príncipe, não se eliminavam as diferenças advindas da maior base de recrutamento de atletas em zonas urbanas em desfavor das localidades mais pequenas espalhadas pelos territórios.

[93] A atender à história do futebol, certamente o termo "contrato" abarca as mais diversificadas relações dos jogadores com os dirigentes. Isto é válido para o Brasil, para Portugal, para as colónias…

[94] Apesar do empobrecimento do arquipélago no pós-independência, foram aparecendo "carolas" que apoiavam os jogadores. Não se tratava de ricaços, mas de indivíduos que forneciam géneros para um reforço alimentar, caso de uma sopa para os jogadores. Em tempo de escassez de bens básicos, tal não era de somenos.

Mais notória foi a aquisição de novos equipamentos, lustrosos, que levantaram dúvidas por não serem da cor estipulada pelo hábito ou pelas normas estatutárias do clube (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). A polémica pode não ter passado de dichotes sem consequência. Todavia, terá traduzido o desconforto face à inédita importação de um mero equipamento, sem o anúncio da intenção ou a inquirição prévia acerca dessa possibilidade. A democratização introduzia rigidez hierárquica e conferia vantagem a quem podia decidir até o trivial.

A democratização do desporto poderia traduzir-se num ambiente propício à livre iniciativa de indivíduos congregados por seus interesses e afinidades. Porém, a coberto do ideário revolucionário, o futebol popular, um sucedâneo do desporto corporativo, assentava na promoção das equipas das instituições estatais ou paraestatais, como se a ligação corporativa conferisse sentido à prática desportiva, não mais uma prática fútil ou meramente aditiva. A dita democratização atava os percursos dos jogadores às instituições – mormente, militares e policiais – que, alegadamente, mereciam a dedicação e a entrega dos indivíduos.

Significativamente, os governantes não queriam perder nem no futebol. As equipas dos Estados de orientação socialista, emergentes nas ex-colónias portuguesas, sobretudo, as equipes de militares, entronizadas herdeiras das (presumidamente) gloriosas tradições militares dos movimentos de libertação, não deviam perder na competição física e desportiva com equipas da sociedade. As forças armadas podiam recrutar indivíduos para serem seus jogadores[95]. Em países em guerra, tal era um ganho para os jogadores, que, assim, poderiam escapavam à guerra e à morte. Noutros casos, pesem embora as benesses, tratava-se de uma sujeição[96].

A arrogada democratização equivaleu a uma tentativa de controlo da atividade, da qual se queria apartada a influência de interesses particulares[97], do

[95] Por exemplo, Pessula e Manjate, 2021, 109-122.

[96] Esta desigualdade só era disfarçada pela circunstância de o desporto, mormente o futebol, se ter tornado corporativo. Algumas empresas suportaram clubes, cujas equipas de futebol tinham incomparavelmente mais meios do que as dos clubes que tinham sobrevivido à independência e que, como as pessoas, se defrontavam com escassez e ruturas de bens, desarticulação de serviços e desorganização das instituições.

[97] Assim se tolhia a livre iniciativa aos cidadãos no domínio desportivo.

mercado e do dinheiro – não existia mercado de futebolistas, aqui e além, implícita e vagamente associado ao tráfico de pessoas[98] – que, alegadamente, usuravam vidas de jogadores em prol de interesses monetários e em seu prejuízo. Congruentemente com a visão paternalista da sociedade tutelada, tratava-se de um raciocínio plausível que, todavia, desconsiderava o que seriam os interesses dos jogadores.

A palavra democratizar foi usada como sinónimo de atividade controlada pelo Estado, a exemplo do sucedido em instituições e em empresas, o que, não raro, redundou em ineficácia e em desigualdades que contrariavam a democratização, cujo esteio deveria ser a da igualdade no campo de jogo. Ora, esta igualdade inexistia em resultado de patrocínios empresariais de monta, públicos ou privados[99].

Ao falar de democratização, os dirigentes independentistas apostavam nos dividendos de uma relação clientelar e paternalista, similar à que os governos coloniais tinham entretecido com os clubes, em particular nas colónias[100], onde não existia mercado para sustentar, nem sequer parcialmente, as atividades desportivas.

De alguma forma, a democratização passava pela incumbência estatal de compra de bolas, chuteiras e equipamentos e posterior distribuição de forma equitativa. Porém, só ignorando os efeitos corrosivos de uma realidade pautada

[98] À medida que os regimes socialistas implantados nas antigas colónias perdiam élan por força, por exemplo, das provações e dificuldades económicas, que punham em causa o socialismo, insinuavam-se atos típicos de um mercado de força de trabalho futebolística: salários ou gratificações, transferências…

[99] Por exemplo, Rocha, 2013, 224.

[100] Por exemplo, na Guiné, cf. Melo, 2020, 52-53.

pela escassez é que se se imagina que um bem precioso, como uma mera bola, não se tornava objeto de uma troca pessoal desigual…

Afinal, às pessoas não interessava a democratização do futebol, interessava-lhes mais o futebol com o seu estendal de memórias, vivências e, sobretudo, vitórias. Por isso, a sobrevivência de alguns clubes deveu-se à pertinácia de alguns sócios[101]. Porém, nem todos os clubes tiveram tal sorte por força de vários constrangimentos[102], dos quais as provações económicas e a difícil angariação da subsistência diária não seriam de somenos[103].

Com ingenuidade (ou calada duplicidade), propalou-se a crença num desporto de massas, em que todos seriam iguais. Em todo o caso, esta visão pressupunha que da mole de praticantes deveriam mais ou menos espontaneamente sobressair talentos capazes de ombrear com os melhores desempenhos de fora da terra.

---

[101] Em Moçambique, alguns clubes ainda sobreviveram, mas o mesmo não aconteceu a associações de outros fins, finadas a pretexto de cavarem divisões étnicas ou de serem elitistas, e a jornais com tradições na contestação ao colonialismo, cf. Rocha, 2013, 216-217.

[102] No caso de São Tomé e Príncipe, espanta o quase desaparecimento do Sporting, o clube a espaços dito um esteio do nacionalismo. O seu quase desaparecimento pode ser interpretado como uma vontade inconfessada de que desaparecesse e com ele a prova de ser um cadinho do nacionalismo? Ou o seu eclipse se deve ao reconhecimento inconfessado de que aí se reunira a "pequena burguesia" local que, à boca pequena, enjeitava o projeto marxista-leninista dos MLSTP? Ou, ainda, por ter sido local de passagem dos jovens da Cívica que o MLSTP proscrevera ainda antes da independência? Numa brevíssima conversa, um antigo dirigente do Sporting qualificou como desagregadora e destrutiva do clube a ação dos governantes independentistas, *cf. testemunho pessoal, A. Nascimento.*

[103] A extrema dificuldade económica militava contra o associativismo, prejudicando gravemente a prática desportiva regular. Como imaginar a prática desportiva numa situação de fome e de privação? Noutros países, as carências não provinham apenas da guerra. Provinham também, quando não sobretudo, da desarticulação económica. Em Angola e Moçambique acresciam os danos das guerras civis. Acerca da obtenção de géneros como a questão premente no dia-a-dia em Moçambique, ver Rocha, 2013, 219.

No desporto, como nos demais domínios da vida coletiva, qualquer palavra dos dirigentes independentistas era, além de mais sapiente, impositiva. O conhecimento ou a familiaridade de técnicos com o futebol só podia servir para reconhecer a omnisciência de qualquer dirigente.

O saber desportivo não era considerado um saber especializado. Em rigor, relativamente quer à interação social, quer à prática desportiva, a ideologia hegemónica desqualificava saberes especializados, tendencialmente tidos por menos relevantes do que o denodo e o esforço dos desportistas, modelo a seguir pelos corpos de trabalho[104]. A desvalorização de um saber especializado era ainda mais pronta quando o objeto era o futebol[105]. De conhecimento diferenciado, de um saber indisputável só se podia arrogar quem, sendo dirigente e tendo tido uma experiência regular de prática desportiva ou de educação física, se presumia capaz de opinar acerca de táticas de jogos de futebol, mesmo se com isso desqualificava pessoas investidas como treinadores[106].

O voluntarismo dos governantes talhava verdades baseadas em inferências indevidas a partir de experiências pessoais. Louvava-se o exercício desportivo, a

[104] Importa notar a diferença de sentimento resultante a injunção política da dedicação ao trabalho sob o regime de partido único, que não podia produzir senão um entusiasmo passageiro, da recente comunhão resultante da vontade de jogadoras de uma equipa de andebol do interior de Santiago. Sem apoios, antes com dificuldades, elas reconhecem as vantagens da prática desportiva para aquisição de um "espírito de entrega" necessário para o desempenho a contento nas tarefas cotidianas, sem o qual a prática desportiva não lhes seria possível (Borges, 2013, 284-285). Noutros termos, as capacidades adquiridas pela prática da educação física ou do desporto – incluindo a disposição para o trabalho – serão encaradas de forma muito distinta, consoante se trata de uma injunção política ou de uma congregação de vontades.

[105] Conquanto também resultasse do atraso herdado do colonialismo, a ideia de ciências do desporto era estranha. Prevalecia a aversão ao conhecimento científico, desde logo pelo inconfessado incómodo com o facto de nem tudo ser redutível à ideologia.

[106] Ver Graça, 2011, 110.

implementar, desde logo por enfatizar o progresso, a novidade, cimentar a ideia de esforço coletivo – os corpos deviam praticar educação física para serem corpos de trabalho –, como se desejava que ocorresse nas relações laborais. Porém, a ideia de garantir um acesso universal à prática desportiva assentava em equívocos, por exemplo, o de que tal acesso era um desejo de todos, quando, para muitos, após um fogacho de entusiasmo, o desporto se tornaria uma maçada e uma canseira[107]. Em todo o caso, o voluntarismo dos governantes rechaçava a hipótese de a universalização do desporto ser irrealizável. Tal como não existiam escolhos insuperáveis para a condução do país?

Poderia a massificação ou a democratização da prática desportiva ou, no fim de contas, a bondade dos propósitos governativos ser propalada e confirmada por imagens de populares a correr sem equipamento convencional? A vontade revolucionária não superaria todos os obstáculos?

Enredados na sua fé e no voluntarismo, os dirigentes não anteciparam o progressivo desfasamento entre eles e os seus concidadãos, a quem se interditava a expressão da dissidência ou do mero desalento.

Os dirigentes também não previram que a racionalidade soçobrasse perante a paixão exacerbada, geradora de desacatos, ainda que por motivo que não mereceriam a pena, como era o futebol. A despeito da barragem ideológica, pela qual se instava ao empenho cívico e revolucionário, as violências pareciam resultar de uma irrazoável ou impensada paixão pelo futebol, injustificável quando o país estava a braços com a magna tarefa do desenvolvimento, que demandava

[107] Nem todos tinham a possibilidade de ter como fruição o exercício do desporto, uma hipótese para de pessoas com alguma diferenciação social, para quem os jogos eram ocasião de convívio e de tessitura de cumplicidades à reprodução da sua condição social.

a transfiguração no “homem novo”. As paixões descabidas pareciam levar a melhor sobre a definição pelos governantes dos verdadeiros interesses do “povo”.

Os sentimentos vazados nos recintos desportivos não eram apenas os dos jogadores e do público. O futebol serviu para indiciar o sentimento de desconfiança dos dirigentes relativamente ao povo. Com recurso à especulação, vale a pena atentar na evolução da arquitetura do estádio 12 de Julho[108].

Anos após a independência, encheu-se a grelha que encimava a parede, relativamente baixa, da tribuna. O gradeamento foi substituído por uma parede compacta, logo, mais protetora dos altos dignitários do novel estado independente. Inevitavelmente, é mister perguntar se os governantes independentistas não teriam mais medo de atentados do que os governadores coloniais? Pelos discursos, não se aventaria tal hipótese. Porém, cumpre colocar as palavras em contexto, também pautado pelos atos.

[108] Hoje, já se vai esvanecendo a memória da antiga arquitetura do estádio. Se no tempo colonial se privilegiava a circulação de ar, após a independência por injunção de receios ou de um despropositado espírito securitário, privilegiou-se a proteção dos dirigentes. Não se poderá asseverar se tal medida se deveu ao medo, se à importância que a si mesmo concediam. Note-se, não havia razão para ter medo e a importância era, de facto, circunstancial, embora os dirigentes e governados certamente a pensassem como perene e (quase) eterna.

Figs. 6 e 7. Interior do Estádio 12 de Julho e fachada exterior. Fotografias de Fernando Gaspar e Augusto Nascimento, respetivamente. Anos 70/80.

SENTIDOS POLÍTICOS INSCRITOS NAS PRÁTICAS DESPORTIVAS

Atenhamo-nos, agora, à leitura dos sentidos políticos (alegadamente) inscritos nas práticas desportivas desde o tempo colonial. A talhe de foice, pergunte-se, em que medida o voluntarismo dirigista enfunou as narrativas sobre o desporto como ocasião e lugar de luta anticolonial?

Ao sopesarmos a basta produção sobre protagonismos nos processos de emancipação política, parte deles com passagens pelo desporto, ocorrerá perguntar: não haverá atos desportivos politicamente inócuos ou gratuitos? Ao arrepio de eventuais intentos de aproveitamento político, não poderia a própria lógica da competição desportiva ser um escolho à sua usura pela política? Numa certa perspetiva, a política nem sempre está presente nos atos desportivos, menos ainda preside a eles. Em sentido contrário, pergunte-se, qual o contributo do desporto para o fim do colonialismo?

No tocante às mudanças políticas, concomitantes da desportivização das sociedades, para um largo escopo temporal, podemos aceitar uma história popular do futebol[109], uma visão da história potencialmente redutora ou elaborada de uma perspetiva unívoca. Em muita da litigância associada ao desporto e ao lazer será difícil encontrar sempre uma inequívoca aversão às opressões ou intenções políticas anticoloniais (hoje idealizadas porque prezadas e desejadas).

[109] Correia, 2020.

Avente-se, os momentos de confronto político, de ativismo, podem ser exaltantes, mas a evolução e mutação dos crenças, paradigmas e práticas não se devem apenas a confrontações.

Retrocedendo no tempo, atente-se no conflito entre as maltas[110] ou relembre-se as rivalidades nos vários festejos em Luanda[111] para dar nota da multiplicidade de intenções e de atitudes.

Contra o voluntarismo nos estudos no respeitante à imputação de intenções anticoloniais, terá de se ponderar que, na maioria dos casos, essas intenções inexistiram ou, quando muito, foram evidentes para poucos. Amiúde, os estudiosos podem estar a incorrer num erro, simétrico ao da desconfiança das governações ditatoriais, relativamente a iniciativas de subalternos como estando potencialmente imbuídas de calados intuitos políticos. Estarão os estudiosos a colorir o que possivelmente não tinha cor?

Como narrou Aristides Pereira, em meados do século XX, na ressaca das fomes, em Cabo Verde, o responsável da polícia achou que um torneio de futebol organizado pelos clubes constituía uma homenagem pública, veladamente política, a um administrador desalinhado com o regime. Esta imputação de intenções ditou a proibição do torneio. Para Aristides Pereira não existia intenção política[112]. Admitamos que, se existisse, era muito diluída ou apenas perpassava na mente de alguns.

Eventuais propósitos políticos, nomeadamente os propagandeados, devem ser analisados e problematizados. Admitamos que a presença de jogadores africanos nas equipas da metrópole e na seleção nacional portuguesa visava

[110] Grupos de capoeira que acabaram a funcionar como tropas de choque em confrontos eleitorais (Fonseca, 2010), não sendo difícil estabelecer paralelismo com a predisposição das claques dos clubes cariocas para as confrontações, cf. Filho, 2004.

[111] Marzano, 2013.

[112] Pereira, 2003, 359-360.

branquear a segregação racial nas colónias[113]. O argumento é plausível, podendo traduzir intenções da ditadura colonialista. Mas não só tal sucedeu quando a segregação racial parecia ceder, como a prestação desses jogadores na metrópole aduzia argumentos para nas colónias se deixar de se vedar a prática desportiva aos "indígenas" e aos africanos[114]. Ou seja, a prestação de africanos na metrópole questionava os axiomas racistas, tal outra interpretação plausível...

Evidentemente, tal também vingou porque também o "poder colonial procurava beneficiar de um processo de consolidação de uma cultura popular urbana, fortemente mediatizada, de que sempre desconfiara"[115]. Avesso a multidões nas ruas e apegado ao ascetismo de costumes, o regime salazarista não foi um entusiasta da propaganda política através do desporto. Até aos anos 50, o regime não se promoveu através do desporto, preferindo o suporte da Igreja. Nos anos 60, a eficácia da propaganda colonialista – a relativa ao desporto foi pobre, quando comparada com a de outros regimes e Estados[116] – dependeu, não apenas do alargamento da prática desportiva, mas, sobretudo, da transformação da prática desportiva em espetáculo público[117] e da sua promoção como objeto

[113] Domingos, 2013, 92.

[114] Num certo sentido, tal é similar ao processo, bem mais complexo e matizado, da ascensão do negro no futebol brasileiro, de que inicialmente foi apartado por força de preconceitos que não tinham outro fundamento que não o viés racista dos que deles comungavam, cf. Filho, 2004.

[115] Domingos, 2013, 92.

[116] Para o caso do Brasil e da Argentina, ver Drumond, 2008; acerca da propaganda referida ao desporto aquando dos cento e cinquenta anos da independência do Brasil, ver Rei 2020.

[117] Como assinalou Domingos (2013, 93) que, contudo, se refere ao crescimento do campo desportivo à margem da ação estatal.

Pense-se, por exemplo, nos Jogos Desportivos do Mundo Português, cuja organização se anunciou em 1961, cf. Melo, 2013, 135.

visual de circulação universal[118], a qual transmitia um ideal de realização humana patrocinado pelo Estado que, na década de 60, já não se queria colonial, antes se pretendia multirracial[119].

Referidas ao desporto, estas mensagens tinham um conteúdo político, induziam um sentido interpretativo das medidas relativas ao desporto. Num certo sentido, são simétricas de veladas interpretações anticolonialistas sobre a prática desportiva. Com particular relevância para a escrita da história e a produção de saber, estamos à volta da questão de partida, a saber, não há práticas desportivas isentas de intencionalidade política?

Em tese, as práticas desportivas são, ou podem ser, atos gratuitos – meramente desportivos – que não carecem de um sentido transcendente ou sequer de outro propósito, que não seja o de participar ou de, desejavelmente, vencer uma competição. E este propósito pode ser relevante, por exemplo, para pessoas a quem as vitórias ou a fruição de um dado momento importem mais do que qualquer outro objetivo, incluindo, objetivos políticos, por muitos considerados inatingíveis. Aliás, a predisposição corriqueira de alheamento da política pode ser a mais remuneradora, politicamente falando, para os mandantes[120].

[118] Ao tempo, os selos eram um poderoso meio de divulgação de imagens. Pouco após o início da confrontação armada, o regime divulgava imagens dos desportos supostamente praticados nas colónias; a este respeito, ver Melo, 2013.

[119] Não por acaso, também se produziram séries de selo postais com igrejas das colónias, indício da importância que tais ideários – o religioso e, depois, o idioma social sobre o desporto e, concretamente, sobre o futebol – tinham na configuração das vidas quando desocupadas da canga do trabalho.

[120] Aliás, as vitórias desportivas podem ser politicamente importantes independentemente da governação. Veja-se o caso da seleção da Guiné Equatorial que passou a recrutar jogadores estrangeiros, que mais do que identificar-se com a pátria ou nação, devem (tanto quanto possível) ganhar. Não se trata de cimentar a nação, trata-se de cimentar o poder através de vitórias no campo de jogo. Não é invulgar encontrar nas manifestações desportivas o equivalente emocional

Por força do veio voluntarista na análise histórica e da tentadora homenagem ao sofrimento pregresso e às diferenças identitárias, pode distorcer-se a análise, imaginando-se diferenças irredutíveis e atribuindo intenções políticas e outras à prática desportiva de subalternos em contextos coloniais, quando, provavelmente, as pessoas praticavam futebol pelo futebol, isto é, por fruição, por adição, para ocupar o tempo, sem ninguém se interrogar – tão pouco se incomodar! – com a origem ou as consequências de uma prática, que, a seu jeito e sem surpresa, considerarão intemporal.

Retrocedendo, nos antípodas das lucubrações voluntaristas, qual dos jovens que diariamente se entrega ao futebol nos terreiros das arruinadas roças se incomodará com a ideia de que esses terreiros – por regra, retângulos de terreno aplanado e, por isso, apropriado para o futebol – eram outrora lugares solenes e de trabalho? De outra perspetiva, qual deles, por causa da metamorfose do cenário em que jogam futebol, pensará no passado dos progenitores ou no seu futuro para além da prática diária do futebol, também rotineira por não haver o que fazer?

Em todo o caso, em contextos de subalternidade, a história do futebol pode ter sentido político, por nos falar da história de indivíduos pressupostamente insurgentes. Ainda assim, relativize-se a ideia da propensão da maioria dos subalternos para lutar – a maioria não nutre intuitos insurgentes –, resultado de equivocadas inferências de lutas simbólicas e da presunção de que o vexame e a opressão geram necessariamente a revolta. Tal asserção deriva da interpretação

---

da réplica alienada pelos deserdados do discurso neonacionalista sobre o bem-comum – como sendo o da nação, mormente da nação recém-independente –, identificando-se os deserdados com um poder que se exerce em seu desfavor, mas que eles tomam como deles, porque o grupo dominante tem o talento de adular e exaltar o ego nacional (Mabeko-Tali, 2018, 58-59). Assoma a questão: apesar das presumidas bondade e inteligência políticas de Mandela, estaríamos perante uma situação equivalente aquando da vitória da África do Sul no mundial de râguebi?

da história de acordo com uma visão idealista do que essa história deveria ser, ou ter sido, uma concretização da justiça e da igualdade.

O propósito de usar o desporto como instrumento de ação política anticolonial nem sempre esteve presente[121], tal como nem todo o patrocínio colonial da prática desportiva podia sequer ambicionar lograr a acomodação dos colonizados.

Aliás, não se ignorará que na atividade desportiva ou de lazer, tanto quanto grandiosos ideais emancipatórios se inscrevem micro amiúde dominações e dependências, conducentes à seletividade na memória, à parcialidade no juízo e à amputação da explicação histórica, que, não o esqueçamos, nunca reproduzirá a vida…

Note-se, os eventuais sentidos políticos subjacentes ao recurso ao desporto dependem das especificidades dos processos históricos. Também por isso, tão inútil é a linguagem ideologicamente sobranceira e etnocêntrica, oriunda do magma cultural racista ou colonialista, como o é a cunhagem de um propósito político ou, noutros casos, de um sentido transcendente a todos os atos desportivos dos atores subalternos.

Cumpre escrutinar os sentidos políticos e outros das práticas futebolísticas e de outros desportos[122]. Cumpre equacionar a possibilidade de, numa dada situação histórica, o sentido político (um entre outros eventualmente antagónicos)

[121] Arriscaria até a dizer que, compreensivelmente, está mais presente nos registos memorialistas do que provavelmente esteve nas práticas desportivas de há décadas.

[122] Não desprezaria os múltiplos significados de cada gesto, mesmo quando implícitos. Em todo o caso, o voluntarismo pode forçar a encontrar intenções e significados para opções que podem brotar mais do pragmatismo do que de significados políticos. Por exemplo, as escolhas dos estádios de futebol – em Luanda, em Maputo, na Praia – para a proclamação da independência teriam significado político?

do desporto ser distinto da ideologia dominante. Ou algo de semelhante suceder com decisões de governantes que, no seu apoio ao desporto, destoavam, mesmo se marginalmente, da visão dominante acerca da sujeição dos africanos, o que, para estes, podia não ser de somenos.

Os clubes foram nascendo e a adesão ao desporto foi crescendo. Vincou-se a tendência para a perda de posição das ecléticas associações culturais e recreativas a benefício do predomínio dos clubes desportivos que concitavam paixão e favoreciam a acomodação.

Já no cair do pano do colonialismo, um agente da PIDE em São Tomé e Príncipe tipificava o futebol como um dos mecanismos de acomodação dos ilhéus[123], porquanto, juntamente com as danças e a ausência de pressão social no sentido do empenho produtivo, o futebol parecia constituir uma espécie de horizonte de realização dos ilhéus. Embora se calasse o facto, certamente se anteveria gérmenes de politização anticolonial, que convinha colmatar com a deriva para o futebol.

Tal podia não ser difícil. Perguntemo-nos: que interessa(va) mais ao comum das pessoas, a política ou o desporto? Ora, na contramão do (teorizado) peso relativo dessas esferas da vida, teríamos de ficar surpreendidos com a resposta… Mesmo se nos referirmos ao tempo colonial, não nos deve surpreender o facto de o futebol e outros domínios banais da vida prenderem mais a atenção do que a independência, que a muitos – a muitos mais do que o que os estudiosos gostam de imaginar – parecia inatingível.

[123] Segundo Felisbino Gomes escrevia no dia seguinte ao do aniversário da tragédia de 1953, nada alterara a tranquilidade na província, alheada de assuntos políticos. Os ilhéus, entusiasmados com o futebol local e as danças nos chamados fundões, esqueciam tudo, até o próprio trabalho a que eram alérgicos por hereditariedade, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT nº8970, fl.24, relatório nº2/974, 4 de fevereiro de 1974, do chefe de brigada Felisbino Marques Gomes.

Alguns passaram pelo desporto a caminho da luta contra o colonialismo. Podemos olhar os clubes de futebol como lugares de potencial consciencialização e de ação politizada[124], até por força da mera partilha de emoções em contextos políticos pautados por rígidas restrições e interdições. Todavia, sem embargo de o ter sido para alguns indivíduos, a ideia de que o desporto foi uma via para a consciencialização política pode derivar de um adorno da pretérita prática do desporto. Embora fosse o fito de políticos que apostavam no desporto, afinal, será difícil (ou configurará um voluntarismo retórico) asseverar que o desporto, por si só, gerava solidariedade duradoura entre os subalternos que o praticavam…

É certo que se podia lesionar um adversário branco[125], mas poderemos imaginar que tal se faria isso quando o colono ou o branco em causa não pudesse jogar na própria equipa ou se não se pudesse jogar na (putativamente vencedora) equipa do branco. E, em todo o caso, lesionar um adversário não era necessariamente empenho numa causa política, ainda que nada impeça que assim possa ser retratado.

Alguns líderes políticos aludiriam à congregação de esforços contra o colonialismo, ilustrando o seu pensamento com a analogia do coletivo empenhado

[124] Em Angola, a partir de 1961, os clubes passaram a ser olhados com mais preocupação pela PIDE (Bittencourt, 2013, 171). Em meados da década de 1960, a PIDE relaxou a peneira e deixou de se opor às atividades associativas de elementos desafetos, desde que não militantemente avessos ao laço colonial (Bittencourt, 2013, 175-176). A vigilância da PIDE e o carácter repressivo do regime talvez tenham hiperbolizado a efervescência política nos clubes, servindo de fundamento a subsequentes narrativas de atos nacionalistas nos campos de futebol. Seria prudente considerar que os clubes se ativeram sobretudo à prática desportiva, que não podia deixar de ser considerada uma reivindicação de cidadania e, nessa medida, uma fissura na construção colonial. Após a "proclamação da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, o MPLA instaurou um socialismo vigilante, crescentemente interventor na vida associativa e privada. Novos olhos e ouvidos passaram a acompanhar clubes e esportistas" (Bittencourt, 2013, 177). Como qualificar esta ação, não de vigilância, mas de intrusão…?

[125] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

num despique desportivo. Na verdade, a metáfora da equipa podia ser útil para ilustrar a via para alcançar um objetivo político. Porém, para a governação social no pós-independência teria sido pensar na governação de um clube, em que interagiam pessoas de diferentes condições origens, condição e perfis, para além da interação numa sociedade independente poder ser ilustrada pela multiforme e mutante relação de vários clubes representativos de diferentes interesses e objetivos almejados por grupos e pessoas e idiossincrasias diferenciadas.

Quando se fala de instrumentalização política do desporto pelos poderes colonial[126] e independentista[127] ou, em alternativa, para lograr objetivos políticos emancipatórios, nem sempre se avalia o quão irrealizados, inconsequentes ou, simplesmente, impensados foram tais intentos políticos[128], por vezes, descobertos, quando não inventados, *a posteriori*, a fim de se imputar (ou reivindicar) retroativamente uma intenção e um sentido político de que, afinal, o desporto teria de estar forçosamente imbuído. Ora, tal está longe de ser verdade.

Em momentos dados, os sentidos políticos do desporto podem ser menos orientados pelos poderes ou pelos que aspiram a instrumentalizá-lo, podem ser mais difusos, e, ainda nessa circunstância, revelarem-se um fator de mudanças, sem preclara consciencialização da sua importância política e social.

[126] No caso português, "escasseava um pensamento sobre a função colonizadora do desporto" (Domingos, 2013, 93), mas tal não impedia, antes pelo contrário, vários intentos de atores que se descobriam propensos para a atuação no domínio do desporto, independentemente de sopesarem o que tal teria de benéfico para a situação colonial, que poderia até não lhes merecer afeição.

[127] Para o caso da Guiné, ver Melo, 2020, 99 e ss.

[128] A propósito de Angola colonial, veja-se a equação da relação entre poder colonial e associações desportivas tecida por Bittencourt, 2010. Já em Cabo Verde, inicialmente os portugueses não tiveram claramente delineado o "intuito de usar a prática esportiva como instrumento de controle, de dominação, de disciplinarização", cf. Melo, 2010.

Independentemente de convicções políticas que procuravam suportes instrumentais para o proselitismo, o desporto, mormente, o futebol, continha um elemento desafiador das crenças racistas e, também, colonialistas. Seja como for, apesar da (imputada) alienação subjacente ao desporto (e, admitamo-lo, da religião[129]) enquanto práticas conformadoras dos quotidianos, importará também reconhecer o potencial corrosivo do desporto para a ordem colonial[130], desde logo por o desporto se ter tornado um corriqueiro ordenador da vida, a ponto de, a exemplo do sucedido com a consciência religiosa, ter sido também considerado um veículo de alienação.

Cabe, ainda, lembrar que eventuais significados associados ao futebol podem surpreender por não corresponderem aos costumeiros intuitos de instrumentalização política da prática futebolística no sentido da acomodação ao *status quo* ou, ao invés, do proselitismo para a insurgência anticolonial.

Já depois do início dos levantamentos contra o colonialismo em Angola, em 1963, tropas portuguesas e congolesas confraternizavam em jogos de futebol, não raro seguidos de "comidas e bebidas"[131]. Convívios desta natureza não eram constantes, mas, convir-se-á, um único já surpreende. Terão ocorrido alguns. Em

[129] "A religião contribuiu para a consolidação do conceito nacional através de um núcleo de valores que, por serem tradicionais, densos e hostis à colonização, foram canalizados para a causa da independência." (AAVV, 2005, 217). No domínio da especulação, arriscaríamos dizer que subsiste algum paralelismo entre os idiomas da religião e o do desporto, porquanto ambos tanto sustentaram a obediência e a acomodação ao colonialismo, quanto, embora menos frequentemente, suportaram o desafio à dominação.

[130] Vidacs, 2010, 32. A dado passo, as autoridades também pensavam assim. E, obviamente, nas sociedades colonizadas colavam-se vários significados eram colados ao desporto. Daí que os colonos testassem a reverência dos colonizados, enquanto estes forjavam práticas avessas ao racismo e, quando possível, à dominação.

[131] Por exemplo, ver ANTT, PIDE/DGS, Del. A, P. Inf. 11.32.H, NT 1864, fls.203-205, relatório semanal nº12/63-S. R., Nóqui e Posto da PIDE, 25 de março de 1963.

tempo de guerra, enquanto portugueses, desertores do exército colonial por serem anticolonialistas, eram maltratados[132], autoridades e tropas congolesas e portuguesas confraternizariam com base no consumo de cerveja.

Em rigor, tais convívios não eram inexplicáveis. Mas ainda hoje surpreenderão abordagens maniqueístas, predispostas a hipervalorizar antagonismos políticos, que, nas suas vidas, os sujeitos, os grupos e as dinâmicas sociais amiúde desmentiam. Um caso impressionante terá sido o do desertor português, cabo Pinto, que se radicou em Léopoldville, para cujo sucesso terá contribuído a sua habilidade para o futebol[133].

Ainda que com menos relevância, cite-se o caso de recurso à afeição desportiva para prova de sentimentos políticos. Como é que um dissidente, quando não um militante anticolonial, podia demonstrar arrependimento e procurar provar fidelidade à nação? A 9 de novembro de 1970, num ofício secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor-geral de Segurança – o mesmo é dizer, à PIDE – dava-se a conhecer uma carta de um ilhéu a Salazar, na qual manifestava o desejo de se reconciliar com Portugal, para isso cessando as atividades no CLSTP. Concluído o curso liceal, abandonara o país em 1958, estivera um ano em França e estabelecera-se na Suécia até 1968, ano em que concluíra o doutoramento, depois de uma licenciatura em economia política. Aí escrevera artigos em jornais suecos a “favor dos movimentos terroristas anti-portugueses”. Após estadas em África, concluíra

[132] Ver a impressionante descrição da violência feita por Pádua, 2011.

[133] Companheiro de deserção do oficial médico Pádua, o cabo Pinto começou a jogar futebol num campo da prisão no Congo, concitando a admiração geral (Pádua, 2011, 54). Por conta das habilidades futebolísticas, o cabo Pinto integrar-se-ia na vida local, treinando uma equipa, deslocando-se na cidade com as suas duas namoradas, conforme relato do angolano Manuel Videira, 2021, 128.

que "sob muitos aspetos a colonização portuguesa ofereceu aos africanos bastante mais do que qualquer outra". Afirmava ter simpatia pelo povo português e o desejo de não "perder o contacto com a Pátria' levara-o a ser correspondente do jornal *A Bola* em Estocolmo, apesar da sua 'situação delicada' política. Esclarecia que elementos do CLSTP desconheciam a carta que escrevera. Despachou-se no sentido de obter um histórico dos antecedentes e de minutar uma proposta de decisão[134]. No tocante à resolução do ilhéu, podemos imaginar que pesariam o cansaço e a perceção de um caminho sem fim à vista. Não deixa de ser interessante que o crédito de portuguesismo fosse a correspondência com o mais popular periódico desportivo português. Não interessaria para o caso, mas o dito ilhéu apareceu após o 25 de Abril como militante de topo de MLSTP, falando como alguém já na calha para a assunção de responsabilidades políticas. Entretanto, com a independência, desapareceria da política são-tomense. Ainda mais voláteis do que o apego ao desporto pareceram ser os sentimentos políticos.

Porventura, seria acurado falar do desporto como fonte de um idioma social, do qual se retiram inconscientemente ponderações para a vida, processo, aliás, evidente nos pleitos desportivos em contextos coloniais. Com efeito, até numa sociedade colonial, a visão das relações sociais podia ter de pagar tributo à perceção de senso comum – a da igualdade de condições no campo desportivo, a que muitos colonos não se queriam sujeitar e que outros validavam quando participavam nos jogos com africanos nas suas equipas ou nas equipas adversárias –, visão tão mais verdadeira e impositiva quanto decorrente da presença assídua do desporto no quotidiano.

[134] ANTT, PIDE/DGS, SC SR Nº2388/56 NT 2781, fls.8-10, Lisboa, 9 de novembro de 1970, of. secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do MNE ao diretor-geral de Segurança.

Dado o imparável curso do futebol no giro do mundo, o seu sentido político lato, embora não expressamente codificado, antes difuso, podia tornar-se relativamente operante. Afinal, se havia um significado no avanço da desportivização das sociedades coloniais, era o de uma uniformização dos comportamentos em campo. Tal também colidiria com as especificidades emancipatórias da prática do futebol, por exemplo, nos subúrbios das cidades coloniais. Ou cumprirá ponderar que o desvio à norma padrão do futebol, por indução das condições e dos propósitos com que se pratica futebol em cada sítio, será porventura mais adaptativo às circunstâncias do que propriamente ressentido e/ou emancipador.

Por outras palavras, a apropriação e a adaptação do futebol, em razão da matriz identitária ou da pulsão para o desagravo ou a contestação, poderia resistir à pressão uniformizadora da linguagem universal do futebol? Ou à possibilidade que se abria de ascensão dos clubes do futebol popular (paulatinamente, porventura menos ressentido e revoltado) dos subúrbios para os clubes da cidade[135] e, até, para os da metrópole?

Em certas conjunturas ou situações, o futebol podia permanecer malandro, mas não é evidente que essa faceta fosse a mais perseverantemente procurada pelos africanos, mesmo que jogassem amiúde contra equipas de brancos ou de colonos. Dir-se-ia que a "reclamada" apropriação[136], e consequente adaptação,

[135] Nos anos 60, a realização de um campeonato popular em Bissau empolgou o público da capital, levou à "contratação" de jogadores para o campeonato federado, aonde chegou um clube saído do campeonato popular, o Ajuda Sport (Melo, 2020, 95). É de supor que aspirações semelhantes perpassassem por pessoas e clubes noutros subúrbios, mitigando o ressentimento associado à perceção da discriminação, também matizada no ocaso do colonialismo.

[136] A adesão ao futebol e aos desportos modernos passava pela consciencialização dos africanos? Ao invés dos termos em que hoje a espaços se a equaciona, não suscitaria o futebol uma adesão tão pronta quanto nós podemos imaginar à luz da nossa experiência? Sabe-se que nem sempre foi

resultava mais da apartação a que os africanos, ou "indígenas", eram sujeitos, os quais, se vencida a barreira racial, deixariam a malandrice. Mais do que de uma cultura matricial de vocação anticolonialista ínsita nos colonizados, o futebol malandro derivaria das circunstâncias de sujeição dos jogadores e das condições em que o futebol era jogado.

É assaz difícil a assertividade a respeito de práticas tão polissémicas. Por exemplo, não se deixe de reconhecer uma noção de futebol própria de cada tempo[137] e de hábitos locais, onde a violência está presente (as mais das vezes, alheia a qualquer forma de resistência). Em São Tomé, a noção de virilidade masculina obriga à sua afirmação, ao desempenho futebolístico assente na compleição física e na afirmação de força superior à do adversário[138]. O futebol de recreação permaneceu malandro em São Tomé e Príncipe durante décadas após a independência. Até há anos prevalecia uma cultura de despique físico enxertada na prática de futebol fora dos despiques regulados. Arriscaria dizer que assim deve continuar…

Se lêssemos os conflitos nos campos de futebol em São Tomé nos anos 70 – que, sem dúvida, tinham ínsita uma perceção do antagonismo racial – como

assim, mas tê-lo-á sido em muitos casos, sem outras motivações que não a da fruição da prática desportiva.

[137] Compare-se a malandrice dos subúrbios das cidades coloniais com a evolução da violência ao redor e nos campos nos primórdios do futebol no Brasil (Filho, 2004). Mesmo advertido para a fantasia de algumas das narrações constantes do livro, se porventura algumas das descrições dos eventos em que as claques se portaram como gangues fossem verdadeiras, então talvez se devesse concluir que a malandrice politicamente orientada das táticas dos colonizados africanos deverá ter sido muito contida. Tal é congruente com a assimetria da sociedade colonial.

[138] Numa conversa informal, um treinador do Sporting de São Tomé do tempo colonial qualificou um seu pupilo como medroso (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Parecia que não se disputava um desafio de futebol sem disposição para a luta física.

inequívoca contestação ao colonialismo[139], como deveríamos ler a incidência da violência após a independência, quando supostamente inexistiam razões para tal violência?

Ainda que seja difícil detalhar a mediação que leva da falência das instituições à violência nos campos de futebol, porventura será mais profícuo interpretar os episódios de violência nos campos como indício da descrença nas instituições e sintoma de desorganização social[140].

Ao aludirmos à desportivização das sociedades[141], estamos a falar de uma progressão desigual, mas imparável, de uma cultura desportiva, fundadora de um espaço de práticas universais e de uma dinâmica tendencialmente homogeneizadora de circunstâncias heterogéneas, como as das cidades por oposição às dos povoados rurais, ou as dos centros do capitalismo em contraste com as das semiperiferias, as das metrópoles colonizadoras distintas das de sociedades coloniais.

Com a crescente desportivização das sociedades, que se impôs pelo apelo ao sensorial e pela imagem, inferem-se (indevidamente que seja, pouco importa) significados julgados úteis para a regulação das relações sociais, os quais, aliás, tendem a sobrepor-se ao das ideologias e aos das religiões. O desporto como que

[139] Curiosamente, um dos ilhéus citado como envolvido nos confrontos viveu toda a vida em Portugal. Tal não elimina a possibilidade de contestação ao colonialismo, mas também não deixa de a caracterizar.

[140] Nascimento, 2021.

[141] Para o avanço da desportivização global das sociedades, não se concluirá por um mérito intrínseco do desporto, porquanto cumpre sopesar o poderoso contributo dos meios tecnológicos de transmissão de imagem, do triunfo da publicidade e da criação de necessidades económicas, induzidas pelas dinâmicas da acumulação, que modelam as aspirações do comum dos mortais, fatores que se sobrepõem aos fatores políticos.

fornece ideias ordenadoras da vida, das possibilidades e das necessidades, sendo portador de uma moral banal, mas útil, para regulação social[142].

Se assim pudéssemos falar, o resultado político, *lato sensu*, do desporto – fosse pela polarização dos sentimentos numa prática sem aparente potencial político (tal como sucedera com a religião), fosse pelo consequente empenho nessa prática sem sentido[143] – seria o de confirmar a sociedade. Nesse sentido, tanto laboraria contra a mudança política e social desejada por revolucionários e independentistas, como indiciaria a falência da negação da igualdade entre as pessoas sustentada por poderes coloniais.

III

O DESPORTO E O GIRO DO MUNDO

DESPORTO *VERSUS* RACISMO

Dado o foco nas sociedades africanas (ou dos seus legados noutras sociedades), uma questão instigante é a da relação do racismo com o desporto. A evolução de ambos está indissociavelmente interligada.

[142] Não terá sido por acaso que o desporto foi adotado para proselitismo religioso. No Brasil, o padre Manuel Gonzalez orgulhava-se da introdução do futebol no Brasil, praticado em colégios para jovens de famílias endinheiradas (cf. Filho, 2004, 52-53). Nas missões, os jogos seriam ocasião para se verem missionários sem batina.

[143] Opinião de Alda do Espírito Santo ou, há décadas, de muitos outros, que achavam que a "bola" distraía os jovens de aprendizagens escolares necessárias à vida.

O estudo do desporto – linguagem tendencialmente universal[144], mesmo se de enraizamento social inicialmente marginal – constitui-se como um meio privilegiado para examinar as sociedades coloniais[145], mormente, as relações entre colonizadores e colonizados, as formas de poder, a evolução de grupos sociais, os processos de exclusão e incorporação social, com implicações no acesso ou na interdição ao lazer.

Vale a pena registar que, para aferir da valia do desporto enquanto fator de mudança, mormente no domínio das relações raciais, será relevante, de uma perspetiva comparativa, avaliar estes itens noutras sociedades, que não as colonizadas, caso, por exemplo, do Brasil, onde, nem nos campos de futebol, a igualdade foi sempre uma realidade. Nos primeiros anos do futebol no Brasil, o jogador negro não podia dar pancada sem se tornar vítima de uma possível agressão do público, propenso a saltar da bancada de bengala em punho[146]. Como se referiu, de início, nos campeonatos cariocas, ninguém pensava no ingresso de jogadores negros para fazer uma equipa ganhar… e, ao tempo, não se falaria de racismo nos termos em que posteriormente foi equacionado.

---

[144] O carácter tendencialmente universal do desporto advém do facto de ser uma linguagem reconhecida por todos, quanto por concitar a aspiração e o apego de (quase) todos. Acresce que a propensão e a capacidade dos corpos não podem ser preditas nem decretadas, da mesma forma que o apego ao desporto conduz ao forçoso reconhecimento do interesse e do apego dos outros, mesmo se colonizados e subalternizados. Estas circunstâncias pesavam nas relações no terreno, como que negando os sustentáculos racistas do colonialismo, facto mais notado sobretudo quando as circunstâncias políticas se lhe tornaram adversas.

[145] Domingos, 2010.

[146] Filho, 2004, 109.

Relembre-se, quão diferente seria o ambiente, mesmo em contexto colonial, quando um ilhéu lesionou um branco por ele considerava um adversário temível, cf. *testemunho pessoal, A. Nascimento*.

Se hoje parece evidente que num sistema colonial não se podia ignorar o racismo, a verdade é que, sobretudo no colonialismo português, o expediente de autoridades os colonos foi justamente o de ignorar a prevalência do racismo, sobretudo quando este se tornou motivo de opróbrio. Porventura, também por isso se desvalorizou ou se ignorou o facto de o desporto, que trazia no bojo um fermento de mudanças sociais, ser corrosivo para o racismo.

No tempo colonial, o futebol era afirmou-se como um espaço de igualdade e de liberdade regulada, onde, segundo as regras, se podia ser melhor do que o adversário, mesmo em posições abissalmente assimétricas, o que, enquanto o futebol não singrou, pouco ou nada importou ao sistema colonial. Ainda assim, foi no futebol que se forçaram as barreiras raciais[147], foi nesse domínio que se veio a apostar para vazão das tensões e desvio da consciência da política.

Noutros contextos coloniais – incluindo os ambientes elitistas, como os das corridas hípicas no Sudoeste Alemão[148] –, o desporto foi forçando o rompimento de barreiras raciais. “Afinal, do ponto de vista da porosidade e da indução de mudanças sociais, esta manifestação da modernidade tinha potencial equivalente, quando não maior, ao da imprensa e do associativismo – que também vivia do desporto, amplificando a sua importância social e política – e ao do associativismo político.”[149]

Como se provou por várias vezes, o desporto tinha potencial para desautorizar as ideias racistas sobre a inferioridade dos negros, mesmo se, em abstrato, não questionava os lemas da superioridade europeia ou de colonos. Na

[147] A superação das barreiras raciais acabou por ser maior no desporto do que no conjunto da interação social, cf. Gonçalves, 2010.

[148] Correa, 2013.

[149] Marzano e Nascimento, 2013.

prática, evidenciava-se a vantagem de, num campo restrito e, não raro, a benefício imediato do colonizador, se reconhecer o talento e a força insuperáveis de atletas e jogadores africanos.

Mutantes no tempo, as relações entre o desporto e o racismo assumiram (e assumem) expressões diferenciadas, entre elas, a prevalência da raça, ou da cor da epiderme, apesar de ela não ser nomeada[150], e a da convicção, por vezes desmentida, de que o desempenho no campo corresponderia à assimetria na sociedade. Ora, no campo de futebol, os colonos podiam perder.

Os colonos poderiam sempre depreciar o desempenho futebolístico dos indígenas ou colonizados a partir de uma noção subjetiva de que uns pontapés na bola não seriam exatamente um jogo de futebol bem jogado. Todavia, tratar-se-ia de uma asserção subjetiva e indemonstrável, que se escorava na convicção da superioridade inquestionável das suas ideias relativamente ao mero desígnio de ganhar jogos de futebol, o que, no entendimento dos colonos, seria o intento dos indígenas dados à prática do futebol sem ponderarem o lugar ou propósito do futebol para a vida… Por quanto tempo se poderia, por conta do racismo, alimentar o preconceito de que os indígenas não tinham capacidade civilizacional para a execução de um bom jogo de futebol quando eles podiam ganhar e… ganhavam? E de que lhes faltavam capacidades para fazerem um bom juízo do que deveriam ser as suas vidas e o caminho das sociedades?[151]

[150] Bittencourt, 2010.

[151] Cabe uma nota lateral sobre surpreendentes homologias em processos políticos pressupostamente antagónicos: por muito estranho que se afigure, ao arrepio da aparente diferença de propósitos, uma justificação do poder dos mandantes no pós-independência assentava na sua ciência do que seriam os verdadeiros interesses dos seus concidadãos, ex-colonizados.

Como ficou dito, a partir dos anos 50, em Angola e em Moçambique, a assunção do mérito futebolístico e do interesse na valia desportiva para levar os clubes aos triunfos levou ao surgimento de equipas com brancos, negros e mestiços. Como sucedia no Brasil, comprovava-se à saciedade o valor dos negros[152]. E, a partir do momento em que nas sociedades coloniais se abria espaço para o desporto e, em especial, para o futebol, como é que, sem interdição em letra de forma de equipas mistas, se travaria a pulsão para a integração de negros ou "indígenas" nas equipas federadas locais e da metrópole?

Com a mudança da conjuntura internacional após a II Guerra, a partir de atos solitários[153] iniciou-se o caminho para o desanuviamento político que, tendo expressão no desporto, se poderia replicar na sociedade. Aventa-se o desaparecimento de um "racismo omnipresente, no desporto nos derradeiros anos do colonialismo, tanto entre os praticantes como entre o público, mormente quando composto de estratos médios da sociedade[154]. Certamente podemos falar de racismo omnipresente, que, como tal, foi varrido da testada do regime e, por reflexo, do comum dos discursos sobre a valia desportiva dos africanos[155], que se afirmou pujante no Benfica dos anos 60 e na seleção portuguesa de 1966. Como se explicaria a loucura em torno de Coluna e Eusébio num país referido pelo

[152] Este caminho foi feito nas colónias portuguesas, tal como fora feito no Brasil, cf. Filho, 2004.

[153] A acrescer à prática desportiva força da alçada da administração estatal e ao descompasso entre a legislação colonial e a concretização dos propósitos mais particulares de muitos dos atores no terreno, a "informalidade da prática terá gerado situações de troca desportiva, que ora vincavam e reforçavam a discriminação, como podiam desafiá-la." (Domingos, 2013, 90). Tendencialmente, reforçaram-na de início – o que não impediu a afirmação de Demóstenes de Almeida, em Angola, ou de Guilherme Espírito Santo, em Lisboa –, esbateram-na cada vez mais depois.

[154] Por exemplo, para o caso de Angola, relembre-se Gonçalves, 2010.

[155] O reconhecimento da valia desportiva dos corpos negros não era indiciado pelo investimento de tempo e de meios na promoção de *boxeurs* negros na Beira, uma cidade marcada pelo ideário racista?

colonialismo e pelo racismo? Em jeito de especulação, e por muito que incomode uma certa visão normativa do saber, talvez cumprisse duvidar mais da crença do comum das pessoas no colonialismo e no racismo – factos dados para o comum dos portugueses sem outro instrumento de leitura do mundo além do ideário salazarista – do que do apego dos benfiquistas e dos portugueses a estes dois ídolos da bola…

Certamente, houve conflitos em jogos e jogos em que se expressaram rivalidades raciais, mas não apenas essas. Podemos contrapor eventuais sentimentos de desforra dos agravos, presentes na prática de futebol popular nos subúrbios de Lourenço Marques[156], à adesão popular ao campeonato de futebol da missão de São Benedito da Manga, onde jogavam equipas de "indígenas" que, de alguma forma, se agrupavam por afinidades de origem e de ordem sociocultural.

Como é que num caso teríamos a expressão de uma rivalidade racial e social e, noutro, se observava a adesão, mesmo se passiva, ao futebol popular, jogado por "indígenas" sob o patrocínio da Igreja na Missão de S. Benedito na Manga, subúrbio da colonialíssima cidade da Beira?[157] Os brancos que assistiriam estes jogos não estavam a valorizar a prestação desportiva, independentemente de esta ser protagonizada por negros, durante décadas rebaixados como "indígenas"?

A questão do atrito do desporto com as restrições do racismo pode ser repensada e equacionada de outra perspetiva… a da perenidade do apego ao

[156] Se fosse necessário para vencer e se lhes fosse possível, não seriam os jogadores dos subúrbios de Lourenço Marques igualmente malandros se tivessem de defrontar outros de outras paragens, que não necessariamente brancos?

[157] Nascimento, 2024.

desporto *versus* a falência de ideologias, o que se aplica quer à ideologia colonial, quer à revolucionária, pautada pela dimensão voluntarista e intrusiva da vida das pessoas.

Cumpre dizer que o processo de rompimento de barreiras raciais pareceu imparável. Todavia, ao invés dessa suposição de há décadas, não o é. Prezam-se os melhores nas "nossas" equipas, mas voltou a usar-se o jargão racista… contido não pelo politicamente correto, pela criminalização do racismo ou pela educação, mas, antes, pelo poderio da instituição FIFA – uma estrutura associativa supranacional assente no lucro, pressupostamente em valores básicos e, acima de tudo, no tendencialmente universal desejo de vencer –, a qual ensaia conter as manifestações racistas e impor o respeito[158] que é devido a todos.

Em todo o caso, multiforme e impercetivelmente arraigado, o racismo reveste-se de milhentas roupagens. Na cidade da Assomada, no interior de Cabo Verde, apesar de ditos e comentários acerca de um campo edificado pela câmara e usado pelos imigrantes, estes têm possibilidade de dispor de um local e de um tempo para a prática do desporto, algo impossível na capital, Praia, onde o escalonamento dos espaços lhes veda o uso de equipamentos[159]. A ser assim, dever-se-ia falar de racismo dos cabo-verdianos? Ou, afinal, do afloramento do racismo e de outras formas de dominação sempre que, independentemente da risibilidade dos pretextos, se proporcionar o ensejo e a ocasião?

O FUTEBOL E A PERTENÇA AO MUNDO *VERSUS* A IDEOLOGIA E A "LUTA"

[158] De certo modo, a ação tutelar da FIFA parece mais presente e atuante do que a dos Estados relativamente, por exemplo, a atos racistas ou à igualdade de género. Atende-se mais à FIFA por causa do dinheiro? Por uma justiça mais expedita do que a dos Estados?

[159] Borges 2013, 287.

Menos problemática do que a do racismo é a questão da dimensão política da identificação afetiva no domínio clubístico. A questão não vale senão como indício de como as sociedades e, não raro, os seus dirigentes se ocupam de questões irrelevantes para o devir histórico, que não – ajuizarão eles! – para a consolidação do seu poder. Ou não terá sucedido que a "luta" inventada e continuada após a independência – e, também por isso, conducente a fracassos económicos – precisava de gerar normas de conduta que eram menos importantes pela sua substância do que pela instilação da obediência ao chefe?

Um erro dos dirigentes foi o de acharem que os concidadãos, por os terem apoiado no seu engajamento militante para pôr fim ao colonialismo, os seguiriam incondicionalmente e *ad aeternum* no mando, retirando disso e da nova condição de cidadãos a gratificação emocional que antes retiravam, por exemplo, de inscreverem nas suas vidas a discussão, fútil que fosse, das incidências desportivas e das paixões clubísticas…

A seguir às independências, o futebol foi subalternizado, expurgado da suposta alienação, a benefício dos rituais da política. Ora, exceto na mente dos dirigentes independentistas, quando não apenas nas palavras, inexistia uma competição direta entre política e futebol. Aos dedicados ao "campo" do futebol importava pouco ou nada a ideologia, mas aos arautos da ideologia de vocação autoritária não podia deixar de importar o futebol, porquanto a afetividade só devia dirigir-se ao líder. Não podia haver heróis desportivos que lhes disputassem a afeição das pessoas banais…

Após a independência, as pessoas deviam alijar a alienação do desporto[160]. A propósito da alienação e do obscurantismo colonial, vale a pena registar que, a 10 de abril de 1950, assistindo a um jogo de futebol entre Portugal e Espanha, Amílcar Cabral escreveu que nunca se supusera tão português, mesmo se por esse tempo já tinha uma visão crítica da política colonial enformada por sentimentos anunciadores da sua predisposição independentista[161].

Concluir-se-ia, então, que se nem Cabral escapara à alienação ou à irracionalidade, era mesmo imperioso implementar uma política, pressupostamente desportiva, devotada à erradicação de manifestações alienadas e irracionais, avessas ao "homem novo"? Ao invés de terem concluído pela necessidade de expurgar as paixões alienadas nos seus concidadãos, talvez os dirigentes pudessem ter pensado na valia da realização multidimensional de cada indivíduo. Contudo, as imposições do credo ideológico excluíram tal discernimento. Ao invés, a univocidade de pensamento e de sentimentos era útil para a montagem de uma arquitetura política onde a palavra igualdade coexistia com a sua negação. A igualdade existia consumava-se na impotência perante a autoridade, caracterizada, durante anos, por uma rigidez hierárquica durante anos inquestionável.

[160] Citemos o caso da poetisa Alda do Espírito Santo, que depreciava toda a afetividade derivada da mundanidade, por ela considerada fútil. Por maioria de razão, desqualificou a afeição clubística, uma posição politicamente significativa porquanto fora a esse afeto alienado que a elite islenha se rendera no tempo colonial. Em consonância com a voragem ideológica do pós-independência, para ela, não havia lugar para desejos ou paixões banais. Porém, Alda não podia ignorar a existência do Sporting, posteriormente prezado como cadinho de nacionalistas, mas não por ela nem pelos demais dirigentes nos primeiros anos de independência. A aversão de Alda à afeição clubística derivava do interesse na consciencialização política e, mais relevante, na submissão de interesses particulares à devoção ao "seu" partido, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, o que passava pela supressão de solidariedades horizontais (Nascimento 2015). Num certo sentido, o partido era tão "seu" quanto o eram os clubes para os seus conterrâneos.

[161] Melo, 2020, 105.

Já se aludiu, o equívoco dos governantes era o de achar que a gratificação emocional de os seguir no seu desempenho voluntarista sobrepujava aquela que as pessoas retirariam dos despiques desportivos e das paixões clubistas. Terá sucedido assim, mas por pouco tempo. Ao invés das predições acerca da perenidade das vidas e do girar do mundo pautado pelas ideologias, passados anos, o esvaziamento da ideologia trouxe os dirigentes desportivos para o campo do desporto, tentando obter por essa sua conversão ao desporto a simpatia das "massas".

Nestas circunstâncias, as poucas e indiretas palavras sobre o apego aos gostos e, por conseguinte, aos clubes portugueses estavam destinadas à irrelevância. Ignoradas, tais palavras indiciavam o voluntarismo dos mandantes e o respetivo reverso, a saber, a inconsistência disfarçada pelos dogmas da ideologia, pelos quais os chefes se independentistas se queriam obedecidos. À margem deste facto, a simpatia para com clubes portugueses[162] era tão inamovível quanto era politicamente irrelevante. Foi a obsessão totalitária de quem queria inquestionada a sua autoridade que conferiu à afeição clubística, não o cunho político da alienação – que, a existir, também não se apagaria por força das ladainhas ideológicas –, mas a conotação de rejeição das políticas do pós-independência. Essa rejeição cresceria, não por causa da alienação colonialista,

[162] Em Cabo Verde, a Associação Académica da Praia foi o derradeiro clube a oficializar-se na era colonial. A sua história é a da Académica ou Micá de Cá (Casa) Néné, uma equipa de amigos que existiu na década de 1950. Foi na casa do barbeiro Laurindo (Néné) Hopffer Barreto (1915-1973), em Ponta Belém, um ponto de interação social onde passavam boa parte do dia a cavaquear, que a história da Académica da capital começou. A barbearia de Nené atraía por causa do pequeno negócio de cigarro e ponche de mel e de um aparelho rádio, aparentemente, o único, pelo qual a pequena comunidade seguia o campeonato de Portugal.

Acrescente-se, por causa da projeção do futebol, aí surgiu a ideia de organização de uma equipa, a Académica, a qual participava assiduamente nos jogos e torneios ocasionais nos campos dos arredores da Praia. Gabriel Mariano terá sido presidente da Académica, tendo escrito artigos sobre a organização do futebol no arquipélago nos anos 60, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

mas pelos ditames ditatoriais e pelas crescentes assimetrias a que se prometera pôr termo.

Em nome do “homem novo”, ao demandar-se o corte com a afeição clubística, demandava-se às pessoas que se desapegassem da sua vida e das respetivas memórias, a trocar por um futuro que, de início tangível, rapidamente se resumiria à demanda de trabalho e mais trabalho. Não raro, cultivada em circunstâncias árduas, aquela afeição remetia para ligações ao mundo certamente prezadas pelas pessoas.

Também por isso se continuaram a ouvir relatos de futebol dos jogos da antiga metrópole. Sem jornais, sem televisão, antigos colonos e novos cidadãos viam-se, de novo, na circunstância de ter de imaginar a destreza, a habilidade, a entrega e a superação dos seus ídolos, a quem não terão visto jogar, tal como ocorrera nas décadas anteriores.

Se no tempo colonial, nem todos as ações configuravam atos de resistência anticolonial, também depois da independência escutar um relato de um Benfica-Sporting não era resistência aos ditames dos mandantes. Nas cidades como no mato, tratava-se, apenas, de escutar relatos de jogos de futebol. Mais do que de resistência, aliás, inútil contra os sortilégios da história, tratava-se de segmentar a vida, com o que as pessoas se concediam alguns momentos de trégua da “luta” e de descanso das canseiras da estrénua luta pela sobrevivência.

Rebaixado pela ideologia e tido por inútil para a condução das sociedades, o magma cultural relativo ao desporto revelou-se mais importante para as pessoas do que vagos e imprestáveis propósitos ideológicos e políticos. Esse magma cultural era útil para a ocupação do tempo, para a tessitura de laços de sociabilidades, algo para que as ideologias eram rematadamente inúteis, até porque a sua verdade, de vocação hegemónica, mas de base parcial, não

derivava senão da respetiva imposição pelo medo. Além de intuída como falsas, ao comum das pessoas as verdades ideológicas só episodicamente garantiram retribuição emocional equivalente à proporcionada pelos despiques desportivos.

Não sabemos até que ponto os dirigentes independentistas, sem o confessar, não sentiriam incomodados com o facto de o apego às incidências do futebol nas metrópoles coloniais, ou às vicissitudes desportivas dos seus clubes de afeição, poder ser mais mobilizador do que o seu palavreado ideológico. Independentemente de a episódica exaltação com as independências parecer insuperável, em contraponto ao monolitismo ideológico as narrativas do giro do mundo futebolístico pareciam mais duradouramente apelativas.

Fig. 8. Imagem com o emblema do Benfica, Roça Vista Alegre. Fotografia de Augusto Nascimento. 2008.

Se após as independências, o desporto foi subalternizado, porque inútil para a imperiosa tarefa de superação do subdesenvolvimento – pelo que não restava na esfera pública espaço para factos marginais ou minudências intelectuais negligenciáveis –, após o falhanço dos regimes de orientação socialista, o desporto voltou a ter um lugar, concitando de novo a paixão, para que deixaram de existir peias ou baias[163].

Figs. 9, 10 e 11. Sede do Sporting do Príncipe, autocarro do Futebol Clube do Porto e automóvel com o emblema do Sport Lisboa e Benfica. Fotografias de Augusto Nascimento. Século XXI.

[163] Em termos meramente especulativos, relembremos paralelismos entre o futebol e a religião, outro foco da polarização afetiva, que, após o falhanço dos projetos políticos voluntaristas, mormente socialistas, ressurgiu e motivou a transferência da afetividade do chefe e da ideologia para os factos corriqueiros da vida dos africanos. Falamos da religião banal, tal qual é entendida e vivida por populares, que dela, como do futebol, retiram orientações para os desejos e as necessidades do seu quotidiano.

O desporto, inútil para resolver problemas económicos, passou a servir para a distensão social (conferindo um propósito ou, que fosse, previsibilidade às rotinas dos indivíduos) e para a projeção das nações[164].

Figs. 12 e 13. Imagens da comemoração da vitória sobre o Lesoto. Fotografias de Augusto Nascimento. 2012.

E poderá continuar a ter este duplo papel? Poderia pensar-se que sim, até pelo consenso das pertenças que aparentemente emergem na ocasião dos despiques desportivos (além da identificação nacional, também se imagina a de natureza racial ou continental). Porém, cumpre não hiperbolizar o desporto, que poderá pouco, por exemplo, face à violência que ameaça desestruturar Estados e sociedades.

[164] Glosando Mabeko-Tali (2018) e a sua noção de neonacionalismo, a projeção das nações tende a conformar os subalternos com os mandantes. A comunhão com os "nossos" tende a bastar enquanto narrativa para a competição no mundo, de que a disputa desportiva é uma dimensão.

De um certo ponto de vista, comprovou-se que o desporto não tinha alma – menos ainda, uma alma colonialista –, não obstante assim o terem cogitado dirigentes independentistas, que, por exemplo, em Moçambique, obrigaram à mudança de emblema dos clubes para apagar alusões a imaginadas filiações coloniais[165]. Durante anos, também ignoraram o hóquei em patins, quiçá por ter sido o desporto em que colonizador se sagrara campeão do mundo com praticantes oriundos da antiga Lourenço Marques. Afinal, assim o criam também os negros sul-africanos do râguebi jogado pelos brancos do Springboks, pelo menos até à conquista do campeonato mundial em 1995.

Para além da vacuidade destas "verdades", estava em causa a pertença das almas, ou da afeição, politicamente disputada por poderes. Hoje, a identificação afetiva de cariz clubístico não obedece a ditames políticos, antes à mera identificação clubística que, sem mais consequências, segue a história das pessoas, os seus sentimentos e, de alguma forma, uma noção de pertença ao mundo. Tanto se festejam as vitórias dos clubes portugueses, de que se é adepto, como se ostenta a camisola do Real Madrid ou do Barcelona.

Em meados dos anos 80, em São Tomé avassalado pela penúria, concomitantemente ao desanuviamento da pressão política sobre os desejos dos indivíduos, quando começou a chegar *A Bola* ao Centro Cultural Português, a sala por regra vazia, passou a estar apinhada de leitores do jornal[166], facto

[165] A ser exequível seria interessante colocar em perspetiva o peso do desporto e da ação política. Não deixa de ser curioso o caso da Guiné-Bissau – onde se anunciou inequívoca a vitória militar do PAIGC e onde a proclamação unilateral da independência precedeu em meses o 25 de Abril –, onde os clubes, Sporting e Benfica, que ocupavam o centro da urbe desenhada no tempo colonial, aparentemente mantiveram as sedes e os nomes.

[166] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

comprovativo da vanidade do intento de "libertar" as pessoas de paixões futebolísticas, que não interessavam menos, antes pelo contrário, aos jovens do que aos mais velhos. E, esconsa, a desigualdade persistia, porquanto alguns exemplares de *A Bola* iam diretos para as mãos de dirigentes, que tinham passado anos a pregar o catecismo político contra a alienação.

Noutros termos, nas ex-colónias portuguesas, mesmo se calcada pelos ditames dos mandantes, a paixão pelo desporto superou o voluntarismo ideológico dos regimes. Após a falência das ideologias, os dirigentes redescobriram-se adeptos dos emblemas que, a dado passo, tinham renegado[167]. Desde há anos, aos líderes convém fazerem de homens comuns, exibindo o seu interesse pelo objeto de devoção e paixão popular.

A ser assim, manter-se-á a ideia de o campo desportivo ser cenário de afirmação identitária? Diria que a primacial intenção é a da fruição. O que as pessoas procuram na prática do futebol ou na assistência a um jogo será, não tanto a promoção de uma identidade – noção que, por vezes, se afigura mais objeto de culto dos estudiosos do que fito do comum dos jogadores ou adeptos –, ainda que frequentemente a fruição derive da identificação com um emblema, um lugar, um tipo de vida.

Jogando ou apoiando, as pessoas almejarão à participação, mediada que seja pela adesão afetiva a um emblema, pelo acompanhamento do espetáculo e,

---

Em Cabo Verde, no tempo colonial, e independentemente do espaço para o desporto na imprensa do arquipélago, o jornal mais lido era *A Bola* que circularia de mão em mão na Praia desde os anos cinquenta, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

[167] E qual indício de uma possibilidade de comparação entre os idiomas culturais relativos ao desporto e à religião, enquanto ordenadores do quotidiano das pessoas, os mesmos dirigentes que tinham trocado a religião pela ideologia, abandonaram-na assim que puderam e voltaram a marcar presença em atos religiosos.

se possível, pelo triunfo numa prática tornada universal, dando assim nota, se não da afirmação plena da sua condição humana, da valia da realização momentânea de um desiderato pessoal e grupal. Tal pode ser o propósito de pessoas e grupos sem ter de ser conscientemente enunciado.

Retrocedendo no tempo, é certo que uma vitória desportiva – dos colonizados sobre colonos – poderia ser tão mais gratificante quanto o ambiente político e social estivesse marcado pela assimetria inultrapassável noutros domínios da vida. Certamente nos depararemos com revoltas embutidas nos jogos de futebol e nas reações populares, mas teremos mais casos em que, independentemente de conflitos em que as sociedades estavam imersas, os jogadores e adeptos apenas queriam ganhar e lograr a desejada retribuição emocional. Não menos valiosa, porque nem sempre se alcançam vitórias.

NOTAS FINAIS

No tocante às colónias portuguesas, não se imaginaria um processo de desportivização sem a adesão voluntária de africanos, pelo fascínio, ao desporto português. Porém, a "ligação do movimento desportivo local aos clubes metropolitanos instituiu-se como um dos elementos fundamentais da expansão (…) [da] 'narrativa desportiva metropolitana', instrumento de relação social, por via de interações diversas, acumulado nos stocks de conhecimento de um número progressivamente maior de indivíduos". Tal narrativa atida, no essencial, às vitórias dos clubes da metrópole – que integravam moçambicanos –, conquistou "com a ajuda indispensável dos meios de comunicação social, um peso crucial na

cultura popular urbana em Moçambique, não se confinando (…) ao mundo do colono."[168]

Entrementes, e sem pedir anuência ao colono, a adesão do colonizado ao desporto corria por diversos caminhos e diferentes motivações, distintas das imaginadas por estudiosos que querem que a adesão ao desporto tenha sido ou seja forçosamente mais do que isso. No caso dos processos de emancipação em África, deveria redundar na adesão aos seus líderes.

Vejamos, constituindo-se como uma gramática de interação social, trazendo no bojo compensações emocionais, o desporto parece tornar-se indispensável a todas as sociedades. O desporto não é decisivo para o devir histórico e social, mas influencia-o, amiúde de forma inesperada. O desporto não transforma o mundo, mas ajuda à mudança das relações sociais, indiciando a sua eventual transformação, por forçar brechas em sistemas opressivos baseados em categorizações políticas e jurídicas (pretensamente) estanques.

No tempo colonial, no qual assomavam aspirações de emancipação, mesmo se inconscientemente, o comum das pessoas podia retirar do desporto a perceção de que não existia uma intrínseca superioridade racial ou tão somente se congratular com o sonho de justiça entrementes concretizada nalgumas vitórias conseguidas a partir regras iguais para todos.

Da perspetiva de líderes e dirigentes, o desporto tinha uma dimensão pedagógica no tocante às relações entre os indivíduos, designadamente aqueles que, por força da consciencialização, seriam capazes de chegar ao juízo de que as vitórias desportivas eram meramente circunstanciais e que não diziam nada acerca de superioridades e hierarquias impostas pelo colonialismo iníquo. Aliás,

[168] Domingos, 2010.

uma vez lograda a desalienação, os despiques desportivos não corroeriam as relações fraternais entre os homens. Assim o provavam, por exemplo, os Jogos Olímpicos[169].

Esta era uma visão idílica, do tempo em que ainda nem sequer se passara à ação política. Justamente, para certos dirigentes, a ideia de igualdade inferida da prática desportiva não era transitiva para todas as relações sociais e, em especial, para as relações políticas. Por vezes, depois de chegados ao poder, a desigualdade, embora sem motivo aparente – que, não sendo de ordem física, se deveria ao carisma ou a uma inalcançável diferença política, intelectual –, não só era ostensiva, como demandava às pessoas nas sucessivas provas de acatamento e de fidelidade nos rituais políticos.

Num contexto colonial e de afirmação da emancipação contra a subalternidade imposta pelo colonialismo, todas as manifestações conducentes à a rejeição dessa subalternidade pareceram tributárias de uma suposta irmandade daqueles que lutavam contra a dominação colonial… E, adiantar-se-á, para alguns, esse passado de luta bastava como cimento político-social de sociedades saídas de profundas convulsões. Porém, nem sempre foi assim e não se apontará ao desporto um indubitável papel de cimento social.

Independentemente das bandeiras içadas aquando das vitórias ou lugares honrosos nas competições desportivas internacionais, cumprirá duvidar de que as manifestações e os êxitos desportivos ajudem a firmar uma qualquer identidade nacional. Podem ser um cimento de coesão social, momentânea que seja (conforme a narrativa do filme *Invictus*), mormente em países dilacerados e carecidos de referências positivas. Por causa da visibilidade que conferem, megaeventos ou êxitos desportivos de nomeada certamente prestigiarão o estado,

[169] Tal a súmula do pensamento de Cabral, cf. Melo, 2020, 104.

o país ou a nação, o seu chefe, mas não brotam de uma identidade cultural, nem a firmam.

Hoje, até por força da padronização do futebol para efeito de o tornar um espetáculo televisivo, será mais difícil colar uma inequívoca conotação política à prática do futebol. O investimento político na prática desportiva, mormente, um desafio ao poder, pode emergir, mas tenderá a ser marginal ou passageiro. Será mais provável o aproveitamento do futebol pelos políticos no poder.

As relações do futebol e do desporto com a política não deixaram de existir, antes pelo contrário, ter-se-ão acentuado, mas parecem mais abrangentes e difusas – ligadas à rejeição do racismo e da desigualdade de género – e menos dirigidas a causas localmente referidas. No tocante às relações entre desporto e política, parece mais profícuo o caminho de investigação da causalidade recíproca entre implementação e incremento do futebol, ou do desporto, por um lado, e a relativa entropia política e (des)organização social, por outro.

Obviamente, o futebol não explicará o mundo, mas talvez elucide acerca dos limites das nossas convicções acerca do que devendo ser justo, não tem aplicação, ou do que podendo ser lógico, não se mostra verdadeiro. Na prática, não estaremos condenados, queiramos ou não, à desigualdade, umas vezes mitigada, outras vezes surpreendente, entre as pessoas? Como a todos é dado constatar, não estará a diferença indelevelmente inscrita na prática desportiva?

BIBLIOGRAFIA

AAVV, 2005, *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 2005, Praia, Fundação Amílcar Cabral

Baquete, Calisto, 2020, "'Jogos, lazer e repúdio': conexões e identidades em Moçambique (1960-1984)" *in Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.33-47

Bittencourt, Marcelo, 2010, "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.129-130

Borges, Fernando, 2010, "Pontapé inicial: um estudo de caso do futebol no Cabo Verde moderno" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.185-219

Borges, Fernando, 2013, "Olhar para dentro: o desporto e o lazer no interior da ilha de Santiago" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.267-291

Bussotti, Luca, 2013, "Os X jogos africanos de Maputo: o desporto como veículo da promoção da imagem nacional dum país na imprensa local" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.241-266

Charles d'Oliveira, Emanuel, 2023, *O futebol na cidade da Praia na época colonial: percurso de institucionalização*, dissertação de doutoramento, Praia, UNICV

Chaves, Rita, 2005, "O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa" in Chaves, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*, São Paulo, Ateliê Editorial, O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa (aladaainternacional.com), acesso: 17 de junho de 2024

Correa, Silvio, 2013, "As corridas de cavalos na colônia alemã do sudoeste africano (1884-1914)" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.127-152

Correia, Mickaël, 2020, *Uma história popular do futebol*, Lisboa, Orfeu Negro

Domingos, Nuno, 2010, "Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.211-242

Domingos, Nuno, 2011, "O desporto e o Império Português" in Neves, José e Domingos, Nuno, *Uma história do desporto em Portugal*, Matosinhos, Quidnovi, II vol., 51-107

Domingos, Nuno, 2012, *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*, Lisboa, ICS

Domingos, Nuno e Nascimento, Augusto, 2013, "Em torno das práticas desportivas em África" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.7-12, http://cea.iscte.pt/2013/noticias/revista-cadernos-de-estudos-africanos-no26-em-torno-das-praticas-desportivas-em-africa/ DOI: 10.4000/cea.1105, acesso: 6 de Julho de 2013

Drumond, Maurício, 2008, *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Péron*, Rio de Janeiro, Apicuri

Fernandes, Paulo Jorge, 2017, "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas" *in Análise Social*, *52*(225), 828–829, https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017225.05, acesso: 12 de junho de 2024.

Filho, Mário, 2004, O negro no futebol brasileiro, Rio de Janeiro, MAUAD Editora

Fonseca, Vivian, 2010, "Os usos políticos de uma 'África mítica': o caso da capoeira" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.305-330

Fonseca, Vivian, 2013, "Brasil, Angola e Moçambique – diplomacia cultural através do esporte: a capoeira em debate" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.293-310

Gonçalves, José, 2010, "Esporte em Angola: do ultracolonialismo à independência" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.133-158

Graça, Carlos, 2011, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa, UNEAS

"Kôte", Norberto Tavares de Carvalho, 2020, *De campo em campo. Conversas com o Comandante do PAIGC Bobo Keita*, Porto

Mabeko-Tali, Jean-Michel, 2018, *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio (1960-1977). Ensaio de história política*, Lisboa, Mercado de Letras Editores

Mandela, Nelson, 1994, *Longo caminho para a liberdade*, Porto, Campo das Letras

Marzano, Andrea, 2010, "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, p.71-99

Marzano, Andrea, 2013, "Nem todas as batalhas eram de flores: cotidiano, lazer e conflitos sociais em Luanda" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.13-36

Marzano, Andrea e Nascimento, Augusto, 2013, "O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar" *in Tempo*, vol.17, nº34, 53-68, http://dx.doi.org/10.5533/tem-1980-542x-2013173406 (acesso: 12 de junho de 2024)

Medeiros, Eduardo, 2013, "Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos 'sino-moçambicanos'" *in Cadernos de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.43-81

Melo, Victor Andrade de, 2011, *Jogos de identidade. O esporte em Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Apicuri

Melo, Victor Andrade de, 2013, "Pequenas-grandes representações do império português: a série postal 'modalidades desportivas' (1962)" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.129-154

Melo, Victor Andrade de, 2020, *Jogos de contrastes. O esporte na Guiné portuguesa*, Rio de Janeiro, 7Letras

Melo, Victor Andrade de, 2022, "Os clubes e a produção do espaço: por uma geografia histórica do esporte", comunicação apresentada no ENHE, Salvador

Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), 2010, *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri

Memmi, Albert, 1977, *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra

Menezes, Hugo Azancot de, 2017, *Percursos da luta de libertação nacional. Viagem ao interior do MPLA. Memórias pessoais,* Lisboa, Nova Vega

Nascimento, Augusto, 2013a, *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto, 2013b, "Das bancas de matraquilhos ao *campo dos caranguejos*, dos estádios aos terreiros: campos de jogos num espaço microinsular do tempo colonial ao pós-independência" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.177-222, http://cea.revues.org/1166, DOI : 10.4000/cea.1166 ; acesso: 6 de Julho de 2014

Nascimento, Augusto, 2015, "Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza" *in Africana Studia* nº24, Porto, CEAUP, pp.177-202

Nascimento, Augusto, 2021, "A (des)organização social e a indisciplina no futebol do São Tomé e Príncipe independente" *in Africana Studia* nº36, Porto, CEAUP, pp.73-91

Nascimento, Augusto, 2024, "O campeonato de futebol de S. Benedito", comunicação ao IV ENHE, Rio de Janeiro, 3-5 de julho de 2024

Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2020, "Editorial" *in Africana Studia* nº34, Porto, *Culturas populares e urbanas em África*, CEAUP, pp.5-9

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2021, "Editorial" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.5-8

Oliveira, João Nobre de, 1998, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau

Pádua, Mário Moutinho de, 2011, *No percurso de guerras coloniais 1961-1969*, Lisboa, Editorial Avante

Pereira, Aristides, 2003, *O meu testemunho. Uma luta, um partido, dois países*, Lisboa, Editorial Notícias

Pessula, Pedro e Manjate, Bernardo, 2021, "Percurso de vida dos ex-jogadores do Clube Desportivo Matchedje de Maputo" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.109-122

Rei, Bruno Duarte, 2020, *Celebrando a pátria amada. Esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, Rio de Janeiro, 7Letras

Rocha, Aurélio, 2013, "Desporto, sociedade e construções identitárias em Moçambique: uma abordagem prospetiva" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.213-240

Valdigem, Catarina e Santos, Rogério, 2020, "Sebastião Coelho e a construção sonora da angolanidade" in *Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.151-169

Vidacs, Bea, 2010, "O esporte e os estudos africanos" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.33-69

Videira, Manuel, 2021, *Angola. Um intelectual na rebelião,* Lisboa, Guerra e Paz

RESUMOS

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL

Emanuel Charles D'Oliveira
Universidade de Cabo Verde (UNICV – FCSHA)
ecoliveiracv@yahoo.com

A organização e a prática do futebol na cidade da Praia, nas décadas de 1930 a 1950, serviram de veículo de promoção cultural e difusão de modernidades. Além da função desportiva, os clubes dessa modalidade impulsionaram iniciativas socioculturais que marcaram profundamente a população. Romperam com o exclusivismo das coletividades culturais e recreativas elitistas precedentes (do século XIX), tendo as agremiações de futebol assumido a função de principais promotores da cultura e da aproximação entre os diferentes estratos sociais.

Na nossa perspetiva dois clubes desportivos se destacaram enquanto agentes culturais: Vitória Futebol Club, oficializado em 1931 e o Club Desportivo Travadores, em 1939. Ambos liderados por membros da sociedade que, sensíveis à cultura e à modernização da cidade, disseminaram práticas desportivas promovendo, concomitantemente, atividades culturais que proporcionaram à comunidade capitalina o acesso ao teatro, cinema, récitas, música, dança apesar da conjuntura de extrema precariedade.

Palavras chave: futebol; cultura; clubes.

DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL

Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
victor.a.melo@uol.com.br

Amílcar Cabral foi um dos principais personagens das lutas pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, bem como um dos mais destacados intelectuais africanos do pós-Segunda Grande Guerra. Esta comunicação tem por objetivo discutir a presença do esporte em sua vida e obra. Argumenta-se que sua percepção de que a prática poderia ser utilizada como estratégia de mobilização derivou-se de três ocorrências: a) sua experiência pessoal de praticante e público de modalidades diversas, notadamente do futebol; b) sua capacidade de olhar com acuidade para um determinado quadro contextual; c) sua leitura específica do marxismo, a compreensão da necessidade de articular teoria e prática em projetos consequentes que tivessem em conta a peculiaridade do continente africano, a articulação entre a “arma da teoria” e “a prática revolucionária”.Concluímos que Amílcar Cabral mobilizou o esporte no âmbito de um projeto que forjava uma visão de nacionalismo que tinha por base a ideia de africanidade e reivindicava a independência irrestrita. A sua concepção da prática estava plenamente articulada com seu pensamento e visão estratégica: o intelectual a serviço do povo deve aproveitar as possíveis empatias para implementar o processo de tomada de consciência. Além disso, outros motivos o induziam ao uso estratégico da prática esportiva: a visibilidade que concedia aos praticantes, seu potencial para a preparação física, a compreensão de que se tratava de um direito.

Palavras chave: História do Esporte; História da África; Amílcar Cabral.

INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA ”DESCOLONIZE-CIS”

Ineildes Calheiro

UNILAB/Funcap/Cnpq
idafrica@yahoo.com.br

O presente texto objetiva discutir a respeito da pesquisa “DESCOLONIZE-CIS” (contextualizações e resultados), concernente a corpos, corporalidades, gênero, raça, sexualidades e esportes nos PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, realizada (em desenvolvimento) no Ceará/UNILAB, de caráter pós-doutoral, tendo como população as estudantes de origem africana da UNILAB. Teoricamente fundamenta-se nos estudos de gênero, queer e epistemologias alternativas (africanas, latino-americanas e feminismos) e buscou-se conhecer a respeito de gênero, raça, sexualidades/ LGBTQIAP+ e esportes em países do recorte metodológico: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé, buscando saber como se constitui e se experiência gênero no esporte nestes territórios, tendo em questão a força do combate interno à categoria queer/LGBT na maioria dos países do continente, considerando os debates de tradição versus o de contemporaneidade neste contexto. Financiada pela FUNCAP – Fundação Cearence de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Edital de caráter de interiorização, frisando-se que foi necessário o deslocamento da pesquisadora para território africano (internacional) a fim de dar conta da pesquisa, e para melhor compreensão dos resultados, uma vez que, racismo e

queer/LGBTQIAP+ fez parte do estudo, sendo temáticas que apresentou-se com complexidade e estranhamento pela grande maioria da população da pesquisa - mulheres heterossexuais e cisgênero. Com exceções a duas interlocutoras: uma lésbica e um homem-trans, tais categorias foram conhecidas e/ou vivenciadas no Brasil. Dentre os resultados, foi publicado um livro (e-book) de caráter introdutório a estas questões no continente global, focando estudos anteriores da pesquisadora proponente e enfatizando o referencial encontrado, realizado análises de estudos e narrativas; em seguida, foi produzido um filme/documentário (longa) discutindo as temáticas problematizadas, através de narrativas da própria população da pesquisa, que tem o lugar de fala.

Palavras chave: Interseccionalidade; África-PALOP; Gênero/esporte.

GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO

Gustavo Cerqueira Guimarães
Doutor em Estudos Literários, UFMG
Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes da UFMG

Desde quando o intrigante posto de guarda-redes surgiu na Inglaterra em 1871, há cerca de 150 anos, o *goalkeeper* no futebol vem povoando o imaginário dos amantes do jogo ao redor do mundo. Ocupando lugar de destaque nas partidas, o goleiro encarna a antítese do gol. Essa singular personagem é realçada por jogar solitária e usar uniforme distinto dos outros integrantes do espetáculo, seja no Maracanã ou nos campinhos de bairros (Paulo Guilherme, 2006). Este relato de experiência pretende expor parte do processo e os resultados do projeto de pesquisa "Futebol e memória: guarda-redes do Brasil e de Moçambique", apresentado pelo Leitorado Guimarães Rosa/Universidade Eduardo Mondlane ao setor cultural da embaixada do Brasil, em Maputo, Moçambique, com o objetivo de realizar a exposição temporária ao longo da Copa de 2022, no IGR-Maputo. O projeto contou com dois pesquisadores/discentes da Faculdade de Letras/UEM e com a parceria do Museu do Futebol/São Paulo, que disponibilizou parte do rico acervo do goleiro Moacyr Barbosa (1921-2001) – "Tempo de reação: 100 anos do goleiro Barbosa", 2021. No entanto, nesta exposição, a memória de Barbosa ganha outra dimensão ao relacionar com biografias e feitos de outros/as guarda-redes do Brasil – Alisson, Andréia, Bárbara, Dida, Gilmar, Leão, Manga, Meg, Taffarel e Victor – e de Moçambique – Carlos Brüheim, Costa Pereira, Elsa Mavile,

Esmeralda, Kampango, Napoleão, Nuro Americano, Octávio de Sá, Rui Évora e Victor Magaia. Dentre outras atividades desenvolvidas, destacam-se: as entrevistas realizadas com o apoio do Museu do Futebol/SP (2021), originando o videodocumentário “Um goleiro, uma garantia” (2022); o “II Seminário sobre Futebol, Linguagem e Artes”, que recebeu importantes investigadores e agentes do futebol moçambicano para refletirem sobre a memória do futebol; e as pesquisas bibliográfica (livro, artigo, crônica e verbetes biográficos) e iconográfica (fotografia, charge e vídeo). Por fim, destacam-se as visitas técnicas em acervos físicos e digitais nos museus do Benfica e do Sporting, em Lisboa, Portugal.

Palavras chave: Memória Cultural; Literatura, outras artes e mídias; Futebol e linguagem; Goleiros do Brasil; Goleiros de Moçambique.

O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS

Jaftalina César Cuna

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No hodierno, o desporto de alto rendimento se afigura cada vez mais como uma ferramenta que contribui significativamente para quebrar as barreiras socias, raciais e económicas. No presente trabalho nos debruçamos sobre as propostas de desenvolvimento humano a partir do desporto de acordo com o paradigma do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O debate sobre os benefícios desta área centra-se, regra geral, em abordagens macroeconómicas, isto é, não tomam o individuo como centro de análise portanto, não colocam o homem no centro do desenvolvimento.

Partindo de uma análise histórica e com base numa abordagem qualitativa (pesquisa bibliográfica e entrevista-semiestruturadas) complementada numa abordagem quantitativa (análise do agregado familiar, dos dados financeiros, entre outros), e, aliando-se à análise interpretativa dos dados obtidos foi possível constatar que os benefícios do desporto no âmbito do desenvolvimento humano ainda não são encarados de uma forma muito objectiva e com a devida relevância em Moçambique facto que limita o progresso desta área do conhecimento em prejuízo do seu grande potencial enquanto uma ferramenta que entendemos como sendo pertinente para o desenvolvimento humano, pelo que, urge a necessidade

de uma maior aposta na estruturação do desporto nacional para que o mesmo sirva melhor a este desiderato.

Palavras chave: Desporto, Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO?

Manuel Fernando Bila

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No presente estudo pretende-se reflectir sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique a partir de uma perspectiva histórica e epistemológica visando particularmente identificar o espólio teórico existente sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique, analisar a evolução histórica dos pressupostos técnico-científicos existentes sobre esta temática e a sua correlação com a realidade/especificidade moçambicana, e, de forma mais geral contribuir para o debate epistemológico relativamente a esta matéria. Para tal, adoptou-se uma abordagem qualitativa assente na análise bibliográfica e documental, aliada a entrevista semi-estruturada.

Do mesmo foi possível constatar que as políticas públicas desportivas devem ser desenvolvidas em função das potencialidades do desporto ser capaz de gerar o interesse prestígio político de tal forma que estes se possam redundar em ganhos de vária ordem (sociais, económicos ou mesmo políticos) para o "governo do dia", pois, caso contrário, o desporto nacional permanecerá por muito mais tempo ao nível do "estado de coisas", tornando-se mais complexo que o mesmo migre para um problema político. Deste modo, entendemos que inicialmente o desporto

necessite integrar-se com outras áreas científicas e sócio-económicas que sejam consideradas prioritárias, e, paulatinamente vá auferindo a sua "autonomia".

Portanto, para que o desporto migre de um "estado de coisas" e se torne efectivamente um problema político devem-se desenvolver estudos de âmbito epistemológico visando a sua transformação numa nova demanda com a devida relevância social de tal forma que se transforme num novo actor político, e, se faça valer das suas mais díspares potencialidades para a promoção do desenvolvimento humano.

Por fim, entendemos que deve-se abandonar o actual/aparente modelo incrementalista (postura/abordagem empírica) na solução dos problemas existentes e adoptar o modelo racional-compreensivo, este que nos pode fornecer soluções estruturantes sobre os desafios do nosso quotidiano, assentando-os numa base epistemológica e assim produzir-se modelos de pensamento que atendam à especificidade do país.

Palavras chave: Desporto, Políticas Públicas, Epistemologia.

CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE"

Renata Dariva Costa

Doutoranda PPGH-UFSC
renatadariva@yahoo.com.br

O título dessa apresentação é uma inspiração direta a obra de José Mena Abrantes *Cinema Angolano. Um passado a merecer melhor presente* publicado pela Cinemateca Nacional de Angola, em Luanda em 1986. O objetivo da comunicação é trazer alguns dos elementos desenvolvidos na pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina, que aborda questões vinculadas as cinematografias angolanas e as redes de intelectuais entre 1968 à 1992. O país antes da sua independência já possuía obras fílmicas clandestinas vinculadas a questões anticoloniais realizadas por Sarah Maldoror. Após 1975, ano da independência angolana são criadas estruturas estatais como o Laboratório Nacional de Cinema e o Instituto Angolano de Cinema, que se consolida em 1977. Durante o período, a entrada de diversos cineastas e intelectuais de países como Brasil, Cuba, Portugal, entre outros fizeram parte destes aparelhos e que nos auxiliam na análise de elementos vinculados num plano de fundo da Guerra Fria e de outras concepções sobre o fazer fílmico em Angola, como o cinema direto, urgente, terceiro cinema, além dos impasses por um cinema etnográfico na disputa entre os conceitos de Jean Rouch e Ousmane Sembène a partir das obras de Ruy Duarte de Carvalho. Além disso, a comunicação pretende abordar algumas questões vinculadas a questão da banda sonora presente em alguns

filmes angolanos selecionados para a pesquisa e debater políticas sobre a questão do audiovisual em Angola.

Palavras chave: Angola; Cinema; Transnacionalismo.

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991)

Miguel Natchulo Cassinda

Escola Camilo Castelo Branco, Luanda
cassindamiguel@gmail.com

Ao implementar a sua política desportiva em Angola, a massificação – "um desporto para todos" – o MPLA definiu três áreas principais de actuação: o Desporto Militar, o Desporto Escolar e o Desporto no Trabalho. Dentro do projecto de construção do "novo desporto" – "sem alienação" –, a alta competição mereceu atenção especial por causa da imagem de Angola nas competições internacionais. Sendo a principal fonte de recursos para a sobrevivência de uma parte considerável da população, as empresas e unidades militares tiveram um papel fundamental no projecto de "desprofissionalização" do desporto. Logo, ao afiliar os clubes às empresas, dando aos seus atletas o estatuto de trabalhador desportista, estavam, teoricamente, a combater o desporto profissional. Assim, o propósito deste estudo será analisar a estratégia política do Desporto no Trabalho e as dificuldades da sua materialização. A partir da exploração da imprensa e da legislação da época, foi possível perceber que questões relacionadas aos recursos financeiros dos clubes e dos atletas, a má-gestão, a alocação das verbas do Estado de forma equitativa aos clubes, tal como hoje, são assuntos que já preenchiam as pautas das discussões desportivas. Contudo, a tentativa de eliminar o "desporto de elite" por via da associação dos clubes às empresas não passou de um projecto que, na prática, pouco fugia do desporto profissional dos

países capitalistas. Prova disso é que os atletas de alta competição passaram a ter regalias que os diferenciavam dos outros e os clubes que pertenciam às instituições mais poderosas conseguiam os melhores atletas e, consequentemente, os melhores resultados. Foram os casos do 1º de Agosto (clube central das Forças Armadas Angolanas) e o Atlético Petróleos de Luanda (clube da SONANGOL – empresa petrolífera estatal angolana).

Palavras chave**:** Massificação; Trabalhador; Profissionalização.

FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950)

Andrea Marzano
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
marzano.andrea@gmail.com

Apesar da desigualdade e dos conflitos impostos pela situação colonial, festejos mobilizavam amplos segmentos da população luandense. Alguns eram organizados por autoridades governamentais, outros pela Igreja, mas todos envolviam a mobilização relativamente autônoma de parcelas da população, não só de colonizadores como de colonizados.

Do ponto de vista das autoridades, os festejos tendiam a ser interpretados como oportunidades de demonstração e fortalecimento dos laços entre a colônia e a metrópole. Entretanto, as festas podiam assumir múltiplos significados para os seus participantes, divididos em qualificações raciais, condições sociais, categorias jurídicas e pertencimentos culturais.

O objetivo da comunicação será analisar, a partir das páginas da imprensa local, festejos populares de Luanda e arredores entre finais do século XIX e meados do século XX. Como exemplo de festa cívica será abordada a da Restauração, que comemorava, no dia 15 de agosto, a retomada do domínio português, após a vitória sobre os holandeses (1648). Os festejos da Restauração tomavam as ruas com música de fanfarra, bandeiras, balões venezianos, fogueiras, fogos de artifício e salvas de morteiros, podendo haver, também, oferta de banquetes para os pobres. Residências eram iluminadas e enfeitadas, realizando-se cortejos de autoridades e exibições de música e dança de sociedades recreativas, formadas por naturais da colônia. Pretende-se analisar como diferentes estratos da

população africana participavam da festa da Restauração, sem que essa participação representasse, necessariamente, a sua cooptação para o empreendimento colonial.

Dentre os festejos religiosos, serão abordados os realizados no dia 8 de dezembro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, no santuário da Muxima. Embora ocorressem fora do perímetro urbano, os festejos da Muxima atraíam muitos fiéis, que para lá se deslocavam para confraternizar, manifestar sua fé, fazer promessas e donativos. Pretende-se analisar como diferentes segmentos dos naturais da colônia participavam da festa, expressando formas próprias de apropriação do cristianismo e da devoção mariana.

Por fim, será abordado o carnaval. Pelo menos desde meados do século XIX, existiam, em Luanda, divertimentos carnavalescos para todos os gostos e segmentos sociais, desde os desfiles de danças que mobilizavam as populações dos bairros mais pobres, denominados musseques, até elegantes bailes, corsos e batalhas de flores, apresentados como símbolos da civilização e da modernidade. A análise dos festejos carnavalescos incidirá, especialmente, sobre os desfiles das agremiações dos musseques, que expressavam suas visões de mundo, formas de ocupação do espaço, estratégias de diálogo com autoridades e apropriações de elementos da cultura europeia.

Palavras-chave: Festas; Angola; Colonialismo.

DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE

Lucrécio Máquina

Marlino Eugénio Mubai
UEM-Faculdade de Letras e Ciências Sociais
lucreciomaquina@gmail.com
marlino.mubai@uem.mz

A colonização portuguesa em Moçambique, se manifestou em várias formas, incluindo o desporto e lazer. Foi através da colonização portuguesa que foram introduzidas modalidades desportivas e lúdicas de origem ocidental como o futebol, atletismo, box, natação, remo e golf. Estas modalidades ganharam uma popularidade acentuada na sociedade de tal maneira que, até aos dias actuais, quando se pensa em desporto e lazer em Moçambique e África se idealiza o futebol e outras modalidades desportivas trazidas pela colonização. Entretanto, África, por sua vez, possui suas modalidades desportivas, entre elas, o Ntxuva, que combina o lazer e cognição. Este artigo analisa os esforços do governo de Moçambique no resgate do N'txuva, como uma modalidade tipicamente africana. O artigo argumenta que a promoção do N'txuva como desporto lúdico e cognitivo, por parte do governo, tem como objectivo valorizar e preservar os valores culturais desportivos moçambicanos e ou africanos. Através de acções concretas, o governo procura descolonizar o desporto e acentuar a unidade nacional por meio da identidade cultural moçambicana. Com recurso à revisão de literatura, trabalho de arquivo e entrevistas, o

trabalho observa que as acções do governo se definem em dois moldes, a implementação da modalidade N'txuva no festival Nacional dos Jogos Tradicionais e a instalação de tabuleiros do N'txuva em centros de aglomeração de pessoas como mercados, paragens de transportes e escolas.

Palavras chave: Descolonizar; Desporto; N'txuva.

A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA

Elcio Loureiro Cornelsen
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: emcor@uol.com.br

Na 6ª edição do Encontro Internacional Desporto e Lazer em África (EIDLA), realizada em 22 e 23 de junho de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tivemos a oportunidade de apresentar a comunicação intitulada “Hinos de clubes de futebol de Angola e a construção identitária na relação entre desporto e lazer”, que trazia resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde 2020. Tratou-se da análise de hinos e cânticos de dois clubes de futebol de Angola em seu discurso epidítico de caráter laudatório: o Atlético Petróleos de Luanda, fundado em 1980 e originário do Sport Luanda e Benfica, e, respectivamente, o Clube Desportivo 1º de Agosto, também de Luanda, fundado em 1977 por iniciativa do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM). Na edição atual do EIDLA, pretendemos apresentar novos resultados de pesquisa. Para isso, elegemos hinos dos seguintes clubes de futebol que disputam o Girabola na atual temporada: o Clube Recreativo Desportivo do Libolo, fundado em 1942, da cidade de Libolo, localizada na província de Cuanza Sul; o Grupo Desportivo Interclube, de Luanda, fundado em 1976; o Grupo Desportivo Sagrada Esperança, de Dundo, capital da Lunda Norte, fundado em 1976; o Kabuscorp Sport Club do Palanca, de Luanda, fundado em 1994; o Clube Desportivo da Huíla, de Lubango, capital da Huíla, fundado em 1998. A partir da análise comparativa dos hinos desses cinco clubes, constatamos uma diversidade musical

que revela uma riqueza de ritmos, melodias e letras, em parte, inspirados pela música popular urbana e, em parte, pelo canto falado da África Ocidental. Enquanto a música popular urbana, de maneira geral, é suscetível a "efeitos da globalização",[170] como afirma Francisco Carlos Guerra de Mendonça Junior, o tradicional canto falado da África Ocidental, de acordo com a pesquisadora Viviane Melo de Mendonça Magro, é tido, por exemplo, como um dos elementos musicais presentes na linguagem artística do RAP (*Rhythm and Poetry*) como inspiração para sua composição.[171] Por fim, devemos refletir sobre a diversidade do discurso lítero-musical e seus desdobramentos para a construção da identidade clubística e do torcer.

Palavras chave: Hinos de Clubes de Futebol; Angola; diversidade musical.

[170] MENDONÇA JUNIOR, Francisco Carlos Guerra. A música como forma de resistência em Angola: Da música anticolonial ao rap de intervenção. *África*, São Paulo, n. 42, p. 39-60, 2021, aqui p. 49. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/193956/179273 . Acesso em: 02 fev. 2024.

[171] MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o 'Hip Hop'. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.22, n. 57, p. 63-75, ago. 2002, aqui p. 71. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZkVqvrHCqkbKKRTBfmTTYPc/?lang=pt . Acesso em: 02 fev. 2024.

"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010)

Andrade Nzagi
Associação Núcleo Amigos da História (ANAH) / Escola ADPP - Cazenga
E-mail: andradenzagi60@gmail.com

O presente artigo tem como objectivo analisar a onda de patriotismo e sentimento de unidade nacional que se verificou na sociedade angolana, em função da qualificação da selecção angolana de futebol à Copa do Mundo de 2006, e a boa performance da mesma selecção no CAN de 2008. "*O Mundial é uma conquista da paz*", esta frase é um dos títulos dos vários artigos publicados pelo *Jornal de Angola* neste período, que tinham como finalidade a exaltação dos feitos da selecção de futebol. Num contexto em que o país encontrava-se a poucos anos de paz, era necessário que se promovesse o sentimento patriótico e de unidade nacional, é neste sentido que, para além das actividades políticas, surge o futebol como representante de patriotismo durante o intervalo de tempo que vai de 2005 a 2010. Então, é nossa intenção tratar sobre a representação do patriotismo e unidade nacional em Angola neste período, mas olhando para o papel desempenhado pelo Futebol. A análise crítica das fontes, levou-nos a concluir que os bons resultados alcançados pela selecção angolana de futebol neste período, gerou um sentimento de patriotismo no seio dos angolanos que se interessavam pelo desporto nacional.

Palavras chave: Futebol; Patriotismo; Angola.

AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Pedro Pessula
Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Educação Física e Desporto
pessula.fefd@gmail.com

Partimos do pressuposto de que como as repartições desiguais de papéis associadas aos rapazes e às raparigas na família moçambicana são reproduzidas ou mitigadas nas práticas desportivas de lazer. Como refere Castiano (2008), nas zonas rurais os rapazes ainda cedo são educados a ter destreza e força para poder trepar árvores para tirar frutas, poder resistir à dor; por isso, devem ser bravos e fortes. Cedo são lhes exigidos habilidades, não só cognitivas, mas também de domínio corporal, como construir uma casa, cuidar de um rebanho, correr para transmitir notícias a famílias longínquas, saber nadar, pescar e caçar. Enquanto as raparigas devem aprender a conhecer o seu corpo, a saber aguentar com prazer a dor da gravidez, a não serem preguiçosas porque devem trazer água, acordar muito cedo para varrer o quintal, cuidar dos irmãos mais novos, conter-se dos excessos que a vida dispõe. Neste sentido, procuramos caracterizar os papéis sociais que os/as alunos/as desempenham no espaço familiar (em casa) e descrever as concepções de género no desporto escolar. Para concretizar a investigação, foi utilizada uma metodologia mista e comparativa, cujo método de recolha de dados se baseou na entrevista semi-estruturada aplicado a 46 alunos/as, sendo 24 rapazes e 22 raparigas. Os sujeitos foram escolhidos de forma aleatória e possuem idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos. O local de estudo foi nos distritos de Boane e Matutuine nas escolas primárias

completas de Nsime, 16 de junho Boane, Chinonnaquila, Boane Sede e Mailane, localizadas na província de Maputo a sul de Moçambique. Os nossos resultados revelaram que há repartição desigual das tarefas entre os rapazes e as raparigas no espaço familiar, pois as raparigas executam mais as actividades realizadas pelas mães, tias e irmãs enquanto os rapazes executam as actividades realizadas pelos seus pais, irmãos e tios. As práticas desportivas estão assentes na divisão sexual e reproduz o modelo tradicional vigente na família. As raparigas jogam com e contra as raparigas e os rapazes jogam com e contra os rapazes, isto porque pensam que os rapazes e as raparigas por serem biologicamente diferentes têm desempenho diferente e não podem competir em pé de igualdade.

Palavraschave: Lazer; Género; Papéis Sociais.

FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA

Zaida Samuel Cossa
zaidasamuelcossa@gmail.com

Ana Clemente Chikakuda Cossa
anachikakuda@gmail.com

Ao longo da história de Moçambique, o futebol tem desempenhado um papel crucial na identidade cultural do país. No entanto, tradicionalmente, a participação das mulheres nesse cenário tem sido limitada devido a normas de género arraigadas. Este estudo objectiva examinar o impacto das mulheres moçambicanas na promoção da igualdade de género através do futebol, bem como sua contribuição para a preservação da identidade cultural do país. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com mulheres envolvidas na prática e promoção do futebol em Moçambique, além da análise de fontes históricas e documentos oficiais relacionados ao desenvolvimento do futebol no país. Empregou-se abordagem qualitativa para capturar as experiências e perspectivas das mulheres nesse contexto. No geral, argumentamos que as mulheres moçambicanas têm desempenhado um papel crucial na preservação da identidade cultural através do futebol, ao mesmo tempo em que desafiam as desigualdades de género historicamente arraigadas. Suas contribuições têm remodelado as práticas desportivas tradicionais e promovido a inclusão e o empoderamento das mulheres na sociedade moçambicana. Os resultados deste estudo evidenciam o impacto positivo das mulheres na promoção da igualdade de género por meio do futebol, além de destacar sua influência na preservação da identidade cultural moçambicana.

Palavras chave**:** Futebol; igualdade de género; identidade cultural.

CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS

Mauro Armando Adelino Manhanguele
Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory
manhanguelemauro@gmail.com

Marlino Eugénio Mubai
Universidade Eduardo Mondlane
marlinomubai@gmail.com

O futebol tem raízes profundas na história de Moçambique, emergindo como a modalidade mais aclamada, que transcende a esfera desportiva para influenciar a sociedade, política e economia. Desde o período da cidade colonial de Lourenço Marques, agora Maputo, as Associações de Futebol marcaram sua presença, dominando as competições futebolísticas tanto no período colonial quanto no pós-colonial. Contudo, um fenômeno intrigante tem se manifestado nas últimas décadas: a escassez de espectadores e a crescente apatia em relação ao Campeonato Nacional de Futebol em Moçambique, especialmente em Maputo. Este artigo, através do método histórico, explora as razões por trás desse declínio de interesse pelos jogos do Campeonato Nacional de Futebol. O mesmo parte da assumpção de que esta realidade resulta de vários factores, destacando-se a pouca qualidade de muitas partidas, o desafio da globalização que coloca o campeonato moçambicano em competição direta com as principais ligas do mundo, a difícil situação econômica que afecta parte significativa da sociedade e a ascensão de uma nova geração alheia aos clubes nacionais. O artigo conclui que diante deste panorama, torna-se imperativo uma transformação profunda que promova não apenas a qualidade desportiva, mas também busque estratégias

inovadoras para reacender o entusiasmo do público. Sublinha que Moçambique precisa repensar e reinventar o papel do campeonato nacional futebol, adaptando-se aos desafios contemporâneos e reconquistando seu lugar de destaque na cultura desportiva e social do país.

Palavras-chave: Moçambique; Futebol; Adeptos.

LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA

Diênifer Monique da Conceição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
djeny.monique@hotmail.com

Karoline Hachler Ricardo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
karolinehachler@gmail.com

André Luiz dos Santos Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
andrels@ufrgs.br

Elisandro Schultz Wittizorecki
Universidade Federal do Rio Grande Sul
elisandro.wittizorecki@ufrgs.br

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
raqufrgs@gmail.com

Este ensaio teórico pretende debater o lazer como construção identitária, apresentando o Kemetic Yoga como possibilidade. Compreendemos que o lazer não está inerte nas movimentações constantes da realidade. O racismo e outras opressões estão intrínsecos em suas dimensões, manifestações e usos. Assim, “pensar o lazer implica em pensar sua origem, suas relações e de que forma é dimensionado nas sociedades” (Barbosa; Silva, 2011, p. 2). Embora diferentes perspectivas concorram no debate, é notável a hegemonia de processos

conservadores nas formas de pensar e agir o lazer, aproximando-o das ideias de trabalho, mercado, e indústria cultural (Stigger; Myskiw, 2015). Destacamos nosso posicionamento político na contramão de uma postura etnocêntrica, e buscamos, a partir de realidades outras, espremer um conceito dicotômico do lazer, que invisibiliza outras pluralidades com valores, modos de pensar e agir (r)existindo aos mecanismos sociais excludentes. Ao conhecermos o Kemetic Yoga aproximamo-nos de uma manifestação cultural carregada de afrocentricidade (Asante, 2014). Ao reivindicar as origens africanas do yoga, o kemeticismo distingue-se explicitamente do yoga mais popular, comercializado e dominado pelos brancos, criando um espaço de cura e espiritualidade negra (Siddiqui, 2021). O Kemetic Yoga apresenta um avanço no cuidado em saúde da população negra, pois é uma yoga de base africana pensada para estes corpos (Stephany, 2022). Fernandes (2019), professora de Kemetic Yoga, compreende que essa prática faz um resgate social e um trabalho de saúde coletiva nas periferias, pretendendo a ressignificação deste espaço elitizado que o Yoga tem se apresentado. A professora “suleia” as suas aulas através da questão: “como o corpo pode gerar significado social, e como podemos sentir cada violência cotidiana e ainda assim mover além da dor?” (Fernandes, 2019). Nesse movimento, notamos o Kemtic Yoga como um momento de lazer, mas a partir de outros pressupostos. Gomes e Elizalde (2012) compreendem que temos tantas fruições de lazer quanto pessoas no mundo, pois esta fruição é parte da dimensão subjetiva do ser humano, acenando-o como uma via de construção identitária e de redimensionamento das relações. Trata de outra possibilidade de captar o lazer dentre as diversas matrizes de subjetividades, para além das teorias que focam o tempo, o espaço e a obrigação como categorias de análise. Diferente disso, o Kemetic Yoga como lazer, nos parece ser um referencial simbólico que “são formados e formadores dos sujeitos” (Pacheco; Stigger, 2016, p. 135). O Kemetic Yoga, portanto, atravessa o lazer e transcende para a (re)significação e construção identitária.

Palavras chave: Kemetic Yoga; Lazer; Construção Identitária.

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Bruna Tassiane dos Santos Pontes

Daiane Grillo Martins

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rovincente@gmail.com

O tema desta pesquisa consiste na interseccionalidade de mulheres negras na prática do tênis, enquanto lazer em Porto Alegre. O interesse por esse tema surge quando a primeira autora deste estudo, uma mulher negra, iniciou a dar aulas de tênis, ainda acadêmica de Educação Física na UFRGS, em um clube esportivo recreativo e se viu transitando dentro de locais onde não havia negros e negras. E nesta trajetória, se interessou em compreender o lazer e também as possibilidades, perspectivas, relações vivenciadas por mulheres negras. Em 2019, em um estudo da ITF, o *Global Tennis Report* 2019, demonstrou que no Brasil há 2,2 milhões de praticantes, dos 3.873 tenistas profissionais, 1.525 são mulheres, marcadores sociais como classe, raça e sexualidade, entre outros, são invisíveis neste estudo. Partindo do pressuposto que a maioria de tenistas são homens, brancos, nesta investigação, procuramos compreender como as mulheres negras vivenciam a prática de tênis, enquanto lazer. Quando os marcadores de opressão

se sobrepõem às mulheres as coloca mais expostas a situações de vulnerabilização. Neste estudo, utilizaremos a ferramenta analítica da interseccionalidade, utilizadas pelas feministas negras, que dão visibilidades a diversas violações sofridas pelas mulheres negras. Desta forma, o objetivo deste estudo é compreender de que maneira os marcadores sociais compõem o lazer vivenciado por mulheres negras em um clube de Porto Alegre/RS. A presente pesquisa adota como caminho metodológico a etnografia. As informações estão sendo construídas através da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entendemos a importância deste estudo sobre lazer para o campo acadêmico, por colocar uma lupa em direção a interseccionalidades das mulheres para pensar as questões socioculturais que constituem esse tempo espaço da vida.Podendo ainda, contribuir para a qualificação e ampliação dos espaços/equipamentos de lazer para participação efetiva de mulheres negras. Por fim, salientamos a carência de pesquisas sobre esta temática produzidas especificamente por pesquisadoras negras. Como considerações iniciais destacamos que são poucas mulheres negras praticando tênis, enquanto lazer. Observamos que com a introdução de um aplicativo para marcação de jogos e quadras no clube possibilitou uma participação mais efetiva e qualificada das mulheres nos jogos de tênis, havendo mais integração entre elas nas quadras. Também é possível perceber que as discussões de recorte racial são, muitas vezes, preteridas, privilegiando as pautas que contemplam somente as mulheres brancas.

Palavras chaves: Mulheres negras; Interseccionalidade; Tênis.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS

Janaína Fontes

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Carolina Caneva da Silva

Mauro Myskiw

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
janafontes@yahoo.com.br

O acolhimento institucional é uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicada de forma excepcional e provisória para crianças e adolescentes que tiveram direitos violados, negligenciados e vínculos familiares fragilizados. A instituição que promove este acolhimento em âmbito Estadual no Rio Grande do Sul é a Fundação de Proteção Especial (FPE).

Conforme Eurico (2020) a pobreza geracional, causada pelo racismo, impacta com prejuízos para crianças e adolescentes, que dependem da proteção dos adultos para se desenvolverem de forma saudável, repercutindo na dificuldade de garantias de direitos fundamentais como educação, lazer, esporte e cultura nas famílias negras. Segundo o Relatório Anual do NMAP/FPE, em 2023 a população atendida era majoritariamente negra, totalizando 58% das crianças e adolescentes. Quando analisamos essa informação com base na população identificada no RS como de 79% branca, observamos que o acolhimento

institucional continua a cumprir a função histórica de proteger a sociedade das crianças e adolescentes “indesejáveis”, ou seja, há uma inversão da noção de proteção, que corresponde a uma prática higienista e de confinamento das infâncias negras. O objetivo desse estudo é ‘seguir’ o lazer de crianças em acolhimento institucional, tendo como metodologia a etnografia e referencial teórico a teoria do ator-rede de Bruno Latour (2012). Nessa imersão em campo as questões étnico-raciais emergiram na esfera do lazer quando as meninas foram assistir ao filme “A Pequena Sereia (2023)”, cuja protagonista Ariel é negra. Logo nas primeiras aparições da personagem as crianças referiram “Ela é diferente!” “Não tem cabelo laranja!” “Ela se parece com a gente!” “É preta como a gente!” “Tem o cabelo igual ao nosso!” Essas falas acompanharam as meninas durante o filme e depois no retorno para o abrigo residencial em que relataram para as agentes educadoras o que assistiram no cinema. Analisando a repercussão nas mídias sociais sobre protagonismo de Halle Bailey, atriz negra no *live action* da Disney, percebemos que mesmo sendo uma personagem não-humana, sofreu ataques racistas. Entretanto, a representatividade no filme significou para as meninas em acolhimento institucional um reconhecimento de seus corpos expresso nas telas, o que nos permite inferir que personagens clássicas são importantes para a construção de novas operações críticas para as meninas negras, em geral pouco representadas nos filmes infantis. Nesta direção os espaços de lazer tornam-se potentes, estabelecendo-se como ‘momentos de crise’ (Boltanski, 2016), a partir da representatividade negra atualizando a luta antirracista.

Palavras chave: Acolhimento Institucional; Representatividade; Lazer.

PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL

Helcio Herbert Moreira da Silva Neto

Marco Antônio Roxo da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)
helcio.neto00@gmail.com
mroxo@iduff.br

As elaborações de Gilberto Freyre sobre o futebol são paradigmáticas para os estudos a respeito da relação da identidade nacional com a modalidade. A maioria desses trabalhos, contudo, parte do artigo “Foot-ball Mulato”, para estabelecer associações entre a perspectiva do autor acerca do esporte e o conjunto de seu pensamento. O texto, publicado na imprensa durante a Copa do Mundo de 1938, é curto e conecta o estilo de jogo brasileiro com o processo de formação nacional, inclusive com as heranças africanas. Com o objetivo de aprofundar os debates deste ponto, o propósito do presente trabalho é examinar as imagens África em *Casa-Grande & Senzala*, reconhecido como um dos mais paradigmáticos livros do pensamento social brasileiro, sob a ótica das pesquisas acerca dos esportes. O ponto central para a compreensão desses atravessamentos é a homologia entre ancestralidade, corpo e estilo de jogo.

Deriva precisamente deste entroncamento a proeminência da herança africana na tarefa de explicar as singularidades brasileiras na prática do futebol. Embora a modalidade esportiva não esteja no centro da obra, são oferecidos indícios da visão freyriana durante a argumentação a respeito do processo da formação do

país. A iniciativa se insere em um conjunto de esforços para compreender as imbricações entre conceituações sobre a brasilidade, que partem de círculos intelectuais e universitários, e o universo futebolístico no interior da cultura popular. O aumento do alcance dos veículos de comunicação ao longo do século XX proporcionou a circulação desses conceitos e tornou necessário um olhar mais cuidadoso para os circuitos que se formaram com a emergência, principalmente, da radiodifusão.

A proximidade de Freyre com executivos de comunicação de seu tempo é outro fator que estimula essa investigação, uma vez que aponta para a direção de uma influência das concepções sobre o que foi veiculado no rádio e, posteriormente, na televisão. O futebol pátrio se consolidou como um elemento que compõe o imaginário do que o que é ser brasileiro – muito em virtude dos resultados alcançados justamente nos Mundiais, principais competições entre seleções. Encarar o contato de Freyre com a modalidade é fundamental por conta da amplitude que o esporte assumiu. A forma como o autor enxergava a África igualmente pode ter consequências para a cobertura esportiva. Deriva disso também a urgência de reavaliar esse olhar no horizonte interdisciplinar da História, da Comunicação e da Educação Física.

Palavras chave: África; Casa-Grande & Senzala; Futebol.

AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990)

José Eliomar Filho

Mestrando em História (UFBA)
jeliomarfilho@yahoo.com.br

A Revista *Placar*, principal e mais longeva magazine sobre futebol da história da imprensa brasileira foi fundada meses antes da Copa do Mundo de 1970, com o intuito de captar em vendas a efervescência que o torneio de futebol gerava na população brasileira, resultado do bicampeonato mundial e da presença do Rei Pelé no escrete que jogaria no meio do ano em gramados mexicanos. Com isso, a *Placar* realizou uma cobertura jornalística de destaque *in loco*, retratada em reportagens, entrevistas, fotografia, opiniões de analistas. Porém, essa qualidade comprovada ficou restrita às principais seleções, no caso, as sul-americanas e europeias. Os selecionados de outros continentes como o africano (retornando ao torneio com o Marrocos, após um hiato de 26 anos desde o debute egípcio na primeira Copa em solo italiano) foram relegados a último plano na cobertura da revista sendo visto como ingênuos, amadores e sem nível técnico para participar do evento. Essa forma de ver o futebol africano pela *Placar* se repetiu quatro anos depois na Alemanha Ocidental com a participação da seleção do Zaire, havendo uma mudança na percepção em 1978, repetida em 1982, ao posicionar as seleções da África na prateleira dos azarões com alguma chance de surpreender, confirmada com o primeiro triunfo africano em Copas (no Mundial da Argentina) e com resultados inesperados contra fortes seleções (no Mundial da Espanha). Nas últimas duas Copas do Mundo analisadas, 1986 e 1990, a Revista passou a

destacar a melhora das seleções africanas enfatizando principalmente o fato dos jogadores africanos atuarem por clubes europeus e tendo potencial de realizar uma boa competição, como se confirmou no segundo mundial na Itália com a belíssima campanha da seleção camaronesa, reconhecida pela própria revista o seu bom futebol na Copa sendo chancelada como “Camarões à brasileira”. A intenção do trabalho é analisar cronologicamente como o principal veículo de comunicação sobre futebol do país estabeleceu sua forma de percepção sobre a África a partir das suas seleções em Copa do Mundo e como retratou para o seu público-leitor. A percepção eurocêntrica se demonstra pelas escalas de visão sobre o futebol praticado pelos africanos que inicialmente eram inexperientes e mesmo quando analisam um processo evolutivo, estava diretamente atrelado ao contato e aprendizado junto aos europeus.

Palavras chave: Copa do Mundo – Seleções Africanas.

FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964

Daniel Samuel Cossa

Assistente de Pesquisa na UEM e Docente na ESJ
danielsamuelcossa.dc@gmail.com

A prática de futebol no espaço colonial português no período de 1908 a 1964, foi catalisadora da integração social e migração de talentos para Portugal. Este artigo explora a evolução do futebol como agente de transformação social, destacando a união cultural e comunitária que ele promoveu em Moçambique. O artigo também examina o impacto da migração de jogadores moçambicanos para Portugal a nível do espaço colonial Português e global. Através de uma abordagem histórica e sociocultural, o estudo recorre às fontes documentais e análise bibliográfica para apreender as dinâmicas sociais e desportivas do período em análise. Os resultados obtidos revelam que o futebol desempenhou um papel significativo na promoção da interacção entre diferentes comunidades, contribuindo para a formação de identidades colectivas e para a disseminação de valores compartilhados num espaço multirracial marcado por interesses políticos diversos.

Palavras-chave: Futebol; colonialismo; integração.

DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982

Maurício Chipatime e Marlino Mubai

Após a independência de Moçambique em 1975, Samora Moisés Machel desempenhou um papel fundamental na promoção dos jogos escolares como parte de sua visão mais ampla de desenvolvimento e unidade nacional. Reconhecendo o potencial do desporto para promover a coesão e identidade nacional, Machel viu nos jogos escolares um instrumento para unir diversas comunidades e grupos étnicos do país sob uma identidade nacional compartilhada. Os jogos escolares eram vistos não apenas como competições, mas como espaços de convivência e intercâmbio cultural entre estudantes de diferentes regiões e origens. Machel entendia que os jogos escolares não apenas promoviam a saúde física, mas também fortaleciam os laços de solidariedade e cooperação entre os jovens moçambicanos. Através de revisão de literatura e pesquisa documental, esta pesquisa analisa o contributo das edições dos jogos escolares realizados nos anos de 1978, 1980 e 1982 na estratégia de promoção da unidade nacional por parte de Samora Machel. O artigo conclui que os jogos escolares foram usados para combater o tribalismo no contexto da construção duma nova sociedade por meio da juventude sob a bandeira do homem novo.

Palavraschave**:** Desporto; Juventude; Identidade.

POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA

Matheus Serva Pereira
ICS-ULisboa
matheusservapereira@gmail.com

As experiências de sujeitos sociais que não necessariamente pegaram em armas ou se envolveram nas causas nacionalistas-independentistas não constituem, necessariamente, objeto privilegiado de investigação na historiografia que se dedicou aos últimos anos do colonialismo português em Moçambique e no período recém-independente. No entanto, durante as ações da luta armada e os vários congressos realizados, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) debateu o que era - e o que deveria ser - a cultura moçambicana, justamente perpetuada por "pessoas comuns". Os embates sobre esta definição passaram por um exercício duplo de se olhar para o passado e projetar um futuro. Buscava-se uma autenticidade a partir da identificação do que teria permanecido preservado da influência do colonialismo e do capitalismo. Ao mesmo tempo, perguntava-se como a cultura que viria a ser nacional deveria ser desenvolvida, estimulada, valorizada. Neste embate, que permeou o período do colonialismo-tardio (1945-1974) e avançou ao longo do Tempo Samora (1975-1986), artistas Fany Mpfumo, cantor e compositor do que era chamado na época como "música ligeira" ou "música moderna", e que só foi ganhar o nome de marrabenta anos mais tarde, tiveram de manejar suas criatividades e sustento financeiro com os projetos políticos vigentes no país. A partir de uma análise da trajetória artística de Fany

Mpfumo, eleito o “Rei da Rádio” em Moçambique, na década de 1960, e, atualmente, considerado um dos mais importantes músicos da história do país, a presente comunicação pretende promover algumas reflexões sobre a complexidade dos embates existentes ao redor da construção de uma “cultura moçambicana” em uma nova escala de análise.

Palavras chave: Moçambique; Cultura Nacional; Música.

A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE

Dulamito Aminagi

Marlino Mubai
mitodula@yahoo.com.br
marlinomubai@gmail.com

Os desportos de lazer, ancorados em escolhas que os adolescentes fazem, dentro de um universo limitado de brincadeiras geracionais de outra índole, constituem expressões de determinados estilos de vida, manifestados de forma arbitrária, pelos jovens e adolescentes. Entretanto, o seu encaminhamento, em torneios infanto-juvenís e outros, tem caído em desuso. Com efeito, os desportos de rua não tem sido explorados, continuamente, para se apreender *significados indutores* para o panorama da formação desportiva no país. Partindo da revisão de literatura, trabalho de arquivo e de entrevistassemi-estruturadas, a diferentes personalidades desportivas moçambicanas, este artigo procura compreender a relação entre os desportos de lazer de rua e o panorama da formação desportiva em Moçambique. O artigo presta atenção especial ao papel desempenhado pelos torneios infanto-juvenís no processo de lapidação do talento desportivo no país. O artigo conclui que apesar dos torneios infanto-juvenís terem contribuído, significativamente para o fortalecimento dos clubes assim como das diversas selecções desportivas nacionais, contribuindo desta forma no processo de construção da nação moçambicana, a partir da década 90, estes torneios começaram a ser negligenciados, levando a algum marasmo no desenvolvimento do desporto nacional.

Palavras chave: Moçambique; Lazer; talentos desportivos.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

APRESENTAÇÃO

Após os eventos já realizados no Rio de Janeiro, Lisboa (duas vezes), Maputo e Porto, o **Grupo de Pesquisa CORPO** (Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Bahia) organiza o **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África.**

Associam-se à organização deste evento a Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, a Universidade de Cabo Verde, o Laboratório Sport da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense, o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Rede Internacional Desporto e Lazer em África (em organização)

O evento acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2024, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador-Bahia-Brasil. O encontro será presencial e *online*.

O objetivo do **VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África**é a promoção da troca de experiências, opiniões e reflexões entre investigadores e estudantes interessados nas múltiplas manifestações e implicações das práticas de lazer e desportivas no continente africano. Nesta edição, o tema central será – **Desporto e lazer em África: culturas nacionais e suas representações.**

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

VII EIDLA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRESENTATION

Following the events already held in Rio de Janeiro, Lisbon (twice), Maputo and Porto, the CORPO Research Group (Faculty of Education – Postgraduate Program in Education – Federal University of Bahia) organizes the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa.

The Eduardo Mondlane University of Maputo, the University of Cape Verde, the Sport Laboratory of the Federal University of Rio de Janeiro, the Center for African Studies of the Federal Fluminense University, the History Center of the University of Lisbon, the Center for African Studies at the University of Porto and the International Network for Sports and Leisure in Africa (under organization)

The event will take place on the 10th, 11th and 12th of July 2024, at the Federal University of Bahia, in the city of Salvador-Bahia-Brazil. The meeting will be in person and online.

The objective of the VII International Meeting on Sport and Leisure in Africa is to promote the exchange of experiences, opinions and reflections between researchers and students interested in the multiple manifestations and implications of leisure and sporting practices on the African continent. In this edition, the central theme will be – Sport and leisure in Africa: national cultures and their representations.

VII Encontro Internacional Desporto e Lazer em África
DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA: CULTURAS NACIONAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES
10, 11 e 12 de Julho de 2024 - SALVADOR/BA

RIDLA
REDE INTERNACIONAL DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA

PRÉSENTATION

Suite aux événements déjà organisés à Rio de Janeiro, Lisbonne (deux fois), Maputo et Porto, le Groupe de recherche CORPO (Faculté d'Éducation – Programme de troisième cycle en éducation – Université fédérale de Bahia) organise la VIIe Rencontre internationale sur le sport et les loisirs en Afrique.

L'Université Eduardo Mondlane de Maputo, l'Université du Cap-Vert, le Laboratoire des Sports de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro, le Centre d'Études Africaines de l'Université Fluminense, le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne, le Centre d'Études Africaines à l'Université de Porto et au Réseau International des Sports et Loisirs en Afrique (en cours d'organisation)

L'événement aura lieu les 10, 11 et 12 juillet 2024, à l'Université Fédérale de Bahia, dans la ville de Salvador-Bahia-Brésil. La réunion se déroulera en personne et en ligne.

L’objectif des VIIes Rencontres Internationales sur le Sport et les Loisirs en Afrique est de favoriser l’échange d’expériences, d’opinions et de réflexions entre chercheurs et étudiants intéressés par les multiples manifestations et implications des pratiques de loisirs et sportives sur le continent africain. Dans cette édition, le thème central sera – Sport et loisirs en Afrique : les cultures nationales et leurs représentations.

SUMÁRIO

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL 103

Emanuel Charles D'Oliveira 103

DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL 104

Victor Andrade de Melo 104

INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA "DESCOLONIZE-CIS" 105

Ineildes Calheiro 105

GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO 107

Gustavo Cerqueira Guimarães 107

O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS 109

Jaftalina César Cuna 109

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO? 111

Manuel Fernando Bila 111

Bonomar Adriano Macuácua 111

CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE" 113

Renata Dariva Costa 113

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991) 115

Miguel Natchulo Cassinda 115

FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950) 117

Andrea Marzano 117

DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE 119

Lucrécio Máquina 119

Marlino Eugénio Mubai 119

A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA 121

Elcio Loureiro Cornelsen 121

"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010) 123

Andrade Nzagi 123

AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE 124

Pedro Pessula 124

FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA 126

Zaida Samuel Cossa 126

Ana Clemente Chikakuda Cossa 126

CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS 128

Mauro Armando Adelino Manhanguele 128

Marlino Eugénio Mubai 128

LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA 130

Diênifer Monique da Conceição 130

Karoline Hachler Ricardo 130

André Luiz dos Santos Silva 130

Elisandro Schultz Wittizorecki 130

Raquel da Silveira 130

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS 133

Rossana Vincente Ramos 133

Marzo Vargas dos Santos 133
Bruna Tassiane dos Santos Pontes..... 133
Daiane Grillo Martins 133
Raquel da Silveira..... 133
A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS..... 135
Janaína Fontes..... 135
Rossana Vincente Ramos 135
Marzo Vargas dos Santos 135
Carolina Caneva da Silva 135
Mauro Myskiw..... 135
Raquel da Silveira..... 135
PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL..... 137
Helcio Herbert Moreira da Silva Neto..... 137
Marco Antônio Roxo da Silva..... 137
AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990)..... 139
José Eliomar Filho 139
FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964..... 141
Daniel Samuel Cossa 141
DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982..... 142
Maurício Chipatime e Marlino Mubai..... 142
POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA..... 143
Matheus Serva Pereira 143
A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE 145
Dulamito Aminagi..... 145

Marlino Mubai 145

DESPORTO E LAZER EM ÁFRICA. NOTAS DE UMA CAMINHADA…

Por ***Augusto Nascimento***

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Por ***Augusto Nascimento***

Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Ao cabo de aproximadamente uma quinzena de anos, valerá a pena ensaiar um novo balanço da produção de conhecimento sobre o desporto e o lazer em África e, em particular, nos PALOP, levada a cabo por investigadores africanos, brasileiros e portugueses.

Neste texto, baseado em trabalhos destes autores, afora o registo de temas explorados[1], revisitam-se as problemáticas a aprofundar como, por exemplo, a dos caminhos de emancipação e autonomização do desporto e do lazer face à tendencial hegemonia do político[2]. Ensaiar-se-á dar nota das facetas contraditórias dos sentidos políticos embutidos nas práticas desportivas, em particular, na futebolística[3], não para chegar a conclusões, mas para tentar mapear novas possibilidades de pesquisa e reflexão.

Trata-se, pois, de um texto livre, aberto à discussão, tentativamente norteado pelas preocupações acerca quer da importância política e social do desporto e do lazer, quer dos limites cognitivos e político-sociais do conhecimento. Num certo sentido, também se sopesam os atalhos e caminhos pelos quais se tenta escrever a história…

[1] Entre muitas outras questões a desbravar, mencionem-se, por exemplo, a idealização do tempo e a influência do desporto no urbanismo. Esta temática foi objeto de uma explanação de possíveis bases teóricas para a sua investigação por Victor Melo em 2022, no ENHE em Salvador (Melo, 2022).

[2] Porventura, a hegemonia da instância política foi mais notória nas sociedades saídas do colonialismo, nas quais as decisões políticas, com o quê de voluntarismo e de intrusão paternalista nas vidas dos indivíduos, tiveram um maior papel na determinação da existência das várias facetas da vida coletiva e da reprodução social.

[3] Amiúde, falaremos da prática futebolística, cujo efeito de arrastamento social lhe confere maior significado político.

I

ALGUM DO CAMINHO PERCORRIDO…

Uma primeira nota diz respeito ao acúmulo de saber relativamente a uma matéria sobre a qual há anos não se conhecia praticamente nada ou muito pouco, a saber, a prática desportiva nas antigas colónias portuguesas em África, tornadas independentes entre 1973 e 1975.

O relativo atraso do fim do colonialismo português[4], a persistência ou a irrupção de guerras, a aversão dos regimes do "homem novo" ao desperdício do tempo produtivo e, ainda, as visões teleológicas da história militavam contra o estudo da futilidade, ademais pressupostamente tributária da alienação obscurantista e colonial, assunto a que voltaremos. Obviamente, sobravam memórias, mas, na falta de valorização de factos aparentemente banais – pois só as ações dos chefes não o eram –, não tinham sequer por que serem reveladas.

A coleta de dados escorou a hipóteses de interpretação dos percursos nos domínios desportivo, político, cultural, social, económico, umas vezes detetando correlações, outras, dissociações entre as várias esferas da vida coletiva, também por causa da relação das dinâmicas políticas com as condições da prática de desportos nos vários territórios coloniais, entrementes tornados países independentes.

[4] A inferência de que o atraso do colonizador deveria ter causado atraso na disseminação do futebol nas colónias talvez diga mais dos apriorismos das análises do que das características das sociedades e, mais relevante, das dinâmicas de expansão do futebol. Evidentemente, o atraso económico e social implica nas condições em que se pratica o futebol (ver, por exemplo, Nascimento 2013b), mas a sua disseminação pode ter independido de fatores como a riqueza e o suporte político-institucional, o qual, aliás, pode ser sincopado e voluntarista e, por isso, pouco profícuo. Em jeito de especulação, aventurar-nos-íamos a dizer que a especificidade do futebol anula parte do efeito retardador associado ao atraso económico ou, com maior cautela, que a relação direta entre desenvolvimento e riqueza, de um lado, e disseminação do futebol, do outro, não é linear.

Em 2007, Victor Melo apresentou um primeiro projeto para o estudo do desporto em África. O projeto propunha-se indagar o "papel do esporte na construção da identidade nacional e da ideia de nação no Brasil, em Angola e em Cabo Verde".

Em Angola, a identificação nacional observava-se na presença do basquete no quotidiano de Luanda. Tecia-se uma articulação com o contexto internacional, com uma cultura *street*, com o movimento *hip hop* em suas diferentes manifestações (o *b-boy* e o *break*, o *grafite* e a música), artefactos usados para a denúncia, mais ou menos ressentida ou indignada, das injustiças, para a qual se prescindia do discurso político formal que, esvaído de eficácia, já não cativava as pessoas[5]. O basquetebol tornara-se elemento de "uma nova cultura urbana em formação, construída a partir do diálogo do local com o universal". Porventura, dir-se-ia, por força dos títulos de Angola nos campeonatos africanos de basquetebol, novas formas de expressão política tanto podiam ser potenciadas pelas conquistas da nova nação, quanto acabarem submersas pela exaltação generalizada com os feitos desportivos de Angola.

Em Cabo Verde, a temática das vicissitudes da migração de desportistas – alguns dos quais alcançaram lugares cimeiros no desporto internacional – era tratada no cinema, falada e, até, celebrada nas ruas dos povoados. Num certo sentido, o desporto abria-se como mais uma possibilidade de concretização da quase iniciática "aventura" da migração, a que se mostravam (e mostram) propensos muitos cabo-verdianos.

[5] Falidas as ideologias, chegara-se à época de busca e exploração de signos apelativos, com maior potencial de contestação do que os comportamentos dissonantes nos campos desportivos. Todavia, devemo-nos acautelar contra a pronta valorização política da adesão (com o seu quê de espontâneo e de impensada) à criatividade cultural e sopesar os limites dos variados processos de afirmação política, mais ou menos ligados a novas formas de culturas urbanas.

Sobre o Brasil, referia-se a abundante produção sobre "as relações entre esporte e construção da identidade nacional e da ideia de nação"[6]. No bojo dos laços simbólicos "entre o esporte brasileiro e o dos países africanos" estava "a importância atribuída ao futebol na construção cultural e na propagação da imagem do país no exterior". É corriqueira a ideia de que o Brasil foi uma referência para os movimentos nacionalistas: "As letras de um lado e o esporte de outro compunham um quadro de referências de grande utilidade para a configuração de uma identidade já encaminhada para a rutura com os padrões em vigor. Essa projeção seria ainda alimentada pela música"[7]. O tempo mostraria o que não se enfatizara ao tempo das lutas pela independência, a saber, que essa comunhão simbólica era cultivada por elites muito minoritárias das então colónias[8].

Especulando, sopesemos a eventual extensão da comunhão de referentes culturais aos desportivos para efeitos da sua aplicação política: na música poder-se-iam encontrar afinidades, como as da percussão ou dos traços melódicos, mas certamente era difícil carrear para a configuração de uma identidade cultural e política, própria e avessa ao colonialismo, elementos da linguagem universal e tendencialmente homogénea do futebol, mesmo se do singularíssimo futebol

[6] A este propósito, ver, por exemplo, as notas acerca dos laços simbólicos com o Brasil (Rocha, 2013, 234-235). As afinidades podiam ser, sobretudo, extrapoladas, quando não imaginadas, mas não deixavam de ser ponto de apoio para a recusa da dominação colonial e para a afirmação da população negra.

[7] Chaves, 2005.

[8] Acrescente-se a ironia da contradição de o Brasil ser, a um tempo, inspiração do regime colonialista e de quem o contestava, facto indiciador das transformações nos valores políticos e culturais no pós II Guerra.

brasileiro[9]. O que tinha de atrativo o futebol brasileiro? A exuberância técnica ou a epiderme de vários dos seus jogadores?

No terceiro quartel de novecentos, a identificação de elites africanas com o futebol brasileiro teria menos a ver com características culturais subjacentes à forma de jogar ou com identificações raciais do que com o facto de o Brasil ser um vencedor no futebol[10]. Além de o futebol brasileiro ser vitorioso[11], era atrativo por ser outro que não o do colonizador[12]. A possibilidade de identificação com algo para além das fronteiras podia ser importante enquanto desenho das possibilidades de vida sem as peias coloniais.

Mas porque não era o futebol africano o polo de identificação das elites das colónias? Por não ser vencedor, admita-se. Curiosamente, ao tempo, o retrógrado regime colonial português era precoce ao fazer africanos – em especial, Coluna e Eusébio – brilhar no campeonato do mundo de 1966… e não deixava de recolher apoio nas colónias.

[9] Creio ser difícil associar práticas desportivas a idiossincrasias nacionais. Apesar da força simbólica que o futebol brasileiro granjeou durante décadas, será forçado associar uma suposta personalidade brasileira à talentosa espetacularidade do seu futebol durante décadas.

[10] Daí a adoção de nomes brasileiros para batizar agremiações nas colónias não significar necessariamente adoção de propósitos independentistas, conquanto indiciasse a gestação de uma visão do mundo que ignorava o laço colonial. Curiosamente, e em contrapartida, esvanecido o laço colonial, não deixa de ser curioso que a afetividade para com agremiações da antiga metrópole tenha rejuvenescido, se é que alguma vez feneceu…

[11] Este deveria ser o principal móbil da emulação dos nomes dos clubes, do jeito de jogar dos ídolos, como Garrincha (por exemplo, para o caso de Cabo Verde, ver Charles d'Oliveira, 2023), que, obviamente, seria a imitação de um jeito de jogar imaginado a partir de relatos e de notícias invariavelmente redutoras da performance de Garrincha e de outros.

[12] Ainda assim, coexistiriam sentimentos contraditórios, porquanto africanos torciam pelo Benfica e por Portugal. Tais dados obrigam à avaliação do peso político destas dimensões emocionais e afetivas no quotidiano, facto que, após as independências, o monolitismo ideológico, travestido de moral revolucionária, desqualificou ou cerceou fortemente.

Fig. 1. Cartaz com os dizeres “Viva Portugal Viva Salazar / Viva todos os portugueses espalhados pelo mundo / Viva o Benfica”. Coleção particular. Anos 60.

Para complexificar a questão, não seria pequeno o apego aos clubes da metrópole colonial[13], onde jogavam africanos. Será o caso de voltarmos às teorizações e interpretações sobre trajetórias e vidas em razão da desportivização das sociedades.

Segundo Victor Melo escreveu no projeto de 2007, a prática desportiva cunhava uma forma de vida: o mercado ao redor do campo não só fazia uso de

[13] Uma africana, cuja vida foi intensa e duramente pautada pelas andanças da luta anticolonial, mantém uma fervorosa paixão pelo seu Benfica. Até hoje, à mesa, em convívios familiares, não dispensa o acompanhamento dos jogos do clube, cf. *testemunho pessoal, A Nascimento*.

Mesmo outrora, na hora dos desafios futebolísticos, por vezes subalternizavam-se os ressentimentos contra o colonialismo.

imagens para vender mercadorias, como também ajudava a construir e a reforçar sentidos e significados sociais, indicando maneiras de se portar e estimulando a aquisição de hábitos, costumes, atitudes e comportamentos, que, ao arrepio dos ditames paternalistas dos políticos, se não estruturaram vidas, ao menos perduraram para além de factos inquestionavelmente marcantes como as independências. Assim sendo, sem embargo da valia da independência, as incidências da vida banal – por exemplo, do futebol na antiga metrópole – não suscitarão conversas de rua?

Ainda sem sopesar as relações com o político, cumpre enfatizar a adesão generalizada, mormente, as emoções geradas pelos despiques desportivos, razões pela quais o desporto prevaleceu sobre outros desempenhos lúdicos e culturais. A este respeito, os políticos – incluindo os que elegiam e reservavam para si mesmos as emoções advindas do exercício de poder – estavam iludidos acerca da valia do seu pensamento político enquanto enquadramento de imaginadas identidades e, consequentemente, de supostos valores para os seus concidadãos.

Para o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, anunciado para dezembro de 2008, em Braga, foi enviada a proposta de grupo de trabalho que aludia ao lazer, sem deixar de reconhecer a centralidade do futebol: "O esporte, o lazer e a diversão nos países de língua portuguesa"[14]. Escreveu-se: "Mesmo que já não seja mais propriamente uma novidade, podemos afirmar que não são muito os pesquisadores ligados às Ciências Sociais que se dedicam a discutir a importância do esporte, dos momentos de lazer e das práticas de diversão na história e no cotidiano dos Países de Língua Portuguesa, ainda que tais temas estejam entre os mais importantes em diversos contextos históricos,

[14] A proposta foi subscrita por Victor Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento.

tendo suas configurações articuladas com as dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas das nações. Destacamos o fato de que tais práticas fazem parte do patrimônio cultural de um povo, plenamente articuladas com uma cultura específica e sendo importantes ferramentas na construção de identidades: de classe, de gênero, de etnia, ligadas a construção da ideia de nação. Em nossos países, essa importância parece acentuada pela grande presença do futebol em nossa formação cultural."[15]

Ainda sem uma clara assunção da vertente do lazer, os Encontros Internacionais sobre Desporto em África começaram em 2010 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao tempo sobretudo focados no desporto e, mais particularmente, da sua história no continente africano.

Em 2010, apresentaram-se os primeiros estudos parcelares alusivos a vários países, antes colónias portuguesas. A primeira publicação coletiva[16] continha textos de Richard Giulianotti e Bea Vidacs, com visões panorâmicas sobre o desporto em África e recomendações teórico-metodológicas para uma melhor compreensão do desporto no continente. Além de estudos sobre o desporto em vários países, apresentaram-se estudos sobre a problemática do racismo no desporto na América Latina e sobre uma disputada herança pressupostamente africana, a da capoeira, no Brasil.

Um novo projeto iniciou-se em 2011, "O sport que virou esporte, o sport que virou desporto: as experiências (d)esportivas em países lusófonos" e, em junho de 2012, realizou-se novo evento, a II Conferência Internacional sobre o Desporto em África, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

[15] Hoje, relativizar-se-ão estas asserções, com que, em todo o caso, se abriu um caminho.

[16] Melo, Bittencourt e Nascimento (orgs.), 2010.

Num novo livro coletivo, de 2013, anunciava-se a intenção de ampliar o horizonte: a "temática do esporte e do lazer sugeriu e sugere novos voos e olhares, novas correlações e novos desafios". Procurou-se explicitar a vocação para a diversidade que o objeto demandava. A aproximação entre o desporto e o lazer confirmava e reforçava tal objetivo[17]. Além de uma síntese acerca da desportivização no dito império português, em muito pautada por dinâmicas sociais que iam para além das intenções ralas e inconsequentes do poder colonial, assinalem-se textos sobre modos de vida urbanos, em Luanda e Lourenço Marques.

Aos do Rio de Janeiro e de Lisboa, sucederam-se congressos, de novo em Lisboa, em 2014, de volta ao Rio em 2016, um em Maputo em 2018 e, ainda, o do Porto em 2022. Arrostando com diferentes circunstâncias – desde as das evoluções políticas às da pandemia –, estes encontros adquiriram vários formatos, na procura do alargamento do seu carácter internacional. Um dos seus eixos foi o do diálogo entre estudiosos de diversas origens e formações acerca das práticas desportivas em África.

Por via da colaboração no estudo do desporto em África, erigiram-se projetos e, afora livros de autor – de Victor Melo, sobre Cabo Verde[18] e Guiné[19], de Nuno Domingos, sobre Moçambique[20], e sobre São Tomé e Príncipe[21] –

[17] Nascimento, Bittencourt, Domingos e Melo, 2013.

[18] Melo, 2011.

Entrementes, Emanuel Charles d'Oliveira fez a sua tese de doutoramento sobre a institucionalização do futebol na Praia, capital da colónia de Cabo Verde, Charles d'Oliveira 2023.

[19] Melo, 2020.

[20] Domingos, 2012. Sobre os territórios coloniais ver Domingos, 2011.

[21] Nascimento 2013.

publicaram-se também números especiais de revistas científicas, mormente nos *Cadernos de Estudos Africanos*, *Análise Social* e *Africana Studia*, afora um número de *The International Journal of the History of Sport*[22].

Um balanço foi esboçado por Andrea Marzano e A. Nascimento em 2013[23]. Ao tempo, avançou-se a ideia de que o relativo alheamento do estudo das temáticas desportivas se devera ao facto de estas temáticas não serem consideradas cruciais para o desenvolvimento de África, encarado de uma perspetiva economicista. No tocante às ex-colónias portuguesas, não só estas ideias tinham prevalecido por via do ideário de coloração marxista-leninista, como laborava a presunção de que todos os problemas seriam resolvidos pela abordagem ideológica partilhada pelos chefes dos movimentos de libertação chegados ao poder. Com o suporte da aparente congruência da narrativa marxista sobre o inexorável devir da história, o foco das propostas de vida incidia nas medidas económicas e, mais particularmente, no trabalho produtivo, que deveria concitar uma entrega própria de uma devoção terrena a bem do dito "povo", na realidade, dos chefes.

Com data de 2013, publicou-se nos *Cadernos de Estudos Africanos* o dossiê "Em torno das Práticas Desportivas em África", editado por Nuno Domingos e A. Nascimento. Para além da valia do estudo do desporto para mais preclaro entendimento das múltiplas situações da história colonial, lembrava-se que o "enfoque no desporto permite também aceder às vivências de grupos sociais menos estudados, acerca dos quais há menos fontes e informação disponível." No

[22] Football and Colonialism in São Tomé: The International Journal of the History of Sport: Vol 35, No 4 (tandfonline.com), acesso: 9 de outubro de 2023.

[23] Marzano e Nascimento, 2013.

caminho das investigações estava a "pluralidade de significados culturais, sociais, económicos e políticos associados às práticas desportivas em África"[24].

Em 2017, na *Análise Social*, foi publicado um dossiê "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas", editado por Paulo Jorge Fernandes, que historiava os avanços entrementes conseguidos numa área que, até pouco anos antes, não merecera atenção[25].

Em 2018, realizou-se em Maputo, a 8 e 9 de novembro de 2018, o V Encontro Internacional Desporto e Lazer em África, sob o lema "Vivências coloniais e dinâmicas nacionais", organizado pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, com a colaboração da Escola Superior de Ciências do Desporto, da Universidade Eduardo Mondlane. Nesse evento de Maputo, vincou-se o alargamento do objeto ao lazer, passo para novos enfoques sobre culturas populares e urbanas e, noutro plano, para o alargamento do diálogo entre elementos do grupo e outros interessados – incluindo atores com percurso desportivo e com papel na definição das políticas para o desporto no Moçambique independente[26] – sobre os significados políticos, e não só, de atividades culturais e de lazer em África. Na sequência deste evento em Maputo, o lazer e as culturas populares urbanas, por um lado, e o desporto, por outro, vieram a merecer dois números especiais da *Africana Studia*, o nº34, dedicado às culturas populares e urbanas em África[27], e o nº36, dedicado ao desporto e poder em África[28].

[24] Domingos e Nascimento 2013, 12.

[25] Fernandes, 2017.

[26] Joel Libombo, político, e Altenor Pereira, atleta e dirigente desportivo, forma entrevistados pelo jornalista João de Sousa para a *Africana Studia* nº36, 2021, 146-162.

[27] Nascimento e Rocha, 2020.

[28] Nascimento e Rocha, 2021.

Por fim, realizou-se, em 2022, o VI Encontro Internacional na Universidade do Porto, que contou com mais investigadores de países africanos.

Entrementes, procuramos a densificação dos laços de colaboração em torno do estudo destas temáticas, tendo proposto a criação da *Rede Internacional Desporto e Lazer em África*, cujo sítio se encontra em construção, https://ridla.hypotheses.org/.

ALGUNS RESULTADOS DE MÚLTIPLAS INVESTIGAÇÕES

Um primeiro resultado da aposta na investigação sobre o desporto em África, sobretudo, nas antigas colónias portuguesas, foi o acréscimo de conhecimento sobre as múltiplas facetas de uma atividade que se desenvolveu apesar dos óbices do colonialismo[29]. Retomando uma expressão de há anos, ainda há muito campo para desbravar, mas importará dizer que também já se percorreu algum caminho.

Sem possibilidade de ser exaustivo, relembre-se aqui alguns dados ilustrativos do conhecimento entrementes adquirido da história do desporto nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Sobre Cabo Verde, temos os estudos sobre o golfe como marca identitária da ilha de São Vicente, feitos por Victor Melo[30], a que se juntou o estudo do

[29] Não se desprezará a dificuldade política e económica de criar e manter clubes em contextos coloniais, em grande medida pela inércia da aversão do regime colonial à diversificação da vida coletiva e social. Porém, não só se encontram escolhos e dificuldades comparáveis noutras sociedades – tanto na antiga metrópole colonial, como, por exemplo, no Brasil, que se tornaria uma potência futebolística – como eles não foram menores em vários países independentes.

[30] À margem de perspetivas estéreis pela imputação de uma diferença irredutível onde ela não tem de existir, a perspetiva de Melo acerca de Cabo Verde, mormente, de São Vicente, parece-me ajustada e preclara: não se trata de recriar, trata-se – por força da relação que se tem com o

futebol na ilha de Santiago por Charles d'Oliveira. Este estudo versa sobre a institucionalização do futebol, para o que o autor carreou elementos de cariz etnográfico, memorialista e documental. E a institucionalização do futebol logrou-se a partir de uma miríade de atos e vontades de protagonistas, que nem sempre antecipavam os seus resultados. Na ilha de Santiago, ainda antes da sua oficialização, a par do Vitória, o popular Travadores dinamizou a vida desportiva da cidade da Praia. Inicialmente, devido à origem humilde dos seus jogadores, foi olhado como uma equipa do povo, em contraste com o elitismo dos vitorianos. Os jogadores eram maioritariamente pescadores da Achada de Santo António, outrora um modesto bairro apartado da cidade[31]. Cumpre notar, e esta é outra especificidade do futebol, que as clivagens sociais inscritas nos percursos e nos patrimónios materiais e simbólicos dos clubes não são absolutamente determinantes da mutante aceitação social dos clubes.

No tempo colonial, podia ter-se como único fito lutar-se pelo futebol. De alguma forma, a institucionalização do futebol na Praia deveu-se ao empenho de indivíduos que tinham na prática do futebol o reconhecimento público na pequena cidade. Num contexto histórico constrangedor, esforçaram-se por importar modernidades relevantes para o quotidiano local[32]. E, perguntemo-nos, a

mundo devido ao contacto com os navios ou por porosidade cultural fomentada pela literacia – de jogar, de mostrar competência para fazer o que se faz noutras partes de mundo. E assim se joga uma cartada na afirmação da civilização dos da terra, que se equiparam aos colonizadores (a este propósito, ver Melo, 2010). Neste caso, estaríamos perante um particularismo decantado num tirocínio histórico, arvorado na ilha e pelos da ilha, fundava-se numa prática desportiva.

[31] Charles d'Oliveira, 2023.

[32] Charles d'Oliveira, 2023.

institucionalização do futebol por força da movimentação na base da sociedade não seria uma fresta aberta pela livre iniciativa num contexto ditatorial?

Em São Tomé e Príncipe, até pela conveniência de dar nota de progresso, governadores coloniais tiveram opções divergentes do ascetismo do regime salazarista. Nos anos 30, o governador Vaz Monteiro decapitou o associativismo político ilhéu, mas apostou na promoção do futebol, tendo induzido a institucionalização dos clubes. A aposta no desporto integrava-se no desígnio da observância da ordem política e da compartimentação social típicas de uma sociedade colonial gizada de acordo com os paradigmas racistas dos anos 30. Por força dos constrangimentos sociais – nomeadamente, a rarefação da população citadina e a hegemonia das plantações –, daí não proveio uma prática regular do futebol. Mas existiam clubes desportivos.

Fig. 2. Campeonato corporativo, equipa de S. Tomé e Príncipe. Coleção particular. Anos 60/70.

Após os trágicos eventos de fevereiro de 1953, em maio de 1954, do programa da visita do presidente Craveiro Lopes – intenção de esquecer os agravos derivados da perseguição aos ilhéus movida pelo ex-governador Gorgulho – constou uma festa desportiva no estádio Sarmento Rodrigues[33], denominação que indiciava o quão rala era a disseminação da prática desportiva federada[34].

O futebol tornou-se regular no ocaso do colonialismo. No âmbito das políticas de promoção da mão-de-obra e de amenização das condições de trabalho veio a ser promovido um campeonato corporativo.

As festas desportivas vieram até ao pós-independência. A celebração tenderia a apagar as crescentes contingências e percalços da atividade desportiva regular. Por entre sucessivas dificuldades, o recurso a eventos desportivos comemorativos indicia quer a debilidade do campo desportivo após a independência, quer a aposta governamental na propaganda e no manejo dos laços sociais atidos às práticas desportivas e à respetiva fruição pelos cidadãos.

No tocante à Guiné-Bissau, Victor Melo procurou indagar os sentidos atribuídos à prática desportiva entre 1949 e 1961. Com base na imprensa local, atentou “nas representações moldadas a partir de interpretações evocadas pela administração governamental”. Nesse território, onde, também por força da tardia ocupação colonial, as ações para a criação do desporto tardaram, sobretudo se

[33] *Boletim Geral do Ultramar* nº347, maio de 1954, p.10. Terá sido neste festival desportivo que Quintero Aguiar, elemento do funcionalismo local, que mais tarde almejaria a independência, participou como instrutor das classes de ginástica e como árbitro, ou fiscal de linha, tendo festejado um golo do Sporting, clube da sua afeição.

[34] Diferentemente da prática popular nas ruas e nos mais diversos lugares, que sobrevive até hoje; a este respeito, ver Nascimento 2013b.

comparadas com as das demais colónias[35], "as visões da época sobre a contextualização do fenómeno desportivo (…) seriam largamente tributárias da adoção do luso-tropicalismo enquanto discurso legitimador da manutenção dos vínculos coloniais"[36]. Concomitantemente à disseminação do jargão luso-tropicalista[37] – que, adiantemo-lo, não convencia ninguém que devesse ou importasse convencer –, alguns governantes tomaram-no como apoio da sua política. Foi o caso do governador Sarmento Rodrigues, personagem alinhada com desideratos políticos inferidos das ideias luso-tropicalistas. As condições económicas da Guiné não permitiam a autossuficiência dos clubes por falta de um mercado do entretenimento. Logo, sem sustentação, o incremento do desporto implicava uma relação a um tempo clientelar e paternalista com o Estado colonial.

Fosse como fosse, o desporto cabia numa política colonial tendencialmente menos agressiva e belicosa. Na Guiné, guiada por tais princípios ou cautelas, em meados de novecentos a administração portuguesa fez-se acompanhar de um desenho urbanístico, onde avulta a centralidade do complexo desportivo. Tal tornou Bissau uma cidade algo diversa do que teria resultado de rascunho das décadas precedentes, quando o veio autoritário do colonialismo invocava o

[35] Melo 2020, 32.

[36] Victor Melo recenseado em Fernandes, 2017.

[37] Alvo de inúmeras críticas, o luso-tropicalismo pode ser considerado uma quase teoria. Mas renomadas teorias – por exemplo, a dos modos de produção, criada para conformar a evolução histórica à narrativa ideológica – revelaram-se tão falhas de adesão à realidade quanto o luso-tropicalismo. À época, o luso-tropicalismo parece ter tocado, sobretudo, alguns governantes portugueses. Mais recentemente, concita a crítica de muitos estudiosos, que se sentem impelidos à denúncia do que terá constituído uma explicação avessa à realidade.

higienismo para justificar a demolição de habitações de africanos do centro das cidades[38].

Ao tempo, o peso crescente do futebol não fez esquecer as lutas tradicionais, elevadas a modalidade simbólica da província, de acordo com a ideia de respeito pelas peculiaridades locais. Numa inversão do que pautara o colonialismo na Guiné até meados de novecentos, o desenvolvimento do desporto também se deveu à ação da Mocidade Portuguesa e ao alargamento do ensino. A diversificação da oferta de lazer nos anos 60 seria coarta pela insurgência militar independentista, que cercearia seriamente o domínio colonialista do território[39].

A propósito das situações coloniais, Marcelo Bittencourt ponderou que "para uma visão mais detalhada e realista dos laços sociais em contextos de dominação e, na circunstância, nas antigas colônias portuguesas, o estudo sobre o esporte pode contribuir para o questionamento da oposição binária entre colonizadores e colonizados, tão em voga na análise da situação colonial"[40]. Tal aplica ao período do colonialismo moderno em Angola, grosso modo coincidente com a difusão dos desportos modernos.

Recuando no tempo, Andrea Marzano estudou as primeiras associações, as formas de sociabilidade aí cultivadas, as festas de rua e as clivagens implicitamente expressas nessas ocasiões desde finais de oitocentos a meados do

[38] Cumpre dizer que a expulsão dos subalternos de espaços nobres das cidades não se cingiu às cidades coloniais, sendo uma tendência urbanística ocorrida em cidades europeias.

Uma representação cartográfica dos espaços que serviram (e servem) de recintos desportivos poderia ser sugestiva, até para avaliação de dimensões históricas e das atuais dinâmicas sociais em Bissau.

[39] Melo, 2020.

[40] Bittencourt, 2010, 129-130.

século XX, quando a conjuntura política internacional se alterou e o paradigma colonialista perdeu validade.

Em conformidade com a renovação historiográfica de há décadas, a autora supera um esquema analítico ligado à (justa) crítica do colonialismo, mas forçosamente limitado porque tendencialmente maniqueísta. Atente-se na Luanda colonial, onde, segundo ela, "as práticas esportivas evidenciavam conflitos entre colonos e nativos, mas também preconceitos e divisões entre estes últimos. O Atlético tendia a agregar as famílias angolenses melhor situadas social e economicamente, enquanto o Operário Football Club era marcado pela presença de africanos dos estratos sociais menos favorecidos."[41] Andrea Marzano não só salientou as diferenças entre colonos e colonizados, como realçou as diferenças entre estes.

Na contramão de uma história baseada na noção instrumentalizável de "povo", para épocas posteriores Marcelo Bittencourt enfatizou o também difícil quotidiano daqueles que lutavam dentro dos marcos da legalidade, angolanos e não só[42], mormente nos centros urbanos, onde se permitia a ação do associativismo e, em particular, do desportivo.

Da valorização da política, mormente da insurgência em armas, decorreu a desvalorização dos demais tipos de afirmação anticolonial ou de reivindicação (não raro, difícil) da cidadania em contexto colonial. Quem reivindicava por meios legais não deixava de ser e de se sentir angolano. Acrescentaria, com os mesmos sentimentos e direitos dos que enveredaram pela luta armada. Note-se, não só os

[41] Marzano, 2010, 71-99.

[42] As dificuldades eram uma constante. Pense-se, por exemplo, no empenho de Sebastião Coelho na promoção da música e da cultura angolanas durante o regime colonial, vindo a deixar Angola após a independência, eventualmente por não ter vislumbrado espaço para a música angolana ou para si. Sobre Sebastião Coelho, ver Valdigem e Santos, 2020, 151-169.

exemplos se podiam multiplicar nas várias situações coloniais, como as clivagens de então persistiram depois da independência, quando já não operava a pressão do poder colonial.

Como seus antepassados, incumbindo-se da representação dos angolanos, os dirigentes esportivos dos anos 1950 reivindicavam, recorrendo ao discurso colonial que, ao tempo, postulava a inexistência de discriminação racial nas colónias. A partir da ideia de que os naturais de Angola eram portugueses, pugnava-se pela igualdade de direitos. A feição ditatorial e a consequente ausência de espaços formais de ação política, como os partidos, contribuiu para que os clubes esportivos se tornassem locais de discussão política, embora não forçosamente anticolonial[43].

Num texto considerado tributário da aproximação à história cultural, sobre as vivências quotidianas em Luanda no ocaso do colonialismo, Bittencourt mostrou como os mais pobres interpretavam o fenómeno desportivo, dedicando-se à prática do futebol, que ganhou uma popularidade superlativa em articulação com os meios corporativos da cidade"[44]. Ao tempo, expandia-se o mercado capitalista, através da promoção do desporto nos musseques conjugado com a do consumo de bebidas, mormente da falada cerveja Cuca[45].

[43] Ver síntese em Marzano e Nascimento 2013.

Em todo o caso, contra o voluntarismo político que escora certas narrativas históricas, será prudente admitir que a maioria das conversas no balneário ou num recinto de baile não versassem sobre política.

[44] Fernandes, 2017.

[45] Afora o alargamento do mercado em Angola, a *Cuca* procurou outros mercados. Pelo menos, por uma vez, efetuou uma operação de *marketing* em Cabo Verde. Abílio Macedo, comerciante, também presidente do Boavista e representante da *Cuca*, lançou a cerveja no campo da Várzea. Dois grupos, em coro e à vez cantavam "oh nho Abílio, oh Macedo" e "*Cuca*, *Cuca*, *Cuca*". Corria o jogo entre o Boavista e a Académica de Mindelo (Charles d'Oliveira, 2023).

Atentar no processo de desportivização permite vislumbrar além dos espaços institucionalizados de atuação política e acrescentar perspetivas à da ênfase na luta armados. Esta abordagem tem renovado as narrativas da história da Angola contemporânea e não só.

Apesar do foco futebol dos subúrbios da então Lourenço Marques, capital da colónia de Moçambique, a versatilidade teórica e metodológica e o novo olhar sobre aquele futebol fazem do texto de Nuno Domingos uma obra seminal, pela qual, independentemente de eventuais divergências, forçosamente se tem de passar.

O "estudo da evolução das práticas e consumos desportivos em Moçambique procurou recuperar uma história perdida do desporto africano". À margem do desporto dos europeus, "práticas de lazer e de performances físicas" revelavam "o modo como, dentro das contingências dos processos históricos" os dominados "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência". Em todo o caso, podendo estarem invisivelmente presentes alternativas políticas, não é evidente que a esse lazer e nas performances físicas se associasse uma consciência política estrita, mormente a nacionalista…

Foi "no final da década de 1950 que o estado colonial, face à evolução da situação internacional, decidiu que o desporto devia também ser um exemplo da "excecionalidade portuguesa", o que foi levando ao termo da discriminação[46]. Durante anos, o acesso ao futebol do colono estivera vedado a jogadores indígenas e, até, aos ditos assimilados. Se alguns destes conseguiram ingressar no futebol federado, tal "facto não se deveu a um abrandamento do racismo colonial, mas ao modo como o próprio jogo instituiu uma lógica minimamente

[46] Domingos, 2010, 211-242.

meritocrática que conduziu a que os clubes não fossem insensíveis a alguns talentos suburbanos"[47].

Num certo sentido, não se poderá falar de uma lógica minimamente meritocrática sem aludir à colisão com o racismo. Era mínima, certo, por respeitar a um domínio marginal da vida social, mas tornar-se-ia rapidamente um critério decisivo para os clubes. E, num contexto internacional crescentemente anticolonial, a desportivização, antes sem importância, passara a tê-la. É nesse sentido que aponta Domingos ao aludir ao idioma de que se entreteciam as relações sociais. Perguntemo-nos, em que medida ao falarem de futebol, colonos e colonizados não tinham de, ao menos implicitamente e independentemente do que lhes fosse dado pensar ou sentir, sopesar a sua condição?[48]

Afinal, como aponta Domingos, a hegemonia da antiga narrativa metropolitana, "consagrada diariamente nos *stocks* de conhecimento e nos repertórios da interação dos moçambicanos, não cessou com o fim do domínio português em Moçambique". Arriscaria dizer, seria aliás estranho que tivesse cessado. A ser o caso, seria provavelmente mais um efeito das injunções do poder[49], apostado em remodelar a natureza humana, do que das inclinações afetivas das pessoas.

Fosse como fosse, após a independência, em 1975, os clubes da "baixa" foram nacionalizados. O regime independentista, politicamente voluntarista e

[47] Domingos, 2010.

[48] Por um lado, a impossibilidade da ponderação da condição do outro, colonizado ou colonizador, ficou explicada na obra de Memmi (1977). Por outro, talvez estejamos a abrir a porta a questões infindas e a investigações inexequíveis... Provavelmente. Mas fica a nota acerca da imensa variedade de situações dos indivíduos, colonos e colonizados.

[49] Afinal, lembre-se a deferência dos políticos de Moçambique para com Eusébio.

ideologicamente monolítico, obrigou à alteração dos nomes dos clubes que remetiam para a mundividência portuguesa. Não obstante, adianta Domingos, os moçambicanos continuaram a mostrar-se interessados em reproduzir, nas suas práticas quotidianas, a antiga narrativa metropolitana[50]. Mais do que a nostalgia colonial, a manutenção deste interesse refletia o papel do futebol no processo de estruturação urbana de Lourenço Marques e o modo como a história, além de viver nos objetos e nas instituições, também se reproduz nos corpos e nos hábitos.

Este desfecho, produto da história de uma situação colonial específica, enfatiza a autonomia relativa do processo de desportivização", acrescentaria, relativamente ao processo político, o que era intolerável para o voluntarismo tendencialmente ditatorial e intrusivo dos dirigentes independentistas. De volta a Nuno Domingos, em Lourenço Marques, o desporto transformou-se num elemento crucial de uma cultura de lazer urbana, tanto no respeitante à promovida em grande medida pelo associativismo, perante a debilidade da ação do estado colonial, como também no tocante à sua feição de espetáculo para um público crescente. "Espaço de oportunidades, de expressão consciente ou inconsciente de lutas, as práticas e os consumos desportivos desempenharam, de modo particular, um papel importante nas lutas e tensões decorrentes de um sistema de dominação brutalmente iníquo."[51]

[50] Em jeito de especulação, talvez se devesse considerar uma mutação da "antiga narrativa metropolitana" para uma narrativa sobre a antiga metrópole, incluindo o seu futebol. Sem mudança do objeto, mudava-se o foco, a autoria, em suma, as condições de enunciação da narrativa e, nalguma medida, o seu cariz.

[51] Domingos, 2010.

Caberia perguntar se o mesmo não se aplicará aos jogos tradicionais, que compunham o quotidiano sob o regime de partido único da FRELIMO[52]? Talvez perante situações opressivas, a decisão automática e inconsciente da maioria seja a de as ignorar, focando-se em práticas que, ao menos temporariamente, parecem arredar a opressão.

Num tempo de indeterminação do devir social, anote-se, pois, a relativa certeza no tocante ao peso do desporto na mudança das sociedades. Podemos ter por certo que o desporto, fruto de uma revolução socioeconómica, se constituiu como um indutor de mudança social e cultural. Nessa medida, desafia à superação de análises reducionistas condicionadas pelo maniqueísmo e pelo voluntarismo, mormente, o das enunciações de políticos líderes de processos de emancipação[53]. A determinação precisa dos moldes e o impacto das mudanças sociais turbinadas pelo desporto (na maioria dos casos, pelo futebol) constitui um desafio…

Os avanços nas investigações, aqui esboçados, suscitam uma miríade de questões, de que salientaremos três, a expor adiante – ao invés da cronologia, isto é, caminhando da atualidade para um passado menos próximo – as práticas desportivas e as identidades, as políticas de "democratização" do desporto no pós-independências e, por último, as tentativas mobilização e instrumentalização do desporto para fins políticos.

[52] Baquete, 2020, 33-47.

[53] Vale a pena notar que, em Moçambique, à margem da clivagem colonial, entre os subalternos estavam os imigrantes chineses na Beira, cujas notórias performances económicas, associativas e desportivas abriam fissuras num anquilosado discurso colonial, cf. Medeiros, 2013, 43-81.

Abordarei, de forma sumária, as questões do racismo e a da (arrogada) especificidade cultural (amiúde, associada à nacionalidade) das práticas desportistas.

Ensaiarei, com vários exemplos, dar nota de reticências a prédicas normativas que manietem a liberdade analítica a benefício de convicções e de credos. Com isto, espero valorizar as possibilidades de majoração analítica do percurso (incerto) das sociedades com recurso à história do desporto e do corpo, em última instância, o ponto de aplicação de normativos de dominação, que não exclusivamente colonialistas[54].

II

A HISTÓRIA DO DESPORTO: UMA CHAVE INTERPRETATIVA

Em razão das abordagens arroladas, talvez mereça anotação a hipótese do valor heurístico da história do desporto para a compreensão das mutantes sociedades africanas.

Passada a exaltação com as independências, o interesse pelo desporto parece mais atuante na mudança, até em sociedades que, há anos, se diriam imunes a quaisquer mutações[55]. Falamos do interesse pelo desporto enquanto objeto de estudo, mas falamos igualmente do desporto que mobiliza, quando não arregimenta, corpos e mentes.

[54] Nesta reflexão, onde amiúde o futebol se sobrepõe ao desporto, obviamente influi o hábito de olhar para o arquipélago equatorial, que concitou o meu trabalho de investigação durante décadas.

[55] Cite-se, por exemplo, a recente criação do futebol feminino na Arábia Saudita.

Figs. 3 e 4. Estádio de Cana Cana, fachada exterior e relvado. Fotografias de Augusto Nascimento. 2010.

Se perguntarmos a jovens a razão do uso rotineiro do tempo a jogar futebol, todas as tardes, num campo improvisado numa antiga roça, provavelmente estranharão a pergunta. Tal estranheza será um aviso ao voluntarismo de quem pretende que o futebol e outros desportos estão forçosamente investidos de um sentido político, cultural ou outro…

Se o sentido da prática desportiva não estiver para lá do alcance da consciência dos praticantes, então os laços de comunhão de interesses para o propósito de jogar futebol poderão não têm de ter outro sentido que não o do aproveitamento de cada momento trivial da vida, que corre como sempre. Ainda assim, os laços sociais forjados em torno do futebol – nos terreiros das roças, dando uma nova finalidade aos terreiros onde já não se trabalha – não poderão ser mais duradouros do que os intentos políticos? A adesão ao desporto poderá ser transitória. Mas não o foi igualmente a teleológica ideologia que pautou a configuração das arquiteturas políticas do pós-independência? A prática desportiva não se sobrepõe às atividades escolares, religiosas, políticas?

Se a teleologia não resistiu, subsiste a ideia da correlação do desenvolvimento social e da desportivização das sociedades. Para uma visão da história, que poderia conhecer acidentes e acasos, mas não fugiria indefinidamente às suas leis, o dogma da correlação entre o desenvolvimento da sociedade e o do campo desportivo era indisputável. Se o desenvolvimento da sociedade era tolhido pela política colonial, o desporto certamente se ressentia, mesmo quando se afirmava como fermento de mudança. Não é evidente que assim sucedesse, mas era assim imaginado e, na verdade, confirmado nalguns casos. Nunca se declarou perentoriamente, mas subentendia-se como uma possível meta de investigação a articulação entre a evolução das sociedades africanas e o papel do desporto nessas sociedades em acelerada transformação …

Com prudência, sinalizaríamos, entre outras hipóteses, a de que os desportos, não sendo um decisivo fator de mudança, constituem parte dela e a de que a sua difusão sinaliza ou antecipa mutações sociais. Certamente importará equacionar as possibilidades de transformação existentes nas sociedades, em que direção, com que amplitude e, nessa medida, avaliar o lugar do desporto na

transformação das sociedades coloniais[56]. Em última instância, quando o poder transformador do desporto não foi relevante para as sociedades, tê-lo-á sido para indivíduos[57].

Essa indução do desporto à metamorfose das sociedades pesou nas decisões políticas? É difícil sustentar tal hipótese, mas é possível falar dos sentidos políticos da prática desportiva, mesmo quando esses sentidos não são aparentes ou quando os praticantes ignoram a política.

Relacionada com a das mutações sociais sugeridas pelo desporto, avulta outra dinâmica, a saber, a dos múltiplos sentidos políticos das práticas desportivas, assaz variáveis em razão das circunstâncias políticas.

A prática desportiva não se reduz à condição de veículo de intentos de transformação social ou de mudança política, mas, em certas circunstâncias, porque popularizada, a prática desportiva pode contribuir para as mudanças políticas que, todavia – di-lo-ia –, bastas vezes foram num sentido diverso do imaginado pelos atores.

PRÁTICAS DESPORTIVAS E RASTOS DE IDENTIDADES

[56] Abre-se, a propósito, um campo de interrogações não negligenciáveis para a delineação das investigações: as sociedades colonizadas deverão ser compreendidas como africanas, mais do que como colonizadas? Após as independências – supostamente eliminada a variável do colonialismo –, quando se almejava a homogeneidade e o universal, as sociedades não terão permanecido segmentadas, entre a permeabilidade às linguagens universais e a porosidade a valores locais? Tal matizou a influência e o enraizamento das práticas desportivas modernas?

[57] Vidacs, 2010, 33-69.

Fica indiciado que, parecendo, e sendo, marginal, o interesse científico pela história do desporto para o entendimento das sociedades hodiernas é relevante. Nalguma medida também o é para a relativização da abordagem identitária. Sem embargo respaldo que esta tem em ideários intelectuais e políticos, a abordagem identitária nem sempre sensibiliza o grosso das pessoas, a quem os lemas identitários dizem pouco. Já as inclinações afetivas no desporto – mormente, as clubísticas – parecem dizer algo, facto que importa contextualizar e explicar.

Ainda na esteira do debate da racialização de aptidões, na era colonial afloraram palpites sobre vocações e aptidões nacionais, raciais e outras para certos desportos. Sob a tutela colonial, prescreveram-se (inutilmente) desportos para a população colona e, menos frequentemente, para a colonizada. Afora a vã certeza dos enunciados no tempo colonial (curiosamente, replicada depois das independências), os discursos acerca de vocações nacionais, raciais e análogas tende(ra)m a ser datados, isto é, a serem celeremente ultrapassados pela realidade. Mais do que associadas a proclamadas idiossincrasias, independentemente de decantadas nos novos países, as singularidades dos percursos desportivos (e de lazer) brotaram das contingências e das veredas históricas das diferentes situações coloniais.

Como se disse, na era colonial assistiu-se à indicação paternalista dos desportos a merecerem preferência. Alvitrava-se a ideia de que os portugueses deveriam preferir, por exemplo, a vela, com o que fariam jus aos feitos dos antepassados[58]. Em inícios de novecentos, os clubes devotados aos desportos

[58] A vela chegou a ser considerada um desporto distinto (Domingos, 2013, 95), mas não terá concitado grande adesão, porventura por lhe faltar uma nota de paixão e de espetacularidade e, nessa medida, de popularidade.

Para outros desportos, faltavam as condições materiais. Era o caso do ténis. Governadores coloniais fizeram-se fotografar nos seus *courts*, com suas raquetes, em ocasiões de convívio. Tal permite supor que o desporto era mais ocasional de que regularmente praticado. Com as

aquáticos tinham sido um fator de distinção social[59], vincada sobre a clivagem racial. A vela só se expandiria no final do colonialismo por indução das autoridades – e, também, da Mocidade Portuguesa –, que, ao tempo, se tentavam a ganhar o coração dos colonizados. Porém, por um lado, esses desportos não recolhiam os favores das populações e, por outro, mentores do incremento do desporto não reconheciam nas artes do mar exibidas pelos indígenas em almadias ou canoas a premissa de um competente desempenho nos desportos aquáticos. Logo, malgrado a prática de vela em urbes litorâneas das colónias, as alusões à vela redundavam em idealismos destinados a serem ignorados.

Se tais indicações colonialistas eram vãs, não se aplicaria o mesmo a recomendações sobre desportos ditos africanos, cuja prática alguns queriam disseminar para suposto reforço da identidade africana? Ora, a exemplo do sucedido no tempo colonial, também por se avaliar a pertinência dos alvitres pela posição de quem os enunciava, tais alvitres não singraram.

Afinal, a seguir às independências, era menos louvada a identidade africana, como era rala a atração por desportos africanos – salvo onde nunca se tinha deixado de se os praticar – e duvidosa, ou menos apelativa, a ideia da uma identidade africana transmitida por (pressupostos) desportos africanos, que perdiam em atração para os desportos modernos. Por fim, era (e é) difícil firmar a autenticidade africana de certos desportos ou práticas de lazer[60]. Cumpre notar

fotografias, tratava-se de fomentar a ideia de distinção social através da exibição de apetrechos de um desporto que poucos praticariam.

[59] Para o caso do Brasil, ver Filho, 2024, 48-49.

[60] A filogénese de referentes culturais – que os desportos também são – é assaz complicada. Por exemplo, sobre os inextrincáveis fios das reivindicações de autenticidades da capoeira no Brasil, ver Fonseca, 2013.

que, amiúde, se é mais pronto a afirmar a africanidade do que a prová-la. Em todo o caso, subsiste o apego a desportos ou práticas de lazer ditas africanas ou com raízes em África.

A partir da relação dos corpos com uma bola, ou com algum objeto arredondado, alguns autores creditam universalidade às práticas desportivas. Em conformidade, tanto se dirá que o futebol é um desporto moderno e bretão, como se asseverará, e com acerto, que há muito o deixou de ser. A ser assim, importará ainda maior rigor na delineação da filogénese das práticas desportivas tidas por africanas e, evidentemente, dos respetivos significados políticos e sociais.

Podemos ter por garantia da autêntica africanidade do jogo do pau o facto de esse jogo ter sido praticado por Mandela[61]? Ora, a despeito de se poder falar de uma arte com várias nuances, disseminada em variadíssimos contextos rurais, o jogo do pau existiu no Portugal rural, chegando aos clubes de Lisboa no século XIX. Por exemplo, estava incluído na educação física ministrada numa escola lisboeta, que, nos inícios de novecentos, recebia educandos das colónias[62]. Ora, após a independência de São Tomé e Príncipe, a tentativa voluntarista de

---

Apesar da decantada ideia de se tratar de uma prática brasileira, não espanta que a aposta política, por regra deficitária nos domínios culturais, se desdobre em intenções a respeito da capoeira, que depois não se concretizam.

[61] "Aprendi a luta do pau – um conhecimento essencial para um rapaz rural africano – e tornei-me perito nas suas várias técnicas: aparar golpes, simular o ataque numa direção e dirigi-lo para outra, libertar-me de um adversário com um trabalho de pés rápido" *in* Mandela, 1994, 20.

Quem duvidará? Mas será essencial para outros rapazes noutros contextos?

[62] A Escola Académica, na baixa lisboeta, foi pioneira na prática obrigatória da educação física que incluía esgrima, jogo do pau, ginástica sueca, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

recuperar o jogo do cacete – dito um jogo africano – não passou de um artigo de jornal[63].

A filogénese dos referentes culturais, suposto veículo da identidade, decerto importa. Mas não interessará mais o enraizamento e o empenho das pessoas nas práticas desportivas em cada momento, tanto na situação colonial quanto no pós-independência? Para a adesão das pessoas conta a especificidade africana do futebol ou, ao invés, pesa a universalidade da lógica do futebol que o torna tão facilmente jogável?

Chegamos a uma problemática (a validar ou a relativizar): a ser exequível, como identificar e destrinçar a especificidade do desporto e, concretamente, do futebol africano?[64] Tal pergunta pressupõe que a especificidade exista, o que, cumpre notar, é duvidoso. Noutros termos, dificilmente se poderá falar de desporto africano, salvo se para designar desporto praticado em contextos africanos, para o que seria provavelmente mais apropriado falar de práticas desportivas em África[65].

Evidentemente, no plano histórico, pode relembrar-se a menção de Domingos a "um mundo de práticas de lazer e de performances físicas que, desenvolvidas para lá do desporto organizado pelos europeus", qual indício do "mundo dos dominados" e do modo como, por entre as adversidades e

[63] Consulte-se o artigo em que se falava do desporto como um direito do povo, como um facto precursor da democratização da sociedade, tese ilustrada com uma imagem do jogo do cacete, cf. *Revolução* nº31, 18 de fevereiro de 1977, pp.10 e 12.

[64] Não será difícil convir que a caracterização do desporto africano é de concretização mais difícil de que as artes performativas ou plásticas, tipificáveis, como todas as expressões, pelas trocas e influências, discerníveis por meio de uma laboriosa análise intertextual.

[65] O mesmo se poderá dizer do futebol europeu, designação que se referirá ao futebol na Europa, o que hoje não equivale a futebol jogado por europeus brancos. Há décadas seria diferente, mas hoje muito dificilmente se reconhecerá um jeito brasileiro de jogar futebol. Ou um jeito inglês.

contingências da história, os africanos "desenvolveram as suas vidas, adaptando-se a novas condições de existência"[66].

Todavia, tudo leva a crer que tais performances, como muitas outras práticas quotidianas, tendem a ser abandonadas pelos próprios[67], o que suscita problemas relativos quer às categorizações, quer aos fundamentos explicativos – relativos à atribuição de sentidos, por exemplo – das narrativas sobre a história do desporto.

A aptidão física de africanos é notória para certas provas, por exemplo, corridas de fundo. Ora, não deixa de ser curioso que essa distinção seja prontamente reconhecida pelo senso comum, ao passo que, em tempos idos, políticos africanos enjeitassem reconhecer as especificidades orgânicas e as consequentes aptidões específicas para certos desempenhos desportivos[68], como que cedendo ao medo de ponderar as consequências das especificidades dos indivíduos ou grupos no seio da universalidade da condição humana, por tal desestruturar as suas certezas ideológicas e, quiçá, as ambições políticas.

Nos alvores das independências, a recusa de especificidades particulares abria caminho à imposição da identidade nacional[69]. Foi a imposição do vínculo

[66] Domingos 2010, 211-242.

[67] Por vezes, a sua evocação folclórica pelas atuais autoridades assemelha-se aos discursos dos dirigentes colonialistas sobre a cultura dos colonizados. Outro abastardamento do discurso sobre os artefactos culturais advém do abuso da palavra "tradição", cujo significado vai sendo cada vez mais o de algo com origem num passado mais ou menos longínquo, de que o arauto está (e, comummente, pretende estar) afastado, ao mesmo tempo que, com aparente autoridade, ratifica o rótulo da "tradição".

[68] Ver o testemunho de Hugo Azancot de Menezes, cf. Menezes, 2017, 219-220.

[69] É sabido, rejeitava-se o tribalismo em nome da arrogada superioridade política e ética do Estado e da nação, que se impôs aos concidadãos, porquanto as identidades nacionais não eram imediatas nem suscitavam identificação às pessoas.

nacional que o tornou banal a ponto de gerar identificação e polarizar afeições, mormente no campo desportivo. Perguntar-se-á, as pessoas não se moveriam pela sua identidade, pelas suas afinidades? Decerto que o fizeram, tanto a jogar futebol, quanto na tessitura de laços de proximidade ou no encaminhamento das vidas. Mas o que parece banal e corriqueiro não deixou de começar por ser um mote imposto de cima, que pareceu dizer mais aos estudiosos do que inicialmente dizia aos indivíduos tornados cidadãos dos novos Estados.

Seja como for, se falamos de identidades construídas ou alicerçadas no futebol (ou no desporto), teremos de ponderar a respetiva pluralidade: a identidade do meio onde os clubes nasceram, a resultante das afinidades de bairro, de empresa e todas as outras, discerníveis num dado tempo e num dado espaço, conquanto não perenes nem necessariamente relevantes para além das competições desportivas ou de um dado momento da vida das pessoas ou de um grupo.

No limite, por se confundir com a lealdade ao chefe, a identidade nacional podia parecer beliscada pelas afeições desportivas. Por isso, com base no ideário político, os ideólogos podiam decretar a vacuidade social, quando não o carácter alienante, da identificação futebolística. Porém, não podiam negar o quão decisiva nos despiques desportivos era a afinidade dos jogadores de uma equipa. Que isso não importava ao devir do mundo, era basicamente correto, mas tal não eliminava a importância da paixão pelo futebol para quem o praticava ou para quem a ele assistia. Foi assim durante o colonialismo, continuou assim no pós-independência.

O carácter multifacetado do desporto tornava-o portador de múltiplos significados. De uma outra perspetiva complementar, a adesão ao desporto podia diluir as clivagens políticas. Mesmo em contextos fechados, como o do colonialismo ditatorial português, à medida que se expandia, vincando a tendência

para a homogeneização dos comportamentos nos jogos, o futebol perdia a possibilidade de vincar identidades potencialmente excludentes, como a expressa na locução *então vais jogar com os chacais?* O alargamento da prática desportiva e a espetacularização da competição tendeu a apagar diferenças de (eventual) significado político na forma de jogar, assim como a especificidade da relação da prática desportiva com afinidades pregressas e de sítios particulares.

A tentadora migração para *os chacais* – isto é, dos ditos indígenas para o lado politicamente contrário, mas dominante, do futebol dos colonos, onde assentam as convenções para a normalização da prática desportiva – diminuiu a potencialidade de o desporto ser fonte de afirmação de uma irredutível diferença relativamente aos colonos.

Não que assim não tenha sido idealizada. Na ressaca do pensamento racista e eugenista dos primórdios de novecentos, vários intelectuais tentaram elencar as qualidades da (sua) raça. Por exemplo, Karel Pott, atleta e praticante de boxe, uma figura de proa dos moçambicanos, com presença na imprensa, via "no desporto um fator de cultura e civilização dos povos, que, quando cultivado com energia e regras próprias, podia levar os negros a alcançar os seus desígnios"[70].

E não se diria o desporto não era um ato de cultura, como alguns próceres da emancipação política dos africanos também disseram da insurgência? Em todo o caso, desmentindo estas crenças com que os líderes negros se animavam na luta contra o crescendo do racismo nos primeiros decénios de novecentos[71], o

[70] Rocha, 2013, 233.

[71] Esta abordagem perdurou décadas e, de algum modo, não será difícil a identificação com os "nossos", os da mesma cor ou os da partilha do sofrimento por causa da globalização.

desporto, como a emancipação política, obedeceriam, não tanto a especificidades irredutíveis, quanto a movimentos de cariz universal.

Perfilharíamos a ideia de que as práticas desportivas não podem ser indiscriminadamente associadas a lemas identitários, cujos conteúdos não brotam senão da subjetividade e dos interesses políticos, não raro, circunstanciais. Tal não invalida que tais lemas façam o seu caminho, motivando à adesão do que parece ganhar materialidade indiscutível.

Os Jogos Africanos de 2011 em Moçambique terão resultado do voluntarismo e do poder do presidente Guebuza. Não houve demanda social ou adesão notória, porquanto muitos moçambicanos nem sequer sabiam de tais jogos. Estes tiveram uma génese puramente política, sendo tudo gerido pelo presidente. Apesar das palavras de governantes que classificaram os Jogos Africanos em Moçambique como "um momento ímpar para a expressão da nossa moçambicanidade"[72], dificilmente se poderá estabelecer qualquer relação entre os Jogos (de que, por algum tempo terá ficado uma memória, hoje já esbatida) e facetas culturais da imaginada moçambicanidade. Em todo o caso, devido aos Jogos, prevaleceu uma trégua na comunicação social, como se o seu discurso e o discurso das ruas aceitassem veicular a imagem de um Moçambique unido e de todos[73].

Retornando ao pensamento sobre a afirmação do negro por via das suas qualidades, diga-se que José Craveirinha, também atleta, asseverava que "o desporto era a forma de o negro se conseguir afirmar num mundo que era dominado pelo branco". Assim o desporto se tornava um espaço de resistência e de desafio ao colonizador, cf. Rocha 2013, 233.

[72] Cit. in Bussotti 2013, 249-250.

[73] Bussotti, 2013, 251.

Ainda na senda da problematização das relações entre desporto e identidade, atentemos na consideração de que a afirmação da cabo-verdianidade passa pela adesão, criativa no tocante à forja de condições para a prática de desportos oriundos de outros ecossistemas, de desportos originalmente bretões ou desportos legados pelos ingleses.

Porém, e afora a diferença de tradições culturais entre os de São Vicente e os de Santiago, por exemplo, como sustentar a ideia da cabo-verdianidade perante a constatação da preferência pelos jogos de Portugal ao invés dos do país[74]? Ou como falar de cabo-verdianidade a partir da singularidade do críquete e do golfe em São Vicente, quando em meios rurais, como a Assomada, se observam diferenças relativamente às práticas de lazer na capital[75] e, por maioria de razão, para o cosmopolitismo do Mindelo?

Adiante, ponderaremos o curso e o enraizamento do discurso neonacionalista prevalecente em África, de algum modo, fonte de alienação sob a forma de orgulho nacional, dos deserdados no pós-independência.

[74] Para ilustrar situações contraditórias, em que podemos falar de sentimentos de identificação nacional e de alienação, perguntemo-nos: como falar da predileção – segundo alguns, alienada – da maioria dos cabo-verdianos – entre os quais é notório o apego à sua terra – pelos clubes da antiga metrópole em detrimento dos das ilhas (Borges, 2010)? Considerar-se-á que tal advém do histórico das vidas e das afeições e, bem assim, da projeção dada pela televisão, que potencializa os clubes europeus em termos inacessíveis aos clubes cabo-verdianos? A ser assim, há que reconhecer que as teorizações acerca de alienação são relativizáveis ou valem muito pouco. Eventualmente muito para quem as enuncia e, nesse lance, aparenta ou reivindica uma fidelidade aos referentes locais que, todavia, não escrutina.

Certos processos, como o da mercantilização do futebol – traduzido na inserção desigual dos vários futebóis no mercado capitalista global – e a facilidade da difusão das imagens da competição à escala mundial diminuem o interesse pelo futebol local. Mas tal não se observa em múltiplas dimensões da vida? Com a música, por exemplo?

[75] Borges 2013.

Para tomar um caso de relativa porosidade social das formas culturais – pressupostamente, esteios de especificidades nacionais – também os nativistas, os claridosos e os da consciencialização negra em Cabo Verde fizeram leituras políticas voluntaristas dos seus referentes culturais. Ora, também os referentes culturais – cuja ligação com as molduras políticas, apesar de reiteradamente reivindicada, nunca veio a ser competentemente explanada – servem de pouco para fundamentar identidades políticas. Outras formas de expressão, de vínculo cultural mais específico – por exemplo, a literatura –, poderão indicar mais acerca da cabo-verdianidade e do papel desta (presumida) argamassa, por vezes, musicada, no quotidiano das pessoas. Porém, concitarão o interesse e a adesão que os feitos desportivos, mesmo curtos, alcançam?

A "DEMOCRATIZAÇÃO" DO DESPORTO

Por força do arrastamento ideológico, em nome do que se aludia aos "verdadeiros interesses do povo", os intelectuais orgânicos das causas políticas – que podiam (aparentar) desdenhar a paixão pelo futebol – acabaram a replicar sentenças contra os sentimentos e os desejos do comum das pessoas. Adicionalmente, a ditar-lhes como deveriam experienciar ou viver o futebol ou outros desportos.

A seguir às independências, não existia o que não se subsumisse à identidade nacional, derivada da imperiosa construção da nação, a ser pautada pela homogeneidade social e pela consecução do progresso, que emprestava sentido a todas as facetas da vida, incluindo a prática do desporto.

Com as independências, parecia ocorrer um momento de rutura. Contudo, talvez se tenha tomado por rutura ou novidade o que era, sobretudo, uma mudança de léxico e, dissimuladamente, uma tentativa de impor uma mudança de azimute nas afeições dos cidadãos.

Na era colonial, nem sempre pautada pelo imobilismo, ocorreu a constituição, faseada e, de alguma forma, tateante, das instituições desportivas, do "campo desportivo", conformemente às mutantes condições de acesso à prática dos vários desportos. Correlativamente, as hierarquias desportivas, consubstanciadas nas instituições, "existiam em função das pertenças de classe, de gênero, nacional e étnica". Ao pautar mudanças nos modos de vida urbanos, o desporto serviu processos de distinção social[76], sendo indício de mudanças políticas e sociais[77]. Não se dirá que o desporto anunciou mudanças políticas – nomeadamente, o fim mais ou menos próximo do colonialismo –, mas afirmar-se-á que amiúde mostrou os limites e o contrassenso das categorizações raciais em que se baseava o colonialismo. Num certo sentido, e no que ao desporto dizia respeito, a superação desses limites era a da supressão das barreiras raciais. No ocaso do colonialismo, concomitantemente à súbita descoberta da necessidade de

[76] Domingos 2013, 84-85.

[77] Podemos falar de políticas desportivas do colonialismo que influenciaram a criação de um campo desportivo nas colónias (Domingos, 2013, 86) ou teremos de considerar que as políticas desportivas, sendo influenciadas pela desportivização do mundo, validam, mais do que induzem, a constituição das práticas e do ambiente desportivo em cada colónia?

Ainda assim, as políticas desportivas – denotadas pelas leis, ideias, programas e ações das instituições –denunciam como o desporto "traduzia" o "projeto colonial" (Domingos, 2013, 87). Arriscaria dizer que, afora a desarticulação e a errância, as "políticas" deveriam traduzir intenções colonialistas, que começavam imediatamente a ser solapadas pelo papel dissolvente do desporto na modelação das sociedades.

valorização da mão-de-obra-africana[78], caminhou-se no sentido do alargamento da prática desportiva.

Seria exagerado falar de um esboço de democratização no campo desportivo? Ainda que não por uma súbita bondade intrínseca do colonialismo, as iniciativas de indivíduos ou de grupos na criação de clubes e de campeonatos, assim como as eleições de dirigentes dos clubes constituíram passos no sentido da democratização, correlata do assentamento das práticas desportivas nas sociedades coloniais, incluindo as submetidas a um regime ditatorial como o português. Seria excessivo dizer que, sob o colonialismo, ainda que não por causa do colonialismo[79], a democratização do desporto se anunciava imparável?

Multifacetada, a democratização do desporto devia significar não só que o desporto era de todos, mas também que a vitória podia ser de qualquer um, o que, de início fora inconcebível para os colonos[80], por vezes até renitentes a aceitar as leis do jogo. Note-se, os equívocos prosseguiram decerto após as independências. Em São Tomé e Príncipe, um pescador angolar[81] podia ganhar

[78] Diga-se, a necessidade de promoção da mão-de-obra africana era aventada havia décadas. Porém, esbarrava nas inércias de um colonialismo ditatorial atido à preservação da exploração extrema dos corpos de trabalho africanos a benefício de um grupo restrito de privilegiados. A insurgência armada mostrou à saciedade a necessidade de mudanças contra os dogmas dos decénios precedentes. O colonialismo ditatorial português foi lesto a adaptar-se.

[79] Por causa das próprias características do futebol, que não só permitem aprender algo sem dependência de quem tem carreira, saber e experiência, mas também por a prática do futebol advir de uma capacidade ou de uma habilidade que não tem como ser ensinada, há algo de irredutível no futebol, que o torna universal e, por força da diversidade de empenhos, espaço de trocas (potencialmente) igualitárias e avessas às hierarquias estranhas ao futebol.

[80] Como no Brasil fora difícil imaginar que a vitória pudesse ser arrecadada por equipas com negros ou subalternos, que não podiam pensar e jogar como os futuros doutores do Fluminense, cf Filho, 2004.

[81] Em termos muito simplistas, a pequena comunidade angolar foi marginalizada durante séculos em São Tomé, inclusive pelos demais ilhéus, seus conterrâneos.

aos clubes da capital? Não foi só pela prevalência de preconceitos, que não eram um exclusivo dos colonos, que, após a independência, a democratização do desporto seria sustida.

O palavreado ideológico imperante nos Estados recém-independentes acerca da democratização do desporto induziu ideias erróneas, a de que no período colonial não existira sequer um arremedo de democratização do desporto e, por conseguinte, a de que a democratização se iniciou com as independências[82]. Ora, pesem embora os discursos sobre a homogeneidade de condição dos indivíduos, nos novos Estados redesenharam-se as assimetrias e as restrições de autonomia do associativismo desportivo, que, no seu ocaso, o regime colonial começara a outorgar.

Após as independências, os dirigentes falavam em massificar o desporto – critério por que queriam aferida a respetiva democratização – e julgavam promover o "futebol popular" por lhe outorgarem um nome. Ao mesmo tempo, os dirigentes tinham os seus momentos e locais privados de desporto, note-se, contaminados por laços de dependência pessoal, porquanto pertencer ao círculo do chefe, até nos momentos de lazer, faria parte dos mecanismos de promoção e de competição no seio da fração dirigente.

Após as independências, a palavra democratização surgiu como autorreferenciada pela circunstância de, no rescaldo de uma transformação política aparentemente radical, com ela se propor uma meta contrária à injusta assimetria social do colonialismo insanável. Qualquer passo empreendido após a independência aparentava laborar no sentido da democratização, atestada, por exemplo, por classes de ginástica ou de desporto. Poderia a participação de

[82] Tratava-se de um raciocínio formal, logicamente irrebatível, cujo alcance era o de tornar o lema da democratização autorreferenciado e insuscetível de qualquer comparação ou escrutínio.

pessoas nesses desempenhos gímnicos ser considerada um indício de democratização? Em princípio, ninguém se atreveria a contestar, sequer a duvidar. Mas seria por acaso que ninguém atentou ou fez notar a similitude das classes de ginástica[83], de ordem unida, com a ordem unida levada a cabo no pretérito sistema colonial[84].

[83] Após as independências, entendia-se por massificação do desporto uma sucessão de eventos, em muitos dos quais se enxertava a política sob a forma de participação num ritual de apoio aos dirigentes.

Em junho de 1979, no dia 1, uma classe de ginástica exibiu-se em frente ao Palácio do Povo, residência do Presidente. Segundo o jornal, desta forma, as crianças manifestaram apoio à "nossa Revolução e ao nosso Líder máximo" (cf. *Revolução*, nº51, 15 de junho de 1979, p.4). Note-se, os transeuntes nem sequer podiam pisar os passeios adjacentes ao dito Palácio do Povo.

Noutra notícia sobre uma exibição de ginástica, destacava-se a eficácia e o elevado sentido de coletivismo, apanágio do primeiro mundo gímnico. A cerimónia, a que assistira o presidente Pinto da Costa, fora o início de uma realidade desejada e a construir. Uma das ginastas apelou à participação da juventude santomense, "o futuro da nação", assim como aos pais e às estruturas responsáveis para apoiarem iniciativas do género. A exibição terminara com uma saudação à bandeira (*Revolução* nº73, 29 de julho de 1980, p.7), diga-se, ao chefe, dito o líder máximo.

Segundo as palavras sobre o primeiro festival gímnico na ilha do Príncipe, ficara "demonstrado o vigoroso desenvolvimento da ginástica e a sua aceitação na nossa jovem República e pode dizer-se que esta exibição abriu um novo capítulo no campo de amizade que une todo o nosso povo" (cf. *Revolução* nº75, 8 de setembro de 1980, p.5). Como sob a ditadura colonial, a ginástica parecia muito conforme ao espírito do regime, a que não era indiferente o aparente sucesso no adestramento dos corpos e das mentes.

[84] O horror à paixão e o apego à ginástica constituíram um traço comum de propostas ditatoriais. Em 1932, a exclusão do desporto, proposta pelo ministro de Instrução Pública, Cordeiro Ramos, assentava na ideia de que o desporto, em particularmente o britânico, provocava "a decadência dos povos". Segundo ele, a Educação Física devia basear-se na "boa prática da ginástica educativa" e, com reservas, nalguns jogos. Para o ministro, os desportos estavam "fora do génio do povo português". Logo, também por serem a "antítese de toda a educação", os jogos desportivos deveriam ser proibidos "consequente e formalmente" nos estabelecimentos de ensino liceal, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

Para tomar outro exemplo, certamente rodeado de outras expetativas e emoções, poderiam as corridas de mulheres, manifestamente sem hábitos de corrida, ser sinónimo de democratização do desporto?

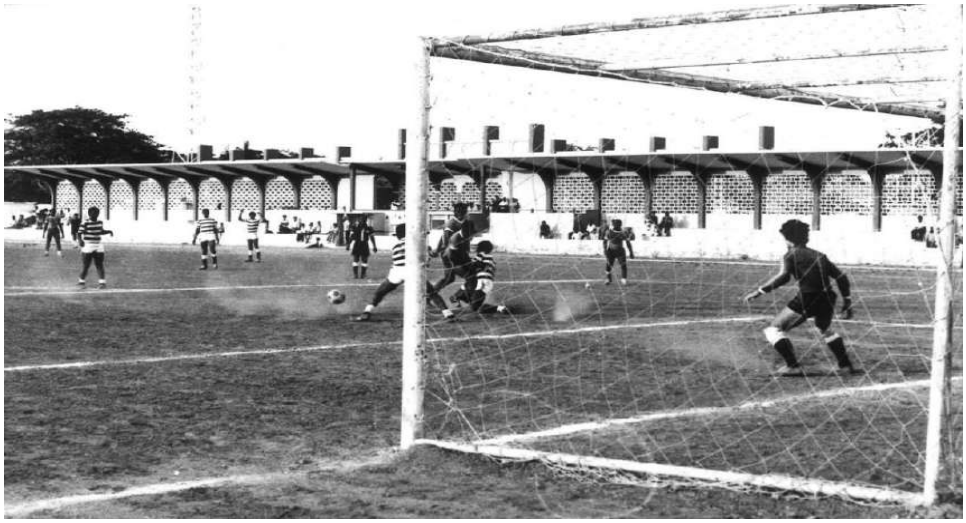

Fig. 5. Mulheres a correr. Fotografia de Fernando Gaspar. Anos 70/80.

Como é que, apesar do pretenso contraste com as práticas coloniais, a palavra democratização[85] não adquiria outro sentido que não fosse o da participação em atos coletivos? A democratização acabou negada por guiões veladamente corporativos e estatizantes que tanto guiavam as demonstrações gímnicas quanto as manifestações políticas?

Independentemente de discursos bem-intencionados, o desporto – como as manifestações artísticas e literárias, para já não falar de rituais políticos que envolviam as massas – devia cumprir fins de suporte ao "povo", que mais não eram do que formas de apoio ao chefe, dito líder.

[85] Ainda que não fosse dito, quereria democratização significar a ausência de vedetismo ou de destaques individuais? Note-se, o único destaque individual incentivado era o do dito líder.

Neste contexto político, além de massificação, a democratização passou a significar uma dada orientação política para o futebol "popular". Decerto, os políticos sentiam alguma incomodidade com os imprevistos na prática futebolística. Por isso, tentavam regulá-la, ao mesmo tempo que falavam de democratização e de um "futebol popular", cujo sentido, não dito, mas imediatamente intuído, era o da ausência de ídolos. Uma das facetas da igualdade no futebol "popular" era a da contenção da adesão a eventuais ídolos. A diferenciação de um jogador e a admiração que ele concitasse não deveriam extravasar o domínio desportivo. Em suma, o apego ao futebol devia cingir-se ao estritamente necessário, avaliado, evidentemente, do ponto de vista dos dirigentes[86]. Estes aproveitavam o desporto para a sua projeção. Curiosamente, o pontapé inicial do campeonato de futebol popular dado por Carlos Graça, ministro em São Tomé e Príncipe, replicava rituais e gestos da era colonial.

Na perspetiva dos dirigentes independentistas, pelo comum da gente perpassava a luta entre a racionalidade – entendida como a resultante do expurgo das paixões estéreis – e a paixão destemperada, tributária da alienação e do obscurantismo colonial. Uma ilusão dos dirigentes terá sido a de que seriam acompanhados pelo grosso das pessoas no expurgo das motivações alegadamente alienadas, por exemplo, nos desafios de futebol ou na assistência a tais jogos. Por conseguinte, nas práticas desportivas deveria avultar a conduta cívica consentânea com a nova e transcendente finalidade política das vidas, a

[86] Evidentemente, não existia, por ser impossível, a definição do que era o devido apego ao futebol. Aduza-se, a indefinição do que era, ou não, permitido fazer compunha os mecanismos de inoculação do medo, avivado pelas mudanças de critério ao longo do tempo e pela mutável casuística de cominações e condenações.

saber, a modelação do homem novo[87], uma nova índole que se deveria revelar suficientemente gratificante.

Os políticos desejavam a homogeneização do futebol para prevenir os efeitos indesejados, entre eles, o eventual desvelar de uma natureza humana inconformada com ditames ideológicos. Não receavam pelo seu poder, receavam, sim, que o futebol fosse ocasião para ações destemperadas, sinal de inconformismo ou de que o seu poder não se desdobrava na adesão dos governados. Afinal, assim suceder no tempo colonial, quando o desporto fora para alguns nacionalistas o veículo que os levaria para a luta[88].

Como explicar que, apesar de não relacionado com problemas sociais e económicos, o futebol acabasse por ser causa, pretexto que fosse, de diatribes e de conflitos entre subalternos – e, mais, subalternos recém-emancipados – que, no plano ideológico, se diria serem impossíveis?[89]

Ao falarem de democratização – a palavra apropriada seria estatização – do desporto, de "futebol popular", os dirigentes dos novos Estados pretendiam o reconhecimento de que deles emanavam o juízo e a decisão sobre todas as dimensões da vida. Era impossível prevenir os desvarios no futebol, mas procurava-se torná-lo "popular", isto, é despi-lo de emoções geradas pela alienação. O dito "futebol popular" – de que se tentava extirpar parte da fruição, sublinhando-lhe o fim formativo do corpo e das mentes – era uma tentativa de conformar uma das poucas amenidades que restavam nas condições de vida

[87] Basicamente, um corpo de trabalho, um objetivo perseguido desde o tempo colonial através de diferentes meios – da religião ao desporto – e continuado após as independencies.

[88] Entre vários exemplos, cite-se o caso de Bobo Keita, cf. "Kôte", 2020 e Melo, 2020, 109.

[89] Tal situação de crescendo de indisciplina e de violência perdurou anos após a independência, cf. Nascimento, 2021.

tornadas ásperas pela extrema escassez de bens essenciais[90]. Ainda assim, não se prescindia da intenção de controlar a intensidade emocional associada ao futebol, que não deveria suscitar mais emoção do que outras modalidades desportivas.

À medida que o futebol se tornava importante, deixando de ser apenas um jogo para divertimento nas ruas, os comportamentos de jogadores e público aumentavam em distúrbios, como se cada jogo compusesse um confronto, em que, além de talentosos e eficazes, os jogadores tinham de ser guerreiros. Os adeptos também iam para os jogos como para pequenas batalhas onde não faltavam expedientes – entre eles, intimidação e agressões aos adversários – para tentar ganhar[91].

Apesar de ideologicamente inconcebível, tal era possível na sociedade pós-independência. Os comportamentos de indisciplina eram ofensas às autoridades eventualmente presentes no estádio. Em abstrato, era inimaginável jogadores ou dirigentes afrontarem as autoridades[92]. Mas, mesmo sem intenção de afrontar, cresceram o desrespeito e a indiferença.

[90] Na era colonial, nos bailes, os favores das moças poderiam ir para os jogadores de quem se falava. E o código de traje e de conduta do Sporting tornava-o um clube considerado, não por albergar (inconfessados) nacionalistas, quanto por reunir os jovens das famílias distintas das ilhas. Ademais, em jeito de reparação pelos trágicos eventos de 1953, o clube foi apadrinhado pelas autoridades coloniais.

[91] Nos primórdios do futebol, no Brasil, era frequente os adeptos deliberadamente interferirem nos jogos para ganhar pela ostensiva ameaça de violência sobre os adversários. Tal valia para os jogos entre clubes, mas igualmente entre seleções, ver Filho, 2004, *passim*.

[92] Como terá sucedido num desafio entre as seleções de Rio e de São Paulo, em que a ordem do presidente Washington Luís foi desrespeitada, mais ainda por se lhe assinalar que não mandava no campo, onde um jogador, mestiço, era mais importante do que um governante, cf. Filho, 2004, 158-160.

Com a configuração de um "futebol popular", os dirigentes também pareciam querer aplanar os vícios ou as desigualdades de competição decorrentes da aposta de indivíduos abastados, que, podendo aliciar ou contratar jogadores[93], introduziam a desigualdade na competição desportiva. Ora, mesmo eliminando as influências de patrocinadores, da carolice[94] – que nas condições económicas supervenientes às independências só podiam ser paupérrimas, ainda que bem-intencionadas –, não se erradicavam as desigualdades, desde logo pelo apoio de empresas estatais às equipas, por vezes, na esteira do já sucedido no colonialismo. A ideia de igualdade era quimérica, desde logo por inaplicável à competição desportiva, mas também por ignorar a heterogeneidade do tecido social. Alguma homogeneização pareceria resultar das políticas de nacionalização económica e do subsequente empobrecimento. Mas, mesmo num cenário de crescente pobreza, como o verificado, por exemplo, em São Tomé e Príncipe, não se eliminavam as diferenças advindas da maior base de recrutamento de atletas em zonas urbanas em desfavor das localidades mais pequenas espalhadas pelos territórios.

[93] A atender à história do futebol, certamente o termo "contrato" abarca as mais diversificadas relações dos jogadores com os dirigentes. Isto é válido para o Brasil, para Portugal, para as colónias…

[94] Apesar do empobrecimento do arquipélago no pós-independência, foram aparecendo "carolas" que apoiavam os jogadores. Não se tratava de ricaços, mas de indivíduos que forneciam géneros para um reforço alimentar, caso de uma sopa para os jogadores. Em tempo de escassez de bens básicos, tal não era de somenos.

Mais notória foi a aquisição de novos equipamentos, lustrosos, que levantaram dúvidas por não serem da cor estipulada pelo hábito ou pelas normas estatutárias do clube (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). A polémica pode não ter passado de dichotes sem consequência. Todavia, terá traduzido o desconforto face à inédita importação de um mero equipamento, sem o anúncio da intenção ou a inquirição prévia acerca dessa possibilidade. A democratização introduzia rigidez hierárquica e conferia vantagem a quem podia decidir até o trivial.

A democratização do desporto poderia traduzir-se num ambiente propício à livre iniciativa de indivíduos congregados por seus interesses e afinidades. Porém, a coberto do ideário revolucionário, o futebol popular, um sucedâneo do desporto corporativo, assentava na promoção das equipas das instituições estatais ou paraestatais, como se a ligação corporativa conferisse sentido à prática desportiva, não mais uma prática fútil ou meramente aditiva. A dita democratização atava os percursos dos jogadores às instituições – mormente, militares e policiais – que, alegadamente, mereciam a dedicação e a entrega dos indivíduos.

Significativamente, os governantes não queriam perder nem no futebol. As equipas dos Estados de orientação socialista, emergentes nas ex-colónias portuguesas, sobretudo, as equipes de militares, entronizadas herdeiras das (presumidamente) gloriosas tradições militares dos movimentos de libertação, não deviam perder na competição física e desportiva com equipas da sociedade. As forças armadas podiam recrutar indivíduos para serem seus jogadores[95]. Em países em guerra, tal era um ganho para os jogadores, que, assim, poderiam escapavam à guerra e à morte. Noutros casos, pesem embora as benesses, tratava-se de uma sujeição[96].

A arrogada democratização equivaleu a uma tentativa de controlo da atividade, da qual se queria apartada a influência de interesses particulares[97], do

[95] Por exemplo, Pessula e Manjate, 2021, 109-122.

[96] Esta desigualdade só era disfarçada pela circunstância de o desporto, mormente o futebol, se ter tornado corporativo. Algumas empresas suportaram clubes, cujas equipas de futebol tinham incomparavelmente mais meios do que as dos clubes que tinham sobrevivido à independência e que, como as pessoas, se defrontavam com escassez e ruturas de bens, desarticulação de serviços e desorganização das instituições.

[97] Assim se tolhia a livre iniciativa aos cidadãos no domínio desportivo.

mercado e do dinheiro – não existia mercado de futebolistas, aqui e além, implícita e vagamente associado ao tráfico de pessoas[98] – que, alegadamente, usuravam vidas de jogadores em prol de interesses monetários e em seu prejuízo. Congruentemente com a visão paternalista da sociedade tutelada, tratava-se de um raciocínio plausível que, todavia, desconsiderava o que seriam os interesses dos jogadores.

A palavra democratizar foi usada como sinónimo de atividade controlada pelo Estado, a exemplo do sucedido em instituições e em empresas, o que, não raro, redundou em ineficácia e em desigualdades que contrariavam a democratização, cujo esteio deveria ser a da igualdade no campo de jogo. Ora, esta igualdade inexistia em resultado de patrocínios empresariais de monta, públicos ou privados[99].

Ao falar de democratização, os dirigentes independentistas apostavam nos dividendos de uma relação clientelar e paternalista, similar à que os governos coloniais tinham entretecido com os clubes, em particular nas colónias[100], onde não existia mercado para sustentar, nem sequer parcialmente, as atividades desportivas.

De alguma forma, a democratização passava pela incumbência estatal de compra de bolas, chuteiras e equipamentos e posterior distribuição de forma equitativa. Porém, só ignorando os efeitos corrosivos de uma realidade pautada

[98] À medida que os regimes socialistas implantados nas antigas colónias perdiam élan por força, por exemplo, das provações e dificuldades económicas, que punham em causa o socialismo, insinuavam-se atos típicos de um mercado de força de trabalho futebolística: salários ou gratificações, transferências…

[99] Por exemplo, Rocha, 2013, 224.

[100] Por exemplo, na Guiné, cf. Melo, 2020, 52-53.

pela escassez é que se se imagina que um bem precioso, como uma mera bola, não se tornava objeto de uma troca pessoal desigual…

Afinal, às pessoas não interessava a democratização do futebol, interessava-lhes mais o futebol com o seu estendal de memórias, vivências e, sobretudo, vitórias. Por isso, a sobrevivência de alguns clubes deveu-se à pertinácia de alguns sócios[101]. Porém, nem todos os clubes tiveram tal sorte por força de vários constrangimentos[102], dos quais as provações económicas e a difícil angariação da subsistência diária não seriam de somenos[103].

Com ingenuidade (ou calada duplicidade), propalou-se a crença num desporto de massas, em que todos seriam iguais. Em todo o caso, esta visão pressupunha que da mole de praticantes deveriam mais ou menos espontaneamente sobressair talentos capazes de ombrear com os melhores desempenhos de fora da terra.

---

[101] Em Moçambique, alguns clubes ainda sobreviveram, mas o mesmo não aconteceu a associações de outros fins, finadas a pretexto de cavarem divisões étnicas ou de serem elitistas, e a jornais com tradições na contestação ao colonialismo, cf. Rocha, 2013, 216-217.

[102] No caso de São Tomé e Príncipe, espanta o quase desaparecimento do Sporting, o clube a espaços dito um esteio do nacionalismo. O seu quase desaparecimento pode ser interpretado como uma vontade inconfessada de que desaparecesse e com ele a prova de ser um cadinho do nacionalismo? Ou o seu eclipse se deve ao reconhecimento inconfessado de que aí se reunira a "pequena burguesia" local que, à boca pequena, enjeitava o projeto marxista-leninista dos MLSTP? Ou, ainda, por ter sido local de passagem dos jovens da Cívica que o MLSTP proscrevera ainda antes da independência? Numa brevíssima conversa, um antigo dirigente do Sporting qualificou como desagregadora e destrutiva do clube a ação dos governantes independentistas, *cf. testemunho pessoal, A. Nascimento.*

[103] A extrema dificuldade económica militava contra o associativismo, prejudicando gravemente a prática desportiva regular. Como imaginar a prática desportiva numa situação de fome e de privação? Noutros países, as carências não provinham apenas da guerra. Provinham também, quando não sobretudo, da desarticulação económica. Em Angola e Moçambique acresciam os danos das guerras civis. Acerca da obtenção de géneros como a questão premente no dia-a-dia em Moçambique, ver Rocha, 2013, 219.

No desporto, como nos demais domínios da vida coletiva, qualquer palavra dos dirigentes independentistas era, além de mais sapiente, impositiva. O conhecimento ou a familiaridade de técnicos com o futebol só podia servir para reconhecer a omnisciência de qualquer dirigente.

O saber desportivo não era considerado um saber especializado. Em rigor, relativamente quer à interação social, quer à prática desportiva, a ideologia hegemónica desqualificava saberes especializados, tendencialmente tidos por menos relevantes do que o denodo e o esforço dos desportistas, modelo a seguir pelos corpos de trabalho[104]. A desvalorização de um saber especializado era ainda mais pronta quando o objeto era o futebol[105]. De conhecimento diferenciado, de um saber indisputável só se podia arrogar quem, sendo dirigente e tendo tido uma experiência regular de prática desportiva ou de educação física, se presumia capaz de opinar acerca de táticas de jogos de futebol, mesmo se com isso desqualificava pessoas investidas como treinadores[106].

O voluntarismo dos governantes talhava verdades baseadas em inferências indevidas a partir de experiências pessoais. Louvava-se o exercício desportivo, a

[104] Importa notar a diferença de sentimento resultante a injunção política da dedicação ao trabalho sob o regime de partido único, que não podia produzir senão um entusiasmo passageiro, da recente comunhão resultante da vontade de jogadoras de uma equipa de andebol do interior de Santiago. Sem apoios, antes com dificuldades, elas reconhecem as vantagens da prática desportiva para aquisição de um "espírito de entrega" necessário para o desempenho a contento nas tarefas cotidianas, sem o qual a prática desportiva não lhes seria possível (Borges, 2013, 284-285). Noutros termos, as capacidades adquiridas pela prática da educação física ou do desporto – incluindo a disposição para o trabalho – serão encaradas de forma muito distinta, consoante se trata de uma injunção política ou de uma congregação de vontades.

[105] Conquanto também resultasse do atraso herdado do colonialismo, a ideia de ciências do desporto era estranha. Prevalecia a aversão ao conhecimento científico, desde logo pelo inconfessado incómodo com o facto de nem tudo ser redutível à ideologia.

[106] Ver Graça, 2011, 110.

implementar, desde logo por enfatizar o progresso, a novidade, cimentar a ideia de esforço coletivo – os corpos deviam praticar educação física para serem corpos de trabalho –, como se desejava que ocorresse nas relações laborais. Porém, a ideia de garantir um acesso universal à prática desportiva assentava em equívocos, por exemplo, o de que tal acesso era um desejo de todos, quando, para muitos, após um fogacho de entusiasmo, o desporto se tornaria uma maçada e uma canseira[107]. Em todo o caso, o voluntarismo dos governantes rechaçava a hipótese de a universalização do desporto ser irrealizável. Tal como não existiam escolhos insuperáveis para a condução do país?

Poderia a massificação ou a democratização da prática desportiva ou, no fim de contas, a bondade dos propósitos governativos ser propalada e confirmada por imagens de populares a correr sem equipamento convencional? A vontade revolucionária não superaria todos os obstáculos?

Enredados na sua fé e no voluntarismo, os dirigentes não anteciparam o progressivo desfasamento entre eles e os seus concidadãos, a quem se interditava a expressão da dissidência ou do mero desalento.

Os dirigentes também não previram que a racionalidade soçobrasse perante a paixão exacerbada, geradora de desacatos, ainda que por motivo que não mereceriam a pena, como era o futebol. A despeito da barragem ideológica, pela qual se instava ao empenho cívico e revolucionário, as violências pareciam resultar de uma irrazoável ou impensada paixão pelo futebol, injustificável quando o país estava a braços com a magna tarefa do desenvolvimento, que demandava

[107] Nem todos tinham a possibilidade de ter como fruição o exercício do desporto, uma hipótese para de pessoas com alguma diferenciação social, para quem os jogos eram ocasião de convívio e de tessitura de cumplicidades à reprodução da sua condição social.

a transfiguração no “homem novo”. As paixões descabidas pareciam levar a melhor sobre a definição pelos governantes dos verdadeiros interesses do “povo”.

Os sentimentos vazados nos recintos desportivos não eram apenas os dos jogadores e do público. O futebol serviu para indiciar o sentimento de desconfiança dos dirigentes relativamente ao povo. Com recurso à especulação, vale a pena atentar na evolução da arquitetura do estádio 12 de Julho[108].

Anos após a independência, encheu-se a grelha que encimava a parede, relativamente baixa, da tribuna. O gradeamento foi substituído por uma parede compacta, logo, mais protetora dos altos dignitários do novel estado independente. Inevitavelmente, é mister perguntar se os governantes independentistas não teriam mais medo de atentados do que os governadores coloniais? Pelos discursos, não se aventaria tal hipótese. Porém, cumpre colocar as palavras em contexto, também pautado pelos atos.

[108] Hoje, já se vai esvanecendo a memória da antiga arquitetura do estádio. Se no tempo colonial se privilegiava a circulação de ar, após a independência por injunção de receios ou de um despropositado espírito securitário, privilegiou-se a proteção dos dirigentes. Não se poderá asseverar se tal medida se deveu ao medo, se à importância que a si mesmo concediam. Note-se, não havia razão para ter medo e a importância era, de facto, circunstancial, embora os dirigentes e governados certamente a pensassem como perene e (quase) eterna.

Figs. 6 e 7. Interior do Estádio 12 de Julho e fachada exterior. Fotografias de Fernando Gaspar e Augusto Nascimento, respetivamente. Anos 70/80.

SENTIDOS POLÍTICOS INSCRITOS NAS PRÁTICAS DESPORTIVAS

Atenhamo-nos, agora, à leitura dos sentidos políticos (alegadamente) inscritos nas práticas desportivas desde o tempo colonial. A talhe de foice, pergunte-se, em que medida o voluntarismo dirigista enfunou as narrativas sobre o desporto como ocasião e lugar de luta anticolonial?

Ao sopesarmos a basta produção sobre protagonismos nos processos de emancipação política, parte deles com passagens pelo desporto, ocorrerá perguntar: não haverá atos desportivos politicamente inócuos ou gratuitos? Ao arrepio de eventuais intentos de aproveitamento político, não poderia a própria lógica da competição desportiva ser um escolho à sua usura pela política? Numa certa perspetiva, a política nem sempre está presente nos atos desportivos, menos ainda preside a eles. Em sentido contrário, pergunte-se, qual o contributo do desporto para o fim do colonialismo?

No tocante às mudanças políticas, concomitantes da desportivização das sociedades, para um largo escopo temporal, podemos aceitar uma história popular do futebol[109], uma visão da história potencialmente redutora ou elaborada de uma perspetiva unívoca. Em muita da litigância associada ao desporto e ao lazer será difícil encontrar sempre uma inequívoca aversão às opressões ou intenções políticas anticoloniais (hoje idealizadas porque prezadas e desejadas).

[109] Correia, 2020.

Avente-se, os momentos de confronto político, de ativismo, podem ser exaltantes, mas a evolução e mutação dos crenças, paradigmas e práticas não se devem apenas a confrontações.

Retrocedendo no tempo, atente-se no conflito entre as maltas[110] ou relembre-se as rivalidades nos vários festejos em Luanda[111] para dar nota da multiplicidade de intenções e de atitudes.

Contra o voluntarismo nos estudos no respeitante à imputação de intenções anticoloniais, terá de se ponderar que, na maioria dos casos, essas intenções inexistiram ou, quando muito, foram evidentes para poucos. Amiúde, os estudiosos podem estar a incorrer num erro, simétrico ao da desconfiança das governações ditatoriais, relativamente a iniciativas de subalternos como estando potencialmente imbuídas de calados intuitos políticos. Estarão os estudiosos a colorir o que possivelmente não tinha cor?

Como narrou Aristides Pereira, em meados do século XX, na ressaca das fomes, em Cabo Verde, o responsável da polícia achou que um torneio de futebol organizado pelos clubes constituía uma homenagem pública, veladamente política, a um administrador desalinhado com o regime. Esta imputação de intenções ditou a proibição do torneio. Para Aristides Pereira não existia intenção política[112]. Admitamos que, se existisse, era muito diluída ou apenas perpassava na mente de alguns.

Eventuais propósitos políticos, nomeadamente os propagandeados, devem ser analisados e problematizados. Admitamos que a presença de jogadores africanos nas equipas da metrópole e na seleção nacional portuguesa visava

[110] Grupos de capoeira que acabaram a funcionar como tropas de choque em confrontos eleitorais (Fonseca, 2010), não sendo difícil estabelecer paralelismo com a predisposição das claques dos clubes cariocas para as confrontações, cf. Filho, 2004.

[111] Marzano, 2013.

[112] Pereira, 2003, 359-360.

branquear a segregação racial nas colónias[113]. O argumento é plausível, podendo traduzir intenções da ditadura colonialista. Mas não só tal sucedeu quando a segregação racial parecia ceder, como a prestação desses jogadores na metrópole aduzia argumentos para nas colónias se deixar de se vedar a prática desportiva aos "indígenas" e aos africanos[114]. Ou seja, a prestação de africanos na metrópole questionava os axiomas racistas, tal outra interpretação plausível...

Evidentemente, tal também vingou porque também o "poder colonial procurava beneficiar de um processo de consolidação de uma cultura popular urbana, fortemente mediatizada, de que sempre desconfiara"[115]. Avesso a multidões nas ruas e apegado ao ascetismo de costumes, o regime salazarista não foi um entusiasta da propaganda política através do desporto. Até aos anos 50, o regime não se promoveu através do desporto, preferindo o suporte da Igreja. Nos anos 60, a eficácia da propaganda colonialista – a relativa ao desporto foi pobre, quando comparada com a de outros regimes e Estados[116] – dependeu, não apenas do alargamento da prática desportiva, mas, sobretudo, da transformação da prática desportiva em espetáculo público[117] e da sua promoção como objeto

[113] Domingos, 2013, 92.

[114] Num certo sentido, tal é similar ao processo, bem mais complexo e matizado, da ascensão do negro no futebol brasileiro, de que inicialmente foi apartado por força de preconceitos que não tinham outro fundamento que não o viés racista dos que deles comungavam, cf. Filho, 2004.

[115] Domingos, 2013, 92.

[116] Para o caso do Brasil e da Argentina, ver Drumond, 2008; acerca da propaganda referida ao desporto aquando dos cento e cinquenta anos da independência do Brasil, ver Rei 2020.

[117] Como assinalou Domingos (2013, 93) que, contudo, se refere ao crescimento do campo desportivo à margem da ação estatal.

Pense-se, por exemplo, nos Jogos Desportivos do Mundo Português, cuja organização se anunciou em 1961, cf. Melo, 2013, 135.

visual de circulação universal[118], a qual transmitia um ideal de realização humana patrocinado pelo Estado que, na década de 60, já não se queria colonial, antes se pretendia multirracial[119].

Referidas ao desporto, estas mensagens tinham um conteúdo político, induziam um sentido interpretativo das medidas relativas ao desporto. Num certo sentido, são simétricas de veladas interpretações anticolonialistas sobre a prática desportiva. Com particular relevância para a escrita da história e a produção de saber, estamos à volta da questão de partida, a saber, não há práticas desportivas isentas de intencionalidade política?

Em tese, as práticas desportivas são, ou podem ser, atos gratuitos – meramente desportivos – que não carecem de um sentido transcendente ou sequer de outro propósito, que não seja o de participar ou de, desejavelmente, vencer uma competição. E este propósito pode ser relevante, por exemplo, para pessoas a quem as vitórias ou a fruição de um dado momento importem mais do que qualquer outro objetivo, incluindo, objetivos políticos, por muitos considerados inatingíveis. Aliás, a predisposição corriqueira de alheamento da política pode ser a mais remuneradora, politicamente falando, para os mandantes[120].

[118] Ao tempo, os selos eram um poderoso meio de divulgação de imagens. Pouco após o início da confrontação armada, o regime divulgava imagens dos desportos supostamente praticados nas colónias; a este respeito, ver Melo, 2013.

[119] Não por acaso, também se produziram séries de selo postais com igrejas das colónias, indício da importância que tais ideários – o religioso e, depois, o idioma social sobre o desporto e, concretamente, sobre o futebol – tinham na configuração das vidas quando desocupadas da canga do trabalho.

[120] Aliás, as vitórias desportivas podem ser politicamente importantes independentemente da governação. Veja-se o caso da seleção da Guiné Equatorial que passou a recrutar jogadores estrangeiros, que mais do que identificar-se com a pátria ou nação, devem (tanto quanto possível) ganhar. Não se trata de cimentar a nação, trata-se de cimentar o poder através de vitórias no campo de jogo. Não é invulgar encontrar nas manifestações desportivas o equivalente emocional

Por força do veio voluntarista na análise histórica e da tentadora homenagem ao sofrimento pregresso e às diferenças identitárias, pode distorcer-se a análise, imaginando-se diferenças irredutíveis e atribuindo intenções políticas e outras à prática desportiva de subalternos em contextos coloniais, quando, provavelmente, as pessoas praticavam futebol pelo futebol, isto é, por fruição, por adição, para ocupar o tempo, sem ninguém se interrogar – tão pouco se incomodar! – com a origem ou as consequências de uma prática, que, a seu jeito e sem surpresa, considerarão intemporal.

Retrocedendo, nos antípodas das lucubrações voluntaristas, qual dos jovens que diariamente se entrega ao futebol nos terreiros das arruinadas roças se incomodará com a ideia de que esses terreiros – por regra, retângulos de terreno aplanado e, por isso, apropriado para o futebol – eram outrora lugares solenes e de trabalho? De outra perspetiva, qual deles, por causa da metamorfose do cenário em que jogam futebol, pensará no passado dos progenitores ou no seu futuro para além da prática diária do futebol, também rotineira por não haver o que fazer?

Em todo o caso, em contextos de subalternidade, a história do futebol pode ter sentido político, por nos falar da história de indivíduos pressupostamente insurgentes. Ainda assim, relativize-se a ideia da propensão da maioria dos subalternos para lutar – a maioria não nutre intuitos insurgentes –, resultado de equivocadas inferências de lutas simbólicas e da presunção de que o vexame e a opressão geram necessariamente a revolta. Tal asserção deriva da interpretação

---

da réplica alienada pelos deserdados do discurso neonacionalista sobre o bem-comum – como sendo o da nação, mormente da nação recém-independente –, identificando-se os deserdados com um poder que se exerce em seu desfavor, mas que eles tomam como deles, porque o grupo dominante tem o talento de adular e exaltar o ego nacional (Mabeko-Tali, 2018, 58-59). Assoma a questão: apesar das presumidas bondade e inteligência políticas de Mandela, estaríamos perante uma situação equivalente aquando da vitória da África do Sul no mundial de râguebi?

da história de acordo com uma visão idealista do que essa história deveria ser, ou ter sido, uma concretização da justiça e da igualdade.

O propósito de usar o desporto como instrumento de ação política anticolonial nem sempre esteve presente[121], tal como nem todo o patrocínio colonial da prática desportiva podia sequer ambicionar lograr a acomodação dos colonizados.

Aliás, não se ignorará que na atividade desportiva ou de lazer, tanto quanto grandiosos ideais emancipatórios se inscrevem micro amiúde dominações e dependências, conducentes à seletividade na memória, à parcialidade no juízo e à amputação da explicação histórica, que, não o esqueçamos, nunca reproduzirá a vida…

Note-se, os eventuais sentidos políticos subjacentes ao recurso ao desporto dependem das especificidades dos processos históricos. Também por isso, tão inútil é a linguagem ideologicamente sobranceira e etnocêntrica, oriunda do magma cultural racista ou colonialista, como o é a cunhagem de um propósito político ou, noutros casos, de um sentido transcendente a todos os atos desportivos dos atores subalternos.

Cumpre escrutinar os sentidos políticos e outros das práticas futebolísticas e de outros desportos[122]. Cumpre equacionar a possibilidade de, numa dada situação histórica, o sentido político (um entre outros eventualmente antagónicos)

[121] Arriscaria até a dizer que, compreensivelmente, está mais presente nos registos memorialistas do que provavelmente esteve nas práticas desportivas de há décadas.

[122] Não desprezaria os múltiplos significados de cada gesto, mesmo quando implícitos. Em todo o caso, o voluntarismo pode forçar a encontrar intenções e significados para opções que podem brotar mais do pragmatismo do que de significados políticos. Por exemplo, as escolhas dos estádios de futebol – em Luanda, em Maputo, na Praia – para a proclamação da independência teriam significado político?

do desporto ser distinto da ideologia dominante. Ou algo de semelhante suceder com decisões de governantes que, no seu apoio ao desporto, destoavam, mesmo se marginalmente, da visão dominante acerca da sujeição dos africanos, o que, para estes, podia não ser de somenos.

Os clubes foram nascendo e a adesão ao desporto foi crescendo. Vincou-se a tendência para a perda de posição das ecléticas associações culturais e recreativas a benefício do predomínio dos clubes desportivos que concitavam paixão e favoreciam a acomodação.

Já no cair do pano do colonialismo, um agente da PIDE em São Tomé e Príncipe tipificava o futebol como um dos mecanismos de acomodação dos ilhéus[123], porquanto, juntamente com as danças e a ausência de pressão social no sentido do empenho produtivo, o futebol parecia constituir uma espécie de horizonte de realização dos ilhéus. Embora se calasse o facto, certamente se anteveria gérmenes de politização anticolonial, que convinha colmatar com a deriva para o futebol.

Tal podia não ser difícil. Perguntemo-nos: que interessa(va) mais ao comum das pessoas, a política ou o desporto? Ora, na contramão do (teorizado) peso relativo dessas esferas da vida, teríamos de ficar surpreendidos com a resposta… Mesmo se nos referirmos ao tempo colonial, não nos deve surpreender o facto de o futebol e outros domínios banais da vida prenderem mais a atenção do que a independência, que a muitos – a muitos mais do que o que os estudiosos gostam de imaginar – parecia inatingível.

[123] Segundo Felisbino Gomes escrevia no dia seguinte ao do aniversário da tragédia de 1953, nada alterara a tranquilidade na província, alheada de assuntos políticos. Os ilhéus, entusiasmados com o futebol local e as danças nos chamados fundões, esqueciam tudo, até o próprio trabalho a que eram alérgicos por hereditariedade, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT nº8970, fl.24, relatório nº2/974, 4 de fevereiro de 1974, do chefe de brigada Felisbino Marques Gomes.

Alguns passaram pelo desporto a caminho da luta contra o colonialismo. Podemos olhar os clubes de futebol como lugares de potencial consciencialização e de ação politizada[124], até por força da mera partilha de emoções em contextos políticos pautados por rígidas restrições e interdições. Todavia, sem embargo de o ter sido para alguns indivíduos, a ideia de que o desporto foi uma via para a consciencialização política pode derivar de um adorno da pretérita prática do desporto. Embora fosse o fito de políticos que apostavam no desporto, afinal, será difícil (ou configurará um voluntarismo retórico) asseverar que o desporto, por si só, gerava solidariedade duradoura entre os subalternos que o praticavam…

É certo que se podia lesionar um adversário branco[125], mas poderemos imaginar que tal se faria isso quando o colono ou o branco em causa não pudesse jogar na própria equipa ou se não se pudesse jogar na (putativamente vencedora) equipa do branco. E, em todo o caso, lesionar um adversário não era necessariamente empenho numa causa política, ainda que nada impeça que assim possa ser retratado.

Alguns líderes políticos aludiriam à congregação de esforços contra o colonialismo, ilustrando o seu pensamento com a analogia do coletivo empenhado

[124] Em Angola, a partir de 1961, os clubes passaram a ser olhados com mais preocupação pela PIDE (Bittencourt, 2013, 171). Em meados da década de 1960, a PIDE relaxou a peneira e deixou de se opor às atividades associativas de elementos desafetos, desde que não militantemente avessos ao laço colonial (Bittencourt, 2013, 175-176). A vigilância da PIDE e o carácter repressivo do regime talvez tenham hiperbolizado a efervescência política nos clubes, servindo de fundamento a subsequentes narrativas de atos nacionalistas nos campos de futebol. Seria prudente considerar que os clubes se ativeram sobretudo à prática desportiva, que não podia deixar de ser considerada uma reivindicação de cidadania e, nessa medida, uma fissura na construção colonial. Após a "proclamação da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, o MPLA instaurou um socialismo vigilante, crescentemente interventor na vida associativa e privada. Novos olhos e ouvidos passaram a acompanhar clubes e esportistas" (Bittencourt, 2013, 177). Como qualificar esta ação, não de vigilância, mas de intrusão…?

[125] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

num despique desportivo. Na verdade, a metáfora da equipa podia ser útil para ilustrar a via para alcançar um objetivo político. Porém, para a governação social no pós-independência teria sido pensar na governação de um clube, em que interagiam pessoas de diferentes condições origens, condição e perfis, para além da interação numa sociedade independente poder ser ilustrada pela multiforme e mutante relação de vários clubes representativos de diferentes interesses e objetivos almejados por grupos e pessoas e idiossincrasias diferenciadas.

Quando se fala de instrumentalização política do desporto pelos poderes colonial[126] e independentista[127] ou, em alternativa, para lograr objetivos políticos emancipatórios, nem sempre se avalia o quão irrealizados, inconsequentes ou, simplesmente, impensados foram tais intentos políticos[128], por vezes, descobertos, quando não inventados, *a posteriori*, a fim de se imputar (ou reivindicar) retroativamente uma intenção e um sentido político de que, afinal, o desporto teria de estar forçosamente imbuído. Ora, tal está longe de ser verdade.

Em momentos dados, os sentidos políticos do desporto podem ser menos orientados pelos poderes ou pelos que aspiram a instrumentalizá-lo, podem ser mais difusos, e, ainda nessa circunstância, revelarem-se um fator de mudanças, sem preclara consciencialização da sua importância política e social.

[126] No caso português, "escasseava um pensamento sobre a função colonizadora do desporto" (Domingos, 2013, 93), mas tal não impedia, antes pelo contrário, vários intentos de atores que se descobriam propensos para a atuação no domínio do desporto, independentemente de sopesarem o que tal teria de benéfico para a situação colonial, que poderia até não lhes merecer afeição.

[127] Para o caso da Guiné, ver Melo, 2020, 99 e ss.

[128] A propósito de Angola colonial, veja-se a equação da relação entre poder colonial e associações desportivas tecida por Bittencourt, 2010. Já em Cabo Verde, inicialmente os portugueses não tiveram claramente delineado o "intuito de usar a prática esportiva como instrumento de controle, de dominação, de disciplinarização", cf. Melo, 2010.

Independentemente de convicções políticas que procuravam suportes instrumentais para o proselitismo, o desporto, mormente, o futebol, continha um elemento desafiador das crenças racistas e, também, colonialistas. Seja como for, apesar da (imputada) alienação subjacente ao desporto (e, admitamo-lo, da religião[129]) enquanto práticas conformadoras dos quotidianos, importará também reconhecer o potencial corrosivo do desporto para a ordem colonial[130], desde logo por o desporto se ter tornado um corriqueiro ordenador da vida, a ponto de, a exemplo do sucedido com a consciência religiosa, ter sido também considerado um veículo de alienação.

Cabe, ainda, lembrar que eventuais significados associados ao futebol podem surpreender por não corresponderem aos costumeiros intuitos de instrumentalização política da prática futebolística no sentido da acomodação ao *status quo* ou, ao invés, do proselitismo para a insurgência anticolonial.

Já depois do início dos levantamentos contra o colonialismo em Angola, em 1963, tropas portuguesas e congolesas confraternizavam em jogos de futebol, não raro seguidos de "comidas e bebidas"[131]. Convívios desta natureza não eram constantes, mas, convir-se-á, um único já surpreende. Terão ocorrido alguns. Em

[129] "A religião contribuiu para a consolidação do conceito nacional através de um núcleo de valores que, por serem tradicionais, densos e hostis à colonização, foram canalizados para a causa da independência." (AAVV, 2005, 217). No domínio da especulação, arriscaríamos dizer que subsiste algum paralelismo entre os idiomas da religião e o do desporto, porquanto ambos tanto sustentaram a obediência e a acomodação ao colonialismo, quanto, embora menos frequentemente, suportaram o desafio à dominação.

[130] Vidacs, 2010, 32. A dado passo, as autoridades também pensavam assim. E, obviamente, nas sociedades colonizadas colavam-se vários significados eram colados ao desporto. Daí que os colonos testassem a reverência dos colonizados, enquanto estes forjavam práticas avessas ao racismo e, quando possível, à dominação.

[131] Por exemplo, ver ANTT, PIDE/DGS, Del. A, P. Inf. 11.32.H, NT 1864, fls.203-205, relatório semanal nº12/63-S. R., Nóqui e Posto da PIDE, 25 de março de 1963.

tempo de guerra, enquanto portugueses, desertores do exército colonial por serem anticolonialistas, eram maltratados[132], autoridades e tropas congolesas e portuguesas confraternizariam com base no consumo de cerveja.

Em rigor, tais convívios não eram inexplicáveis. Mas ainda hoje surpreenderão abordagens maniqueístas, predispostas a hipervalorizar antagonismos políticos, que, nas suas vidas, os sujeitos, os grupos e as dinâmicas sociais amiúde desmentiam. Um caso impressionante terá sido o do desertor português, cabo Pinto, que se radicou em Léopoldville, para cujo sucesso terá contribuído a sua habilidade para o futebol[133].

Ainda que com menos relevância, cite-se o caso de recurso à afeição desportiva para prova de sentimentos políticos. Como é que um dissidente, quando não um militante anticolonial, podia demonstrar arrependimento e procurar provar fidelidade à nação? A 9 de novembro de 1970, num ofício secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao diretor-geral de Segurança – o mesmo é dizer, à PIDE – dava-se a conhecer uma carta de um ilhéu a Salazar, na qual manifestava o desejo de se reconciliar com Portugal, para isso cessando as atividades no CLSTP. Concluído o curso liceal, abandonara o país em 1958, estivera um ano em França e estabelecera-se na Suécia até 1968, ano em que concluíra o doutoramento, depois de uma licenciatura em economia política. Aí escrevera artigos em jornais suecos a “favor dos movimentos terroristas anti-portugueses”. Após estadas em África, concluíra

[132] Ver a impressionante descrição da violência feita por Pádua, 2011.

[133] Companheiro de deserção do oficial médico Pádua, o cabo Pinto começou a jogar futebol num campo da prisão no Congo, concitando a admiração geral (Pádua, 2011, 54). Por conta das habilidades futebolísticas, o cabo Pinto integrar-se-ia na vida local, treinando uma equipa, deslocando-se na cidade com as suas duas namoradas, conforme relato do angolano Manuel Videira, 2021, 128.

que "sob muitos aspetos a colonização portuguesa ofereceu aos africanos bastante mais do que qualquer outra". Afirmava ter simpatia pelo povo português e o desejo de não "perder o contacto com a Pátria' levara-o a ser correspondente do jornal *A Bola* em Estocolmo, apesar da sua 'situação delicada' política. Esclarecia que elementos do CLSTP desconheciam a carta que escrevera. Despachou-se no sentido de obter um histórico dos antecedentes e de minutar uma proposta de decisão[134]. No tocante à resolução do ilhéu, podemos imaginar que pesariam o cansaço e a perceção de um caminho sem fim à vista. Não deixa de ser interessante que o crédito de portuguesismo fosse a correspondência com o mais popular periódico desportivo português. Não interessaria para o caso, mas o dito ilhéu apareceu após o 25 de Abril como militante de topo de MLSTP, falando como alguém já na calha para a assunção de responsabilidades políticas. Entretanto, com a independência, desapareceria da política são-tomense. Ainda mais voláteis do que o apego ao desporto pareceram ser os sentimentos políticos.

Porventura, seria acurado falar do desporto como fonte de um idioma social, do qual se retiram inconscientemente ponderações para a vida, processo, aliás, evidente nos pleitos desportivos em contextos coloniais. Com efeito, até numa sociedade colonial, a visão das relações sociais podia ter de pagar tributo à perceção de senso comum – a da igualdade de condições no campo desportivo, a que muitos colonos não se queriam sujeitar e que outros validavam quando participavam nos jogos com africanos nas suas equipas ou nas equipas adversárias –, visão tão mais verdadeira e impositiva quanto decorrente da presença assídua do desporto no quotidiano.

[134] ANTT, PIDE/DGS, SC SR Nº2388/56 NT 2781, fls.8-10, Lisboa, 9 de novembro de 1970, of. secreto do diretor-geral dos Negócios Políticos do MNE ao diretor-geral de Segurança.

Dado o imparável curso do futebol no giro do mundo, o seu sentido político lato, embora não expressamente codificado, antes difuso, podia tornar-se relativamente operante. Afinal, se havia um significado no avanço da desportivização das sociedades coloniais, era o de uma uniformização dos comportamentos em campo. Tal também colidiria com as especificidades emancipatórias da prática do futebol, por exemplo, nos subúrbios das cidades coloniais. Ou cumprirá ponderar que o desvio à norma padrão do futebol, por indução das condições e dos propósitos com que se pratica futebol em cada sítio, será porventura mais adaptativo às circunstâncias do que propriamente ressentido e/ou emancipador.

Por outras palavras, a apropriação e a adaptação do futebol, em razão da matriz identitária ou da pulsão para o desagravo ou a contestação, poderia resistir à pressão uniformizadora da linguagem universal do futebol? Ou à possibilidade que se abria de ascensão dos clubes do futebol popular (paulatinamente, porventura menos ressentido e revoltado) dos subúrbios para os clubes da cidade[135] e, até, para os da metrópole?

Em certas conjunturas ou situações, o futebol podia permanecer malandro, mas não é evidente que essa faceta fosse a mais perseverantemente procurada pelos africanos, mesmo que jogassem amiúde contra equipas de brancos ou de colonos. Dir-se-ia que a "reclamada" apropriação[136], e consequente adaptação,

[135] Nos anos 60, a realização de um campeonato popular em Bissau empolgou o público da capital, levou à "contratação" de jogadores para o campeonato federado, aonde chegou um clube saído do campeonato popular, o Ajuda Sport (Melo, 2020, 95). É de supor que aspirações semelhantes perpassassem por pessoas e clubes noutros subúrbios, mitigando o ressentimento associado à perceção da discriminação, também matizada no ocaso do colonialismo.

[136] A adesão ao futebol e aos desportos modernos passava pela consciencialização dos africanos? Ao invés dos termos em que hoje a espaços se a equaciona, não suscitaria o futebol uma adesão tão pronta quanto nós podemos imaginar à luz da nossa experiência? Sabe-se que nem sempre foi

resultava mais da apartação a que os africanos, ou "indígenas", eram sujeitos, os quais, se vencida a barreira racial, deixariam a malandrice. Mais do que de uma cultura matricial de vocação anticolonialista ínsita nos colonizados, o futebol malandro derivaria das circunstâncias de sujeição dos jogadores e das condições em que o futebol era jogado.

É assaz difícil a assertividade a respeito de práticas tão polissémicas. Por exemplo, não se deixe de reconhecer uma noção de futebol própria de cada tempo[137] e de hábitos locais, onde a violência está presente (as mais das vezes, alheia a qualquer forma de resistência). Em São Tomé, a noção de virilidade masculina obriga à sua afirmação, ao desempenho futebolístico assente na compleição física e na afirmação de força superior à do adversário[138]. O futebol de recreação permaneceu malandro em São Tomé e Príncipe durante décadas após a independência. Até há anos prevalecia uma cultura de despique físico enxertada na prática de futebol fora dos despiques regulados. Arriscaria dizer que assim deve continuar…

Se lêssemos os conflitos nos campos de futebol em São Tomé nos anos 70 – que, sem dúvida, tinham ínsita uma perceção do antagonismo racial – como

assim, mas tê-lo-á sido em muitos casos, sem outras motivações que não a da fruição da prática desportiva.

[137] Compare-se a malandrice dos subúrbios das cidades coloniais com a evolução da violência ao redor e nos campos nos primórdios do futebol no Brasil (Filho, 2004). Mesmo advertido para a fantasia de algumas das narrações constantes do livro, se porventura algumas das descrições dos eventos em que as claques se portaram como gangues fossem verdadeiras, então talvez se devesse concluir que a malandrice politicamente orientada das táticas dos colonizados africanos deverá ter sido muito contida. Tal é congruente com a assimetria da sociedade colonial.

[138] Numa conversa informal, um treinador do Sporting de São Tomé do tempo colonial qualificou um seu pupilo como medroso (*testemunho pessoal, A. Nascimento*). Parecia que não se disputava um desafio de futebol sem disposição para a luta física.

inequívoca contestação ao colonialismo[139], como deveríamos ler a incidência da violência após a independência, quando supostamente inexistiam razões para tal violência?

Ainda que seja difícil detalhar a mediação que leva da falência das instituições à violência nos campos de futebol, porventura será mais profícuo interpretar os episódios de violência nos campos como indício da descrença nas instituições e sintoma de desorganização social[140].

Ao aludirmos à desportivização das sociedades[141], estamos a falar de uma progressão desigual, mas imparável, de uma cultura desportiva, fundadora de um espaço de práticas universais e de uma dinâmica tendencialmente homogeneizadora de circunstâncias heterogéneas, como as das cidades por oposição às dos povoados rurais, ou as dos centros do capitalismo em contraste com as das semiperiferias, as das metrópoles colonizadoras distintas das de sociedades coloniais.

Com a crescente desportivização das sociedades, que se impôs pelo apelo ao sensorial e pela imagem, inferem-se (indevidamente que seja, pouco importa) significados julgados úteis para a regulação das relações sociais, os quais, aliás, tendem a sobrepor-se ao das ideologias e aos das religiões. O desporto como que

[139] Curiosamente, um dos ilhéus citado como envolvido nos confrontos viveu toda a vida em Portugal. Tal não elimina a possibilidade de contestação ao colonialismo, mas também não deixa de a caracterizar.

[140] Nascimento, 2021.

[141] Para o avanço da desportivização global das sociedades, não se concluirá por um mérito intrínseco do desporto, porquanto cumpre sopesar o poderoso contributo dos meios tecnológicos de transmissão de imagem, do triunfo da publicidade e da criação de necessidades económicas, induzidas pelas dinâmicas da acumulação, que modelam as aspirações do comum dos mortais, fatores que se sobrepõem aos fatores políticos.

fornece ideias ordenadoras da vida, das possibilidades e das necessidades, sendo portador de uma moral banal, mas útil, para regulação social[142].

Se assim pudéssemos falar, o resultado político, *lato sensu*, do desporto – fosse pela polarização dos sentimentos numa prática sem aparente potencial político (tal como sucedera com a religião), fosse pelo consequente empenho nessa prática sem sentido[143] – seria o de confirmar a sociedade. Nesse sentido, tanto laboraria contra a mudança política e social desejada por revolucionários e independentistas, como indiciaria a falência da negação da igualdade entre as pessoas sustentada por poderes coloniais.

III

O DESPORTO E O GIRO DO MUNDO

DESPORTO *VERSUS* RACISMO

Dado o foco nas sociedades africanas (ou dos seus legados noutras sociedades), uma questão instigante é a da relação do racismo com o desporto. A evolução de ambos está indissociavelmente interligada.

[142] Não terá sido por acaso que o desporto foi adotado para proselitismo religioso. No Brasil, o padre Manuel Gonzalez orgulhava-se da introdução do futebol no Brasil, praticado em colégios para jovens de famílias endinheiradas (cf. Filho, 2004, 52-53). Nas missões, os jogos seriam ocasião para se verem missionários sem batina.

[143] Opinião de Alda do Espírito Santo ou, há décadas, de muitos outros, que achavam que a "bola" distraía os jovens de aprendizagens escolares necessárias à vida.

O estudo do desporto – linguagem tendencialmente universal[144], mesmo se de enraizamento social inicialmente marginal – constitui-se como um meio privilegiado para examinar as sociedades coloniais[145], mormente, as relações entre colonizadores e colonizados, as formas de poder, a evolução de grupos sociais, os processos de exclusão e incorporação social, com implicações no acesso ou na interdição ao lazer.

Vale a pena registar que, para aferir da valia do desporto enquanto fator de mudança, mormente no domínio das relações raciais, será relevante, de uma perspetiva comparativa, avaliar estes itens noutras sociedades, que não as colonizadas, caso, por exemplo, do Brasil, onde, nem nos campos de futebol, a igualdade foi sempre uma realidade. Nos primeiros anos do futebol no Brasil, o jogador negro não podia dar pancada sem se tornar vítima de uma possível agressão do público, propenso a saltar da bancada de bengala em punho[146]. Como se referiu, de início, nos campeonatos cariocas, ninguém pensava no ingresso de jogadores negros para fazer uma equipa ganhar… e, ao tempo, não se falaria de racismo nos termos em que posteriormente foi equacionado.

---

[144] O carácter tendencialmente universal do desporto advém do facto de ser uma linguagem reconhecida por todos, quanto por concitar a aspiração e o apego de (quase) todos. Acresce que a propensão e a capacidade dos corpos não podem ser preditas nem decretadas, da mesma forma que o apego ao desporto conduz ao forçoso reconhecimento do interesse e do apego dos outros, mesmo se colonizados e subalternizados. Estas circunstâncias pesavam nas relações no terreno, como que negando os sustentáculos racistas do colonialismo, facto mais notado sobretudo quando as circunstâncias políticas se lhe tornaram adversas.

[145] Domingos, 2010.

[146] Filho, 2004, 109.

Relembre-se, quão diferente seria o ambiente, mesmo em contexto colonial, quando um ilhéu lesionou um branco por ele considerava um adversário temível, cf. *testemunho pessoal, A. Nascimento*.

Se hoje parece evidente que num sistema colonial não se podia ignorar o racismo, a verdade é que, sobretudo no colonialismo português, o expediente de autoridades os colonos foi justamente o de ignorar a prevalência do racismo, sobretudo quando este se tornou motivo de opróbrio. Porventura, também por isso se desvalorizou ou se ignorou o facto de o desporto, que trazia no bojo um fermento de mudanças sociais, ser corrosivo para o racismo.

No tempo colonial, o futebol era afirmou-se como um espaço de igualdade e de liberdade regulada, onde, segundo as regras, se podia ser melhor do que o adversário, mesmo em posições abissalmente assimétricas, o que, enquanto o futebol não singrou, pouco ou nada importou ao sistema colonial. Ainda assim, foi no futebol que se forçaram as barreiras raciais[147], foi nesse domínio que se veio a apostar para vazão das tensões e desvio da consciência da política.

Noutros contextos coloniais – incluindo os ambientes elitistas, como os das corridas hípicas no Sudoeste Alemão[148] –, o desporto foi forçando o rompimento de barreiras raciais. “Afinal, do ponto de vista da porosidade e da indução de mudanças sociais, esta manifestação da modernidade tinha potencial equivalente, quando não maior, ao da imprensa e do associativismo – que também vivia do desporto, amplificando a sua importância social e política – e ao do associativismo político.”[149]

Como se provou por várias vezes, o desporto tinha potencial para desautorizar as ideias racistas sobre a inferioridade dos negros, mesmo se, em abstrato, não questionava os lemas da superioridade europeia ou de colonos. Na

[147] A superação das barreiras raciais acabou por ser maior no desporto do que no conjunto da interação social, cf. Gonçalves, 2010.

[148] Correa, 2013.

[149] Marzano e Nascimento, 2013.

prática, evidenciava-se a vantagem de, num campo restrito e, não raro, a benefício imediato do colonizador, se reconhecer o talento e a força insuperáveis de atletas e jogadores africanos.

Mutantes no tempo, as relações entre o desporto e o racismo assumiram (e assumem) expressões diferenciadas, entre elas, a prevalência da raça, ou da cor da epiderme, apesar de ela não ser nomeada[150], e a da convicção, por vezes desmentida, de que o desempenho no campo corresponderia à assimetria na sociedade. Ora, no campo de futebol, os colonos podiam perder.

Os colonos poderiam sempre depreciar o desempenho futebolístico dos indígenas ou colonizados a partir de uma noção subjetiva de que uns pontapés na bola não seriam exatamente um jogo de futebol bem jogado. Todavia, tratar-se-ia de uma asserção subjetiva e indemonstrável, que se escorava na convicção da superioridade inquestionável das suas ideias relativamente ao mero desígnio de ganhar jogos de futebol, o que, no entendimento dos colonos, seria o intento dos indígenas dados à prática do futebol sem ponderarem o lugar ou propósito do futebol para a vida… Por quanto tempo se poderia, por conta do racismo, alimentar o preconceito de que os indígenas não tinham capacidade civilizacional para a execução de um bom jogo de futebol quando eles podiam ganhar e… ganhavam? E de que lhes faltavam capacidades para fazerem um bom juízo do que deveriam ser as suas vidas e o caminho das sociedades?[151]

[150] Bittencourt, 2010.

[151] Cabe uma nota lateral sobre surpreendentes homologias em processos políticos pressupostamente antagónicos: por muito estranho que se afigure, ao arrepio da aparente diferença de propósitos, uma justificação do poder dos mandantes no pós-independência assentava na sua ciência do que seriam os verdadeiros interesses dos seus concidadãos, ex-colonizados.

Como ficou dito, a partir dos anos 50, em Angola e em Moçambique, a assunção do mérito futebolístico e do interesse na valia desportiva para levar os clubes aos triunfos levou ao surgimento de equipas com brancos, negros e mestiços. Como sucedia no Brasil, comprovava-se à saciedade o valor dos negros[152]. E, a partir do momento em que nas sociedades coloniais se abria espaço para o desporto e, em especial, para o futebol, como é que, sem interdição em letra de forma de equipas mistas, se travaria a pulsão para a integração de negros ou "indígenas" nas equipas federadas locais e da metrópole?

Com a mudança da conjuntura internacional após a II Guerra, a partir de atos solitários[153] iniciou-se o caminho para o desanuviamento político que, tendo expressão no desporto, se poderia replicar na sociedade. Aventa-se o desaparecimento de um "racismo omnipresente, no desporto nos derradeiros anos do colonialismo, tanto entre os praticantes como entre o público, mormente quando composto de estratos médios da sociedade[154]. Certamente podemos falar de racismo omnipresente, que, como tal, foi varrido da testada do regime e, por reflexo, do comum dos discursos sobre a valia desportiva dos africanos[155], que se afirmou pujante no Benfica dos anos 60 e na seleção portuguesa de 1966. Como se explicaria a loucura em torno de Coluna e Eusébio num país referido pelo

[152] Este caminho foi feito nas colónias portuguesas, tal como fora feito no Brasil, cf. Filho, 2004.

[153] A acrescer à prática desportiva força da alçada da administração estatal e ao descompasso entre a legislação colonial e a concretização dos propósitos mais particulares de muitos dos atores no terreno, a "informalidade da prática terá gerado situações de troca desportiva, que ora vincavam e reforçavam a discriminação, como podiam desafiá-la." (Domingos, 2013, 90). Tendencialmente, reforçaram-na de início – o que não impediu a afirmação de Demóstenes de Almeida, em Angola, ou de Guilherme Espírito Santo, em Lisboa –, esbateram-na cada vez mais depois.

[154] Por exemplo, para o caso de Angola, relembre-se Gonçalves, 2010.

[155] O reconhecimento da valia desportiva dos corpos negros não era indiciado pelo investimento de tempo e de meios na promoção de *boxeurs* negros na Beira, uma cidade marcada pelo ideário racista?

colonialismo e pelo racismo? Em jeito de especulação, e por muito que incomode uma certa visão normativa do saber, talvez cumprisse duvidar mais da crença do comum das pessoas no colonialismo e no racismo – factos dados para o comum dos portugueses sem outro instrumento de leitura do mundo além do ideário salazarista – do que do apego dos benfiquistas e dos portugueses a estes dois ídolos da bola…

Certamente, houve conflitos em jogos e jogos em que se expressaram rivalidades raciais, mas não apenas essas. Podemos contrapor eventuais sentimentos de desforra dos agravos, presentes na prática de futebol popular nos subúrbios de Lourenço Marques[156], à adesão popular ao campeonato de futebol da missão de São Benedito da Manga, onde jogavam equipas de "indígenas" que, de alguma forma, se agrupavam por afinidades de origem e de ordem sociocultural.

Como é que num caso teríamos a expressão de uma rivalidade racial e social e, noutro, se observava a adesão, mesmo se passiva, ao futebol popular, jogado por "indígenas" sob o patrocínio da Igreja na Missão de S. Benedito na Manga, subúrbio da colonialíssima cidade da Beira?[157] Os brancos que assistiriam estes jogos não estavam a valorizar a prestação desportiva, independentemente de esta ser protagonizada por negros, durante décadas rebaixados como "indígenas"?

A questão do atrito do desporto com as restrições do racismo pode ser repensada e equacionada de outra perspetiva… a da perenidade do apego ao

[156] Se fosse necessário para vencer e se lhes fosse possível, não seriam os jogadores dos subúrbios de Lourenço Marques igualmente malandros se tivessem de defrontar outros de outras paragens, que não necessariamente brancos?

[157] Nascimento, 2024.

desporto *versus* a falência de ideologias, o que se aplica quer à ideologia colonial, quer à revolucionária, pautada pela dimensão voluntarista e intrusiva da vida das pessoas.

Cumpre dizer que o processo de rompimento de barreiras raciais pareceu imparável. Todavia, ao invés dessa suposição de há décadas, não o é. Prezam-se os melhores nas "nossas" equipas, mas voltou a usar-se o jargão racista… contido não pelo politicamente correto, pela criminalização do racismo ou pela educação, mas, antes, pelo poderio da instituição FIFA – uma estrutura associativa supranacional assente no lucro, pressupostamente em valores básicos e, acima de tudo, no tendencialmente universal desejo de vencer –, a qual ensaia conter as manifestações racistas e impor o respeito[158] que é devido a todos.

Em todo o caso, multiforme e impercetivelmente arraigado, o racismo reveste-se de milhentas roupagens. Na cidade da Assomada, no interior de Cabo Verde, apesar de ditos e comentários acerca de um campo edificado pela câmara e usado pelos imigrantes, estes têm possibilidade de dispor de um local e de um tempo para a prática do desporto, algo impossível na capital, Praia, onde o escalonamento dos espaços lhes veda o uso de equipamentos[159]. A ser assim, dever-se-ia falar de racismo dos cabo-verdianos? Ou, afinal, do afloramento do racismo e de outras formas de dominação sempre que, independentemente da risibilidade dos pretextos, se proporcionar o ensejo e a ocasião?

O FUTEBOL E A PERTENÇA AO MUNDO *VERSUS* A IDEOLOGIA E A "LUTA"

[158] De certo modo, a ação tutelar da FIFA parece mais presente e atuante do que a dos Estados relativamente, por exemplo, a atos racistas ou à igualdade de género. Atende-se mais à FIFA por causa do dinheiro? Por uma justiça mais expedita do que a dos Estados?

[159] Borges 2013, 287.

Menos problemática do que a do racismo é a questão da dimensão política da identificação afetiva no domínio clubístico. A questão não vale senão como indício de como as sociedades e, não raro, os seus dirigentes se ocupam de questões irrelevantes para o devir histórico, que não – ajuizarão eles! – para a consolidação do seu poder. Ou não terá sucedido que a "luta" inventada e continuada após a independência – e, também por isso, conducente a fracassos económicos – precisava de gerar normas de conduta que eram menos importantes pela sua substância do que pela instilação da obediência ao chefe?

Um erro dos dirigentes foi o de acharem que os concidadãos, por os terem apoiado no seu engajamento militante para pôr fim ao colonialismo, os seguiriam incondicionalmente e *ad aeternum* no mando, retirando disso e da nova condição de cidadãos a gratificação emocional que antes retiravam, por exemplo, de inscreverem nas suas vidas a discussão, fútil que fosse, das incidências desportivas e das paixões clubísticas…

A seguir às independências, o futebol foi subalternizado, expurgado da suposta alienação, a benefício dos rituais da política. Ora, exceto na mente dos dirigentes independentistas, quando não apenas nas palavras, inexistia uma competição direta entre política e futebol. Aos dedicados ao "campo" do futebol importava pouco ou nada a ideologia, mas aos arautos da ideologia de vocação autoritária não podia deixar de importar o futebol, porquanto a afetividade só devia dirigir-se ao líder. Não podia haver heróis desportivos que lhes disputassem a afeição das pessoas banais…

Após a independência, as pessoas deviam alijar a alienação do desporto[160]. A propósito da alienação e do obscurantismo colonial, vale a pena registar que, a 10 de abril de 1950, assistindo a um jogo de futebol entre Portugal e Espanha, Amílcar Cabral escreveu que nunca se supusera tão português, mesmo se por esse tempo já tinha uma visão crítica da política colonial enformada por sentimentos anunciadores da sua predisposição independentista[161].

Concluir-se-ia, então, que se nem Cabral escapara à alienação ou à irracionalidade, era mesmo imperioso implementar uma política, pressupostamente desportiva, devotada à erradicação de manifestações alienadas e irracionais, avessas ao "homem novo"? Ao invés de terem concluído pela necessidade de expurgar as paixões alienadas nos seus concidadãos, talvez os dirigentes pudessem ter pensado na valia da realização multidimensional de cada indivíduo. Contudo, as imposições do credo ideológico excluíram tal discernimento. Ao invés, a univocidade de pensamento e de sentimentos era útil para a montagem de uma arquitetura política onde a palavra igualdade coexistia com a sua negação. A igualdade existia consumava-se na impotência perante a autoridade, caracterizada, durante anos, por uma rigidez hierárquica durante anos inquestionável.

[160] Citemos o caso da poetisa Alda do Espírito Santo, que depreciava toda a afetividade derivada da mundanidade, por ela considerada fútil. Por maioria de razão, desqualificou a afeição clubística, uma posição politicamente significativa porquanto fora a esse afeto alienado que a elite islenha se rendera no tempo colonial. Em consonância com a voragem ideológica do pós-independência, para ela, não havia lugar para desejos ou paixões banais. Porém, Alda não podia ignorar a existência do Sporting, posteriormente prezado como cadinho de nacionalistas, mas não por ela nem pelos demais dirigentes nos primeiros anos de independência. A aversão de Alda à afeição clubística derivava do interesse na consciencialização política e, mais relevante, na submissão de interesses particulares à devoção ao "seu" partido, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, o que passava pela supressão de solidariedades horizontais (Nascimento 2015). Num certo sentido, o partido era tão "seu" quanto o eram os clubes para os seus conterrâneos.

[161] Melo, 2020, 105.

Já se aludiu, o equívoco dos governantes era o de achar que a gratificação emocional de os seguir no seu desempenho voluntarista sobrepujava aquela que as pessoas retirariam dos despiques desportivos e das paixões clubistas. Terá sucedido assim, mas por pouco tempo. Ao invés das predições acerca da perenidade das vidas e do girar do mundo pautado pelas ideologias, passados anos, o esvaziamento da ideologia trouxe os dirigentes desportivos para o campo do desporto, tentando obter por essa sua conversão ao desporto a simpatia das "massas".

Nestas circunstâncias, as poucas e indiretas palavras sobre o apego aos gostos e, por conseguinte, aos clubes portugueses estavam destinadas à irrelevância. Ignoradas, tais palavras indiciavam o voluntarismo dos mandantes e o respetivo reverso, a saber, a inconsistência disfarçada pelos dogmas da ideologia, pelos quais os chefes se independentistas se queriam obedecidos. À margem deste facto, a simpatia para com clubes portugueses[162] era tão inamovível quanto era politicamente irrelevante. Foi a obsessão totalitária de quem queria inquestionada a sua autoridade que conferiu à afeição clubística, não o cunho político da alienação – que, a existir, também não se apagaria por força das ladainhas ideológicas –, mas a conotação de rejeição das políticas do pós-independência. Essa rejeição cresceria, não por causa da alienação colonialista,

[162] Em Cabo Verde, a Associação Académica da Praia foi o derradeiro clube a oficializar-se na era colonial. A sua história é a da Académica ou Micá de Cá (Casa) Néné, uma equipa de amigos que existiu na década de 1950. Foi na casa do barbeiro Laurindo (Néné) Hopffer Barreto (1915-1973), em Ponta Belém, um ponto de interação social onde passavam boa parte do dia a cavaquear, que a história da Académica da capital começou. A barbearia de Nené atraía por causa do pequeno negócio de cigarro e ponche de mel e de um aparelho rádio, aparentemente, o único, pelo qual a pequena comunidade seguia o campeonato de Portugal.

Acrescente-se, por causa da projeção do futebol, aí surgiu a ideia de organização de uma equipa, a Académica, a qual participava assiduamente nos jogos e torneios ocasionais nos campos dos arredores da Praia. Gabriel Mariano terá sido presidente da Académica, tendo escrito artigos sobre a organização do futebol no arquipélago nos anos 60, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

mas pelos ditames ditatoriais e pelas crescentes assimetrias a que se prometera pôr termo.

Em nome do “homem novo”, ao demandar-se o corte com a afeição clubística, demandava-se às pessoas que se desapegassem da sua vida e das respetivas memórias, a trocar por um futuro que, de início tangível, rapidamente se resumiria à demanda de trabalho e mais trabalho. Não raro, cultivada em circunstâncias árduas, aquela afeição remetia para ligações ao mundo certamente prezadas pelas pessoas.

Também por isso se continuaram a ouvir relatos de futebol dos jogos da antiga metrópole. Sem jornais, sem televisão, antigos colonos e novos cidadãos viam-se, de novo, na circunstância de ter de imaginar a destreza, a habilidade, a entrega e a superação dos seus ídolos, a quem não terão visto jogar, tal como ocorrera nas décadas anteriores.

Se no tempo colonial, nem todos as ações configuravam atos de resistência anticolonial, também depois da independência escutar um relato de um Benfica-Sporting não era resistência aos ditames dos mandantes. Nas cidades como no mato, tratava-se, apenas, de escutar relatos de jogos de futebol. Mais do que de resistência, aliás, inútil contra os sortilégios da história, tratava-se de segmentar a vida, com o que as pessoas se concediam alguns momentos de trégua da “luta” e de descanso das canseiras da estrénua luta pela sobrevivência.

Rebaixado pela ideologia e tido por inútil para a condução das sociedades, o magma cultural relativo ao desporto revelou-se mais importante para as pessoas do que vagos e imprestáveis propósitos ideológicos e políticos. Esse magma cultural era útil para a ocupação do tempo, para a tessitura de laços de sociabilidades, algo para que as ideologias eram rematadamente inúteis, até porque a sua verdade, de vocação hegemónica, mas de base parcial, não

derivava senão da respetiva imposição pelo medo. Além de intuída como falsas, ao comum das pessoas as verdades ideológicas só episodicamente garantiram retribuição emocional equivalente à proporcionada pelos despiques desportivos.

Não sabemos até que ponto os dirigentes independentistas, sem o confessar, não sentiriam incomodados com o facto de o apego às incidências do futebol nas metrópoles coloniais, ou às vicissitudes desportivas dos seus clubes de afeição, poder ser mais mobilizador do que o seu palavreado ideológico. Independentemente de a episódica exaltação com as independências parecer insuperável, em contraponto ao monolitismo ideológico as narrativas do giro do mundo futebolístico pareciam mais duradouramente apelativas.

Fig. 8. Imagem com o emblema do Benfica, Roça Vista Alegre. Fotografia de Augusto Nascimento. 2008.

Se após as independências, o desporto foi subalternizado, porque inútil para a imperiosa tarefa de superação do subdesenvolvimento – pelo que não restava na esfera pública espaço para factos marginais ou minudências intelectuais negligenciáveis –, após o falhanço dos regimes de orientação socialista, o desporto voltou a ter um lugar, concitando de novo a paixão, para que deixaram de existir peias ou baias[163].

Figs. 9, 10 e 11. Sede do Sporting do Príncipe, autocarro do Futebol Clube do Porto e automóvel com o emblema do Sport Lisboa e Benfica. Fotografias de Augusto Nascimento. Século XXI.

[163] Em termos meramente especulativos, relembremos paralelismos entre o futebol e a religião, outro foco da polarização afetiva, que, após o falhanço dos projetos políticos voluntaristas, mormente socialistas, ressurgiu e motivou a transferência da afetividade do chefe e da ideologia para os factos corriqueiros da vida dos africanos. Falamos da religião banal, tal qual é entendida e vivida por populares, que dela, como do futebol, retiram orientações para os desejos e as necessidades do seu quotidiano.

O desporto, inútil para resolver problemas económicos, passou a servir para a distensão social (conferindo um propósito ou, que fosse, previsibilidade às rotinas dos indivíduos) e para a projeção das nações[164].

Figs. 12 e 13. Imagens da comemoração da vitória sobre o Lesoto. Fotografias de Augusto Nascimento. 2012.

E poderá continuar a ter este duplo papel? Poderia pensar-se que sim, até pelo consenso das pertenças que aparentemente emergem na ocasião dos despiques desportivos (além da identificação nacional, também se imagina a de natureza racial ou continental). Porém, cumpre não hiperbolizar o desporto, que poderá pouco, por exemplo, face à violência que ameaça desestruturar Estados e sociedades.

[164] Glosando Mabeko-Tali (2018) e a sua noção de neonacionalismo, a projeção das nações tende a conformar os subalternos com os mandantes. A comunhão com os "nossos" tende a bastar enquanto narrativa para a competição no mundo, de que a disputa desportiva é uma dimensão.

De um certo ponto de vista, comprovou-se que o desporto não tinha alma – menos ainda, uma alma colonialista –, não obstante assim o terem cogitado dirigentes independentistas, que, por exemplo, em Moçambique, obrigaram à mudança de emblema dos clubes para apagar alusões a imaginadas filiações coloniais[165]. Durante anos, também ignoraram o hóquei em patins, quiçá por ter sido o desporto em que colonizador se sagrara campeão do mundo com praticantes oriundos da antiga Lourenço Marques. Afinal, assim o criam também os negros sul-africanos do râguebi jogado pelos brancos do Springboks, pelo menos até à conquista do campeonato mundial em 1995.

Para além da vacuidade destas "verdades", estava em causa a pertença das almas, ou da afeição, politicamente disputada por poderes. Hoje, a identificação afetiva de cariz clubístico não obedece a ditames políticos, antes à mera identificação clubística que, sem mais consequências, segue a história das pessoas, os seus sentimentos e, de alguma forma, uma noção de pertença ao mundo. Tanto se festejam as vitórias dos clubes portugueses, de que se é adepto, como se ostenta a camisola do Real Madrid ou do Barcelona.

Em meados dos anos 80, em São Tomé avassalado pela penúria, concomitantemente ao desanuviamento da pressão política sobre os desejos dos indivíduos, quando começou a chegar *A Bola* ao Centro Cultural Português, a sala por regra vazia, passou a estar apinhada de leitores do jornal[166], facto

[165] A ser exequível seria interessante colocar em perspetiva o peso do desporto e da ação política. Não deixa de ser curioso o caso da Guiné-Bissau – onde se anunciou inequívoca a vitória militar do PAIGC e onde a proclamação unilateral da independência precedeu em meses o 25 de Abril –, onde os clubes, Sporting e Benfica, que ocupavam o centro da urbe desenhada no tempo colonial, aparentemente mantiveram as sedes e os nomes.

[166] *Testemunho pessoal, A. Nascimento*.

comprovativo da vanidade do intento de "libertar" as pessoas de paixões futebolísticas, que não interessavam menos, antes pelo contrário, aos jovens do que aos mais velhos. E, esconsa, a desigualdade persistia, porquanto alguns exemplares de *A Bola* iam diretos para as mãos de dirigentes, que tinham passado anos a pregar o catecismo político contra a alienação.

Noutros termos, nas ex-colónias portuguesas, mesmo se calcada pelos ditames dos mandantes, a paixão pelo desporto superou o voluntarismo ideológico dos regimes. Após a falência das ideologias, os dirigentes redescobriram-se adeptos dos emblemas que, a dado passo, tinham renegado[167]. Desde há anos, aos líderes convém fazerem de homens comuns, exibindo o seu interesse pelo objeto de devoção e paixão popular.

A ser assim, manter-se-á a ideia de o campo desportivo ser cenário de afirmação identitária? Diria que a primacial intenção é a da fruição. O que as pessoas procuram na prática do futebol ou na assistência a um jogo será, não tanto a promoção de uma identidade – noção que, por vezes, se afigura mais objeto de culto dos estudiosos do que fito do comum dos jogadores ou adeptos –, ainda que frequentemente a fruição derive da identificação com um emblema, um lugar, um tipo de vida.

Jogando ou apoiando, as pessoas almejarão à participação, mediada que seja pela adesão afetiva a um emblema, pelo acompanhamento do espetáculo e,

---

Em Cabo Verde, no tempo colonial, e independentemente do espaço para o desporto na imprensa do arquipélago, o jornal mais lido era *A Bola* que circularia de mão em mão na Praia desde os anos cinquenta, cf. Charles d'Oliveira, 2023.

[167] E qual indício de uma possibilidade de comparação entre os idiomas culturais relativos ao desporto e à religião, enquanto ordenadores do quotidiano das pessoas, os mesmos dirigentes que tinham trocado a religião pela ideologia, abandonaram-na assim que puderam e voltaram a marcar presença em atos religiosos.

se possível, pelo triunfo numa prática tornada universal, dando assim nota, se não da afirmação plena da sua condição humana, da valia da realização momentânea de um desiderato pessoal e grupal. Tal pode ser o propósito de pessoas e grupos sem ter de ser conscientemente enunciado.

Retrocedendo no tempo, é certo que uma vitória desportiva – dos colonizados sobre colonos – poderia ser tão mais gratificante quanto o ambiente político e social estivesse marcado pela assimetria inultrapassável noutros domínios da vida. Certamente nos depararemos com revoltas embutidas nos jogos de futebol e nas reações populares, mas teremos mais casos em que, independentemente de conflitos em que as sociedades estavam imersas, os jogadores e adeptos apenas queriam ganhar e lograr a desejada retribuição emocional. Não menos valiosa, porque nem sempre se alcançam vitórias.

NOTAS FINAIS

No tocante às colónias portuguesas, não se imaginaria um processo de desportivização sem a adesão voluntária de africanos, pelo fascínio, ao desporto português. Porém, a "ligação do movimento desportivo local aos clubes metropolitanos instituiu-se como um dos elementos fundamentais da expansão (…) [da] 'narrativa desportiva metropolitana', instrumento de relação social, por via de interações diversas, acumulado nos stocks de conhecimento de um número progressivamente maior de indivíduos". Tal narrativa atida, no essencial, às vitórias dos clubes da metrópole – que integravam moçambicanos –, conquistou "com a ajuda indispensável dos meios de comunicação social, um peso crucial na

cultura popular urbana em Moçambique, não se confinando (…) ao mundo do colono."[168]

Entrementes, e sem pedir anuência ao colono, a adesão do colonizado ao desporto corria por diversos caminhos e diferentes motivações, distintas das imaginadas por estudiosos que querem que a adesão ao desporto tenha sido ou seja forçosamente mais do que isso. No caso dos processos de emancipação em África, deveria redundar na adesão aos seus líderes.

Vejamos, constituindo-se como uma gramática de interação social, trazendo no bojo compensações emocionais, o desporto parece tornar-se indispensável a todas as sociedades. O desporto não é decisivo para o devir histórico e social, mas influencia-o, amiúde de forma inesperada. O desporto não transforma o mundo, mas ajuda à mudança das relações sociais, indiciando a sua eventual transformação, por forçar brechas em sistemas opressivos baseados em categorizações políticas e jurídicas (pretensamente) estanques.

No tempo colonial, no qual assomavam aspirações de emancipação, mesmo se inconscientemente, o comum das pessoas podia retirar do desporto a perceção de que não existia uma intrínseca superioridade racial ou tão somente se congratular com o sonho de justiça entrementes concretizada nalgumas vitórias conseguidas a partir regras iguais para todos.

Da perspetiva de líderes e dirigentes, o desporto tinha uma dimensão pedagógica no tocante às relações entre os indivíduos, designadamente aqueles que, por força da consciencialização, seriam capazes de chegar ao juízo de que as vitórias desportivas eram meramente circunstanciais e que não diziam nada acerca de superioridades e hierarquias impostas pelo colonialismo iníquo. Aliás,

[168] Domingos, 2010.

uma vez lograda a desalienação, os despiques desportivos não corroeriam as relações fraternais entre os homens. Assim o provavam, por exemplo, os Jogos Olímpicos[169].

Esta era uma visão idílica, do tempo em que ainda nem sequer se passara à ação política. Justamente, para certos dirigentes, a ideia de igualdade inferida da prática desportiva não era transitiva para todas as relações sociais e, em especial, para as relações políticas. Por vezes, depois de chegados ao poder, a desigualdade, embora sem motivo aparente – que, não sendo de ordem física, se deveria ao carisma ou a uma inalcançável diferença política, intelectual –, não só era ostensiva, como demandava às pessoas nas sucessivas provas de acatamento e de fidelidade nos rituais políticos.

Num contexto colonial e de afirmação da emancipação contra a subalternidade imposta pelo colonialismo, todas as manifestações conducentes à a rejeição dessa subalternidade pareceram tributárias de uma suposta irmandade daqueles que lutavam contra a dominação colonial… E, adiantar-se-á, para alguns, esse passado de luta bastava como cimento político-social de sociedades saídas de profundas convulsões. Porém, nem sempre foi assim e não se apontará ao desporto um indubitável papel de cimento social.

Independentemente das bandeiras içadas aquando das vitórias ou lugares honrosos nas competições desportivas internacionais, cumprirá duvidar de que as manifestações e os êxitos desportivos ajudem a firmar uma qualquer identidade nacional. Podem ser um cimento de coesão social, momentânea que seja (conforme a narrativa do filme *Invictus*), mormente em países dilacerados e carecidos de referências positivas. Por causa da visibilidade que conferem, megaeventos ou êxitos desportivos de nomeada certamente prestigiarão o estado,

[169] Tal a súmula do pensamento de Cabral, cf. Melo, 2020, 104.

o país ou a nação, o seu chefe, mas não brotam de uma identidade cultural, nem a firmam.

Hoje, até por força da padronização do futebol para efeito de o tornar um espetáculo televisivo, será mais difícil colar uma inequívoca conotação política à prática do futebol. O investimento político na prática desportiva, mormente, um desafio ao poder, pode emergir, mas tenderá a ser marginal ou passageiro. Será mais provável o aproveitamento do futebol pelos políticos no poder.

As relações do futebol e do desporto com a política não deixaram de existir, antes pelo contrário, ter-se-ão acentuado, mas parecem mais abrangentes e difusas – ligadas à rejeição do racismo e da desigualdade de género – e menos dirigidas a causas localmente referidas. No tocante às relações entre desporto e política, parece mais profícuo o caminho de investigação da causalidade recíproca entre implementação e incremento do futebol, ou do desporto, por um lado, e a relativa entropia política e (des)organização social, por outro.

Obviamente, o futebol não explicará o mundo, mas talvez elucide acerca dos limites das nossas convicções acerca do que devendo ser justo, não tem aplicação, ou do que podendo ser lógico, não se mostra verdadeiro. Na prática, não estaremos condenados, queiramos ou não, à desigualdade, umas vezes mitigada, outras vezes surpreendente, entre as pessoas? Como a todos é dado constatar, não estará a diferença indelevelmente inscrita na prática desportiva?

BIBLIOGRAFIA

AAVV, 2005, *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 2005, Praia, Fundação Amílcar Cabral

Baquete, Calisto, 2020, "'Jogos, lazer e repúdio': conexões e identidades em Moçambique (1960-1984)" *in Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.33-47

Bittencourt, Marcelo, 2010, "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.129-130

Borges, Fernando, 2010, "Pontapé inicial: um estudo de caso do futebol no Cabo Verde moderno" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.185-219

Borges, Fernando, 2013, "Olhar para dentro: o desporto e o lazer no interior da ilha de Santiago" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.267-291

Bussotti, Luca, 2013, "Os X jogos africanos de Maputo: o desporto como veículo da promoção da imagem nacional dum país na imprensa local" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.241-266

Charles d'Oliveira, Emanuel, 2023, *O futebol na cidade da Praia na época colonial: percurso de institucionalização*, dissertação de doutoramento, Praia, UNICV

Chaves, Rita, 2005, "O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa" in Chaves, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*, São Paulo, Ateliê Editorial, O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa (aladaainternacional.com), acesso: 17 de junho de 2024

Correa, Silvio, 2013, "As corridas de cavalos na colônia alemã do sudoeste africano (1884-1914)" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.127-152

Correia, Mickaël, 2020, *Uma história popular do futebol*, Lisboa, Orfeu Negro

Domingos, Nuno, 2010, "Desporto moderno e situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.211-242

Domingos, Nuno, 2011, "O desporto e o Império Português" in Neves, José e Domingos, Nuno, *Uma história do desporto em Portugal*, Matosinhos, Quidnovi, II vol., 51-107

Domingos, Nuno, 2012, *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*, Lisboa, ICS

Domingos, Nuno e Nascimento, Augusto, 2013, "Em torno das práticas desportivas em África" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, pp.7-12, http://cea.iscte.pt/2013/noticias/revista-cadernos-de-estudos-africanos-no26-em-torno-das-praticas-desportivas-em-africa/ DOI: 10.4000/cea.1105, acesso: 6 de Julho de 2013

Drumond, Maurício, 2008, *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Péron*, Rio de Janeiro, Apicuri

Fernandes, Paulo Jorge, 2017, "Desporto e lazer em África: novas perspetivas historiográficas" *in Análise Social*, *52*(225), 828–829, https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017225.05, acesso: 12 de junho de 2024.

Filho, Mário, 2004, O negro no futebol brasileiro, Rio de Janeiro, MAUAD Editora

Fonseca, Vivian, 2010, "Os usos políticos de uma 'África mítica': o caso da capoeira" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.305-330

Fonseca, Vivian, 2013, "Brasil, Angola e Moçambique – diplomacia cultural através do esporte: a capoeira em debate" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.293-310

Gonçalves, José, 2010, "Esporte em Angola: do ultracolonialismo à independência" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.133-158

Graça, Carlos, 2011, *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa, UNEAS

"Kôte", Norberto Tavares de Carvalho, 2020, *De campo em campo. Conversas com o Comandante do PAIGC Bobo Keita*, Porto

Mabeko-Tali, Jean-Michel, 2018, *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante si próprio (1960-1977). Ensaio de história política*, Lisboa, Mercado de Letras Editores

Mandela, Nelson, 1994, *Longo caminho para a liberdade*, Porto, Campo das Letras

Marzano, Andrea, 2010, "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, p.71-99

Marzano, Andrea, 2013, "Nem todas as batalhas eram de flores: cotidiano, lazer e conflitos sociais em Luanda" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.13-36

Marzano, Andrea e Nascimento, Augusto, 2013, "O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar" *in Tempo*, vol.17, nº34, 53-68, http://dx.doi.org/10.5533/tem-1980-542x-2013173406 (acesso: 12 de junho de 2024)

Medeiros, Eduardo, 2013, "Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos 'sino-moçambicanos'" *in Cadernos de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.43-81

Melo, Victor Andrade de, 2011, *Jogos de identidade. O esporte em Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Apicuri

Melo, Victor Andrade de, 2013, "Pequenas-grandes representações do império português: a série postal 'modalidades desportivas' (1962)" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.129-154

Melo, Victor Andrade de, 2020, *Jogos de contrastes. O esporte na Guiné portuguesa*, Rio de Janeiro, 7Letras

Melo, Victor Andrade de, 2022, "Os clubes e a produção do espaço: por uma geografia histórica do esporte", comunicação apresentada no ENHE, Salvador

Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), 2010, *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri

Memmi, Albert, 1977, *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*, Rio de Janeiro, Paz e Terra

Menezes, Hugo Azancot de, 2017, *Percursos da luta de libertação nacional. Viagem ao interior do MPLA. Memórias pessoais,* Lisboa, Nova Vega

Nascimento, Augusto, 2013a, *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto, 2013b, "Das bancas de matraquilhos ao *campo dos caranguejos*, dos estádios aos terreiros: campos de jogos num espaço microinsular do tempo colonial ao pós-independência" *in Caderno de Estudos Africanos* nº26, Lisboa, ISCTE-IUL, pp.177-222, http://cea.revues.org/1166, DOI : 10.4000/cea.1166 ; acesso: 6 de Julho de 2014

Nascimento, Augusto, 2015, "Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza" *in Africana Studia* nº24, Porto, CEAUP, pp.177-202

Nascimento, Augusto, 2021, "A (des)organização social e a indisciplina no futebol do São Tomé e Príncipe independente" *in Africana Studia* nº36, Porto, CEAUP, pp.73-91

Nascimento, Augusto, 2024, "O campeonato de futebol de S. Benedito", comunicação ao IV ENHE, Rio de Janeiro, 3-5 de julho de 2024

Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2020, "Editorial" *in Africana Studia* nº34, Porto, *Culturas populares e urbanas em África*, CEAUP, pp.5-9

Nascimento, Augusto e Rocha, Aurélio, 2021, "Editorial" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.5-8

Oliveira, João Nobre de, 1998, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau

Pádua, Mário Moutinho de, 2011, *No percurso de guerras coloniais 1961-1969*, Lisboa, Editorial Avante

Pereira, Aristides, 2003, *O meu testemunho. Uma luta, um partido, dois países*, Lisboa, Editorial Notícias

Pessula, Pedro e Manjate, Bernardo, 2021, "Percurso de vida dos ex-jogadores do Clube Desportivo Matchedje de Maputo" *in Africana Studia* nº36, *Desporto e poder em África*, Porto, CEAUP, pp.109-122

Rei, Bruno Duarte, 2020, *Celebrando a pátria amada. Esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, Rio de Janeiro, 7Letras

Rocha, Aurélio, 2013, "Desporto, sociedade e construções identitárias em Moçambique: uma abordagem prospetiva" *in* Nascimento, Augusto, Bittencourt, Marcelo, Domingo, Nuno e Melo, Victor Andrade de (orgs.), 2013, *Esporte e lazer em África. Novos olhares*, Rio de Janeiro, 7Letras, pp.213-240

Valdigem, Catarina e Santos, Rogério, 2020, "Sebastião Coelho e a construção sonora da angolanidade" in *Africana Studia* nº34, Porto, CEAUP, pp.151-169

Vidacs, Bea, 2010, "O esporte e os estudos africanos" *in* Melo, Victor Andrade de, Bittencourt, Marcelo e Nascimento, Augusto (orgs.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, pp.33-69

Videira, Manuel, 2021, *Angola. Um intelectual na rebelião,* Lisboa, Guerra e Paz

RESUMOS

CLUBES DE FUTEBOL COMO VETORES DA CULTURA NA PRAIA,CIDADE CAPITAL DE CABO VERDE, NA ÉPOCA COLONIAL

Emanuel Charles D'Oliveira
Universidade de Cabo Verde (UNICV – FCSHA)
ecoliveiracv@yahoo.com

A organização e a prática do futebol na cidade da Praia, nas décadas de 1930 a 1950, serviram de veículo de promoção cultural e difusão de modernidades. Além da função desportiva, os clubes dessa modalidade impulsionaram iniciativas socioculturais que marcaram profundamente a população. Romperam com o exclusivismo das coletividades culturais e recreativas elitistas precedentes (do século XIX), tendo as agremiações de futebol assumido a função de principais promotores da cultura e da aproximação entre os diferentes estratos sociais.

Na nossa perspetiva dois clubes desportivos se destacaram enquanto agentes culturais: Vitória Futebol Club, oficializado em 1931 e o Club Desportivo Travadores, em 1939. Ambos liderados por membros da sociedade que, sensíveis à cultura e à modernização da cidade, disseminaram práticas desportivas promovendo, concomitantemente, atividades culturais que proporcionaram à comunidade capitalina o acesso ao teatro, cinema, récitas, música, dança apesar da conjuntura de extrema precariedade.

Palavras chave: futebol; cultura; clubes.

DIREITO E ESTRATÉGIA: O ESPORTE NA VIDA E OBRA DE AMÍLCAR CABRAL

Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
victor.a.melo@uol.com.br

Amílcar Cabral foi um dos principais personagens das lutas pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, bem como um dos mais destacados intelectuais africanos do pós-Segunda Grande Guerra. Esta comunicação tem por objetivo discutir a presença do esporte em sua vida e obra. Argumenta-se que sua percepção de que a prática poderia ser utilizada como estratégia de mobilização derivou-se de três ocorrências: a) sua experiência pessoal de praticante e público de modalidades diversas, notadamente do futebol; b) sua capacidade de olhar com acuidade para um determinado quadro contextual; c) sua leitura específica do marxismo, a compreensão da necessidade de articular teoria e prática em projetos consequentes que tivessem em conta a peculiaridade do continente africano, a articulação entre a “arma da teoria” e “a prática revolucionária”.Concluímos que Amílcar Cabral mobilizou o esporte no âmbito de um projeto que forjava uma visão de nacionalismo que tinha por base a ideia de africanidade e reivindicava a independência irrestrita. A sua concepção da prática estava plenamente articulada com seu pensamento e visão estratégica: o intelectual a serviço do povo deve aproveitar as possíveis empatias para implementar o processo de tomada de consciência. Além disso, outros motivos o induziam ao uso estratégico da prática esportiva: a visibilidade que concedia aos praticantes, seu potencial para a preparação física, a compreensão de que se tratava de um direito.

Palavras chave: História do Esporte; História da África; Amílcar Cabral.

INTERSECCIONALIDADE EM GÊNERO E ESPORTE NA ÁFRICA-PALOP: DEBATE A RESPEITO DA PESQUISA ”DESCOLONIZE-CIS”

Ineildes Calheiro

UNILAB/Funcap/Cnpq
idafrica@yahoo.com.br

O presente texto objetiva discutir a respeito da pesquisa “DESCOLONIZE-CIS” (contextualizações e resultados), concernente a corpos, corporalidades, gênero, raça, sexualidades e esportes nos PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, realizada (em desenvolvimento) no Ceará/UNILAB, de caráter pós-doutoral, tendo como população as estudantes de origem africana da UNILAB. Teoricamente fundamenta-se nos estudos de gênero, queer e epistemologias alternativas (africanas, latino-americanas e feminismos) e buscou-se conhecer a respeito de gênero, raça, sexualidades/ LGBTQIAP+ e esportes em países do recorte metodológico: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé, buscando saber como se constitui e se experiência gênero no esporte nestes territórios, tendo em questão a força do combate interno à categoria queer/LGBT na maioria dos países do continente, considerando os debates de tradição versus o de contemporaneidade neste contexto. Financiada pela FUNCAP – Fundação Cearence de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Edital de caráter de interiorização, frisando-se que foi necessário o deslocamento da pesquisadora para território africano (internacional) a fim de dar conta da pesquisa, e para melhor compreensão dos resultados, uma vez que, racismo e

queer/LGBTQIAP+ fez parte do estudo, sendo temáticas que apresentou-se com complexidade e estranhamento pela grande maioria da população da pesquisa - mulheres heterossexuais e cisgênero. Com exceções a duas interlocutoras: uma lésbica e um homem-trans, tais categorias foram conhecidas e/ou vivenciadas no Brasil. Dentre os resultados, foi publicado um livro (e-book) de caráter introdutório a estas questões no continente global, focando estudos anteriores da pesquisadora proponente e enfatizando o referencial encontrado, realizado análises de estudos e narrativas; em seguida, foi produzido um filme/documentário (longa) discutindo as temáticas problematizadas, através de narrativas da própria população da pesquisa, que tem o lugar de fala.

Palavras chave: Interseccionalidade; África-PALOP; Gênero/esporte.

GUARDA-REDES DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO "FUTEBOL E MEMÓRIA" NO IGR-MAPUTO

Gustavo Cerqueira Guimarães
Doutor em Estudos Literários, UFMG
Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes da UFMG

Desde quando o intrigante posto de guarda-redes surgiu na Inglaterra em 1871, há cerca de 150 anos, o *goalkeeper* no futebol vem povoando o imaginário dos amantes do jogo ao redor do mundo. Ocupando lugar de destaque nas partidas, o goleiro encarna a antítese do gol. Essa singular personagem é realçada por jogar solitária e usar uniforme distinto dos outros integrantes do espetáculo, seja no Maracanã ou nos campinhos de bairros (Paulo Guilherme, 2006). Este relato de experiência pretende expor parte do processo e os resultados do projeto de pesquisa "Futebol e memória: guarda-redes do Brasil e de Moçambique", apresentado pelo Leitorado Guimarães Rosa/Universidade Eduardo Mondlane ao setor cultural da embaixada do Brasil, em Maputo, Moçambique, com o objetivo de realizar a exposição temporária ao longo da Copa de 2022, no IGR-Maputo. O projeto contou com dois pesquisadores/discentes da Faculdade de Letras/UEM e com a parceria do Museu do Futebol/São Paulo, que disponibilizou parte do rico acervo do goleiro Moacyr Barbosa (1921-2001) – "Tempo de reação: 100 anos do goleiro Barbosa", 2021. No entanto, nesta exposição, a memória de Barbosa ganha outra dimensão ao relacionar com biografias e feitos de outros/as guarda-redes do Brasil – Alisson, Andréia, Bárbara, Dida, Gilmar, Leão, Manga, Meg, Taffarel e Victor – e de Moçambique – Carlos Brüheim, Costa Pereira, Elsa Mavile,

Esmeralda, Kampango, Napoleão, Nuro Americano, Octávio de Sá, Rui Évora e Victor Magaia. Dentre outras atividades desenvolvidas, destacam-se: as entrevistas realizadas com o apoio do Museu do Futebol/SP (2021), originando o videodocumentário “Um goleiro, uma garantia” (2022); o “II Seminário sobre Futebol, Linguagem e Artes”, que recebeu importantes investigadores e agentes do futebol moçambicano para refletirem sobre a memória do futebol; e as pesquisas bibliográfica (livro, artigo, crônica e verbetes biográficos) e iconográfica (fotografia, charge e vídeo). Por fim, destacam-se as visitas técnicas em acervos físicos e digitais nos museus do Benfica e do Sporting, em Lisboa, Portugal.

Palavras chave: Memória Cultural; Literatura, outras artes e mídias; Futebol e linguagem; Goleiros do Brasil; Goleiros de Moçambique.

O DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO BLACK BULLS

Jaftalina César Cuna

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No hodierno, o desporto de alto rendimento se afigura cada vez mais como uma ferramenta que contribui significativamente para quebrar as barreiras socias, raciais e económicas. No presente trabalho nos debruçamos sobre as propostas de desenvolvimento humano a partir do desporto de acordo com o paradigma do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O debate sobre os benefícios desta área centra-se, regra geral, em abordagens macroeconómicas, isto é, não tomam o individuo como centro de análise portanto, não colocam o homem no centro do desenvolvimento.

Partindo de uma análise histórica e com base numa abordagem qualitativa (pesquisa bibliográfica e entrevista-semiestruturadas) complementada numa abordagem quantitativa (análise do agregado familiar, dos dados financeiros, entre outros), e, aliando-se à análise interpretativa dos dados obtidos foi possível constatar que os benefícios do desporto no âmbito do desenvolvimento humano ainda não são encarados de uma forma muito objectiva e com a devida relevância em Moçambique facto que limita o progresso desta área do conhecimento em prejuízo do seu grande potencial enquanto uma ferramenta que entendemos como sendo pertinente para o desenvolvimento humano, pelo que, urge a necessidade

de uma maior aposta na estruturação do desporto nacional para que o mesmo sirva melhor a este desiderato.

Palavras chave: Desporto, Desenvolvimento, Desenvolvimento Humano.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS EM MOÇAMBIQUE: UM "ESTADO DE COISAS" OU UM PROBLEMA POLÍTICO?

Manuel Fernando Bila

Bonomar Adriano Macuácua
Universidade Eduardo Mondlane – Escola Superior de Ciências do Desporto
bonomaradriano@gmail.com

No presente estudo pretende-se reflectir sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique a partir de uma perspectiva histórica e epistemológica visando particularmente identificar o espólio teórico existente sobre as políticas públicas desportivas em Moçambique, analisar a evolução histórica dos pressupostos técnico-científicos existentes sobre esta temática e a sua correlação com a realidade/especificidade moçambicana, e, de forma mais geral contribuir para o debate epistemológico relativamente a esta matéria. Para tal, adoptou-se uma abordagem qualitativa assente na análise bibliográfica e documental, aliada a entrevista semi-estruturada.

Do mesmo foi possível constatar que as políticas públicas desportivas devem ser desenvolvidas em função das potencialidades do desporto ser capaz de gerar o interesse prestígio político de tal forma que estes se possam redundar em ganhos de vária ordem (sociais, económicos ou mesmo políticos) para o "governo do dia", pois, caso contrário, o desporto nacional permanecerá por muito mais tempo ao nível do "estado de coisas", tornando-se mais complexo que o mesmo migre para um problema político. Deste modo, entendemos que inicialmente o desporto

necessite integrar-se com outras áreas científicas e sócio-económicas que sejam consideradas prioritárias, e, paulatinamente vá auferindo a sua "autonomia".

Portanto, para que o desporto migre de um "estado de coisas" e se torne efectivamente um problema político devem-se desenvolver estudos de âmbito epistemológico visando a sua transformação numa nova demanda com a devida relevância social de tal forma que se transforme num novo actor político, e, se faça valer das suas mais díspares potencialidades para a promoção do desenvolvimento humano.

Por fim, entendemos que deve-se abandonar o actual/aparente modelo incrementalista (postura/abordagem empírica) na solução dos problemas existentes e adoptar o modelo racional-compreensivo, este que nos pode fornecer soluções estruturantes sobre os desafios do nosso quotidiano, assentando-os numa base epistemológica e assim produzir-se modelos de pensamento que atendam à especificidade do país.

Palavras chave: Desporto, Políticas Públicas, Epistemologia.

CINEMAS EM ANGOLA: "UM PASSADO A MERECER MELHOR PRESENTE"

Renata Dariva Costa

Doutoranda PPGH-UFSC
renatadariva@yahoo.com.br

O título dessa apresentação é uma inspiração direta a obra de José Mena Abrantes *Cinema Angolano. Um passado a merecer melhor presente* publicado pela Cinemateca Nacional de Angola, em Luanda em 1986. O objetivo da comunicação é trazer alguns dos elementos desenvolvidos na pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina, que aborda questões vinculadas as cinematografias angolanas e as redes de intelectuais entre 1968 à 1992. O país antes da sua independência já possuía obras fílmicas clandestinas vinculadas a questões anticoloniais realizadas por Sarah Maldoror. Após 1975, ano da independência angolana são criadas estruturas estatais como o Laboratório Nacional de Cinema e o Instituto Angolano de Cinema, que se consolida em 1977. Durante o período, a entrada de diversos cineastas e intelectuais de países como Brasil, Cuba, Portugal, entre outros fizeram parte destes aparelhos e que nos auxiliam na análise de elementos vinculados num plano de fundo da Guerra Fria e de outras concepções sobre o fazer fílmico em Angola, como o cinema direto, urgente, terceiro cinema, além dos impasses por um cinema etnográfico na disputa entre os conceitos de Jean Rouch e Ousmane Sembène a partir das obras de Ruy Duarte de Carvalho. Além disso, a comunicação pretende abordar algumas questões vinculadas a questão da banda sonora presente em alguns

filmes angolanos selecionados para a pesquisa e debater políticas sobre a questão do audiovisual em Angola.

Palavras chave: Angola; Cinema; Transnacionalismo.

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM [DESPORTISTA] NOVO: O TRABALHADOR E A [DES] PROFISSIONALIZAÇÃO DO DESPORTO NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA – DO IDEAL AO REAL (1975-1991)

Miguel Natchulo Cassinda

Escola Camilo Castelo Branco, Luanda
cassindamiguel@gmail.com

Ao implementar a sua política desportiva em Angola, a massificação – "um desporto para todos" – o MPLA definiu três áreas principais de actuação: o Desporto Militar, o Desporto Escolar e o Desporto no Trabalho. Dentro do projecto de construção do "novo desporto" – "sem alienação" –, a alta competição mereceu atenção especial por causa da imagem de Angola nas competições internacionais. Sendo a principal fonte de recursos para a sobrevivência de uma parte considerável da população, as empresas e unidades militares tiveram um papel fundamental no projecto de "desprofissionalização" do desporto. Logo, ao afiliar os clubes às empresas, dando aos seus atletas o estatuto de trabalhador desportista, estavam, teoricamente, a combater o desporto profissional. Assim, o propósito deste estudo será analisar a estratégia política do Desporto no Trabalho e as dificuldades da sua materialização. A partir da exploração da imprensa e da legislação da época, foi possível perceber que questões relacionadas aos recursos financeiros dos clubes e dos atletas, a má-gestão, a alocação das verbas do Estado de forma equitativa aos clubes, tal como hoje, são assuntos que já preenchiam as pautas das discussões desportivas. Contudo, a tentativa de eliminar o "desporto de elite" por via da associação dos clubes às empresas não passou de um projecto que, na prática, pouco fugia do desporto profissional dos

países capitalistas. Prova disso é que os atletas de alta competição passaram a ter regalias que os diferenciavam dos outros e os clubes que pertenciam às instituições mais poderosas conseguiam os melhores atletas e, consequentemente, os melhores resultados. Foram os casos do 1º de Agosto (clube central das Forças Armadas Angolanas) e o Atlético Petróleos de Luanda (clube da SONANGOL – empresa petrolífera estatal angolana).

Palavras chave**:** Massificação; Trabalhador; Profissionalização.

FESTAS EUROPEIAS, FESTEJOS AFRICANOS (ANGOLA, 1870-1950)

Andrea Marzano
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
marzano.andrea@gmail.com

Apesar da desigualdade e dos conflitos impostos pela situação colonial, festejos mobilizavam amplos segmentos da população luandense. Alguns eram organizados por autoridades governamentais, outros pela Igreja, mas todos envolviam a mobilização relativamente autônoma de parcelas da população, não só de colonizadores como de colonizados.

Do ponto de vista das autoridades, os festejos tendiam a ser interpretados como oportunidades de demonstração e fortalecimento dos laços entre a colônia e a metrópole. Entretanto, as festas podiam assumir múltiplos significados para os seus participantes, divididos em qualificações raciais, condições sociais, categorias jurídicas e pertencimentos culturais.

O objetivo da comunicação será analisar, a partir das páginas da imprensa local, festejos populares de Luanda e arredores entre finais do século XIX e meados do século XX. Como exemplo de festa cívica será abordada a da Restauração, que comemorava, no dia 15 de agosto, a retomada do domínio português, após a vitória sobre os holandeses (1648). Os festejos da Restauração tomavam as ruas com música de fanfarra, bandeiras, balões venezianos, fogueiras, fogos de artifício e salvas de morteiros, podendo haver, também, oferta de banquetes para os pobres. Residências eram iluminadas e enfeitadas, realizando-se cortejos de autoridades e exibições de música e dança de sociedades recreativas, formadas por naturais da colônia. Pretende-se analisar como diferentes estratos da

população africana participavam da festa da Restauração, sem que essa participação representasse, necessariamente, a sua cooptação para o empreendimento colonial.

Dentre os festejos religiosos, serão abordados os realizados no dia 8 de dezembro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, no santuário da Muxima. Embora ocorressem fora do perímetro urbano, os festejos da Muxima atraíam muitos fiéis, que para lá se deslocavam para confraternizar, manifestar sua fé, fazer promessas e donativos. Pretende-se analisar como diferentes segmentos dos naturais da colônia participavam da festa, expressando formas próprias de apropriação do cristianismo e da devoção mariana.

Por fim, será abordado o carnaval. Pelo menos desde meados do século XIX, existiam, em Luanda, divertimentos carnavalescos para todos os gostos e segmentos sociais, desde os desfiles de danças que mobilizavam as populações dos bairros mais pobres, denominados musseques, até elegantes bailes, corsos e batalhas de flores, apresentados como símbolos da civilização e da modernidade. A análise dos festejos carnavalescos incidirá, especialmente, sobre os desfiles das agremiações dos musseques, que expressavam suas visões de mundo, formas de ocupação do espaço, estratégias de diálogo com autoridades e apropriações de elementos da cultura europeia.

Palavras-chave: Festas; Angola; Colonialismo.

DESCOLONIZANDO O DESPORTO E LAZER: O CASO DA PROMOÇÃO DO N'TXUVA EM MOÇAMBIQUE

Lucrécio Máquina

Marlino Eugénio Mubai
UEM-Faculdade de Letras e Ciências Sociais
lucreciomaquina@gmail.com
marlino.mubai@uem.mz

A colonização portuguesa em Moçambique, se manifestou em várias formas, incluindo o desporto e lazer. Foi através da colonização portuguesa que foram introduzidas modalidades desportivas e lúdicas de origem ocidental como o futebol, atletismo, box, natação, remo e golf. Estas modalidades ganharam uma popularidade acentuada na sociedade de tal maneira que, até aos dias actuais, quando se pensa em desporto e lazer em Moçambique e África se idealiza o futebol e outras modalidades desportivas trazidas pela colonização. Entretanto, África, por sua vez, possui suas modalidades desportivas, entre elas, o Ntxuva, que combina o lazer e cognição. Este artigo analisa os esforços do governo de Moçambique no resgate do N'txuva, como uma modalidade tipicamente africana. O artigo argumenta que a promoção do N'txuva como desporto lúdico e cognitivo, por parte do governo, tem como objectivo valorizar e preservar os valores culturais desportivos moçambicanos e ou africanos. Através de acções concretas, o governo procura descolonizar o desporto e acentuar a unidade nacional por meio da identidade cultural moçambicana. Com recurso à revisão de literatura, trabalho de arquivo e entrevistas, o

trabalho observa que as acções do governo se definem em dois moldes, a implementação da modalidade N'txuva no festival Nacional dos Jogos Tradicionais e a instalação de tabuleiros do N'txuva em centros de aglomeração de pessoas como mercados, paragens de transportes e escolas.

Palavras chave: Descolonizar; Desporto; N'txuva.

A DIVERSIDADE MUSICAL NA COMPOSIÇÃO DE HINOS DE CLUBES DE FUTEBOL DE ANGOLA

Elcio Loureiro Cornelsen
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: emcor@uol.com.br

Na 6ª edição do Encontro Internacional Desporto e Lazer em África (EIDLA), realizada em 22 e 23 de junho de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tivemos a oportunidade de apresentar a comunicação intitulada “Hinos de clubes de futebol de Angola e a construção identitária na relação entre desporto e lazer”, que trazia resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde 2020. Tratou-se da análise de hinos e cânticos de dois clubes de futebol de Angola em seu discurso epidítico de caráter laudatório: o Atlético Petróleos de Luanda, fundado em 1980 e originário do Sport Luanda e Benfica, e, respectivamente, o Clube Desportivo 1º de Agosto, também de Luanda, fundado em 1977 por iniciativa do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM). Na edição atual do EIDLA, pretendemos apresentar novos resultados de pesquisa. Para isso, elegemos hinos dos seguintes clubes de futebol que disputam o Girabola na atual temporada: o Clube Recreativo Desportivo do Libolo, fundado em 1942, da cidade de Libolo, localizada na província de Cuanza Sul; o Grupo Desportivo Interclube, de Luanda, fundado em 1976; o Grupo Desportivo Sagrada Esperança, de Dundo, capital da Lunda Norte, fundado em 1976; o Kabuscorp Sport Club do Palanca, de Luanda, fundado em 1994; o Clube Desportivo da Huíla, de Lubango, capital da Huíla, fundado em 1998. A partir da análise comparativa dos hinos desses cinco clubes, constatamos uma diversidade musical

que revela uma riqueza de ritmos, melodias e letras, em parte, inspirados pela música popular urbana e, em parte, pelo canto falado da África Ocidental. Enquanto a música popular urbana, de maneira geral, é suscetível a "efeitos da globalização",[170] como afirma Francisco Carlos Guerra de Mendonça Junior, o tradicional canto falado da África Ocidental, de acordo com a pesquisadora Viviane Melo de Mendonça Magro, é tido, por exemplo, como um dos elementos musicais presentes na linguagem artística do RAP (*Rhythm and Poetry*) como inspiração para sua composição.[171] Por fim, devemos refletir sobre a diversidade do discurso lítero-musical e seus desdobramentos para a construção da identidade clubística e do torcer.

Palavras chave: Hinos de Clubes de Futebol; Angola; diversidade musical.

[170] MENDONÇA JUNIOR, Francisco Carlos Guerra. A música como forma de resistência em Angola: Da música anticolonial ao rap de intervenção. *África*, São Paulo, n. 42, p. 39-60, 2021, aqui p. 49. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/193956/179273 . Acesso em: 02 fev. 2024.

[171] MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o 'Hip Hop'. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.22, n. 57, p. 63-75, ago. 2002, aqui p. 71. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZkVqvrHCqkbKKRTBfmTTYPc/?lang=pt . Acesso em: 02 fev. 2024.

"O MUNDIAL É UMA CONQUISTA DA PAZ": FUTEBOL E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIOTISMO EM ANGOLA (2005 - 2010)

Andrade Nzagi
Associação Núcleo Amigos da História (ANAH) / Escola ADPP - Cazenga
E-mail: andradenzagi60@gmail.com

O presente artigo tem como objectivo analisar a onda de patriotismo e sentimento de unidade nacional que se verificou na sociedade angolana, em função da qualificação da selecção angolana de futebol à Copa do Mundo de 2006, e a boa performance da mesma selecção no CAN de 2008. "*O Mundial é uma conquista da paz*", esta frase é um dos títulos dos vários artigos publicados pelo *Jornal de Angola* neste período, que tinham como finalidade a exaltação dos feitos da selecção de futebol. Num contexto em que o país encontrava-se a poucos anos de paz, era necessário que se promovesse o sentimento patriótico e de unidade nacional, é neste sentido que, para além das actividades políticas, surge o futebol como representante de patriotismo durante o intervalo de tempo que vai de 2005 a 2010. Então, é nossa intenção tratar sobre a representação do patriotismo e unidade nacional em Angola neste período, mas olhando para o papel desempenhado pelo Futebol. A análise crítica das fontes, levou-nos a concluir que os bons resultados alcançados pela selecção angolana de futebol neste período, gerou um sentimento de patriotismo no seio dos angolanos que se interessavam pelo desporto nacional.

Palavras chave: Futebol; Patriotismo; Angola.

AS REPRESENTAÇÕES DO GÉNERO NAS PRÁTICAS SOCIAIS, DESPORTIVAS E DE LAZER NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Pedro Pessula
Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Educação Física e Desporto
pessula.fefd@gmail.com

Partimos do pressuposto de que como as repartições desiguais de papéis associadas aos rapazes e às raparigas na família moçambicana são reproduzidas ou mitigadas nas práticas desportivas de lazer. Como refere Castiano (2008), nas zonas rurais os rapazes ainda cedo são educados a ter destreza e força para poder trepar árvores para tirar frutas, poder resistir à dor; por isso, devem ser bravos e fortes. Cedo são lhes exigidos habilidades, não só cognitivas, mas também de domínio corporal, como construir uma casa, cuidar de um rebanho, correr para transmitir notícias a famílias longínquas, saber nadar, pescar e caçar. Enquanto as raparigas devem aprender a conhecer o seu corpo, a saber aguentar com prazer a dor da gravidez, a não serem preguiçosas porque devem trazer água, acordar muito cedo para varrer o quintal, cuidar dos irmãos mais novos, conter-se dos excessos que a vida dispõe. Neste sentido, procuramos caracterizar os papéis sociais que os/as alunos/as desempenham no espaço familiar (em casa) e descrever as concepções de género no desporto escolar. Para concretizar a investigação, foi utilizada uma metodologia mista e comparativa, cujo método de recolha de dados se baseou na entrevista semi-estruturada aplicado a 46 alunos/as, sendo 24 rapazes e 22 raparigas. Os sujeitos foram escolhidos de forma aleatória e possuem idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos. O local de estudo foi nos distritos de Boane e Matutuine nas escolas primárias

completas de Nsime, 16 de junho Boane, Chinonnaquila, Boane Sede e Mailane, localizadas na província de Maputo a sul de Moçambique. Os nossos resultados revelaram que há repartição desigual das tarefas entre os rapazes e as raparigas no espaço familiar, pois as raparigas executam mais as actividades realizadas pelas mães, tias e irmãs enquanto os rapazes executam as actividades realizadas pelos seus pais, irmãos e tios. As práticas desportivas estão assentes na divisão sexual e reproduz o modelo tradicional vigente na família. As raparigas jogam com e contra as raparigas e os rapazes jogam com e contra os rapazes, isto porque pensam que os rapazes e as raparigas por serem biologicamente diferentes têm desempenho diferente e não podem competir em pé de igualdade.

Palavraschave: Lazer; Género; Papéis Sociais.

FUTEBOL E IGUALDADE DE GÉNERO: O PAPEL DAS MULHERES NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA

Zaida Samuel Cossa
zaidasamuelcossa@gmail.com

Ana Clemente Chikakuda Cossa
anachikakuda@gmail.com

Ao longo da história de Moçambique, o futebol tem desempenhado um papel crucial na identidade cultural do país. No entanto, tradicionalmente, a participação das mulheres nesse cenário tem sido limitada devido a normas de género arraigadas. Este estudo objectiva examinar o impacto das mulheres moçambicanas na promoção da igualdade de género através do futebol, bem como sua contribuição para a preservação da identidade cultural do país. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com mulheres envolvidas na prática e promoção do futebol em Moçambique, além da análise de fontes históricas e documentos oficiais relacionados ao desenvolvimento do futebol no país. Empregou-se abordagem qualitativa para capturar as experiências e perspectivas das mulheres nesse contexto. No geral, argumentamos que as mulheres moçambicanas têm desempenhado um papel crucial na preservação da identidade cultural através do futebol, ao mesmo tempo em que desafiam as desigualdades de género historicamente arraigadas. Suas contribuições têm remodelado as práticas desportivas tradicionais e promovido a inclusão e o empoderamento das mulheres na sociedade moçambicana. Os resultados deste estudo evidenciam o impacto positivo das mulheres na promoção da igualdade de género por meio do futebol, além de destacar sua influência na preservação da identidade cultural moçambicana.

Palavras chave**:** Futebol; igualdade de género; identidade cultural.

CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL DE MOÇAMBIQUE: UM "ESPETÁCULO" SEM ADEPTOS

Mauro Armando Adelino Manhanguele
Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory
manhanguelemauro@gmail.com

Marlino Eugénio Mubai
Universidade Eduardo Mondlane
marlinomubai@gmail.com

O futebol tem raízes profundas na história de Moçambique, emergindo como a modalidade mais aclamada, que transcende a esfera desportiva para influenciar a sociedade, política e economia. Desde o período da cidade colonial de Lourenço Marques, agora Maputo, as Associações de Futebol marcaram sua presença, dominando as competições futebolísticas tanto no período colonial quanto no pós-colonial. Contudo, um fenômeno intrigante tem se manifestado nas últimas décadas: a escassez de espectadores e a crescente apatia em relação ao Campeonato Nacional de Futebol em Moçambique, especialmente em Maputo. Este artigo, através do método histórico, explora as razões por trás desse declínio de interesse pelos jogos do Campeonato Nacional de Futebol. O mesmo parte da assumpção de que esta realidade resulta de vários factores, destacando-se a pouca qualidade de muitas partidas, o desafio da globalização que coloca o campeonato moçambicano em competição direta com as principais ligas do mundo, a difícil situação econômica que afecta parte significativa da sociedade e a ascensão de uma nova geração alheia aos clubes nacionais. O artigo conclui que diante deste panorama, torna-se imperativo uma transformação profunda que promova não apenas a qualidade desportiva, mas também busque estratégias

inovadoras para reacender o entusiasmo do público. Sublinha que Moçambique precisa repensar e reinventar o papel do campeonato nacional futebol, adaptando-se aos desafios contemporâneos e reconquistando seu lugar de destaque na cultura desportiva e social do país.

Palavras-chave: Moçambique; Futebol; Adeptos.

LAZER COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: POSSIBILIDADES POR MEIO DO KEMETIC YOGA

Diênifer Monique da Conceição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
djeny.monique@hotmail.com

Karoline Hachler Ricardo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
karolinehachler@gmail.com

André Luiz dos Santos Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
andrels@ufrgs.br

Elisandro Schultz Wittizorecki
Universidade Federal do Rio Grande Sul
elisandro.wittizorecki@ufrgs.br

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
raqufrgs@gmail.com

Este ensaio teórico pretende debater o lazer como construção identitária, apresentando o Kemetic Yoga como possibilidade. Compreendemos que o lazer não está inerte nas movimentações constantes da realidade. O racismo e outras opressões estão intrínsecos em suas dimensões, manifestações e usos. Assim, “pensar o lazer implica em pensar sua origem, suas relações e de que forma é dimensionado nas sociedades” (Barbosa; Silva, 2011, p. 2). Embora diferentes perspectivas concorram no debate, é notável a hegemonia de processos

conservadores nas formas de pensar e agir o lazer, aproximando-o das ideias de trabalho, mercado, e indústria cultural (Stigger; Myskiw, 2015). Destacamos nosso posicionamento político na contramão de uma postura etnocêntrica, e buscamos, a partir de realidades outras, espremer um conceito dicotômico do lazer, que invisibiliza outras pluralidades com valores, modos de pensar e agir (r)existindo aos mecanismos sociais excludentes. Ao conhecermos o Kemetic Yoga aproximamo-nos de uma manifestação cultural carregada de afrocentricidade (Asante, 2014). Ao reivindicar as origens africanas do yoga, o kemeticismo distingue-se explicitamente do yoga mais popular, comercializado e dominado pelos brancos, criando um espaço de cura e espiritualidade negra (Siddiqui, 2021). O Kemetic Yoga apresenta um avanço no cuidado em saúde da população negra, pois é uma yoga de base africana pensada para estes corpos (Stephany, 2022). Fernandes (2019), professora de Kemetic Yoga, compreende que essa prática faz um resgate social e um trabalho de saúde coletiva nas periferias, pretendendo a ressignificação deste espaço elitizado que o Yoga tem se apresentado. A professora “suleia” as suas aulas através da questão: “como o corpo pode gerar significado social, e como podemos sentir cada violência cotidiana e ainda assim mover além da dor?” (Fernandes, 2019). Nesse movimento, notamos o Kemtic Yoga como um momento de lazer, mas a partir de outros pressupostos. Gomes e Elizalde (2012) compreendem que temos tantas fruições de lazer quanto pessoas no mundo, pois esta fruição é parte da dimensão subjetiva do ser humano, acenando-o como uma via de construção identitária e de redimensionamento das relações. Trata de outra possibilidade de captar o lazer dentre as diversas matrizes de subjetividades, para além das teorias que focam o tempo, o espaço e a obrigação como categorias de análise. Diferente disso, o Kemetic Yoga como lazer, nos parece ser um referencial simbólico que “são formados e formadores dos sujeitos” (Pacheco; Stigger, 2016, p. 135). O Kemetic Yoga, portanto, atravessa o lazer e transcende para a (re)significação e construção identitária.

Palavras chave: Kemetic Yoga; Lazer; Construção Identitária.

LAZER EM CLUBES E INTERSECCIONALIDADES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MULHERES NEGRAS

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Bruna Tassiane dos Santos Pontes

Daiane Grillo Martins

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rovincente@gmail.com

O tema desta pesquisa consiste na interseccionalidade de mulheres negras na prática do tênis, enquanto lazer em Porto Alegre. O interesse por esse tema surge quando a primeira autora deste estudo, uma mulher negra, iniciou a dar aulas de tênis, ainda acadêmica de Educação Física na UFRGS, em um clube esportivo recreativo e se viu transitando dentro de locais onde não havia negros e negras. E nesta trajetória, se interessou em compreender o lazer e também as possibilidades, perspectivas, relações vivenciadas por mulheres negras. Em 2019, em um estudo da ITF, o *Global Tennis Report* 2019, demonstrou que no Brasil há 2,2 milhões de praticantes, dos 3.873 tenistas profissionais, 1.525 são mulheres, marcadores sociais como classe, raça e sexualidade, entre outros, são invisíveis neste estudo. Partindo do pressuposto que a maioria de tenistas são homens, brancos, nesta investigação, procuramos compreender como as mulheres negras vivenciam a prática de tênis, enquanto lazer. Quando os marcadores de opressão

se sobrepõem às mulheres as coloca mais expostas a situações de vulnerabilização. Neste estudo, utilizaremos a ferramenta analítica da interseccionalidade, utilizadas pelas feministas negras, que dão visibilidades a diversas violações sofridas pelas mulheres negras. Desta forma, o objetivo deste estudo é compreender de que maneira os marcadores sociais compõem o lazer vivenciado por mulheres negras em um clube de Porto Alegre/RS. A presente pesquisa adota como caminho metodológico a etnografia. As informações estão sendo construídas através da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entendemos a importância deste estudo sobre lazer para o campo acadêmico, por colocar uma lupa em direção a interseccionalidades das mulheres para pensar as questões socioculturais que constituem esse tempo espaço da vida.Podendo ainda, contribuir para a qualificação e ampliação dos espaços/equipamentos de lazer para participação efetiva de mulheres negras. Por fim, salientamos a carência de pesquisas sobre esta temática produzidas especificamente por pesquisadoras negras. Como considerações iniciais destacamos que são poucas mulheres negras praticando tênis, enquanto lazer. Observamos que com a introdução de um aplicativo para marcação de jogos e quadras no clube possibilitou uma participação mais efetiva e qualificada das mulheres nos jogos de tênis, havendo mais integração entre elas nas quadras. Também é possível perceber que as discussões de recorte racial são, muitas vezes, preteridas, privilegiando as pautas que contemplam somente as mulheres brancas.

Palavras chaves: Mulheres negras; Interseccionalidade; Tênis.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO LAZER DE INFÂNCIAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A PERSONAGEM ARIEL NA CONSTRUÇÃO DA CORPOREIDADE DE MENINAS NEGRAS

Janaína Fontes

Rossana Vincente Ramos

Marzo Vargas dos Santos

Carolina Caneva da Silva

Mauro Myskiw

Raquel da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
janafontes@yahoo.com.br

O acolhimento institucional é uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicada de forma excepcional e provisória para crianças e adolescentes que tiveram direitos violados, negligenciados e vínculos familiares fragilizados. A instituição que promove este acolhimento em âmbito Estadual no Rio Grande do Sul é a Fundação de Proteção Especial (FPE).

Conforme Eurico (2020) a pobreza geracional, causada pelo racismo, impacta com prejuízos para crianças e adolescentes, que dependem da proteção dos adultos para se desenvolverem de forma saudável, repercutindo na dificuldade de garantias de direitos fundamentais como educação, lazer, esporte e cultura nas famílias negras. Segundo o Relatório Anual do NMAP/FPE, em 2023 a população atendida era majoritariamente negra, totalizando 58% das crianças e adolescentes. Quando analisamos essa informação com base na população identificada no RS como de 79% branca, observamos que o acolhimento

institucional continua a cumprir a função histórica de proteger a sociedade das crianças e adolescentes “indesejáveis”, ou seja, há uma inversão da noção de proteção, que corresponde a uma prática higienista e de confinamento das infâncias negras. O objetivo desse estudo é ‘seguir’ o lazer de crianças em acolhimento institucional, tendo como metodologia a etnografia e referencial teórico a teoria do ator-rede de Bruno Latour (2012). Nessa imersão em campo as questões étnico-raciais emergiram na esfera do lazer quando as meninas foram assistir ao filme “A Pequena Sereia (2023)”, cuja protagonista Ariel é negra. Logo nas primeiras aparições da personagem as crianças referiram “Ela é diferente!” “Não tem cabelo laranja!” “Ela se parece com a gente!” “É preta como a gente!” “Tem o cabelo igual ao nosso!” Essas falas acompanharam as meninas durante o filme e depois no retorno para o abrigo residencial em que relataram para as agentes educadoras o que assistiram no cinema. Analisando a repercussão nas mídias sociais sobre protagonismo de Halle Bailey, atriz negra no *live action* da Disney, percebemos que mesmo sendo uma personagem não-humana, sofreu ataques racistas. Entretanto, a representatividade no filme significou para as meninas em acolhimento institucional um reconhecimento de seus corpos expresso nas telas, o que nos permite inferir que personagens clássicas são importantes para a construção de novas operações críticas para as meninas negras, em geral pouco representadas nos filmes infantis. Nesta direção os espaços de lazer tornam-se potentes, estabelecendo-se como ‘momentos de crise’ (Boltanski, 2016), a partir da representatividade negra atualizando a luta antirracista.

Palavras chave: Acolhimento Institucional; Representatividade; Lazer.

PARA ALÉM DO FOOT-BALL MULATO: IMAGENS DA ÁFRICA EM CASA-GRANDE & SENZALA À LUZ DOS ESTUDOS SOBRE FUTEBOL

Helcio Herbert Moreira da Silva Neto

Marco Antônio Roxo da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)
helcio.neto00@gmail.com
mroxo@iduff.br

As elaborações de Gilberto Freyre sobre o futebol são paradigmáticas para os estudos a respeito da relação da identidade nacional com a modalidade. A maioria desses trabalhos, contudo, parte do artigo “Foot-ball Mulato”, para estabelecer associações entre a perspectiva do autor acerca do esporte e o conjunto de seu pensamento. O texto, publicado na imprensa durante a Copa do Mundo de 1938, é curto e conecta o estilo de jogo brasileiro com o processo de formação nacional, inclusive com as heranças africanas. Com o objetivo de aprofundar os debates deste ponto, o propósito do presente trabalho é examinar as imagens África em *Casa-Grande & Senzala*, reconhecido como um dos mais paradigmáticos livros do pensamento social brasileiro, sob a ótica das pesquisas acerca dos esportes. O ponto central para a compreensão desses atravessamentos é a homologia entre ancestralidade, corpo e estilo de jogo.

Deriva precisamente deste entroncamento a proeminência da herança africana na tarefa de explicar as singularidades brasileiras na prática do futebol. Embora a modalidade esportiva não esteja no centro da obra, são oferecidos indícios da visão freyriana durante a argumentação a respeito do processo da formação do

país. A iniciativa se insere em um conjunto de esforços para compreender as imbricações entre conceituações sobre a brasilidade, que partem de círculos intelectuais e universitários, e o universo futebolístico no interior da cultura popular. O aumento do alcance dos veículos de comunicação ao longo do século XX proporcionou a circulação desses conceitos e tornou necessário um olhar mais cuidadoso para os circuitos que se formaram com a emergência, principalmente, da radiodifusão.

A proximidade de Freyre com executivos de comunicação de seu tempo é outro fator que estimula essa investigação, uma vez que aponta para a direção de uma influência das concepções sobre o que foi veiculado no rádio e, posteriormente, na televisão. O futebol pátrio se consolidou como um elemento que compõe o imaginário do que o que é ser brasileiro – muito em virtude dos resultados alcançados justamente nos Mundiais, principais competições entre seleções. Encarar o contato de Freyre com a modalidade é fundamental por conta da amplitude que o esporte assumiu. A forma como o autor enxergava a África igualmente pode ter consequências para a cobertura esportiva. Deriva disso também a urgência de reavaliar esse olhar no horizonte interdisciplinar da História, da Comunicação e da Educação Física.

Palavras chave: África; Casa-Grande & Senzala; Futebol.

AS SELEÇÕES AFRICANAS EM COPAS DO MUNDO A PARTIR DO OLHAR DA REVISTA PLACAR (1970-1990)

José Eliomar Filho

Mestrando em História (UFBA)
jeliomarfilho@yahoo.com.br

A Revista *Placar*, principal e mais longeva magazine sobre futebol da história da imprensa brasileira foi fundada meses antes da Copa do Mundo de 1970, com o intuito de captar em vendas a efervescência que o torneio de futebol gerava na população brasileira, resultado do bicampeonato mundial e da presença do Rei Pelé no escrete que jogaria no meio do ano em gramados mexicanos. Com isso, a *Placar* realizou uma cobertura jornalística de destaque *in loco*, retratada em reportagens, entrevistas, fotografia, opiniões de analistas. Porém, essa qualidade comprovada ficou restrita às principais seleções, no caso, as sul-americanas e europeias. Os selecionados de outros continentes como o africano (retornando ao torneio com o Marrocos, após um hiato de 26 anos desde o debute egípcio na primeira Copa em solo italiano) foram relegados a último plano na cobertura da revista sendo visto como ingênuos, amadores e sem nível técnico para participar do evento. Essa forma de ver o futebol africano pela *Placar* se repetiu quatro anos depois na Alemanha Ocidental com a participação da seleção do Zaire, havendo uma mudança na percepção em 1978, repetida em 1982, ao posicionar as seleções da África na prateleira dos azarões com alguma chance de surpreender, confirmada com o primeiro triunfo africano em Copas (no Mundial da Argentina) e com resultados inesperados contra fortes seleções (no Mundial da Espanha). Nas últimas duas Copas do Mundo analisadas, 1986 e 1990, a Revista passou a

destacar a melhora das seleções africanas enfatizando principalmente o fato dos jogadores africanos atuarem por clubes europeus e tendo potencial de realizar uma boa competição, como se confirmou no segundo mundial na Itália com a belíssima campanha da seleção camaronesa, reconhecida pela própria revista o seu bom futebol na Copa sendo chancelada como “Camarões à brasileira”. A intenção do trabalho é analisar cronologicamente como o principal veículo de comunicação sobre futebol do país estabeleceu sua forma de percepção sobre a África a partir das suas seleções em Copa do Mundo e como retratou para o seu público-leitor. A percepção eurocêntrica se demonstra pelas escalas de visão sobre o futebol praticado pelos africanos que inicialmente eram inexperientes e mesmo quando analisam um processo evolutivo, estava diretamente atrelado ao contato e aprendizado junto aos europeus.

Palavras chave: Copa do Mundo – Seleções Africanas.

FUTEBOL NO ESPAÇO COLONIAL PORTUGUÊS: INTEGRAÇÃO SOCIAL E MIGRAÇÃO DE TALENTOS, 1908 – 1964

Daniel Samuel Cossa

Assistente de Pesquisa na UEM e Docente na ESJ
danielsamuelcossa.dc@gmail.com

A prática de futebol no espaço colonial português no período de 1908 a 1964, foi catalisadora da integração social e migração de talentos para Portugal. Este artigo explora a evolução do futebol como agente de transformação social, destacando a união cultural e comunitária que ele promoveu em Moçambique. O artigo também examina o impacto da migração de jogadores moçambicanos para Portugal a nível do espaço colonial Português e global. Através de uma abordagem histórica e sociocultural, o estudo recorre às fontes documentais e análise bibliográfica para apreender as dinâmicas sociais e desportivas do período em análise. Os resultados obtidos revelam que o futebol desempenhou um papel significativo na promoção da interacção entre diferentes comunidades, contribuindo para a formação de identidades colectivas e para a disseminação de valores compartilhados num espaço multirracial marcado por interesses políticos diversos.

Palavras-chave: Futebol; colonialismo; integração.

DESPORTO COMO ESTRATÉGIA DE UNIDADE NACIONAL: O LEGADO DOS JOGOS ESCOLARES NA ERA DE SAMORA MACHEL, 1978-1982

Maurício Chipatime e Marlino Mubai

Após a independência de Moçambique em 1975, Samora Moisés Machel desempenhou um papel fundamental na promoção dos jogos escolares como parte de sua visão mais ampla de desenvolvimento e unidade nacional. Reconhecendo o potencial do desporto para promover a coesão e identidade nacional, Machel viu nos jogos escolares um instrumento para unir diversas comunidades e grupos étnicos do país sob uma identidade nacional compartilhada. Os jogos escolares eram vistos não apenas como competições, mas como espaços de convivência e intercâmbio cultural entre estudantes de diferentes regiões e origens. Machel entendia que os jogos escolares não apenas promoviam a saúde física, mas também fortaleciam os laços de solidariedade e cooperação entre os jovens moçambicanos. Através de revisão de literatura e pesquisa documental, esta pesquisa analisa o contributo das edições dos jogos escolares realizados nos anos de 1978, 1980 e 1982 na estratégia de promoção da unidade nacional por parte de Samora Machel. O artigo conclui que os jogos escolares foram usados para combater o tribalismo no contexto da construção duma nova sociedade por meio da juventude sob a bandeira do homem novo.

Palavraschave**:** Desporto; Juventude; Identidade.

POPULARIZAÇÃO E DECLÍNIO DO "REI DA RÁDIO" MOÇAMBICANO: A CARREIRA ARTÍSTICA DE FANY MPFUMO ANTES E DEPOIS DA INDEPENDENDÊNCIA

Matheus Serva Pereira
ICS-ULisboa
matheusservapereira@gmail.com

As experiências de sujeitos sociais que não necessariamente pegaram em armas ou se envolveram nas causas nacionalistas-independentistas não constituem, necessariamente, objeto privilegiado de investigação na historiografia que se dedicou aos últimos anos do colonialismo português em Moçambique e no período recém-independente. No entanto, durante as ações da luta armada e os vários congressos realizados, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) debateu o que era - e o que deveria ser - a cultura moçambicana, justamente perpetuada por "pessoas comuns". Os embates sobre esta definição passaram por um exercício duplo de se olhar para o passado e projetar um futuro. Buscava-se uma autenticidade a partir da identificação do que teria permanecido preservado da influência do colonialismo e do capitalismo. Ao mesmo tempo, perguntava-se como a cultura que viria a ser nacional deveria ser desenvolvida, estimulada, valorizada. Neste embate, que permeou o período do colonialismo-tardio (1945-1974) e avançou ao longo do Tempo Samora (1975-1986), artistas Fany Mpfumo, cantor e compositor do que era chamado na época como "música ligeira" ou "música moderna", e que só foi ganhar o nome de marrabenta anos mais tarde, tiveram de manejar suas criatividades e sustento financeiro com os projetos políticos vigentes no país. A partir de uma análise da trajetória artística de Fany

Mpfumo, eleito o “Rei da Rádio” em Moçambique, na década de 1960, e, atualmente, considerado um dos mais importantes músicos da história do país, a presente comunicação pretende promover algumas reflexões sobre a complexidade dos embates existentes ao redor da construção de uma “cultura moçambicana” em uma nova escala de análise.

Palavras chave: Moçambique; Cultura Nacional; Música.

A RUA E O LAZER DESPORTIVO: UM OLHAR À HISTÓRIA DE PROSPECÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS EM MOÇAMBIQUE

Dulamito Aminagi

Marlino Mubai
mitodula@yahoo.com.br
marlinomubai@gmail.com

Os desportos de lazer, ancorados em escolhas que os adolescentes fazem, dentro de um universo limitado de brincadeiras geracionais de outra índole, constituem expressões de determinados estilos de vida, manifestados de forma arbitrária, pelos jovens e adolescentes. Entretanto, o seu encaminhamento, em torneios infanto-juvenís e outros, tem caído em desuso. Com efeito, os desportos de rua não tem sido explorados, continuamente, para se apreender *significados indutores* para o panorama da formação desportiva no país. Partindo da revisão de literatura, trabalho de arquivo e de entrevistassemi-estruturadas, a diferentes personalidades desportivas moçambicanas, este artigo procura compreender a relação entre os desportos de lazer de rua e o panorama da formação desportiva em Moçambique. O artigo presta atenção especial ao papel desempenhado pelos torneios infanto-juvenís no processo de lapidação do talento desportivo no país. O artigo conclui que apesar dos torneios infanto-juvenís terem contribuído, significativamente para o fortalecimento dos clubes assim como das diversas selecções desportivas nacionais, contribuindo desta forma no processo de construção da nação moçambicana, a partir da década 90, estes torneios começaram a ser negligenciados, levando a algum marasmo no desenvolvimento do desporto nacional.

Palavras chave: Moçambique; Lazer; talentos desportivos.